

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM
NO ALTO CAMAQUÃ/RS: UMA ALTERNATIVA PARA
O (DES)ENVOLVIMENTO LOCAL**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Simone Marafiga Degrandi

**Santa Maria, RS, Brasil.
2011**

**ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM NO ALTO
CAMAQUÃ/RS: UMA ALTERNATIVA PARA O (DES)ENVOLVIMENTO
LOCAL**

Por

Simone Marafiga Degrandi

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**

Orientador: Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró

**Santa Maria, RS, Brasil.
2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado

**ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM NO ALTO
CAMAQUÃ/RS: UMA ALTERNATIVA PARA O (DES)ENVOLVIMENTO
LOCAL**

Elaborada por

Simone Marafiga Degrandi

Como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia

Comissão Examinadora:

**Prof. Dr. Adriano Severo Figueiró – UFSM
Presidente/Orientador**

**Prof^a. Dr^a. Carmem R. Flores Wizniewsky
Departamento de Geociências – UFSM**

**Prof. Dr. Roberto Verdum
Departamento de Geografia – UFRGS**

**Santa Maria, RS, Brasil.
2011**

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo apoio recebido e por terem dividido comigo todos os momentos nesse período, mesmo a distância. Ao meu namorado Jovane pela compreensão e força durante os momentos difíceis;

À Universidade Federal de Santa Maria, pela oportunidade a mim fornecida de cursar o ensino superior com qualidade e pelo conhecimento adquirido, através dos diversos espaços desta instituição;

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências pelos conhecimentos adquiridos;

Ao Professor Adriano Severo Figueiró, pela orientação, amizade, dedicação e pelo aprendizado ao longo desses últimos anos. Aos demais professores (a)s do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria e aos professores que compõem a banca examinadora;

Às Secretarias Municipais de Turismo, pelo auxílio durante os trabalhos de campo e pelos dados fornecidos para a pesquisa; A todas as pessoas que contribuíram durante a realização dos trabalhos de campo, em cada um dos municípios visitados;

A todos os amigos e colegas com os quais tive contato nesses últimos anos, cuja interação constituiu-se num fator decisivo para o crescimento pessoal.

RESUMO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
**ECOTURISMO E INTERPRETAÇÃO DA PAISAGEM NO ALTO CAMAQUÃ/RS:
UMA ALTERNATIVA PARA O (DES)ENVOLVIMENTO LOCAL**
AUTOR: SIMONE MARAFIGA DEGRANDI
ORIENTADOR: ADRIANO SEVERO FIGUEIRÓ
LOCAL E DATA DA DEFESA: Santa Maria, 25 de agosto de 2011.

O rápido desenvolvimento da atividade turística e a sua massificação em nível mundial, a partir da década de 1970, têm acarretado problemas de ordem social, econômica e ambiental. Como consequência, neste mesmo período os movimentos ambientalistas ao mesmo tempo em que condenavam a atividade turística, buscaram refletir sobre alternativas que proporcionassem a redução dos impactos gerados. Assim, iniciaram-se novos padrões nas formas de se visitar a natureza através do surgimento de diversas modalidades de turismo alternativo, que atuaram como um contraponto às práticas predatórias de turismo de massa. É nesse contexto que o Ecoturismo surge como uma das principais formas de contato com a natureza e valorização dos elementos paisagísticos naturais. O Ecoturismo configura-se como uma tipologia de turismo que vem crescendo mundialmente a cada ano, tendo como principal característica o aproveitamento do patrimônio natural de forma sustentável, buscando sua proteção por meio da sensibilização, da interpretação e da Educação Ambiental, incluindo ainda, aspectos socioculturais centrados, particularmente, na valorização das culturas locais visitadas. O aproveitamento das potencialidades naturais como atrativo turístico, somadas a aspectos culturais das comunidades receptoras, tem despontado como uma das principais ferramentas de desenvolvimento endógeno de territórios que dispõem de rico potencial paisagístico. A partir desta tendência, a presente dissertação possui como proposta de estudo o levantamento do potencial paisagístico do quadro natural ligado ao patrimônio geológico-geomorfológico do Alto Camaquã para o desenvolvimento do Ecoturismo, como uma ferramenta de desenvolvimento territorial endógeno e as políticas públicas de proteção da paisagem. O Alto Camaquã está localizado na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, no terço superior da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, situado entre a região da Campanha gaúcha e as Serras do Sudeste. A presente pesquisa tomou como base metodológica a abordagem geossistêmica, para a interpretação da paisagem do Alto Camaquã, através da identificação de unidades de paisagem. Assim, foram identificados os principais pontos de efetivo interesse para o desenvolvimento do Ecoturismo e as potencialidades dessa paisagem para a criação de um geoparque. Ao final pode-se concluir que entre as unidades de paisagem estabelecidas durante a pesquisa, destaca-se a grande diversidade de afloramentos rochosos e geoformas, encontradas principalmente na Sub-região Natural Planaltos Rebaixados de Caçapava do Sul que precisam ser protegidas como, por exemplo, as Guaritas, as Minas do Camaquã, a Pedra do Segredo, o Rincão do Inferno, a Casa de Pedra, entre outros locais. Além destas formações existem outras que se somam ao patrimônio geológico-geomorfológico e que possuem um potencial especial para o desenvolvimento de futuros projetos de roteirização ligados ao Ecoturismo e a diversidade cultural do Alto Camaquã.

Palavras-chave: Ecoturismo; Paisagem; Desenvolvimento Endógeno; Alto Camaquã.

ABSTRACT

MASTER'S DISSERTATION
GRADUATE PROGRAM IN GEOGRAPHY AND GEOSCIENCES
FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA
**ECOTOURISM AND INTERPRETATION OF THE LANDSCAPE IN ALTO
CAMAQUÃ/ RS: AN ALTERNATIVE TO (DES) LOCAL INVOLVEMENT**
AUTHOR: SIMONE MARAFIGA DEGRANDI
ADVISOR: ADRIANO SEVERE FIGUEIROPLACE AND DATE OF THE
PRESENTATION: Santa Maria, August 25th, 2011.

The fast development of tourism as a worldwide intensity, starting from the 1970s, has resulted in social, economic and environmental problems. As a consequence, in this same period, the environmental movement while condemning the touristic activity reflected on alternatives that would provide the reduction of impacts. Thus new standards began in the forms of visiting nature, with the emergence of various forms of alternative tourism, which acted as a counterpoint to the predatory practices of mass tourism. In this context, Ecotourism emerged as a major form of contact with nature and appreciation of the environment. Ecotourism is configured as a type of tourism that is growing globally each year, having as main feature the use of natural heritage in a sustainable way, seeking their protection through awareness, interpretation and environmental education, including further socio-cultural aspects, focused particularly in the appreciation of local cultures visited. The use of natural potential as a tourist attraction, added to cultural aspects of the host communities, has emerged as a major tool for endogenous development of territories that have rich potential landscape. From this trend, this paper has proposed a survey to study the potential of the natural aspects linked to the geological and geomorphological heritage of the Alto Camaquã, for the development of ecotourism as a tool for endogenous regional development and public policies for landscape protection. The Alto Camaquã is located in the southern half of the state of Rio Grande do Sul, in the upper third of Camaquã River Basin, located between the region of Campanha and the Mountains of the Southeast. This research was methodologically based on the geosystems approach for the interpretation of the landscape of Alto Camaquã, through the identification of landscape units. Thus, we identified the main points of actual interest for the development of ecotourism and the potential of this landscape to create a Geopark. At the end we can conclude that among the landscape units established during the research, highlights the great diversity of landforms and rock outcrops, mainly found in the Sub-região Natural Planaltos Rebaixados de Caçapava do Sul that need to be protected, such as the watchtowers, the Mines of Camaquã, the Secret Stone, the Corner of Hell, the Stone House, among other places. Besides these there are other formations that add to the geological and geomorphological heritage and have particular potential for the development of future projects related to routing Ecotourism and cultural diversity of the Alto Camaquã

Keywords: Ecotourism; Landscape; Endogenous Development; Alto Camaquã.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema de representação do Ecoturismo, a partir da aliança entre o turismo de baixo impacto e o processo de interpretação promovido pela Educação Ambiental	22
Figura 2– Quadro de interesses e necessidades dos atores sociais do Ecoturismo.	40
Figura 3 – Esquema de representação do geossistema proposto por Bertrand (1972)	49
Figura 4 – Localização das principais Bacias Hidrográficas do RS, com destaque para a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã.	53
Figura 5 – Localização dos municípios que compõem o Alto Camaquã/RS.	55
Figura 6 – Exemplos de cactáceas encontradas na paisagem do Alto Camaquã.	57
Figura 7 – Mapa das Regiões Fitoecológicas do Rio Grande do Sul.	59
Figura 8 – Mapa dos Remanescente de Vegetação no Rio Grande do Sul.	60
Figura 9 – Índio charrua pintado por Debret em princípios do século XIX.	63
Figura 10 – Área de abrangência do Bioma Pampa.....	68
Figura 11– Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos, com destaque para o território do Alto Camaquã	71
Figura 12– Espécies Ameaçadas no RS.....	73
Figura 13 – Artesanato em lã em Lavras do Sul	87
Figura 14 – Souvenirs temáticos para o turismo de Lavras do Sul.	88
Figura 15 – a) Gruta Nossa Senhora de Lurdes e b) Santuário Santo Antônio, Lavras do Sul.....	89
Figura 16 – a) Casarão dos irmãos Gómez; b) Igreja Matriz de Santo Antônio; c) e d) Casarões do início do século XX, na Vila Ibaré e e) Ruínas dos engenhos belgas na fazenda Itaóca, Lavras do Sul.....	90
Figura 17– Projeto Gastronômico Sabor da Terra, na Expolavras 2010	91
Figura 18 – Artesanatos da Casa do Artesanato e da COOBARTE, em Bagé.	93
Figura 19 – Exemplos de prédios históricos em Bagé	94
Figura 20 – Exemplos de prédios históricos em Bagé:	95
Figura 21 – Vila Santa Thereza em Bagé	96

Figura 22 – a) Casa de Antonio Augusto Borges de Medeiros e b) Centro Municipal de Cultura e a Biblioteca Domingos José de Almeida, antigo prédio do Fórum, em Caçapava do Sul.	97
Figura 23 – a) Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção e b) Casa Ulhôa Cintra, em Caçapava do Sul.	98
Figura 24 – a) Forte D. Pedro II e b) Fonte do Conselheiro, em Caçapava do Sul. ..	99
Figura 26 – Vila Minas do Camaquã, em Caçapava do Sul.	100
Figura 25 – Fonte do Mato, em Caçapava do Sul.	100
Figura 27 – Produtos e artesanatos expostos na FEMAPRO, em Caçapava do Sul.	101
Figura 28 – a) Obelisco da Paz e b) Prédio da Assessoria de Tradição, Folclore, Turismo e Lazer, em Dom Pedrito.	102
Figura 29 – a) Prefeitura Municipal e b) Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio, em Dom Pedrito.	103
Figura 30 – Organograma de unidades de paisagem do Alto Camaquã/RS.	105
Figura 32 – Povoamentos Florestais Atuais no RS, salientando áreas de lavouras com florestamentos em Piratini e Pinheiro Machado.	112
Figura 33 – Aspectos do Arroio Pessegueiro e Afloramentos (a, b e c) e d) Cerro do Bugio.	115
Figura 34 – Paredões rochosos entre a Vila do Segredo e a Vila São José, Caçapava do Sul.	117
Figura 35 – Exemplos de afloramentos rochosos na Vila do Segredo e Vila São José.	118
Figura 36 – a) Croqui esquemático do Camping Galpão de Pedra; b) e c) Pedra do Sorvete e Pedra do Leão, respectivamente.	119
Figura 37– a) Cascata do Salso e b) Antigas instalações da Barragem do Salso, Caçapava do Sul.	121
Figura 38 – a) Morro da Angélica e b) Vista do Morro da Angélica para a BR-392, destacando o mosaico campo-floresta.	122
Figura 39 – a) Vista interior da Toca das Carretas e b) Vista da parte exterior da Toca das Carretas, destacando as “tocas” esculpidas nas rochas.	123
Figura 40 – Gruta da Varzinha, Caçapava do Sul.	125

Figura 41 – Guaritas, na região da Pedra das Guaritas e Capão do Cedro (na sede da Associação dos Moradores das Guaritas), Distrito de Minas do Camaquã/Caçapava do Sul.....	128
Figura 42 – Minas do Camaquã, Caçapava do Sul: a) Mina Uruguai a céu aberto e b) vista do alto da Pedra da Cruz para a Vila Minas do Camaquã.	129
Figura 43 – Pedra da Cruz, Minas do Camaquã, em Caçapava do Sul	130
Figura 44 – Pedra do Engenho, Minas do Camaquã, Caçapava do sul.....	131
Figura 45 – a) Cine Rodeio e b) Antiga casa de Baby Pignatari, Vila Minas do Camaquã, Caçapava do Sul.....	134
Figura 46 – Casa de Pedra, Complexo do Pico do Morcego em Bagé	135
Figura 47 – Casa de Pedra, Complexo do Pico do Elefante em Bagé	136
Figura 48 – Rincão do Inferno, Distrito de Palmas, Bagé.....	138
Figura 49 – Imagens da 13ª Descida do Camaquã, realizada em janeiro de 2008.	140
Figura 50 – Balneário do Paredão (Camping Zeferino Teixeira), Lavras do Sul.	143
Figura 51 – Afloramentos rochosos, próximos a Vila Ibaré, em Lavras do Sul.	144
Figura 52 – Vila Ibaré, 2º Distrito de Lavras do Sul.....	145
Figura 53 – Localização das propostas do Projeto Geoparques/CPRM 2009-2010.	152
Figura 54 – Título concedido pela Associação Internacional de Montanhas Famosas ao Alto Camaquã.....	154
Figura 55 – Mapa com a caracterização do potencial turístico dos municípios do RS – número de atrações.	160
Figura 56 – Mapa com a caracterização do potencial turístico dos municípios do RS – valoração das atrações.	161
Figura 57 – a) apicultura em Lavras do Sul e b) criação de cabras no Rincão do Inferno em Bagé.....	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Prioridade de Conservação da Biodiversidade no Alto Camaquã/RS	72
Quadro 2 – Bens tombados nos municípios em estudo	85
Quadro 3 – Estabelecimentos comerciais ligados ao turismo.	164
Quadro 4 – Capacidade Hoteleira em Números de Unidades Habitacionais (UH) por município	165
Quadro 5 – Sugestões de uso por atrativo ecoturístico do Alto Camaquã	173

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A – Diferentes denominações e classificações adotadas para o Escudo Sul-riograndense.....	190
Apêndice B – Ficha de inventário dos atrativos relacionados ao patrimônio natural geológico-geomorfológico do Alto Camaquã para o desenvolvimento do Ecoturismo	193
Apêndice C – Mapa dos atrativos ecoturísticos do Alto Camaquã.....	197

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. ECOTURISMO – CONTEXTUALIZAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA	18
1.1 As Dimensões do Ecoturismo em Meio à Natureza.....	18
1.2 A Interpretação Ambiental e as Técnicas de Manejo para a Visitação: um caminho para sustentabilidade do turismo.....	27
1.3 Geoconservação, Ecoturismo e Geoturismo: a proteção do patrimônio natural	29
1.4 Ecoturismo: uma alternativa para o (des)envolvimento local?	32
2. A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE PAISAGEM PARA O TURISMO E A ABORDAGEM GEOSISTÊMICA.....	42
2.1 Paisagem e Turismo	42
2.2 A Contribuição da Abordagem Geossistêmica nos Estudos de Paisagem	45
3. A CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM NO ALTO CAMAQUÃ	53
3.1 Localização e Características Físicas.....	53
3.2 Caracterização Socioeconômica do Alto Camaquã.....	61
3.3 O Alto Camaquã e o Pampa – Características e perspectivas para a conservação da paisagem.....	67
3.4 O Novo Modelo de “Desenvolvimento” para a Metade Sul: uma ameaça ao Pampa	75
4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	80
5. PATRIMÔNIO NATURAL E SOCIOCULTURAL DO ALTO CAMAQUÃ.....	82
5.1 O Patrimônio Histórico-cultural do Alto Camaquã.....	82
5.1.1 Lavras do Sul	86
5.1.2 Bagé.....	91
5.1.3 Caçapava do Sul	97
5.1.4 Dom Pedrito	101
5.1.5 Hulha Negra	103
5.2 As Unidades de Paisagem do Alto Camaquã	104
5.2.1 Sub-região Natural dos Planaltos Residuais de Piratini	108
5.2.1.1 Geossistema Solos Rasos, Estepe Arborizada e Afloramentos	109
5.2.1.2 Geossistema de Solos Rasos e Estepe Arborizada	110
5.2.1.2.1 GeofÁCIE Silvicultural.....	111
5.2.2 Sub-região Natural dos Planaltos Rebaixados de Caçapava do Sul.....	112
5.2.2.1 Geossistema Solos Podzólicos e Uso Agropecuário	113
5.2.2.1.1 GeofÁCIE de Afloramentos Arroio Pessegueiro	114
5.2.2.1.2 GeofÁCIE Vila do Segredo – Vila São José	115
5.2.2.1.3 GeofÁCIE Cascata do Salso.....	120
5.2.2.1.4 GeofÁCIE Morro da Angélica.....	121
5.2.2.1.5 GeofÁCIE Toca das Carretas	122
5.2.2.2 Geossistema Solos Rasos, Arborizados e Afloramentos.....	123
5.2.2.2.1 GeofÁCIE Gruta da Varzinha.....	124

5.2.2.2.2 GeofÁCie Guaritas – Minas do Camaquã	126
5.2.2.2.3 GeofÁCie Casa de Pedra	134
5.2.2.2.4 GeofÁCie Rincão do Inferno.....	137
5.2.3.1 Geossistema Solos Rasos, Estepe Arborizada e Afloramentos	141
5.2.3.1.1 GeofÁCie Balneário do Paredão	142
5.2.3.1.2 GeofÁCie Afloramentos do Ibaré.....	144
5.2.3.2 Geossistema de Solos Podzólicos e Savana-Estépica Arborizada ..	145
5.2.4 Sub-região Natural Planaltos Vulcânicos e de Acumulação Fluvial de Dom Pedrito.....	146
5.2.4.1 Geossistema de Topos de Coxilha	146
5.2.4.2 Geossistema de Várzeas e Áreas Agricultáveis	147
5.3 A Necessidade de Conservação de uma Paisagem Negligenciada: os Geoparques.....	147
5.4 O Potencial Ecoturístico Atualmente Aproveitado	155
5.5 Número de Atrativos Naturais e Potencial de Atração Ecoturística	159
5.6 A Infra-estrutura de Apoio ao Turismo.....	162
5.7 Sugestões de Aproveitamento da Infra-estrutura Disponível e do Potencial Produtivo para o Ecoturismo.....	170
CONSIDERAÇÕES FINAIS	175
REFERÊNCIAS.....	179

INTRODUÇÃO

O turismo é hoje uma das mais importantes atividades econômicas do mundo, abrangendo componentes sociais, culturais, políticos, ecológicos, psicológicos, e tecnológicos (PAIVA, 1995). Esta atividade, movida pela necessidade de descanso, de lazer e de fuga do cotidiano, tem sido desenvolvida sob diversas formas como, por exemplo, o Turismo Religioso, o Turismo no Espaço Rural, o Turismo de Aventura, o Ecoturismo, entre outras tipologias, que configuram diferentes alternativas à vida cotidiana, contribuindo para o bem estar e satisfação do homem.

Conforme destaca Queiroz (2000), o turismo na sociedade moderna pode ser entendido como um fenômeno histórico, nascido da extensão do tempo livre pela redução de tempo de trabalho, assim como do lazer e do estabelecimento de férias e finais de semana remunerados, do desenvolvimento dos transportes e do aumento dos salários, criando um novo modo de vida. Esta forma de turismo associada ao tempo livre é uma condição da Modernidade, considerando que o nascimento do turismo esteve, antes disso, ligado às peregrinações religiosas e expedições científicas.

Nesse contexto, o turismo é impulsionado pelo desejo de viajar, pelo prazer proporcionado pela descoberta de novas paisagens e pelo contato com outras culturas, sendo incorporado cada vez mais ao estilo de vida de um número significativo de pessoas que dispõe de recursos e de tempo livre para usufruí-lo. Para Barreto (1998), o fenômeno turístico possui aspecto social tão importante quanto o desenvolvimento econômico, possibilitando a expansão do ser humano, seja pelo divertimento, seja pela chance de conhecer novas culturas e lugares.

Entretanto, a massificação da atividade turística, provocada por diferentes fatores, tem imprimido sobre o planeta, impactos negativos. Estes impactos, decorrentes da forma como o turismo foi sendo desenvolvido e difundido pela sociedade moderna, resultam, principalmente, da ânsia em obter resultados econômicos em tempo reduzido, gerando a massificação do turismo em diferentes lugares. Estes lugares, encarados fundamentalmente como “matéria-prima” para o desenvolvimento do turismo têm sido submetidos a impactos ambientais e culturais, onde as comunidades receptoras são as principais prejudicadas.

Por outro lado, destaca-se que o Brasil apresenta um grande potencial para o desenvolvimento de diferentes tipologias de turismo, levando algumas regiões a realizar programas de planejamento e implantação turística como uma alternativa econômica a atividades deprimidas como a agricultura e/ou a pecuária.

Assim, algumas tipologias de turismo, impulsionadas por uma tendência mundial, caracterizada por um maior contato com a natureza, surgem como alternativa para a revitalização da economia e como forma de conservar e utilizar os “recursos” naturais de forma sustentável, na busca pela melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras. Estas tipologias de turismo de natureza desenvolvidas de acordo com os princípios da sustentabilidade podem atuar como objeto importante na proteção do meio ambiente.

Ao encontro dos objetivos destas tipologias alternativas de turismo, a interpretação da paisagem assume um papel preponderante. Isso porque ela atua como subsídio imprescindível para as práticas de Educação Ambiental (LIMA, 1998), nos aproximando da natureza e nos confrontando com as práticas predatórias de exploração dos recursos paisagísticos. Durante as experiências recreativas em meio à natureza, a interpretação da paisagem pode nos induzir a novas leituras sobre nós mesmos, modificando nossa conduta frente à conservação dos recursos naturais, encontrando novas e variadas perspectivas de sensibilização e conscientização (LIMA, 1998). Neste sentido, o propósito da interpretação da paisagem, não é apenas a instrução, o ensino, mas a provocação, o estímulo da curiosidade, a sensibilização do visitante frente à importância da conservação e valorização das paisagens.

Dessa forma, entre as diversas tipologias de turismo, destaca-se a dimensão que o Ecoturismo pode assumir na conservação do meio ambiente e dos interesses das populações locais, através de um uso e consumo do espaço voltado ao desenvolvimento da atividade turística de forma consciente e responsável e que, de certa maneira, possa atuar como uma estratégia de desenvolvimento local das áreas receptoras.

É a partir desta tendência que este trabalho possui como proposta de estudo o inventário dos atrativos naturais que compõem a paisagem do Alto Camaquã, enfocando a geodiversidade e o patrimônio natural de ordem abiótica da área em estudo, para a prática do Ecoturismo. O Alto Camaquã está localizado na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, no terço superior da Bacia Hidrográfica do Rio

Camaquã, situado entre a região da Campanha gaúcha e as Serras do Sudeste. Esta porção do estado compreende o território de oito municípios. Entretanto, para a realização deste trabalho, considerando a grande dimensão do território em questão, foi estabelecido um recorte de estudo obedecendo ao limite superior da Bacia do Rio Camaquã, englobando os municípios de Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul e Hulha Negra.

Embora os maiores atrativos do turismo de natureza estejam associados à conservação de paisagens com alta relevância de recursos bióticos, o território compreendido como Alto Camaquã se diferencia pela marcante presença de aspectos macro-estruturais do patrimônio natural (fatores geológico-geomorfológicos), como elementos capazes de potencializar o processo de desenvolvimento local e conservação da paisagem, por meio do Ecoturismo.

A partir dessa perspectiva, o objetivo central deste trabalho é discutir o potencial paisagístico natural e sociocultural do Alto Camaquã para o desenvolvimento do Ecoturismo, como uma ferramenta de desenvolvimento territorial endógeno e as políticas públicas de proteção da paisagem em estudo. Entre os objetivos específicos buscou-se: a) identificar os elementos paisagísticos naturais e socioculturais, capazes de promover o desenvolvimento de atividades ecoturísticas no Alto Camaquã; b) levantar e discutir o aproveitamento da infraestrutura e do potencial ecoturístico que atualmente é realizado e/ou aproveitado no Alto Camaquã; c) produzir um mapa dos atrativos ecoturístico, a partir do inventário do patrimônio natural ligado ao patrimônio geológico-geomorfológico e d) Discutir as potencialidades do Alto Camaquã para a criação de um Geoparque, visando à conservação e proteção dessa paisagem.

Do ponto de vista de Mussoi; Santos (2006), o Ecoturismo toma uma posição fundamental dentro do cenário turístico e, ainda mais, dentro da questão ambiental local e global. Isso porque além de ser uma atividade econômica desenvolvida sobre bases sustentáveis, é uma prática que promove a sadia relação entre os povos, incentiva a conservação do meio ambiente do qual depende e promove a Educação Ambiental através da interpretação da paisagem.

A preocupação com as questões ambientais, ligada a crise ambiental vivenciada hoje, incorporou ao turismo o conceito de sustentabilidade. Dessa forma, busca-se um novo posicionamento em relação ao caráter eminentemente econômico da atividade turística, na tentativa de encontrar formas alternativas ao modelo de

turismo convencional de massa. Neste sentido, entende-se que o Ecoturismo constitui-se em uma dessas alternativas, proporcionando a áreas “periféricas” que não se incluíram na dinâmica modernizadora do capital e que dispõem de rico potencial paisagístico, uma excelente alternativa de valorização cultural e complementação de renda, desde que as atividades desenvolvidas respeitem o ritmo e a capacidade de resiliência da natureza e das comunidades envolvidas.

1. ECOTURISMO – CONTEXTUALIZAÇÕES E REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA

1.1 As Dimensões do Ecoturismo em Meio à Natureza

A relação de dominação estabelecida com a natureza, resultado do modelo de pensamento dominante gerado pela Modernidade, culminou na crise ambiental vivenciada hoje. Assim, para poder entender e, principalmente, dominar a natureza, o homem partiu para o uso de um racionalismo cartesiano que, ao mesmo tempo em que distancia a sociedade dos ritmos da natureza, ignora os efeitos sinérgicos desta exploração e suas conseqüências para a sobrevivência da vida no planeta. A partir deste distanciamento o homem promoveu o exacerbamento da exploração dos “recursos” naturais em nome do desenvolvimento econômico ilimitado, caminhando assim para a crise ambiental. Neste sentido, Capra (1996) reforça que a crise ambiental é fruto de uma “crise de percepção”, uma crise no modo como lidamos com a natureza e que pode ser medida pela distância que existe ente o meio ambiente e a nossa sociedade moderna.

Leff (2000, p. 260) acredita que:

A degradação ambiental manifesta-se (...) como um sintoma de uma crise de civilização marcada pelo modelo de modernidade, em que o desenvolvimento da tecnologia predomina sobre a natureza. A questão ambiental problematiza as próprias bases da produção e aponta para a desconstrução do paradigma econômico da modernidade, bem como para a construção de futuros possíveis, fundados nos limites que estabelecem as leis da Natureza, assim como nos potenciais ecológicos da cultura e da criatividade humana.

Ainda com base em Leff (2000), entendemos que alterar nossa percepção em relação ao ambiente exige grandes mudanças na forma de pensar e agir por parte de todos, confrontando os limites e as necessidades colocadas pelo modo de produção dominante. Após as décadas de 1960 e 1970, a emergência das questões ambientais, acompanhada de um processo crescente de revalorização dos elementos paisagísticos naturais e proteção dos “recursos” naturais, tem sido empreendida na direção do desenvolvimento sustentável, como uma forma de reaproximação entre homem e natureza, e principalmente, pela tomada de

consciência em relação aos desajustes gerados pelo atual paradigma econômico de desenvolvimento adotado.

Rodrigues (2001), afirma que este movimento de valorização do meio ambiente é decorrente da difusão do pensamento ambientalista que, aliado à degradação das condições de vida nas grandes cidades (poluição, violência, stress), vem estimulando um retorno e uma revalorização da natureza e das tradições locais por parte das populações urbanas.

É dentro deste contexto que Chinaglia (2007, p. 51), ressalta que “(...) um dos meios pelo qual o homem tem se reaproximado da natureza é por intermédio do Ecoturismo”. Este crescente interesse resultou justamente no espectro de alternativas ao turismo de massas, incorporando, naturalmente em sua concepção todos os princípios do turismo alternativo e adquirindo identificação própria ao buscar na natureza sua fonte de inspiração, afirmando-se assim, como uma das mais importantes opções de turismo alternativo na atualidade (PIRES, 2002).

O Ecoturismo configura-se como uma tipologia de turismo relativamente nova, que vem crescendo mundialmente a cada ano, tendo como principal característica o aproveitamento do patrimônio natural de forma sustentável, buscando sua proteção por meio da sensibilização e da Educação Ambiental. Valoriza, assim, os elementos paisagísticos naturais e os benefícios gerados às comunidades receptoras, visando à satisfação das necessidades educacionais e de consciência ambiental de turistas que buscam um turismo diferenciado e alternativo às condições de vida urbana.

Faco; Neiman (2010) afirmam que o pioneiro a utilizar a terminologia Ecoturismo foi Ceballos-Lauscuráin, em 1983, definindo-o como uma forma de viagem na qual a presença significativa de elementos paisagísticos naturais é o fator fundamental, sendo, portanto, uma atividade muito importante para a conservação ambiental.

Para Ceballos-Lauscuráin (1999, p. 25):

Há apenas alguns anos, a palavra ecoturismo não existia e muito menos os princípios que hoje ela representa. (...) Foi somente com o advento da viagem aérea a jato, com a enorme popularidade dos documentários televisivos sobre natureza e sobre viagens, e com o interesse crescente em questões ligadas à conservação e ao meio ambiente, que o ecoturismo passou a ser verdadeiramente um fenômeno característico do final do século XX e, tudo leva a crer, do século XXI.

O turismo realizado em áreas naturais sempre existiu. Entretanto, desde a década de 1980, tem havido um aumento considerável desse tipo de viagem onde o termo “Ecoturismo” passou a designar atividades turísticas fortemente ligadas à natureza e desenvolvidas em áreas com predomínio de elementos paisagísticos naturais, onde o visitante além do prazer do contato com a natureza procura algum aprendizado sobre os componentes do local visitado e da comunidade receptora.

Esta modalidade de turismo surgiu então, principalmente, pelo interesse em formas não massificadas de turismo e pelo enaltecimento da calma, do contato com a natureza, do desejo pela aventura e da curiosidade em conhecer, de forma mais aprofundada, as regiões visitadas (CÉSAR, et al, 2007). Com o passar do tempo e com a evolução dos estudos relacionados ao turismo de natureza, vários autores passaram a ter a preocupação em conceitualizar e caracterizar as atividades de Ecoturismo, surgindo assim, diferentes enfoques elaborados por autoridades, técnicos e estudiosos que orientam as atividades de turismo. Entre eles, o Instituto Brasileiro de Turismo – EMBRATUR – (1994) formula o conceito oficial brasileiro, que diz que o Ecoturismo é:

(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. (EMBRATUR, 2004, p. 19).

Esta é uma das conceituações de Ecoturismo mais citadas; porém, outra interpretação mais completa, proposta por Wearing; Neil (2001) salienta que o Ecoturismo pode ser geralmente descrito como um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas. Através dessa definição, podemos destacar claramente três princípios básicos do Ecoturismo, onde a palavra “interpretativo” denota a importância das atividades ecoturísticas estarem voltadas à Educação Ambiental. A palavra “discreto” sugere o baixo número de visitantes e a não massificação na realização do Ecoturismo, de forma que o meio ambiente não sofra com a exploração ilimitada dos recursos paisagísticos de um determinado território. Já a palavra “conservação”, exprime a necessidade de cuidado e respeito aos limites do meio ambiente.

Além desses princípios, acrescentamos que o Ecoturismo pode ser interpretado como um meio para o aumento da compreensão dos valores ambientais, devido à mudança do modo como a paisagem passa a ser percebida pelos praticantes da atividade.

Em virtude dos diferentes enfoques sobre o significado do Ecoturismo, vários termos são utilizados para se referir à mesma atividade, como “turismo de natureza”, “turismo sustentável”, “turismo verde”, “turismo responsável”, “turismo ecológico”, “turismo ambiental”, entre outros, sendo que cada um desses termos apresenta aspectos bem próximos uns dos outros (FACO; NEIMAM, 2010). Entretanto, entre todas as definições existentes para o termo “Ecoturismo” a garantia da conservação ambiental, a Educação Ambiental e os benefícios gerados para as comunidades receptoras, estão sempre presentes, independente da denominação adotada.

Assim, o Ecoturismo não representa apenas uma atividade que une turismo e natureza, mas reflete também, alguns princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo aspectos socioculturais centrados, particularmente, no resgate e valorização das culturas locais onde é desenvolvido. Neste sentido, o Ecoturismo está indiscutivelmente vinculado à Educação Ambiental, permitindo ao turista a interpretação da riqueza paisagística das regiões visitadas (Figura 1). Na realidade, o que se deve buscar é uma interação do visitante com o meio ambiente em que este se encontra, através da interpretação adequada do local e da compreensão de suas especificidades (MACHADO, 2005).

Nesse contexto, o Ecoturismo é uma atividade que, em primeiro lugar, promove o reencontro do homem com a natureza, possibilitando que este possa observar e interpretar os elementos paisagísticos naturais, através da contemplação da paisagem e das informações e conceitos que são passados no momento da visita. Esse aprendizado permite que o turista tenha a possibilidade de transformar e renovar seu comportamento cotidiano, ao entrar em contato com experiências que o levam a refletir sobre sua própria existência e sobre o equilíbrio da natureza. Objetiva-se, assim, a incorporação e tradução destas reflexões na forma de comportamento e posturas no seu lugar de origem, permitindo também que o turista compreenda e tenha consciência da importância de preservar o meio ambiente, a história e a cultura dos lugares de visita.

Dessa forma, o Ecoturismo se caracteriza por apresentar um conjunto particular de princípios de respeito à natureza e à cultura local, onde os ecoturistas

são pessoas que se apresentam motivadas para aprender sobre aspectos da natureza e das culturas visitadas, esperando o fornecimento de um nível apropriado de explicação.

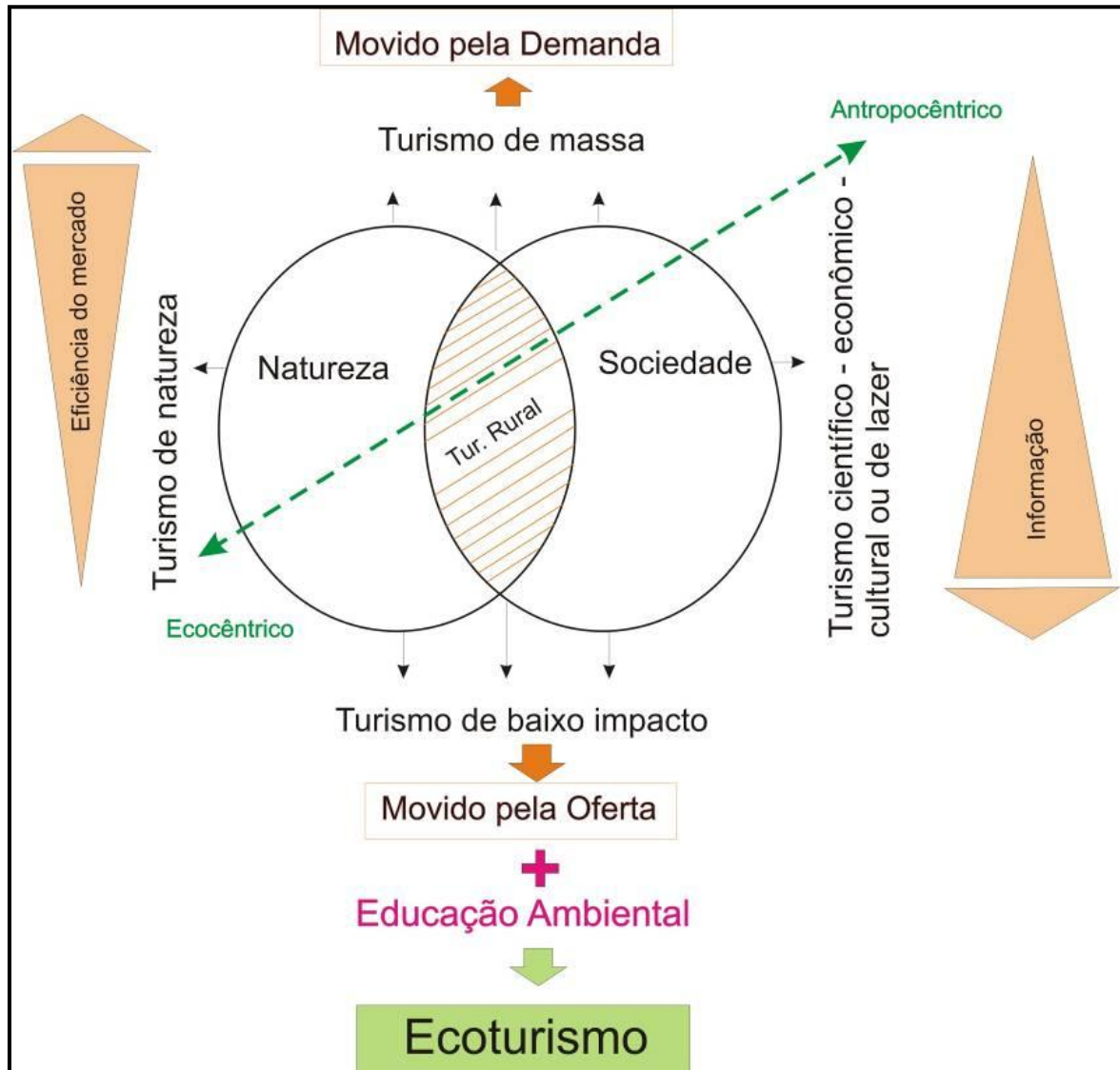


Figura 1 – Esquema de representação do Ecoturismo, a partir da aliança entre o turismo de baixo impacto e o processo de interpretação promovido pela Educação Ambiental.

Fonte – DEGRANDI, S. M.; FIGUEIRÓ, A. S. (2009).

A princípio, o Ecoturismo delimita uma ruptura com as formas tradicionais de visitar a natureza, ao pautar-se pela busca prioritária da conservação dos ecossistemas e pela sustentabilidade da atividade, tomada inclusive, como forma de viabilizar economicamente a própria preservação ecológica (JESUS, 2003). Na verdade, o carácter alternativo do Ecoturismo representa assim, um contraponto às

práticas predatórias identificadas em tipologias de turismo despreocupadas com a conservação ambiental.

O Brasil possui uma política nacional de Ecoturismo, redigida em 1994, pelo Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT), Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (MMA), IBAMA, EMBRATUR, empresários e consultores que formaram um Grupo de Trabalho. Este grupo formulou as diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, definindo os principais objetivos desta política.

Conforme o documento, elaborado pelo Grupo de Trabalho Interministerial coordenado pela EMBRATUR (1994) estes objetivos compreendem:

(...) compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais; fortalecer a cooperação interinstitucional; possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor; promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo; promover, incentivar e estimular a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade de ecoturismo; promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental. (EMBRATUR, 1994, p. 20).

Hoje o país procura implementar esta política através de programas em nível regional e local, porém há inúmeros problemas burocráticos, conceituais e financeiros para sua implementação efetiva, além de movimentar interesses políticos em função do potencial de atração de recursos que a atividade pode atrair (EMBRATUR, 2010).

O Ecoturismo estabelece inter-relações cada vez mais estreitas com a conservação e a Educação Ambiental do ambiente em que é realizado, embora algumas práticas "vendidas" como ecoturísticas, estejam mais voltadas à exploração econômica dos recursos paisagísticos, do que com a conservação do patrimônio natural e histórico-cultural das áreas visitadas. Todavia, as atividades desenvolvidas sem a adequada preocupação com a conservação e com o sentido da visita em áreas naturais, podem levar em pouco tempo, a degradação dessas áreas e a impactos ambientais irreversíveis.

No âmbito das Unidades de Conservação, a atividade ecoturística é reforçada por uma decisão oficial, sensível ao aumento da demanda que ocorre a partir dos anos 1990, expressa nas Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (MITC/MMA, 1994). Desta forma, entre as diretrizes elaboradas, encontra-se a orientação de atividades ecoturísticas nas Unidades de Conservação (UCs), onde aparece a possibilidade do uso da Educação Ambiental na geração de recursos para

a manutenção das Unidades, garantindo a sustentabilidade financeira destes locais. Ao mesmo tempo em que esta atividade sinaliza com a capacidade auto-sustentada, por meio das parcerias público-privadas em UCs, causa preocupação a inserção da “lógica de mercado” (com todos seus pressupostos de racionalização e produtividade) nos programas interpretativos que venham a ser elaborados.

Outra questão bastante discutida em relação ao Ecoturismo é a de que esta atividade não apresenta impactos negativos, tanto ao meio ambiente, quanto às comunidades onde se desenvolve. Entretanto, esta forma de turismo também pode apresentar, como qualquer outra atividade econômica, impactos negativos tais como: a fragmentação da cultura local e a simplificação da complexidade do lugar de visitado, a degradação do patrimônio natural e histórico-cultural, a introdução de espécies exóticas, a interferência na autopercepção e no pensamento comunitário, a instalação de segundas-residências (aumentando a disputa por espaço e a especulação imobiliária), entre outros efeitos. A fragilidade dos ecossistemas naturais muitas vezes não comporta certas atividades, comprometendo e alterando as paisagens, explorando “lugares intocados” que, em muitos casos, constituem-se em ecossistemas frágeis. Além disso, toda a cultura da comunidade residente é submetida a certas mudanças pelo “choque” entre as diferentes culturas no processo de visitação. Dessa forma, afirmar que o Ecoturismo apenas traz mudanças positivas e benefícios aos locais onde se desenvolve é um equívoco, já que este fato depende da forma e do contexto em que esta atividade se insere.

Outro ponto a ser destacado, refere-se às diversas especializações ou modalidades de atividades turísticas comumente associadas ao Ecoturismo, mas que, no entanto, se constituem mais propriamente em Turismo de Aventura. O Turismo de Aventura é uma tipologia de turismo relacionada à realização de esportes radicais em meio à natureza, utilizando para isso, equipamentos especiais no desenvolvimento das atividades turísticas.

Conforme destacam Clarino; Ueda (2006), as modalidades de Turismo de Aventura, apesar de recentes, já concentram grande quantidade de praticantes, englobando as práticas esportivas tanto em água, como no ar e em terra. Algumas dessas modalidades são: Flutuação, Rafting, Bungee Junping, Paraquedismo, Cicloturismo, Montanhismo, Trekking (caminhada), Canionismo, Espeleoturismo, Off Road, entre outras. Inicialmente muitas das atividades citadas eram relacionadas a ações de Ecoturismo, e hoje compõe uma tipologia de turismo a parte, que necessita

se estruturar melhor e identificar suas características e exigências (MACHADO, 2005).

Neste sentido é válido lembrar a definição de Turismo de Aventura, proposta pela Oficina de Turismo de Aventura promovida pela EMBRATUR em Caeté (MG), realizada em 2001, a qual Machado (2005) transcreve:

Segmento de mercado turístico que promove a prática de atividades de aventura e esportes recreacionais, em ambientes naturais e espaços urbanos ao ar livre, que envolvam emoções e riscos controlados, exigindo o uso de técnicas e equipamentos específicos, a adoção de procedimentos para garantir a segurança pessoal e de terceiros e o respeito ao patrimônio ambiental e sociocultural (MACHADO, 2005, p. 186).

Cabe enfatizar que estas modalidades de turismo não podem ser encaradas genericamente como Ecoturismo pelo fato de muitas estarem sendo desenvolvidas sem qualquer preocupação com a interpretação ambiental ou com a Educação Ambiental, tendo apenas a natureza como palco e onde o espírito de aventura e a superação de limites pessoais são os motivadores predominantes. Diante do exposto, torna-se evidente que existe uma grande diferença entre Ecoturismo e Turismo de Aventura.

O Ecoturismo caracteriza-se por ser uma modalidade de turismo não massificada, movida pela oferta, designando um turismo de baixo impacto e onde os elementos paisagísticos naturais assumem a centralidade no processo de visitação. Já algumas modalidades de turismo desenvolvidas na natureza, como os esportes de aventura citados anteriormente, constituem-se naturalmente em um tipo de turismo movido pela demanda e que, portanto, na maioria das vezes, se constituem em roteiros massificados ou regulados apenas pelo alto custo de realização.

Todavia, a maior parte dos pacotes oferecidos por agências de viagens através de parcerias privadas ou de entidades governamentais e não-governamentais, que organizam experiências de vivência na natureza, denominam estas experiências de "Ecoturismo". Mas, como vimos, poucos pacotes oferecidos podem ser considerados realmente como Ecoturismo, já que as atividades praticadas nestas viagens não condizem com os princípios expostos anteriormente.

Quanto mais o turismo for considerado de massa, mais de acordo ele estará com a eficiência do mercado capitalista e, portanto, não se enquadrará nas dimensões propostas por qualquer tipologia de turismo alternativo.

Clarino; Ueda (2006, p. 238) ressaltam ainda que o turismo de massa é:

(...) aquele turismo que venha preencher as necessidades das pessoas de visitarem os lugares estando em muitos casos inseridas no programa das agências de viagens. Muitas vezes o turista nem conhece a realidade local, pois fica dependente desta rotina programada, com horários e eventos aos quais está sujeito e que, não permitem (ou estes não desejam) conhecer a realidade local.

A princípio, o Ecoturismo não pode ter como prioridade o potencial econômico para o desenvolvimento do turismo, mas sim, deve se desenvolver colocando os aspectos naturais e culturais das comunidades visitadas em evidência no processo de planejamento turístico e na busca da sustentabilidade. Assim, as modalidades de turismo massificadas, onde os visitantes não estabelecem qualquer relação de interesse e interação com o meio ambiente e com as comunidades locais, se enquadram fora dos princípios propostos pelo Ecoturismo.

Entretanto, há autores que consideram essas duas modalidades de turismo como complementares. Este exemplo pode ser observado em um estudo realizado na Ilha de *Phuket*, Sul da Tailândia, cujos resultados foram publicados na Revista *GeoJournal* (2004), pelo pesquisador *Nick Kontogeorgopoulos*. Até meados da década de 1970, a mineração, a pesca e a extração de borracha eram as principais atividades econômicas em *Phuket*. Depois disso, incentivos do próprio governo à agências privadas de turismo, transformaram rapidamente a ilha em um típico “resort” à beira-mar. No final da década de 1980, o reconhecimento de que o turismo convencional estava causando impactos negativos em *Phuket*, somado ao crescente interesse pelo turismo de natureza, estimulou um movimento em direção a oferta de pacotes turísticos alternativos.

Assim, ao contrário da convencional noção de que Ecoturismo e turismo de massas devam existir como fenômenos separados, o estudo argumenta que em *Phuket* o desenvolvimento e a sobrevivência do Ecoturismo apenas foi possível porque circunstâncias locais específicas, como a presença de áreas naturais próximas aos grandes hotéis, com infra-estrutura e comodidade oferecida aos turistas e pela crescente procura por vivências na natureza, garantiram a sobrevivência econômica das atividades de Ecoturismo desenvolvidas por agências locais de turismo.

1.2 A Interpretação Ambiental e as Técnicas de Manejo para a Visitação: um caminho para sustentabilidade do turismo

O princípio básico para o estabelecimento de uma sociedade sustentável passa pelo reestabelecimento do contato entre homem e natureza, a partir do momento em que possamos entender que fazemos parte dessa natureza. Para isso, o meio ambiente deve ser interpretado, a fim de que possa sensibilizar para as diferenças de tons, ritmos, formas e finalidades. Nesse sentido, as atividades desenvolvidas em meio à natureza, a partir do Ecoturismo, podem atuar no sentido de sensibilizar e despertar a consciência do homem em relação à natureza, confrontando-o com os limites da insustentabilidade da vida moderna e contribuindo para um processo de reflexão que leve à mudança de comportamentos e à transformação social.

A interpretação ambiental, o manejo do processo de visitação e os estudos de capacidade de carga, consideradas técnicas para potencializar os impactos positivos e minimizar os negativos, são imprescindíveis para o desenvolvimento de qualquer atividade ecoturística. Os impactos causados pela recreação podem afetar a paisagem de uma determinada área, mas podem ser minimizados através do planejamento e manejo, adequado a cada ecossistema.

A interpretação ambiental é uma característica fundamental para o desenvolvimento de atividades ligadas ao Ecoturismo podendo ser entendida como uma forma de conhecer e sentir a natureza, a partir das suas múltiplas dimensões, aumentando a interação das pessoas com os lugares e garantindo a experiência de visitação. É considerada uma técnica didática flexível e moldável às mais diversas situações, que busca mediar o processo de compreensão dos fenômenos da natureza para determinado público-alvo, em linguagem adequada e acessível, utilizando os mais variados meios auxiliares para tal (PAGANI et al ,1996).

A interpretação ambiental procura, sobretudo, provocar o sentimento de pertinência à natureza, com o objetivo básico de revelar os significados, relações ou fenômenos naturais por intermédio de experiências práticas e meios interpretativos, ao invés da simples comunicação de dados e fatos. Para isso, pode utilizar diversas técnicas e recursos como filmes ou documentários, placas interpretativas ao longo de trilhas e trajetos, mapas, folhetos e painéis explicativos, apresentações em slides, guias treinados, entre outros recursos, para a sensibilização e compreensão do meio

ambiente, buscando o máximo de interação possível do visitante e envolvendo-o ativamente no processo de aprendizagem. A interpretação enriquece a experiência do visitante, pois permite que este entenda melhor o que está sendo vivenciado, relacionando o conteúdo da interpretação com a própria experiência (CÉSAR et al, 2007).

Uma das ferramentas utilizadas para a interpretação ambiental, e que são fundamentais também como infra-estrutura de apoio ao Ecoturismo são as trilhas interpretativas. As trilhas constituem-se em um conjunto de caminhos e percursos planejados e construídos para desempenhar diversas funções. Dentre os objetivos de um sistema de trilhas está a própria interpretação da natureza, ao promover a viagem e travessia ao longo de paisagens que serão observadas e interpretadas pelo público, com o objetivo de compartilhar experiências e informações que levem o visitante a apreciar e entender o meio ambiente, mas principalmente, cooperar em sua conservação.

Alguns problemas de impactos causados pela visitação freqüente podem ser minimizados pelo planejamento das atividades turísticas. Assim é importante adaptar estes locais para a visitação sem gerar grandes impactos, levando sempre em conta a capacidade de carga. A capacidade de carga turística incorpora dois aspectos centrais; primeiro incorpora o componente da natureza, que se refere à integridade dos recursos e, segundo, o aspecto comportamental, que reflete a qualidade da experiência turística.

Dessa forma, a capacidade de carga turística pode ser entendida, segundo Mathieson; Wall, (1982 apud César et al, 2007, p. 14) como "(...) o número máximo de pessoas que podem utilizar um ambiente de lazer sem causar um declínio inaceitável na qualidade da experiência recreativa". Em outras palavras, a capacidade de carga turística é a quantidade máxima de pessoas que um local suporta, a fim de não causar efeitos adversos excessivos sobre o ambiente e a população residente, bem como sobre a experiência do visitante.

Qualquer local onde se esteja desenvolvendo o Ecoturismo deve possuir mecanismos de controle dos possíveis impactos gerados. O desenvolvimento do Ecoturismo apenas deve ocorrer quando os impactos ambientais são avaliados e considerados aceitáveis. Em áreas onde há razões para se acreditar que o risco de degradação ambiental é maior do que a capacidade de controlar os impactos da

visitação, o Ecoturismo não deverá ocorrer, mesmo que a demanda turística e o potencial econômico sejam grandes (MITRAUD et al, 2003).

Além disso, quando se pensa no desenvolvimento do turismo em locais onde predominam elementos paisagísticos naturais deve-se alertar para alguns aspectos como, por exemplo, instalações e infra-estruturas adequadas e incorporadas à paisagem do local, a poluição sonora e do ar, a preocupação com a coleta de lixo e tratamento de esgoto, entre outras preocupações (CÉSAR et al, 2007).

O incremento das atividades ligadas ao turismo sem controle pode levar a uma degradação dos habitats naturais das espécies e a degradação de espaços naturais pelo mau uso ou pelo próprio vandalismo e depredação provocados por um turismo sem controle. Para evitar tais impactos negativos, são necessários estudos de capacidade de carga e em relação à fauna e flora local, no sentido de tentar minimizar os efeitos negativos que o Ecoturismo pode proporcionar ao meio ambiente.

1.3 Geoconservação, Ecoturismo e Geoturismo: a proteção do patrimônio natural

O turismo de natureza representa um setor da atividade turística que têm crescido de maneira espantosa em nível mundial. A partir desse crescente interesse, o Brasil apresenta uma vantagem peculiar, seja pela grande parcela de áreas naturais existentes, seja pela enorme geo-bio-sociodiversidade produzida pelas variações do quadro natural e seu processo histórico de ocupação.

Embora os maiores atrativos deste segmento em nível mundial estejam associados à conservação de paisagens com alta relevância de recursos bióticos, o uso de feições geológico-geomorfológicas como atrativos turísticos têm avançado significativamente em locais de patrimônio geológico e paisagístico de valor singular.

No Brasil ainda existe uma grande negligência quanto às leis de proteção e conservação do patrimônio natural abiótico, ao contrário do que ocorre com elementos da biodiversidade e da cultura. A ênfase nos processos de conservação da natureza esteve, na maioria das vezes, focada na conservação de aspectos bióticos, ou seja, na biodiversidade, em detrimento da conservação dos componentes abióticos dos territórios (PEREIRA, 2010). Entretanto, o Sistema

Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) garante certa proteção aos sítios geológicos através da criação de algumas categorias, especialmente através da modalidade de Monumentos Naturais, que pode inserir, isoladamente, a proteção do patrimônio geológico-geomorfológico.

Para Pereira (2010, p.09):

O patrimônio natural é composto por elementos bióticos, que integram a biodiversidade, e elementos abióticos, que compõem a geodiversidade. Historicamente, todas as iniciativas voltadas para a conservação deste patrimônio estiveram focadas, na sua quase totalidade, na conservação dos seus componentes bióticos, de modo que a conservação da natureza acabou por ser quase que um sinônimo exclusivo desta vertente. Todavia, a conservação dos elementos de destaque da geodiversidade, cujo conjunto representa o patrimônio geológico, é conhecida por geoconservação e foi relegada a um papel menor, ou mesmo inexistente, dentro das temáticas de conservação da natureza.

A conservação dos aspectos geológico-geomorfológicos, denominada geoconservação, começou a ser discutida com maior ênfase a partir do final do século XX (PEREIRA, 2010), podendo ser sintetizada como a proteção do patrimônio natural de caráter abiótico, bem como a proteção de sítios e paisagens de excepcional beleza cênica e/ou interesse geológico, que compõem a geodiversidade.

O Serviço Geológico do Brasil – CPRM (Companhia de Pesquisa de Recursos Naturais), em livro organizado por Silva (2008) define geodiversidade como:

(...) natureza abiótica (meio físico) constituída por uma variedade de ambientes, fenômenos e processos geológicos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, solos, águas, fósseis e outros depósitos superficiais que propiciam o desenvolvimento da vida na Terra, tendo como valores intrínsecos a cultura, o estético, o econômico, o científico, o educativo e o turístico. (SILVA, 2008, p. 12).

A valorização dos aspectos geológico-geomorfológicos, através da geoconservação, e sua procura como atrativo turístico ligado ao turismo de natureza, resultou na elaboração do termo “Geoturismo” para designar o turismo voltado a aspectos abióticos dos locais visitados, garantido a divulgação deste tipo de patrimônio natural.

Nascimento et al (2007) destaca que embora as atividades de Geoturismo já venham ocorrendo há muito tempo, este termo passou a ser amplamente divulgado na Europa, após ter aparecido pela primeira vez em uma revista de interpretação

ambiental, em 1995, sendo conceituado pelo pesquisador inglês Thomas Hose. Para Hose (2000 apud Nascimento et al 2007, p. 5) o Geoturismo caracteriza-se pela:

(...) provisão de facilidades interpretativas e serviços para promover o valor e os benefícios sociais de lugares e materiais geológicos e geomorfológicos e assegurar sua conservação, para o uso de estudantes e turistas e outras pessoas com interesse recreativo ou de lazer.

O Geoturismo, em linhas gerais, pode ser definido como uma tipologia de turismo voltado ao patrimônio natural abiótico, caracterizado pelo interesse na geodiversidade e em sua conservação por meio da interpretação e da Educação Ambiental, buscando o desenvolvimento das comunidades locais sobre bases sustentáveis. A diversidade de aspectos geológico-geomorfológicos – a geodiversidade – se configura como a principal motivação na busca por este tipo de turismo, podendo abranger afloramentos de rochas, minerais, ocorrência de fósseis, cavernas, quedas d' água ou mesmo paisagens que possuam um significado didático, científico, cultural e/ou turístico. Dessa forma, assim como o Ecoturismo o Geoturismo possui os mesmos princípios ligados à conservação ambiental e a promoção de meios interpretativos da natureza.

Medeiros; Nascimento (2010) salientam que a partir de 1990 a temática envolvendo o trinômio geodiversidade, geoconservação e geoturismo tem sido alvo da atenção de geocientistas em todo o mundo, crescendo, particularmente, entre os geógrafos físicos, com o objetivo de identificar, valorar, divulgar e proteger formas e estruturas exuberantes que representem elementos interpretativos da evolução natural da Terra e que tenham importância científica, didático-paisagística, ecológica ou turística.

Para Schobbenhaus Filho (2010, p. 7):

É necessário acrescentar que o Geoturismo não vem se sobrepor ao Turismo de Natureza, vem antes acrescentar e combinar outros valores inerentes aos conceitos de Geodiversidade e Desenvolvimento Local. O geoturismo necessita de ter outras valências para além da Geodiversidade, não só para diversificar a oferta como também para contribuir para o desenvolvimento sustentável. (...) A um local com um rico Patrimônio Geológico junta-se os valores das abordagens histórica, cultural e natural (biológica e geológica). Quando um geoturista visita uma região tem também necessidade de visitar uma cidade histórica, uma igreja, um forte colonial ou um monumento qualquer. Ao mesmo tempo quer conhecer a realidade das tradições do local que visita, os museus, a gastronomia típica, a música, as danças ou o artesanato.

Como forma de aproveitamento do potencial geológico-geomorfológico envolvendo a conservação das geoformas¹ através do desenvolvimento do turismo, o Geoturismo assim como o Ecoturismo, desempenha um papel importante no processo de interpretação da paisagem e da Educação Ambiental. Teoricamente a separação/vinculação dos termos Geoturismo e Ecoturismo, vêm sendo discutida por alguns autores, mas ainda não há um consenso geral. Alguns autores, a exemplo de Dowling; Newsome (2006) consideram o Geoturismo como um subsegmento do Ecoturismo. Assim, entendemos que a promoção do patrimônio natural geológico-geomorfológico, através do Geoturismo está inserida, na verdade, dentro do Ecoturismo, representando a união entre biodiversidade e geodiversidade, promovendo o desenvolvimento de um turismo sustentável, baseado no patrimônio natural dos territórios, seja ele vinculado à biodiversidade ou a geodiversidade.

O patrimônio natural abrange formações biológicas, geológicas, habitats naturais, entre outras, considerados excepcionais e que tenham valor científico, de conservação ou estético. Assim, se considerarmos que o Ecoturismo é movido pelo interesse na promoção e na conservação do patrimônio natural, ele abarca tanto o patrimônio natural ligado à biodiversidade quanto o patrimônio natural ligado à geodiversidade.

1.4 Ecoturismo: uma alternativa para o (des)envolvimento local?

Tanto o planejamento ambiental como a educação são imprescindíveis para a gestão sustentável do meio ambiente e das atividades nele desenvolvidas por meio do turismo. Dessa maneira, o desenvolvimento do Ecoturismo, independente do espaço no qual será realizado, precisará estar assentado em um planejamento adequado, envolvendo a educação e interpretação ambiental, caminhando para um processo de desenvolvimento local sustentável. Cabe aqui estabelecermos uma breve reflexão acerca do contexto etimológico em que adotamos a idéia de desenvolvimento local sustentável.

¹ O termo geoformas não é utilizado com muita frequência pelas geociências. Entretanto, tal termo é utilizado neste trabalho para designar toda e qualquer forma de superfície produzida por processos geomorfológicos e geológicos, dotadas de alguns valores (científico, didático-paisagístico, educativo, estético e/ou turístico) (MANOSO, 2010).

No sentido literal da língua portuguesa, o “desenvolvimento” é entendido como “a retirada daquilo que envolve”. Tal “envoltório”, cuja concepção o senso comum toma emprestado das ciências da vida, representa tudo aquilo que impede o crescimento, a evolução para um estágio superior de existência. Assim, transposto de forma literal à compreensão da evolução social, o conceito de desenvolvimento passa a professar a falsa idéia de que a cultura local e os saberes tradicionais representam o “invólucro” a ser rompido, para que as comunidades e os lugares se abram para um estágio “superior” de vida, identificado com os processos de aceleração dos processos, tecnologização da vida e consumo massificado.

Entretanto, a noção de “desenvolvimento” adotada neste trabalho sinaliza para o processo de transformação social e de elevação das oportunidades da sociedade em relação à melhoria da qualidade de vida, equidade social e aproveitamento dos “recursos” naturais e socioculturais endógenos do território, de forma sustentável, garantindo a conservação ambiental e a movimentação econômica, sem com isso destruir o meio ambiente.

O desenvolvimento local baseia-se, acima de tudo, no desenvolvimento humano que fortalece a capacidade de organização e inclusão social através das potencialidades e particularidades que se encontram presentes nas localidades e que fazem parte do capital social destas. Esta é a concepção que temos da idéia de desenvolvimento local sustentável, uma vez que os princípios de criação de uma sociedade sustentável baseiam-se justamente no caráter endógeno do processo, a partir da valorização da cultura e dos recursos próprios dos territórios.

Diante dessa questão, Sato (2001, p. 22-23) chega a propor:

Talvez seja o momento de substituímos este termo por somente “envolvimento”. Um envolvimento humano que se posicione além do poder econômico, mas que atente às necessidades sociais, ecológicas e também as espirituais, compreendendo a ética, a paixão e a solidariedade como patamares fundamentais para qualquer envolvimento que tenha clareza da globalidade da Terra em sua diversidade. Que reconheça que a beleza da vida ancora-se na pluralidade e que os modelos gerados por aquelas plataformas políticas não conseguiram responder aos desafios da fome e da miséria no planeta.

O turismo tem sido empreendido e adotado pelas estratégias de desenvolvimento de vários países, sendo a dimensão econômica a que mais têm chamado atenção de estudiosos, planejadores, governantes, assim como da mídia que comumente alardeia sobre as estimativas de crescimento em curto prazo, tendo

em vista a velocidade com a qual a prática se propaga em escala planetária, não desconsiderando nenhum território (RODRIGUES, 2007).

No entanto, a utilização do turismo para este fim deve ser cuidadosamente analisada, tendo em vista os problemas trazidos pelo turismo de massa e exploratório que reduzem a relação entre turismo e desenvolvimento a uma dimensão estritamente econômica. Entendendo o Ecoturismo como apenas mais uma alternativa econômica de desenvolvimento e utilizando-se de argumentos como a geração de empregos, captação de divisas para o município e a obtenção de lucro para o setor privado, costuma-se não atentar para a degradação que esta atividade pode causar à natureza e as conseqüências negativas sobre as comunidades autóctones.

Alguns exemplos emblemáticos da implantação de grandes projetos de turismo de massa demonstram o quanto a “indústria do turismo” pode trazer conseqüências adversas para a população e gerar problemas ambientais de diversas ordens. Zaoual (2009) destaca que na Tunísia a implantação deste modelo de “indústria do turismo” desencadeou uma total destruição cultural, social, econômica e ecológica em um palmeiral na cidade de Tozeur. A valorização deste oásis de Tozeur, desde o começo dos anos 1990, foi traduzida concretamente por construções de hotéis, campos de golfe, um aeroporto e todo tipo de infra-estrutura, desfigurando totalmente a paisagem local.

Rara nesta região, a água constituía o objeto de todo um saber-fazer local no seio do citado oásis (ZAOUAL, 2009). Sua captação e sua repartição constituíam o objeto dos códigos locais, assegurando gratuitamente uma distribuição equitativa a serviço de uma economia de subsistência auto-suficiente, em perfeita harmonia com a ecologia local. Eles realizavam um desenvolvimento durável à sua maneira (ZAOUAL, 2009).

Para Zaoual (2009, p. 65):

A presença de um turismo de massa contribuiu para desviar os lençóis freáticos a seu proveito. Rega-se o gramado ao ar livre, o que quer dizer em pleno deserto! A plantação de palmeiras encontra-se progressivamente dessecada. Privado de uma das suas fontes vitais, o sítio é, nestas condições, incapaz de renovar sua *economia situada* e de transmitir seu saber-fazer. Os jovens do oásis acreditaram no progresso e romperam com esta tradição ética e técnica. (...) Atualmente, a maioria dos jovens do oásis está desempregada, esperando eventuais turistas cuja vinda depende de múltiplos fatores de ocorrência incerta na conjuntura econômica dos países da Europa ou simplesmente de uma informação ou boato sobre o terrorismo.

Destruindo a harmonia do sítio, a indústria do turismo a fez oscilar em uma *incerteza generalizada*, atingindo todos os aspectos de sua vida local. (...) É também um território que se tornou depósito de lixo da poluição turística (plásticos, garrafas de todos os tipos etc.). Definitivamente, neste caso preciso, bem como em outros, o *desenvolvimento invertido* leva à miséria e prepara, assim, os novos kamikazes sociais do futuro.

Através deste exemplo, que certamente não se constitui em um fato isolado, o rótulo de “indústria limpa” e o entendimento de que a atividade turística apenas traz benefícios ao local, tem se mostrado como falacioso. O turismo gera impactos no espaço em que se insere na cultura de comunidades, na distribuição social de seus ganhos, na organização econômica da região. Seus efeitos podem ser positivos ou negativos, dependendo do seu planejamento e das políticas públicas adotadas, quando estas existem. Esta transformação na paisagem local e total desconfiguração dos costumes e técnicas tradicionais de trabalho, não representam a concepção de “desenvolvimento local” adotada pela prática de um turismo sobre bases sustentáveis.

Por outro lado, sob uma ótica distinta, desenvolvem-se propostas de turismo alternativo assentadas sobre as potencialidades locais, gerando a oportunidade de envolvimento de diversos setores das comunidades locais. Estas propostas vêm ganhando força devido ao declínio do turismo de massa e pelo surgimento de variáveis que motivam a demanda emergente em direção a novos “modelos” e produtos turísticos que exprimem as necessidades da cultura e do meio ambiente. Cada vez mais os turistas tornam-se exigentes e procuram por roteiros não massificados e que valorizam a autenticidade e a identidade cultural do destino turístico procurado.

Neste sentido, destaca-se a importância da adoção de um “modelo” de desenvolvimento onde os elementos locais sejam tomados como referência, configurando o que se entende por desenvolvimento territorial endógeno. O desenvolvimento endógeno está baseado na utilização de recursos locais e na geração de estratégias alternativas de desenvolvimento, onde as comunidades não apenas compartilham dos resultados provenientes da atividade, mas, principalmente, incorporam-se a estas atividades sem perder o enraizamento cultural que as liga, historicamente, àquele lugar onde residem.

Uma das principais referências na adoção de estratégias de desenvolvimento endógeno dos territórios é o projeto da Rede Portuguesa LEADER (Ligação Entre

Ações de Desenvolvimento da Economia Rural), que desde o ano 2000 desenvolve projetos de intervenção no espaço rural de Portugal, enfocando as dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais. A partir do Programa LEADER os agentes locais são incitados a refletir sobre o potencial dos territórios rurais que habitam, desenvolvendo estratégias de desenvolvimento sustentável que valorizem o patrimônio cultural e natural, criando também, postos de trabalho a partir da própria capacidade de organização e cooperação das comunidades locais. A partir do Programa LEADER, as potencialidades turísticas dos territórios rurais foram realçadas através de estratégias criadas pelas populações locais (através dos Grupos de Ação Local – GAL), com o incentivo de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de territórios que se encontravam estagnados economicamente. Estes locais encontraram no desenvolvimento do turismo no espaço rural uma forma de valorização da cultura, da paisagem, dos ofícios tradicionais e das produções agropecuárias.

Como exemplo de organização incentivado pelo Programa LEADER em Portugal, podemos mencionar a Associação Terras do Sicó, formada pelos municípios de Alvaiázere, Ansião, Condeixa-a-Nova, Penela, Pombal e Soure. Estes municípios partilham a Serra de Sicó, com altitudes que chegam a 553 m, apresentando uma configuração da paisagem marcada por rochas calcárias e processos de evolução cársica do relevo, que deram origem a uma rede de grutas (SANTOS, 2008).

A morfologia cársica da região, a biodiversidade deste território, a existência de sítios arqueológicos romanos, os museus e centros de interpretação, associados às tradições produtivas e culturais das comunidades locais, foram aproveitados para o desenvolvimento endógeno através do turismo. A identidade territorial destes municípios aglutinou-os em torno de um objetivo comum, que era a preservação e a valorização dos produtos tradicionais locais e das características da paisagem (SANTOS, 2008). A partir destes princípios foram planejadas diversas rotas turísticas temáticas (trilhas) em meio à natureza, promovendo o Ecoturismo e a Educação Ambiental, em uma perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, aliando as riquezas endógenas, como o queijo de rabaçal², o vinho, o azeite, o mel, os frutos secos e o artesanato, à diversidade natural da paisagem.

² O queijo rabaçal, um dos produtos agropecuários mais emblemáticos dos municípios que compõem as Terras do Sicó, é preparado através da mistura dos leites de cabra e ovelha, possuindo um sabor

Para o aproveitamento do potencial endógeno dos territórios e revitalização de economias deprimidas são necessários projetos que valorizem o que é produzido pelas comunidades, sejam produtos gastronômicos, agropecuários, artesanato, entre outros, e que ao mesmo tempo sejam inovadores, garantindo retornos econômicos, a permanência das pessoas no local e a conservação dos recursos paisagísticos dispostos sobre os territórios.

Para Borba; Gomes; Trujillo (2009) o desenvolvimento endógeno é construído principalmente, ainda que não exclusivamente, a partir dos recursos localmente disponíveis, tais como as potencialidades da ecologia local, da força de trabalho, conhecimentos e modelos locais para articular produção e consumo. Ao contrário do modelo “modernizador”, o desenvolvimento endógeno tem como ponto de referência as características socioculturais, ecológicas e, por que não dizer, econômicas locais como suporte na hora de estabelecer relações.

O desenvolvimento endógeno valoriza as peculiaridades da cultura local e os saberes tradicionais, constituindo-se em uma estratégia de desenvolvimento que conta com as riquezas naturais disponíveis e com o capital social das comunidades envolvidas.

Para Wellen (2009, p. 3) o capital social:

(...) favorece perceber o turismo de forma diferente do convencional, sendo capaz de romper as barreiras do entendimento do turismo destacado unicamente por seu caráter economicista, ou seja, é capaz de visualizar o turismo não apenas como uma atividade meramente econômica, como visto em grande parte das literaturas sobre o turismo, em que se procura dar ênfase, sobretudo aos efeitos econômicos dos núcleos receptores, especificamente dos equipamentos receptivos (hotéis, restaurantes, enfim, do conjunto das organizações públicas e privadas), e seus impactos relacionados exclusivamente às populações receptoras no tocante a geração de emprego e renda. O enfoque Capital Social compartilha de uma visão mais ampla sobre a atividade turística, percebendo como uma atividade capaz de ser planejada e praticada através de uma integração de diversos aspectos, isto é, a partir da interligação com os fatores históricos, culturais, sociais, ambientais entre outros, que a atividade encontra-se envolvida propiciando a existência de uma atividade sustentável aos seus visitantes, mas principalmente, a comunidade.

A partir dessa perspectiva o capital social, possibilita entender as áreas de destino ecoturístico de forma integrada com seus habitantes, contribuindo para

especial dado pelo emprego de uma planta típica das Terras do Sicó, denominada de tomilho ou erva-de-Santa-Maria, como é conhecida localmente (SANTOS, 2008), sendo uma das marcas da valorização das características endógenas do território.

potencializar os recursos presentes na comunidade e procurar (des)envolvê-la, sobretudo, com a participação ativa de seus agentes locais.

Neste sentido, o desenvolvimento endógeno pode contribuir como alternativa no processo de planejamento do Ecoturismo em regiões onde as comunidades possam ter a oportunidade de refletir sobre as soluções originais baseadas em capacidades e sabedorias próprias e que as distinguem de outras comunidades, valorizando sua cultura e seu modo de vida. Assim, além do aproveitamento dos recursos naturais disponíveis que compõem a paisagem de determinado território, o Ecoturismo pode contar com a participação da comunidade local na elaboração de produtos artesanais que podem ser comercializados em pontos estratégicos dos roteiros ecoturísticos.

A identificação de marcos endógenos que dão possibilidades de (des)envolvimento a áreas deprimidas economicamente, é uma ação que deve acontecer conjuntamente entre o poder público e a comunidade local, atendendo aos seus anseios no que se refere à conservação do patrimônio natural e histórico-cultural, favorecendo a valorização de sua identidade e gerando benefícios que são apropriados localmente de forma mais equânime.

Dentro deste contexto, acreditamos que o desenvolvimento do Ecoturismo é uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento sustentável, desde que venha atrelado a um conjunto de políticas públicas planejadas e gerenciadas de forma sistêmica, capaz de promover a conservação da paisagem e o ordenamento do território. Estas iniciativas devem acontecer em sintonia com as demais atuações, incluindo principalmente a articulação dos diversos atores locais, o resgate de suas habilidades e saberes tradicionais, a manutenção das atividades agropecuárias e a valorização dos patrimônios naturais, históricos e culturais. Para isso, é importante também que as produções no espaço rural passem a incorporar as novas atividades socioeconômicas, relacionadas ao desenvolvimento do Ecoturismo.

Para a construção de tais políticas públicas é necessária uma articulação entre a dimensão vertical (funcional, ligada às políticas regionais e nacionais) e a dimensão horizontal (territorial, ligada à articulação entre os agentes e instituições locais) do ordenamento territorial (VACAS, sd). O processo de articulação horizontal pode se dar através das associações comunitárias, das associações de turismo, das prefeituras municipais, das associações de produtores rurais, entre outras, dentro de uma “Associação para o Desenvolvimento Local”. Tal situação pode contribuir neste

processo de construção coletiva, baseada nas potencialidades naturais e tradicionais do território, conjugando idéias e esforços de atores locais e do poder público, que atuará sobre uma articulação vertical, principalmente através de políticas públicas que protejam e visem o desenvolvimento do capital endógeno do território.

Para que o turismo sinalize para o um processo de desenvolvimento sustentável não basta apenas estar de acordo com a preservação dos aspectos naturais do local visitado. É necessário também que a população local seja respeitada quanto aos seus costumes e estilos de vida, no processo de visitação.

Mitraud et al (2003, p. 49) destaca que:

Para que o núcleo receptor seja beneficiado com o turismo os planejadores locais precisam satisfazer as necessidades dos turistas e do mercado turístico, as necessidades de prote o dos recursos naturais e culturais e as necessidades da comunidade receptora, assim como precisam estabelecer seus interesses específicos. Os moradores locais dos destinos de ecoturismo questionam em como se beneficiar. Já os turistas esperam como conhecer a natureza por meio das atividades de lazer, porém buscando preço, conforto, segurança e qualidade nos serviços. Os governos v em o turismo como item de exporta o (principalmente em nível nacional) e gerador de renda e riquezas (principalmente em nível regional e local). Já os ambientalistas optam pelo ecoturismo como uma oportunidade em desenvolvimento social e conserva o da natureza.

Para Mitraud (op.cit.)   necessário dosar as necessidades e expectativas dos atores sociais envolvidos no processo de implanta o e planejamento do Ecoturismo como ferramenta de desenvolvimento. Através da figura 2, Mitraud (op. cit.) destaca algumas das necessidades e interesses dos atores sociais do Ecoturismo.

Infelizmente ainda existe uma grande distância entre os conceitos propostos pelo Ecoturismo e as atuais práticas de desenvolvimento do turismo de natureza, tanto no Brasil quanto no mundo. Entretanto, acreditamos que as atividades de Ecoturismo, quando realizadas dentro dos princípios de sustentabilidade socioambiental, podem atuar positivamente na conserva o de aspectos naturais e culturais das comunidades receptoras, como também, na gera o de renda e empregos através da perspectiva de desenvolvimento endógeno e do capital social.

Conforme destaca Chinaglia (2007, p. 55):

Ainda questiona-se se o ecoturismo pode realmente contribuir para a preserva o dos ecossistemas das comunidades receptoras. A d vida pode estar relacionada   inabilidade em determinar a capacidade de carga e quais os impactos envolvidos na visita o dos atrativos, além da dificuldade em encontrar indicadores específicos que permitam a avalia o

constante dos impactos provocados e suas conseqüências diretas e indiretas para o meio ambiente visitado. Eliminar totalmente os impactos negativos do turismo sobre o meio ambiente somente ocorreria se não houvesse turismo. No entanto, minimizá-los de modo que os impactos gerados estejam dentro das capacidades do ambiente de se recuperar é a questão fundamental.

Na linha do que o autor (op.cit) coloca, entende-se que, por mais que haja planejamento adequado, a implantação de qualquer empreendimento turístico provoca alterações e impactos no meio ambiente, mas que apenas serão significativos na medida em que não levarem em conta a vulnerabilidade socioambiental local.

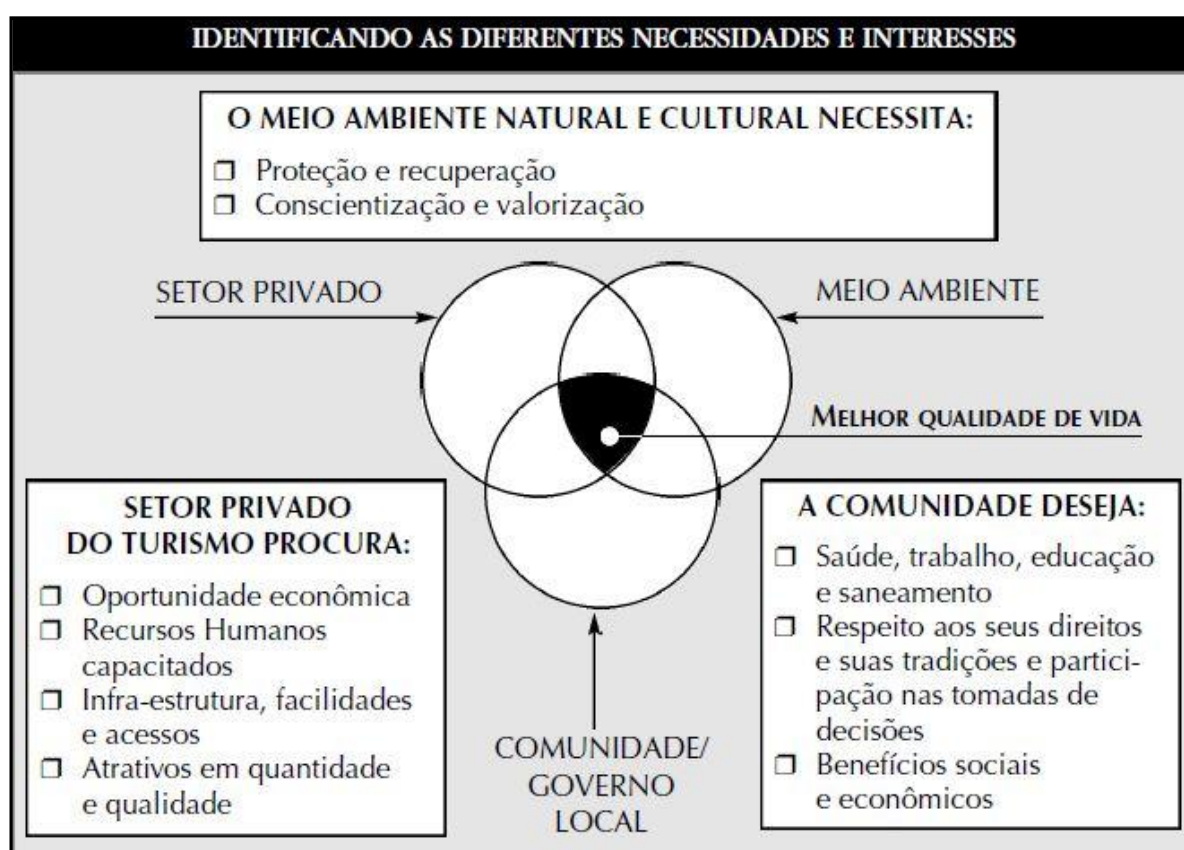


Figura 2– Quadro de interesses e necessidades dos atores sociais do Ecoturismo.

Fonte – MITRAUD, et al (2003).

Ainda assim, algumas comunidades, por viverem em áreas “periféricas” à voraz dinâmica modernizadora do capital, e dispendo de rico potencial paisagístico, podem ter no Ecoturismo uma excelente ferramenta de valorização cultural e complementação de renda, desde que as atividades planejadas respeitem o ritmo e a capacidade de resiliência da natureza e das comunidades envolvidas.

É exatamente dentro deste contexto, e considerando a perspectiva de contribuição da teoria do capital social e do desenvolvimento endógeno, que acreditamos que o Ecoturismo possa ser entendido como uma das ferramentas para o desenvolvimento, permitindo a conservação de paisagens e o aproveitamento sustentável do patrimônio natural, histórico e cultural dos territórios onde se desenvolve.

2. A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE PAISAGEM PARA O TURISMO E A ABORDAGEM GEOSISTÊMICA

Para resgatar o conceito de paisagem é necessário salientar as modificações conceituais que o significado desta categoria de análise sofreu ao longo da sistematização da Geografia. Entretanto, será apresentada aqui a relação entre paisagem e turismo, bem como a importância da abordagem geossistêmica nos estudos sobre paisagem.

2.1 Paisagem e Turismo

O desenvolvimento do turismo e das viagens de forma geral, sempre esteve ligado ao interesse em conhecer/visitar novas paisagens, diferentes das vivenciadas em nosso cotidiano. Dentro deste contexto, o Ecoturismo ao constituir-se em uma modalidade de turismo voltada principalmente aos aspectos naturais dos territórios e ao reencontro do homem com a natureza, possui na paisagem a expressão mais evidente desta inter-relação.

Yázigi (2000) destaca que a paisagem, indissociável da idéia de espaço, é constantemente refeita de acordo com os padrões locais de produção, da sociedade, da cultura, do trabalho do homem, com os fatores geográficos, e tem importante papel no direcionamento turístico. Não se trata de dizer que ela seja a única forma de atração, mas sim, que pesa muito se comparada ao contexto de outros fatores como os meios de hospedagem, serviços de restauração e transporte, entre outros atrativos turísticos.

Para Gomes (2001), a paisagem como representação, resulta da apreensão do olhar do indivíduo que por sua vez é condicionado por filtros fisiológicos, psicológicos, socioculturais e econômicos e da esfera da lembrança e da lembrança recorrente. Cada pessoa tem um julgamento de valor diferente ao se deparar com uma determinada paisagem. Desta forma, para cada observador, a paisagem tem um sentido, seja de contemplação, utilitarista, estética e até mesmo de indiferença ou de repúdio. A percepção da paisagem, desperta, portanto, sensações e emoções diferentes de um observador para o outro.

A qualidade visual ou estética das paisagens pode estar presente em aspectos naturais, construídos e ecléticos (GUIMARÃES, 2010), e se constituir na atratividade para o turista, juntamente com a infra-estrutura e a qualidade dos serviços. Com isso, a paisagem deixa de ser considerada apenas como uma simples dimensão estética para se tornar muitas vezes um recurso com importância significativa no conjunto dos demais recursos naturais, culturais e de infra-estrutura, de municípios que adotam o turismo como atividade econômica.

Para Rodrigues (1994), quanto mais exótica for a paisagem, mais atrativa será para o turista. A ruptura do cotidiano, o “descotidianizar” (RODRIGUES, 1994), propicia uma busca por aspectos desconhecidos ou exóticos, encontrada em maior ou menor grau pela realização de viagens e pelo encontro com novas paisagens, bem como pela busca de suas singularidades, acompanhadas também pela presença de códigos culturais impressos nas paisagens.

Demonstra-se assim, que às concepções modernas de paisagem têm sido incorporadas novas abordagens, inclusive salientando conceitos sociais e ecológicos em uma visão de desenvolvimento sustentável, superando a fase puramente descritiva deste conceito.

A difusão da idéia de desenvolvimento sustentável teve repercussão em diversos segmentos e entre os diversos agentes interessados em desenvolvimento econômico em todo o mundo. Com a atividade turística não foi diferente, já que além de se adequarem às novas circunstâncias, os principais segmentos responsáveis pelo desenvolvimento do turismo, também passaram a dar um novo valor aos elementos paisagísticos naturais e sua conservação. Desta forma, houve uma resignificação do “valor” das paisagens, que passaram a ser encaradas não apenas por seu valor econômico para o turismo, mas também por sua importância em termos de conservação/preservação, mesmo que muito destas idéias tenham se fortalecido pela necessidade de conservar as paisagens para poder continuar apostando no turismo como fator de desenvolvimento.

Neste sentido, o turismo é uma das atividades econômicas que traz em seu discurso, visivelmente a idéia de elaboração de novos parâmetros que conceitualizem desenvolvimento como um processo ecologicamente viável e socialmente justo em termos de gerações presentes e futuras (ALMENIDA, 1993).

O interesse atual por temas relacionados ao meio ambiente pode ser entendido como um desejo contemporâneo de retorno à natureza. Assim, se verifica

um aumento da procura por viagens que proporcionam visitas a áreas ou parques de preservação, entre outros, em especial proporcionadas pelo Ecoturismo.

Contudo, o turismo pode ser também o veículo que consegue transformar em mercadoria os últimos “redutos de natureza intocada”. Ecossistemas que sobreviveram por sua inacessibilidade ou por sua pobreza em recursos exploráveis hoje se vêem invadidos por um público ávido para “consumir” paisagens, curioso para ver, *in loco*, cenas exóticas de montanhas altas, formações glaciais ou vulcões, ansioso para conhecer belezas que a falta de estradas ou de transportes nunca deixou ao seu alcance (HOGAN, 1997).

Um alerta sobre os efeitos negativos do turismo sobre as paisagens é feito por Yázigi (1996). Este autor ao destacar a importância da paisagem para o turismo enfatiza que esta vem sofrendo uma padronização massificada no Brasil, onde o que é bonito em um determinado local tem que ser reproduzido em outro lugar.

São muitos os casos de descaracterização da paisagem a partir da implantação do turismo. Na arquitetura, por exemplo, o patrimônio histórico é muitas vezes ignorado em função de novas estruturas, como hotéis, segundas residências, centros comerciais, entre outros. No Brasil, praticamente todo o litoral foi tomado pelo turismo e pela ocupação desordenada de Áreas de Preservação Permanente (APP). A consequência ambiental mais contundente foi a quase destruição dos mangues, que são estuários de reprodução de várias espécies.

Outro aspecto a ser lembrado é que a especulação imobiliária e as novas formas de apropriação do espaço litorâneo têm modificado significativamente estas paisagens em função da construção de grandes hotéis e condomínios residenciais de luxo, em nome da “indústria do turismo” que acaba criando conflitos entre antigos e novos ocupantes destes espaços, bem como, a destruição dos elementos paisagísticos naturais. Estes lugares, encarados fundamentalmente como “matéria-prima” para o desenvolvimento do turismo têm sido submetidos a impactos ambientais e culturais negativos, onde as comunidades receptoras são as principais prejudicadas. Neste sentido, podemos citar como exemplo, algumas cidades costeiras do Ceará como Fortaleza, Aquiraz, Caucaia, Canoa Quebrada, Jericoacoara, entre outras, (VASCONSELOS; CORIOLANO, 2008), onde o turismo tem atuado de forma impactante como gerador de mudanças nos valores culturais.

A maioria das cidades costeiras do Ceará são comunidades pesqueiras de pequeno porte que têm como principal renda a pesca artesanal. A chegada do

turismo trouxe a geração de empregos, mas causou impactos negativos, afastando alguns trabalhadores de suas atividades tradicionais, principalmente da pesca artesanal, que mesmo enfraquecida nas últimas décadas, ainda é importante para as populações de baixa renda do litoral. Os filhos de pescadores que passaram a trabalhar em diversas atividades de infra-estrutura, ligadas ao desenvolvimento do turismo, não acompanham mais seus pais nas atividades pesqueiras, quebrando assim um ciclo de transmissão de conhecimento e de cultura, muitas vezes secular (VASCONSELOS; CORIOLANO, 2008).

No entanto, Yázigi (2006, p. 133) salienta que é muito difícil condenar o turismo, afirmando que:

[...] diz-se comumente que o turismo estragou o lugar, que introduziu a prostituição, que dizimou a cultura tradicional e assim por diante. Em minhas análises estimo que o turismo é capaz disso tudo sim, mas ele não chega sozinho, nem é o primeiro. Perversidades e inversos da virtude acontecem em lugares onde os turistas jamais pisaram. Alias, é preciso separar a pessoa do turista das produções do turismo. Rarissimamente se registra que a pessoa do turista causa danos ao lugar, enquanto que o espírito mercantil, esse sim, é capaz dos maiores prejuízos em sua causa própria. De modo inverso, podemos reconhecer inumeráveis lugares em que o turismo trouxe um bem-estar bem melhor do que existia antes. Não se pode, pois, transformar qualquer turismo num tratado de moral e os receptores eternas vítimas.

Se por um lado o desenvolvimento do turismo convencional de massa tem causado impactos negativos, tanto ambientais quanto em relação às culturas tradicionais, por outro, o desenvolvimento do Ecoturismo tem atuado de maneira positiva na conservação de paisagens e como forma de melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Em uma viagem de ecoturismo deve-se refletir sobre o que é de fato necessidade, segurança, conforto ou o que é supérfluo, apontando para uma reformulação da questão da individualidade/individualismo nos processos coletivos. Para isso, as paisagens visitadas precisam deixar de ter apenas valor utilitário ou comercial e passar a ter valor existencial.

2.2 A Contribuição da Abordagem Geossistêmica nos Estudos de Paisagem

Os estudos de paisagem através da abordagem geossistêmica, são importantes não apenas para o conhecimento sistemático das paisagens analisadas, mas principalmente para efeitos de planejamento e gestão dos recursos naturais dispostos sobre o território. Nesse sentido, o estudo da paisagem através da abordagem geossistêmica desenvolvida por Bertrand (1972) neste trabalho, reflete não apenas a aplicação de uma metodologia de estudo para o levantamento do potencial ecoturístico do Alto Camaquã, mas considera também a importância desta abordagem para o planejamento de futuras atividades econômicas que possam vir a ser almejadas como ferramenta de desenvolvimento endógeno para este território.

No âmbito da ciência geográfica, freqüentemente se identifica o termo paisagem como um elemento de caráter meramente estético ou visual. No sentido mais comum do termo, paisagem é definida como uma extensão de terras ou uma porção do território que se pode apreender por um golpe de vista. Este caráter meramente visual ou estético da paisagem pode ser observado na definição de Santos (1997, p. 62) quando ressalta que paisagem é “(...) tudo aquilo que nós vemos o que nossa visão alcança. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca”.

Para Morláns (2005, p. 2) a conceituação da paisagem como um elemento estético ou visual:

(...) não seria mais que uma percepção simples ou esteticamente valorada de uma parte do território (uma realidade subjetiva, ou se preferir, um sentimento estético) e não uma realidade física, natural e tangível. Também supõe que sem sujeito observador na há paisagem e nem tampouco normas ou critérios estéticos. (MORLÁNS, 2005, p. 2).

A paisagem assume um sentido diferente e variável de acordo com cada ser humano, que “elabora” julgamentos de valor de acordo com a análise individual e da percepção que tem das paisagens que vivencia. Cada pessoa tem um julgamento de valor diferente ao se deparar com uma determinada paisagem. Essa análise sofre influências sociais, culturais, ambientais, emocionais, conforme o tipo de uso da paisagem para cada pessoa (BOLSON, 2004).

Para Sandeville (2004) a paisagem embora percebida por seus aspectos visuais e estéticos é entendida além destes, como fenômeno concreto, decorrente de interação de processos naturais e sociais.

Segundo González Bernáldez (1981) atualmente se atribui duas acepções ao termo paisagem. Uma que destaca a imagem percebida, impressa, de um território e outra que destaca a paisagem como o conjunto de elementos de um território, relacionados entre si, tanto naturais como antrópicos. Assim, ao tentarmos compreender a paisagem de maneira global, levamos em consideração que esta não é apenas percebida pelos sentidos humanos, mas integra um conjunto de elementos tanto visíveis como não visíveis, de origem natural ou antrópica, estando, portanto em contínua evolução e transformação.

Nesse sentido, temos o entendimento da paisagem como uma imagem, um aspecto visível do território, percebido pelo homem, e por outro, temos a compreensão da paisagem como um fato real que existe na superfície terrestre, cuja própria origem está assentada sobre o território, definindo um complexo de objetos e sua rede de interações.

Assim, o entendimento da paisagem passa pela observação direta dos elementos visíveis, perceptíveis aos sentidos humanos e pelo estudo das macroestruturas que dão suporte para sua configuração, posta sobre o território, e que configuram a fisionomia dessa paisagem ao longo do tempo. Na configuração das paisagens atuam, portanto, elementos bióticos, abióticos e antrópicos. Os elementos abióticos são responsáveis pelo suporte dado à existência de determinadas características bióticas como, por exemplo, fauna e flora. Por outro lado, o homem através da influência dos fatores socioeconômicos, além de fazer parte da configuração das paisagens, atua como um dos elementos modificadores destas, dada pelos outros elementos em inter-relação.

Bertrand (apud Romero; Jiménez 2002, p. 28) estabelece claramente a essência dinâmica da paisagem ao apontar que:

A paisagem é uma porção do espaço geográfico, caracterizada por um tipo de combinação dinâmica e, por conseguinte, instável de elementos geográficos diferenciados – físicos, biológicos e antrópicos – que, ao atuar dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto geográfico indissociável que evoluciona em bloco, tanto frente ao efeito das interações entre os elementos que o constituem, como frente ao efeito da dinâmica própria de cada um dos elementos considerados por separado.

Assim, o estudo da paisagem como um fato real e importante para a compreensão e para os estudos integrais do território, e não apenas como um elemento constituído por aspectos visíveis, tem se desenvolvido através do

entendimento da mesma como um sistema de elementos naturais e socioculturais, um geossistema.

A abordagem geossistêmica da paisagem se deu a partir do início da década de 1960, através dos esforços de teorização promovidos pelas escolas russa e francesa de Geografia. Nesse período, a Geografia como ciência, buscava entender a paisagem de maneira global, integrando aspectos naturais e sociais, influenciada pela Teoria Geral dos Sistemas desenvolvida por Ludwig Von Bertalanffy no início dos anos 1950, que extravasara da Biologia para os mais diferentes ramos do conhecimento (MONTEIRO, 2001).

Até este período a Geografia Física se limitava a descrições regionais compartimentadas, ou seja, de partes separadas dos componentes que configuravam as paisagens. A necessidade de uma visão integrada da paisagem através de seu estudo como um sistema, resultado da dinâmica dos processos atuantes e das relações de seus elementos, resultou no surgimento de uma nova abordagem para os estudos de paisagem. Assim, essa visão integrada da paisagem foi chamada pelos geógrafos russos e franceses de “geossistema” (BERTOTTI, 2006), dando aos estudos de paisagem um método sólido de pesquisa.

Conforme destaca Figueiró (2010, p. 2):

Confrontada com a necessidade de exploração e planejamento de novas terras, a geografia soviética buscava, desde a década de 40, uma concepção metodológica que possibilitasse uma visão integradora dos elementos da paisagem. Coube a V. B. Sotchava, em 1963, o mérito da sistematização deste modelo integrado de análise da paisagem, denominando-o de geossistema. (...) apesar do caráter pioneiro de Sotchava, foi a partir dos trabalhos de Bertrand, nos Pirineus franceses, que o conceito de geossistema ganhou mais consistência, atribuindo uma nova interpretação ao conceito de paisagem.

O geossistema, de acordo com Bolós (1992), é um modelo teórico da paisagem, correspondendo à aplicação do conceito sistema à concepção sistêmica da paisagem. Os estudos de paisagem, a partir de uma abordagem sistêmica como propõe Bertrand (1972) reconhecem duas influências bastante importantes, a dinâmica do tempo e a influência da ação antrópica na paisagem (FIGUEIRÓ, 2010).

Podemos compreender com base em Figueiró (2010, p. 3) que o geossistema corresponde:

(...) a uma abstração, um conceito, um modelo teórico que representa uma determinada porção da superfície terrestre, caracterizada por uma relativa

homogeneidade da sua estrutura, fluxos e relações, em comparação com as áreas circundantes.

O modelo teórico de estudo da paisagem, o geossistema, considera a presença de três subsistemas no estudo da paisagem (figura 3): o subsistema abiótico, composto pelos elementos sem vida e que contribui para definir e estruturar o geossistema, uma vez que inclui os elementos menos variáveis (aspectos abióticos); o subsistema biótico, composto pelos elementos vivos e capazes de oferecer uma boa visão do funcionamento e estado atual da paisagem e, por fim, o subsistema antrópico, constituído pelos elementos criados pelo homem como condição à sua vida econômica e social (FIGUEIRÓ, 2010).

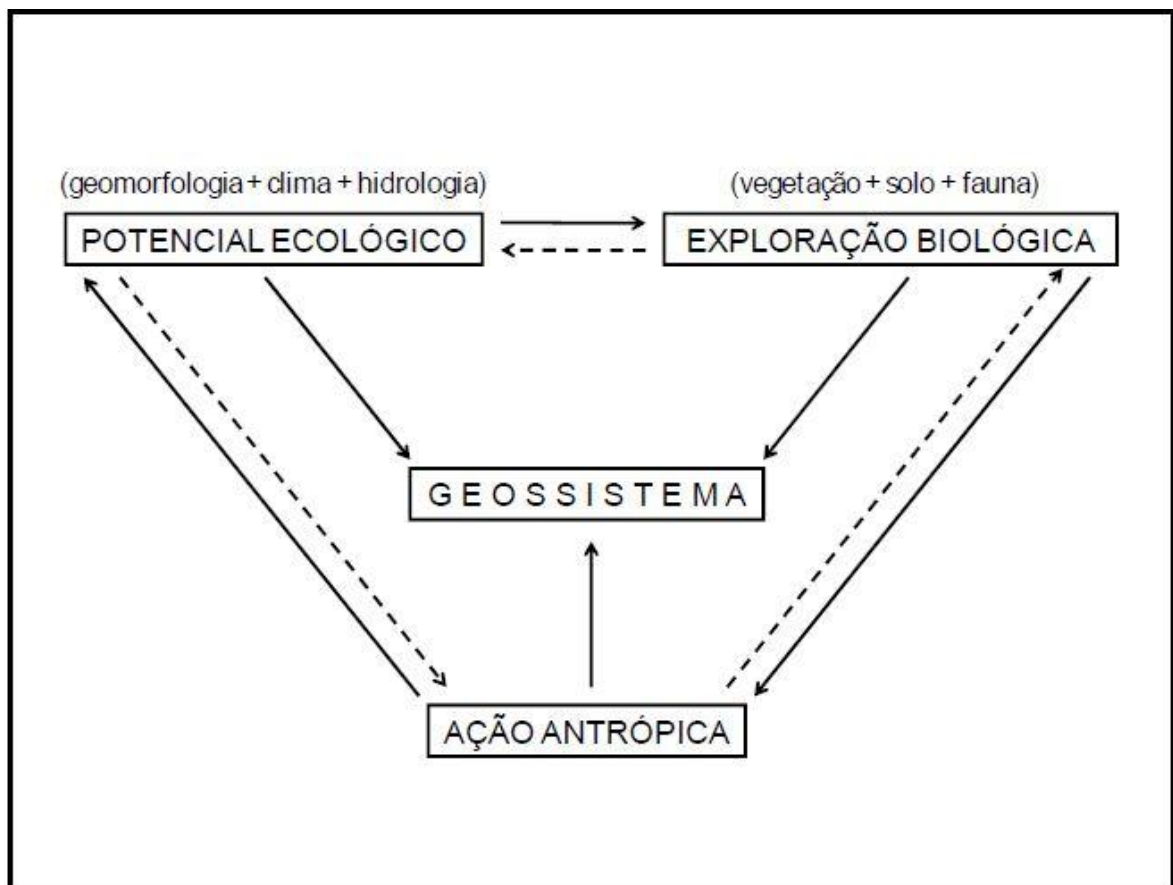


Figura 3 – Esquema de representação do geossistema proposto por Bertrand (1972).

Fonte – PISSINATI; ARCHELA, (2009).

Na interpretação de Bertrand, o geossistema é uma categoria espacial, de componentes relativamente homogêneos, cuja estrutura e dinâmica resultam da interação entre o potencial ecológico: processos geológicos, climatológicos, geomorfológicos e pedológicos (aspectos abióticos); a exploração biológica: da flora

e da fauna naturais (aspectos bióticos) e a ação antrópica: sistemas de exploração socioeconômicos. Propõe integrar à paisagem natural todas as implicações da ação antrópica.

Monteiro (apud Figueiró 2010) considera que o geossistema constitui um “sistema singular, complexo, onde interagem os elementos humanos, físicos, químicos e biológicos, e onde os elementos socioeconômicos não constituem um sistema antagônico e oponente, mas sim estão incluídos no funcionamento do sistema”.

Bertrand (1972) propôs ainda uma delimitação sistemática das paisagens em unidades hierarquizadas, composta por seis níveis, subdivididos em unidades superiores (zona, domínio e região) e unidades inferiores (geossistema, geofácies e geótopo). Embora haja uma hierarquia, não há uma definição fixa da dimensão de cada unidade de paisagem, variando conforme a escala de tratamento do espaço e do tempo estudados em cada caso.

Bertotti (2006, p. 44) sintetiza estas definições, clarificando a abrangência de cada uma destas unidades:

a) Zona: corresponde a realidade as grandes zonas climato-botânicas, ligadas à escala planetária, sendo latitudinal definido pelo clima seguido pelos seus grandes biomas.

b) Domínio: corresponde a uma combinação de relevo e clima (morfoclimático) com paisagens fortemente individualizadas.

c) Região: relacionada à individualização de aspectos físicos dentro do domínio. Deve ser maleável a fim de permitir sua inserção dentro de um sistema taxonômico coerente.

d) Geossistema: dentre as categorias consideradas como inferiores, o geossistema corresponde ao ecossistema (das ciências naturais), sendo um complexo dinâmico resultante de fatores geomorfológicos (natureza litológica, declividade, dinâmica das vertentes), climáticos (precipitação, temperatura), hidrológicos (lençóis freáticos epidérmicos e nascentes, PH da água, ressecamento do solo); fatores biológicos (vegetação, solo, fauna), no entanto, considera o homem como parte integrante dele e sua conseqüente interação com o meio.

e) Geofácies – (escala de quilômetro ou metros) é uma subdivisão do geossistema, corresponde a um setor fisionomicamente homogêneo e desenvolve uma mesma fase de evolução geral do geossistema.

f) Geótopo – (escala de metro a decímetro) corresponde a menor unidade geográfica homogênea da escala espacial, discernível no terreno.

Nucci, (2004), afirma que entre as seis categorias de unidades de paisagem, Bertrand dá uma maior atenção para o geossistema, afirmando ser esta escala a que guarda a maior parte dos fenômenos mais interessantes para os geógrafos.

Na perspectiva de Bertrand, o geossistema deveria apresentar certa homogeneidade fisionômica, uma forte unidade ecológica e biológica e, o mais importante, um mesmo tipo de evolução. No interior dos geossistemas existiriam os geofácies, que seriam setores fisionomicamente homogêneos, onde se desenvolve uma mesma fase de evolução geral da paisagem. Porém, destaca-se que a proporção/tamanho de um geossistema ou geofácia não constitui algo fixo, podendo variar conforme as características da paisagem analisada e do enfoque adotado pelo pesquisador.

Monteiro (2001, p.39), ao abordar a identificação de unidades de paisagem salienta que este conceito refere-se a:

(...) entidades espaciais delimitadas segundo um nível de resolução do pesquisador, a partir dos objetos centrais da análise, de qualquer modo sempre resultado de integração dinâmica, portanto instável dos elementos de suporte e cobertura (físicos, biológicos e antrópicos) expressa em partes delimitáveis infinitamente, mas individualizadas através das relações entre elas, que organizam um todo complexo verdadeiro conjunto em perpetua evolução.

Conforme destacado por Passos (2000) as unidades de paisagem refletem a correlação local das associações de geofomas com as litoestruturas e com as associações de solos e, destas, com as formações vegetais. Estas unidades de paisagem não são espaços artificiais, obtidos pelo cruzamento de diversos temas, mas refletem unidades naturais, resultantes da combinação de variáveis físicas e bióticas. Portanto, a paisagem como objeto de análise é essencial, pois a “paisagem é a fisionomia do próprio geossistema” (TROPMAIR, 2000).

Segundo Passos (2000), os procedimentos para a estruturação dos arranjos naturais para a definição de unidades de paisagem são desenvolvidos por meio de variáveis delimitadoras, descritoras e qualificadoras:

a) Delimitadoras: a geomorfologia e a vegetação compreendem as variáveis delimitadoras dos espaços naturais; b) Descritoras: o clima, o regime hidrológico, a fauna e a biodiversidade, por exemplo, não definem contornos das unidades, porém contribuem para descrever os ambientes. c)

Qualificadoras: tais variáveis indicam os potenciais e as limitações intrínsecas a cada unidade natural. Dentre essas variáveis, podem ser estudadas: os jazimentos minerais, o potencial agrícola dos solos, a disponibilidade hídrica superficial, o regime hidrológico, a vocação ecológica, o provável estoque madeireiro e extrativista. (PASSOS, 200, p. 100)

A paisagem constitui um sistema complexo e dinâmico, onde atuam ao longo do tempo, fatores naturais (bióticos e abióticos) e culturais/antrópicos, que se influenciam. Nesse sentido, a idéia de delimitação ou definição de unidades de paisagem abrange a integração de diferentes fatores como vegetação, solos, uso do solo, geomorfologia, geologia, fauna, flora, entre outros. Entretanto, salienta-se que a definição das unidades de paisagem não se limita a adição destes diferentes aspectos de forma separada, mas sim, de forma integrada, exigindo do pesquisador a interpretação dessas informações, contrapondo-se, portanto, as análises compartimentadas da paisagem.

3. A CONFIGURAÇÃO DA PAISAGEM NO ALTO CAMAQUÃ

3.1 Localização e Características Físicas

O Rio Camaquã, que empresta seu nome a área de estudo, compõe a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã (figura 4), tendo sua nascente oficial localizada na divisa entre os municípios de Lavras do Sul, Bagé e Caçapava do Sul, a partir da confluência do Arroio do Hilário com o Arroio Camaquã Chico, com desembocadura a Leste na Laguna dos Patos.



Figura 4 – Localização das principais Bacias Hidrográficas do RS, com destaque para a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã.

Fonte – Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul (2001). Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas>>.

A origem do nome "Camaquã" vem do tupi-guarani e significa "rio da serra com forma de seios". O Rio Camaquã com extensão média de 430 km situa-se em uma zona de falha geológica, caracterizada por um relevo muito antigo, bastante desgastado pela erosão. O rio percorre uma região de estrutura litológica extremamente complexa, abrangendo desde arenitos muito antigos até rochas cristalinas e metamórficas. A grande presença do quartzo, associada a extensos falhamentos, fazem com que haja um intenso transporte de materiais, formando pequenas praias fluviais ao longo de quase todo seu leito. Seu sistema de drenagem é dendrítico, sendo que no curso baixo, o traçado é mais retilíneo (VIEIRA, 1984).

Conforme destacam Faccini et al (2000, p. 264):

O Rio Camaquã e seus afluentes, instalados sobre as províncias geomorfológicas do Escudo Sul-rio-grandense e da Planície Costeira do Rio Grande do Sul, recortam substratos geológicos diversificados que incluem rochas ígneas e metamórficas do embasamento Pré-Cambriano, bacias sedimentares eo-paleozóicas porções relictas da bacia do Paraná (paleozóico e mesozóico) e sedimentos cenozóicos costeiros, cujas características litológicas e estruturais produzem um mosaico geológico/geomorfológico complexo que controla ou é refletido pelas características bióticas e de uso e ocupação do solo observadas.

O Alto Camaquã, localizado na Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul, compreende o terço superior da Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã, tendo grande parte de seu território situado na Serra do Sudeste do RS. Esta porção Estado engloba parte do território dos municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Piratini, Lavras do Sul, Bagé e Pinheiro Machado (figura 5). Além destes municípios, uma pequena parcela territorial dos municípios de Dom Pedrito e Hulha Negra, ajudam a compor uma área total de 8.300 km².

As atividades econômicas se concentram na agropecuária e também na mineração, desenvolvida especificamente nos municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul e Hulha Negra.

A configuração da paisagem no Alto Camaquã, inserida na transição entre a região da Campanha gaúcha e as Serras de Sudeste, revela uma combinação particular de elementos naturais bióticos e abióticos com características ambientais singulares e responsáveis por uma beleza paisagística inusitada. O padre Balduino Rambo em sua viagem de estudos fitogeográficos pela região impressionou-se e registrou em seus documentos tamanha beleza, pois segundo ele os vales cercados de paredões abruptos e encostas íngremes cobertas de lajes desabadas presentes

no Alto Camaquã formam a paisagem mais bela de tantas que existem na borda da Serra do Sudeste (RAMBO, 1956).

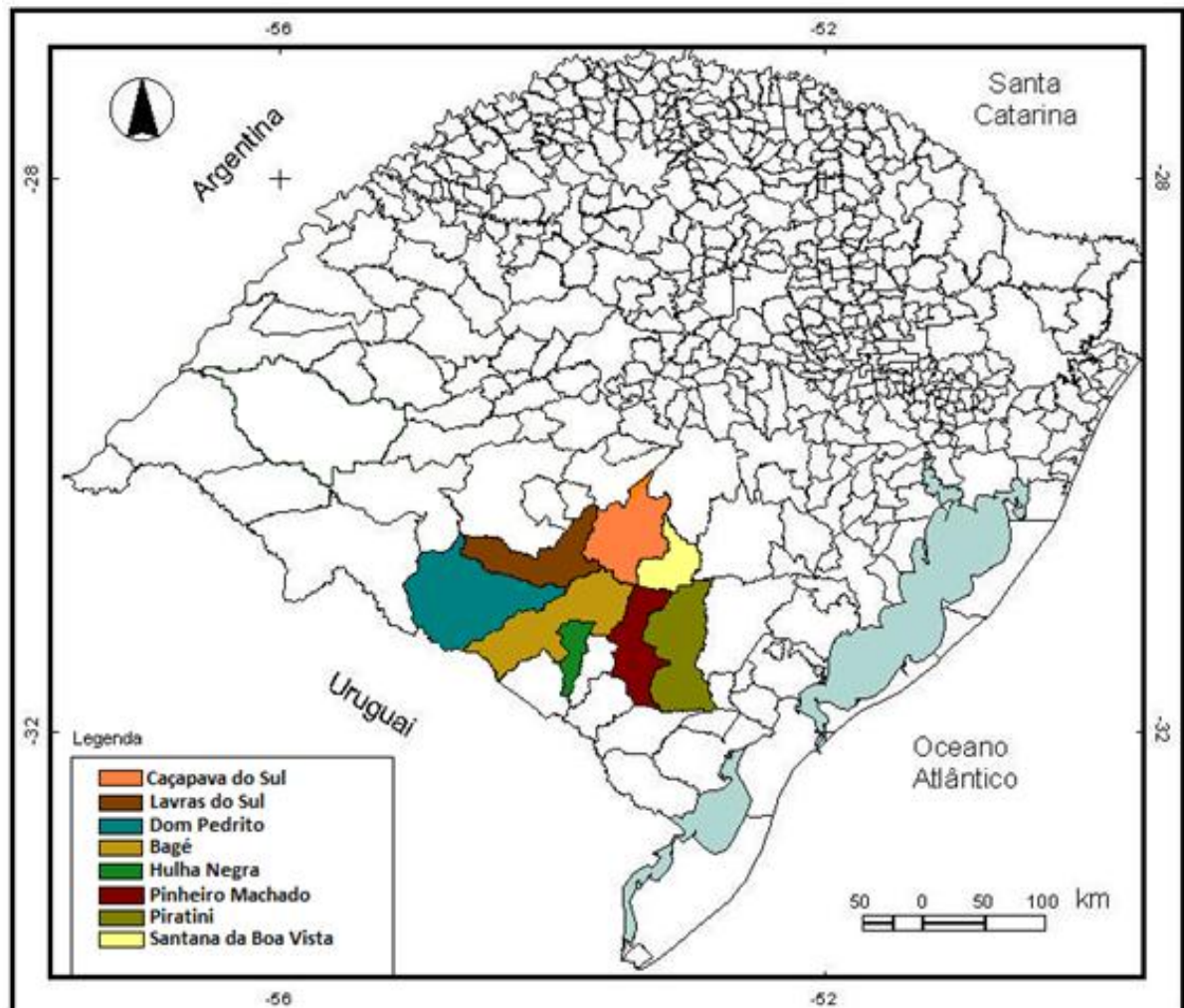


Figura 5 – Localização dos municípios que compõem o Alto Camaquã/RS.

Fonte – Elaborado pela autora.

Rambo (1956) salienta que as serras determinam a direção geral da paisagem na Serra do Sudeste por sua altitude gradativamente crescente de Sul a Norte, começando por cotas inferiores a 100 m no limite Sul e terminando por alturas acima de 500 m entre o Rio Camaquã e o talude Norte, imprimindo ao território, uma inclinação pronunciada para o Sudeste. Assim, devido à orientação das falhas principais nesta direção, os conjuntos orográficos se alinham no mesmo sentido.

O relevo apresenta uma grande heterogeneidade geomorfológica com o predomínio de paisagens com declividades acentuadas. Geologicamente essa região apresenta a litologia mais antiga do RS, sendo por isso também denominada

Escudo Cristalino Sul-rio-grandense³ ou Planalto Sul-rio-grandense. As rochas, com idades que vão desde o período Cambriano (542 MA) ao Arqueano (mais de 2500 MA), além de antigas, são também geologicamente complexas, sendo formadas principalmente pela composição granítica com associações de rochas metamórficas (STRETCH et al, 2008)), além de inusitadas geoformas desenvolvidas sobre uma matriz arenítica e dispostas ao longo de mosaicos de campo-floresta em solos rasos e cobertos de afloramentos.

Sobre esse aspecto, Vieira (1984) ao descrever a configuração geológica do Escudo Sul-rio-grandense, salienta que é possível distinguir nessa área vários tipos de rochas como Ígneas (granitos, pegmatitos, gabro, riolitos e ultrabásicas), Metamórficas (gnaisses, migmatitos, calcários e xistos) e Sedimentares (arenitos, folhelhos, conglomerados).

Ao referir-se a composição geológica do Escudo Sul-rio-grandense o Projeto RADAMBRASIL/IBGE⁴ (1986, p. 352) menciona que:

A complexidade da estrutura geológica dada principalmente pelas rochas pré-cambrianas do Complexo Canguçu se revela na paisagem através de um relevo intensamente dissecado em formas de topo convexo e vales profundos, que apresentam uma certa orientação de sudeste para noroeste e sudoeste para nordeste. Ao lado disso, ocorrem áreas menos dissecadas, em posição de topo, que constituem restos de superfícies pediplanadas.

No RS a condição morfoclimática é definida pela natureza morfoestrutural do relevo e pelas manifestações do clima. A partir da interação de ambas se desenvolve a morfogênese, dando origem a evolução das formas que caracterizam o modelado do relevo (VIEIRA, 1984).

Dessa forma, do ponto de vista geomorfológico o Escudo Sul-rio-grandense apresenta-se como uma área de forte rebaixamento e predominância de meteorização química (intempirismo). As estruturas mais resistentes à alteração química constituem os principais desníveis, dando ao relevo características de serras (Serra do sudeste).

A região coberta pelos campos sulinos apresenta clima subtropical, com temperaturas amenas e chuvas regulares, sem grande alteração durante o ano. A

³ As diferentes denominações e as classificações adotadas para o Escudo Sul-rio-grandense estão reunidas no Apêndice A, adaptado de IBGE (1986).

⁴ PROJETO RADAMBRASIL refere-se ao volume número 33 da Série Levantamento de Recursos Naturais, idealizada pelo Projeto RADAMBRASIL em 1986, hoje sob responsabilidade do IBGE.

temperatura média anual varia entre 16 °C e 18 °C e a precipitação entre 1.500 mm e 1.600 mm (SEPLAG, 2008).

Os solos rasos e pedregosos predominam, sendo encontrados solos Litólicos (eutróficos e distróficos), Podzólicos e Brunizém, apresentando afloramentos de rochas em áreas de relevo ondulado a fortemente ondulado, sendo vulneráveis à erosão e conferindo grandes restrições ao uso agrícola (NESKE, 2009). Porém, este condicionamento natural permite o surgimento de diversas espécies endêmicas, principalmente cactáceas (figura 6), junto aos afloramentos rochosos, característicos na configuração da paisagem.



Figura 6 – Exemplos de cactáceas encontradas na paisagem do Alto Camaquã.

Fonte – Trabalho de campo, novembro de 2010.

A Secretaria Estadual de Planejamento e Gestão do RS – SEPLAG (2005b, p. 53) menciona que nesta porção do Estado:

(...) o conjunto florístico é peculiar e apresenta influências pampeana, chaquenha e andina, com muitos endemismos, principalmente com relação às Cactáceas e Bromeliáceas rupícolas. As formações vegetais apresentam escleromorfismo acentuado em decorrência de condições climáticas (inverno com temperaturas muito baixas e verão seco) e edáficas.

Para Overbeck et al (2009), a vegetação predominante pode ser caracterizada como mosaicos de campo-floresta, sendo as florestas mais desenvolvidas junto às faixas ciliares de rios e arroios. Os campos predominam e podem se apresentar em duas categorias, os campos limpos, sem componentes lenhosos (estrato baixo e contínuo de gramíneas e herbáceas) e campos sujos, campos com arbustos e subarbustos (OVERBECK et al, 2009).

Entretanto, existem diversas propostas de classificação para a vegetação do Estado do RS, em especial do Bioma Pampa, gerando diversas discussões sobre a

denominação adequada para os campos sulinos, repercutindo, conseqüentemente sobre a classificação da vegetação adotada para o Alto Camaquã.

Entre estas classificações destaca-se a classificação proposta pelo Projeto RADAMBRASIL na década de 1970, disponibilizada pelo IBGE (1986), que enquadra o território do Alto Camaquã em duas regiões fitoecológicas, a Savana (Campos) e a Estepe (Campanha). A revisão do mapeamento original na escala 1:250.000, disponibilizada pelo IBGE (2003), permite identificarmos que tanto a formação Estepe quanto a formação Savana apresentam-se divididas em diferentes tipos de formações, dentro do território do Alto Camaquã. A Savana é dividida em Savana Arbórea Aberta, Savana Parque e Savana Gramíneo-lenhosa. Já a Estepe é dividida em Estepe Parque e Estepe Gramíneo-lenhosa.

No ano de 1992, o IBGE propõe outro sistema de classificação para as regiões campestres do Estado onde os campos do Rio Grande do Sul são incluídos em apenas duas regiões fitoecológicas: Savana Estépica e Estepe, sendo o termo Savana, que era anteriormente utilizado pelo Projeto RADAMBRASIL para denominar grande parte dos campos do RS, reservado às formações abertas do Brasil Central e Amazônia (CORDEIRO; HASENACK, 2009). Além das formações campestres, o Manual Técnico da Vegetação Brasileira IBGE (1992) identifica para o RS quatro regiões fitoecológicas florestais: Floresta Ombrófila Densa, Floresta Ombrófila Mista, Floresta Estacional Decidual e Floresta Estacional Semidecidual.

De 2004 a 2006 o MMA, através da Secretaria de Biodiversidade e Florestas e com recursos do Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), apoiou equipes em todo o Brasil, subdivididas por biomas, no mapeamento da cobertura vegetal dos biomas brasileiros. Este mapeamento adotou o sistema fitoecológico brasileiro para caracterizar a vegetação, além de revisar os limites das regiões fitoecológicas propostas pelo Projeto RADAMBRASIL (IBGE, 1986) e IBGE (1992). A partir deste trabalho, o Bioma Pampa foi mapeado por uma equipe da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 2006 (trabalho realizado pelo Laboratório de Geoprocessamento - LABGEO do Centro de Ecologia). O resultado preliminar deste trabalho foi publicado em 2006, resultando em um mapa da cobertura vegetal atual (figura 7) e outro das regiões fitoecológicas do Estado (figura 8). O RS foi dividido em oito regiões fitoecológicas, como pode ser observado através do mapa a baixo.

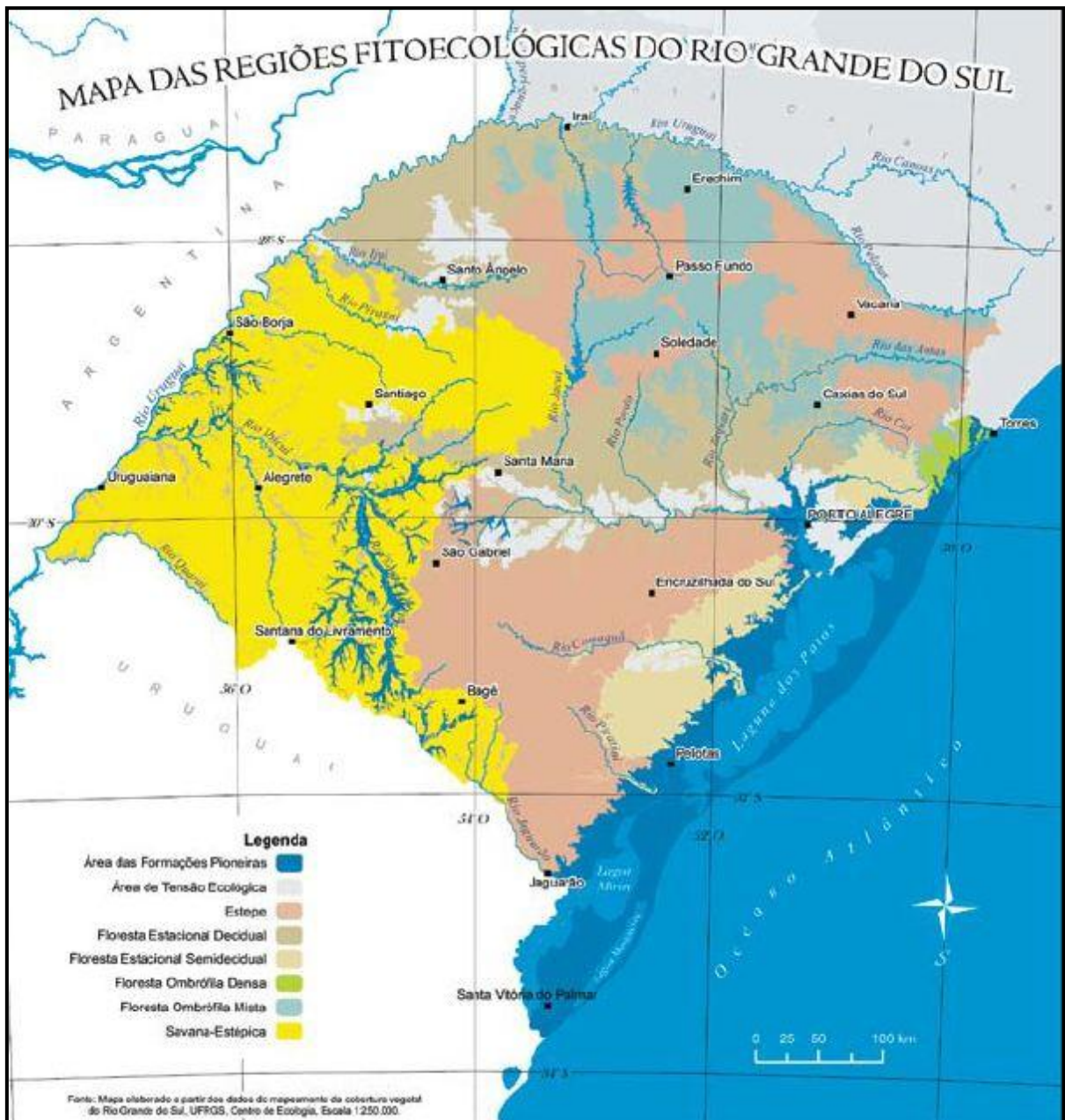


Figura 7 – Mapa das Regiões Fitoecológicas do Rio Grande do Sul.
Fonte – CORDEIRO, J. L. P.; HASENACK, H. (2009).

Através do “Mapa dos Remanescentes da Vegetação do Rio Grande do Sul” (figura 8), podemos observar a adoção da nomenclatura “mosaicos campo-floresta” e “campos”, para designar as formações campestres da região do Escudo Sul-riograndense e, conseqüentemente do Alto Camaquã.

Conforme constatam Cordeiro; Hasenack, (2009, p. 290):

As regiões da Savana Estépica (T) e da Estepe (E), que cobrem 46,64% do território do Rio Grande do Sul possuem respectivamente 45,24% e 51,79% de cobertura natural e semi-natural. Pela extensão de sua ocorrência no Estado, são as regiões fitoecológicas melhor conservadas. Isto se deve,

provavelmente, ao uso predominante com pecuária extensiva sobre pasto nativo, desde os tempos da ocupação portuguesa e espanhola.

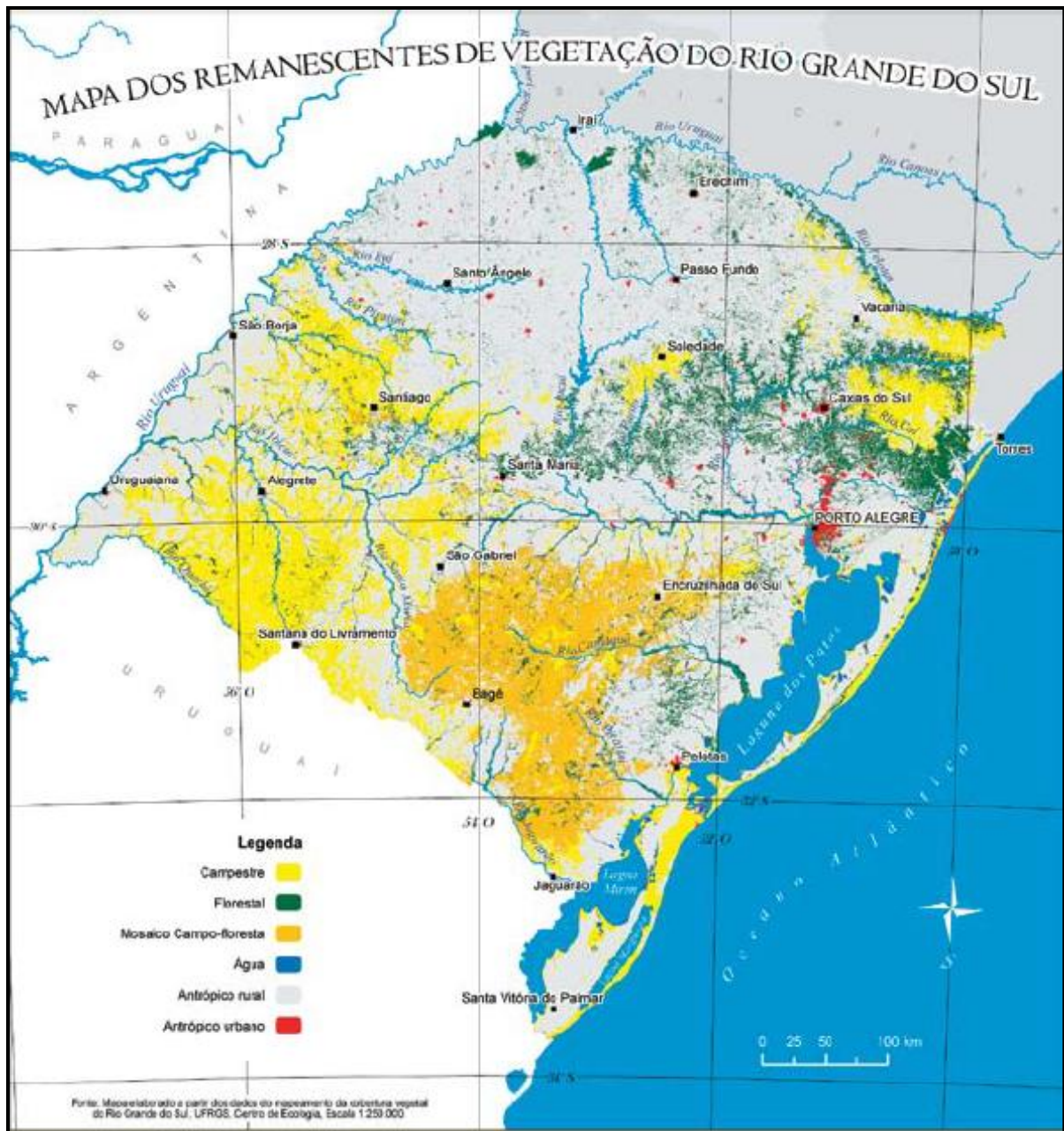


Figura 8 – Mapa dos Remanescente de Vegetação no Rio Grande do Sul.
Fonte – CORDEIRO, J. L. P.; HASENACK, H. (2009).

Crawshaw et al (2007) destaca que a classificação e denominação das áreas campestres do RS têm variado muito ao longo do tempo, refletindo opiniões de diversos autores, objetivos de diferentes abordagens e, naturalmente, graus de detalhamento relacionados a diferentes escalas de trabalho.

Coaduna-se com a interpretação de Marchiori (2004) quando considera que a classificação dos campos do Sul do Brasil, designada ora como estepe, ora como

savana, está longe de um consenso, pelas diversas classificações adotadas por diferentes autores. O referido autor considera que a adoção dos termos estepe e savana, realizadas com vistas a uma sintonia com a nomenclatura fitogeográfica intertropical, é inadequada aos atuais campos sulinos.

Dessa forma, Marchiori (2004, p. 150) destaca que:

A divergência terminológica, observada em classificações recentes da vegetação sul-rio-grandense, demonstra que os nomes de “savana” e “estepe” resultam forçados no espaço regional, justificando-se, antes, pela discutível conveniência de um atrelamento terminológico à nomenclatura fitogeográfica internacional, do que, propriamente, a uma interpretação bem fundamentada na natureza das respectivas formações campestres. Na ausência de sólido embasamento, parece preferível a denominação tradicional de campos, como proposto originalmente por Lindmam e adotado por eminentes estudiosos da vegetação sul-brasileira, incluindo Balduino Rambo.

A despeito da classificação fitogeográfica adotada para a vegetação campestre Sul-Rio-Grandense, o mosaico campo-floresta do Alto Camaquã oferece condições para a presença de uma fauna diversa, sendo encontrados nessa área cervídeos, felinos silvestres, avifauna rica e insetos, com destaque a meliponídeos, entre outros (SEPLAG, 2008). Algumas dessas espécies encontram-se seriamente ameaçadas de extinção. O desconhecimento sobre o meio biótico da área ainda é grande, em que pese ser uma das áreas mais ricas em biodiversidade do Estado (SEPLAG, 2008).

3.2 Caracterização Socioeconômica do Alto Camaquã

No Rio Grande do Sul a colonização tardia do território, primeiramente em função da falta de portos marítimos e, em segundo, pela disputa territorial e de fronteiras entre portugueses e espanhóis, é resultado de uma combinação de eventos históricos como a distribuição de sesmarias em 1732, a chegada dos primeiros colonizadores açorianos na metade do séc. XVIII e da Guerra Guaranítica em 1756 (PESAVENTO, 1992), representando os três grandes eventos de apropriação das terras indígenas, terras estas originalmente ocupadas por Charruas e Minuanos.

Becker (1991, p.344) afirma que:

Os Charrua moravam mais para o oeste, ocupando ambas as margens do rio Uruguai, e tiveram maior contato com o conquistador espanhol; os Minuano se localizavam mais para leste, nas áreas irrigadas pelas lagoas do Patos, Mirim e Mangueira, com extensão até as proximidades de Montevideú; tiveram mais contato com os portugueses.

As terras compreendidas nesta porção do território gaúcho pertenciam a antigas reduções jesuíticas. O território de Lavras do Sul, por exemplo, pertencia à Estância de São Miguel. Em visita a Lavras do Sul em fevereiro de 1959 o P. Luiz Gonzaga Jaeger em companhia do P. Balduino Rambo deixou registrada em ata suas impressões gerais sobre estas terras. Estas impressões são transcritas por Teixeira (1992, p. 24):

Encontrei neste histórico município de Lavras do Sul duas esplêndidas confirmações da existência de gado vacum da estância de São Miguel, o maior povoado dos Sete Povos Missioneiros, de 40 X 20 léguas de extensão, povoada, há mais de dois séculos, por duzentas mil cabeças de bovinos. São a existência do “Valo dos Padres da Companhia”, e o imenso “Curral de Pedras”.

A Estância de São Miguel se estendia desde o Rio Jacuí e contravertentes do Rio Ibicuí, descendo até as pontas do Rio Negro, ocupando o território dos atuais municípios de São Gabriel, Dom Pedrito, Bagé e Lavras do Sul (TEIXEIRA, 1992). Os vestígios dos tempos missioneiros em Lavras permanecem preservados até os dias de hoje.

Nos séculos XVII e XVIII havia uma disputa entre Portugal e Espanha pelo território que hoje compreende o Estado do RS. Esta disputa territorial levou ao estabelecimento de diversas estratégias de dominação e conquista por parte dos dois países. Por volta da terceira década do século XVIII, a coroa portuguesa inicia um processo de colonização com a distribuição de sesmarias⁵, definindo a posse da terra e do gado, com o surgimento das primeiras estâncias (PESAVENTO, 1992). Pesavento (1992) salienta que a distribuição de terras foi concedida principalmente a militares que prestaram serviços à coroa.

Nestas estâncias, foram introduzidos animais até então estranhos ao Bioma Pampa: o gado, os cavalos e as ovelhas. A introdução destes pastadores exóticos produziu uma coevolução entre os animais e a vegetação, de forma que, segundo Quadros; Pillar (2002), tal interação não representou um grande impacto à biota

⁵ Uma sesmaria compreendia uma extensão de terra que possui o tamanho de 13.000 hectares (PESAVENTO, 1992).

campestre Sul-brasileira. Tal opinião não é necessariamente compartilhada por Crosby (1993, p.82), que afirma que:

Seus hábitos de alimentação, seus cascos atropeladores, seus excrementos e as sementes das plantas que carregavam com eles, tão estrangeiros na América quanto eles mesmo, alteraram para sempre o solo e a flora do pampa.

A introdução destes animais alterou profundamente o modo de vida dos indígenas, que se tornaram cavaleiros (figura 9) e passaram a prear o gado que se evadia para os campos, provenientes das estâncias ou do desmantelamento das reduções jesuíticas. Ao longo dos séculos, estes índios foram gradativamente eliminados pelos invasores europeus por meio de sucessivas guerras ou incorporados de forma subalterna à nova formação social implantada pelos criadores.



Figura 9 – Índio charrua pintado por Debret em princípios do século XIX.
Fonte – <<http://imagenshistoricas.blogspot.com/200.9/11/indios-do-brasil.html>>.

Mais tarde, por volta de 1752, também dentro de uma função estratégica de povoamento das terras devolutas, foram distribuídas terras aos colonizadores vindos das ilhas de Açores. Assim, os colonos portugueses, se distribuíram pelo Litoral,

Serra do Sudeste e Depressão Central, fixando-se principalmente nas proximidades de rios navegáveis (RAMBO, 1956). Entretanto, os primeiros núcleos portugueses que se estabeleceram na Serra do Sudeste, ocuparam na verdade, áreas de sua borda e a Depressão Central, para depois irradiarem-se e colonizar áreas interioranas, pertencentes ao território que hoje compreende o Alto Camaquã. Os açorianos eram em suas ilhas de origem, agricultores e, em menor escala, criadores de gado, sendo estas as atividades econômicas mais valorizadas e desenvolvidas tradicionalmente até os dias de hoje. A agricultura foi desenvolvida em áreas de solo mais profundo de aluvião ou de mata alta e a criação de gado, seguiu as tradições pecuárias açorianas, acrescidas da rica herança das missões jesuíticas (RAMBO, 1956).

Segundo Vieira; Rangel (1993 apud Nesk 2009), a colonização açoriana introduziu novos valores socioculturais em uma paisagem antropológica dominada, até então, pelo “senhor estancieiro”. Desse modo, o agricultor açoriano tornou-se criador de gado e o estancieiro luso-brasileiro diversificou sua atividade através da agricultura. Assim, as raízes históricas da pecuária familiar do Alto Camaquã podem ser datadas a partir da coexistência dos modos de vida de estancieiros lusitanos e açorianos estabelecidas nesse período (NESK, 2009).

Durante a Revolução Farroupilha, o Alto Camaquã também se tornou um território estratégico, “palco” de algumas batalhas entre a coroa portuguesa e os revolucionários farrapos. Na verdade, o território do Alto Camaquã e seus postos militares estabelecidos na zona fronteira se constituíram em pontos estratégicos da Revolução Farroupilha. Sobre este aspecto Rambo (1956, p. 99), salienta:

(...) Historicamente, o caráter dessas fundações no interior da Serra do Sudeste, misto de colonização expansiva e posto de fronteira, repercutem na Revolução Farroupilha, cujos lances mais dramáticos tiveram como foco e cenário as coxilhas e os campos do granito rio-grandense.

No início do século XIX, começaram a surgir atritos entre representantes da coroa portuguesa e a camada senhorial sulina, enriquecida pela pecuária orientada para a produção do charque. Este período pós-independência, marcado por tensões entre os estancieiros sulinos e a coroa, acabou eclodindo na Revolução Farroupilha de 1835, que durante dez anos enfrentou o governo central (PESAVENTO, 1992). O centralismo político exercido pelos barões do café, o desprestígio da camada dominante gaúcha em relação ao império, a produção periférica e subsidiária da

economia sulina, devido à exportação interna de charque para a região mineira do país, somadas aos baixos impostos cobrados sobre o charque platino (concorrente do charque sulino), se constituíram nas principais causas da eclosão da guerra.

Algumas das cidades fundadas no Alto Camaquã se tornaram importantes pontos de disputa territorial, tanto entre portugueses e espanhóis, quanto na Revolução Farroupilha. Conflitos entre indígenas, jesuítas e espanhóis e/ou portugueses, também se desenrolaram neste território. No Município de Bagé, por exemplo, localizado a 60 Km do Uruguai, foi erguido por espanhóis em 1773, o Forte Santa Tecla. Localizado em uma posição geográfica estratégica para fins militares, instalado no alto de uma coxilha, de onde se tem uma ampla visão até os limites da fronteira com o Uruguai. Este forte foi construído com a finalidade de expulsar os portugueses do sul do país. Porém, em 1776 Rafael Pinto Bandeira expulsou os espanhóis e manteve a área sob domínio português, destruindo parte da construção (PDE, 2011).

A história de Bagé está diretamente ligada à demarcação das fronteiras do RS, sendo um município com muitos aspectos histórico-culturais importantes. Assim, a fundação dos municípios que compõem o território do Alto Camaquã seguiu, naturalmente, a interesses territoriais e políticos, principalmente pela disputa de fronteiras entre Portugal e Espanha, mas foram também, palco de acontecimentos e fatos importantes da Guerra Cisplatina e da Revolução Federalista. A configuração física da paisagem, com a existência de cavernas, grutas, guaritas e outras formações rochosas, localizadas em pontos isolados ou de difícil acesso, serviram de abrigo e esconderijo em muitas das revoluções e revoltas, travadas sobre este território.

Por volta de 1865 as atenções econômicas na região se voltaram para as atividades mineiras de extração do cobre, descoberto por mineiros ingleses que garimpavam ouro em Lavras do Sul. Esta descoberta resultou na localização da jazida e na abertura de uma galeria, conhecida como galeria dos ingleses, localizada no flanco leste do Cerro João Dias (PAIM, 2009). O distrito mineiro associado à evolução geológica da Bacia do Camaquã, localizado a 55 km do centro de Caçapava do Sul, foi denominado de Minas do Camaquã, se constituindo em um marco da história da mineração no Sul do Brasil (PAIM, 2009), chegando a abrigar cerca de 5.000 habitantes no auge das explorações mineiras.

Durante muitas décadas, explorou-se na região a mineração do ouro em Lavras do Sul e do cobre e calcário em Caçapava do Sul. Este último ainda é produzido em grande quantidade em Caçapava do Sul, que hoje é responsável pela produção de mais de 85% do calcário produzido no Estado. Lavras do Sul e Caçapava do Sul são as cidades mais importantes da Bacia do Neoproterozóico, que compreende várias localidades do centro-sul do Estado. Nesta área, há a ocorrência de depósitos de minerais oriundos de formações vulcânicas e sedimentares da formação inicial da Terra, como cobre, ouro, zinco, prata e chumbo, sendo uma das regiões de maior concentração de minerais do Estado (PAIM, 2009). Embora grandes quantidades de minérios já tenham sido extraídas ou esgotadas das minas dessa região, há indícios, da existência de novas jazidas minerais (PAIM, 2009).

Entretanto foi o desenvolvimento da agropecuária como atividade econômica tradicional, resultado da herança cultural de portugueses, espanhóis e indígenas que habitaram e colonizaram a região, somada aos aspectos naturais da paisagem que definiram a formação da identidade cultural no Alto Camaquã. Nesse sentido, o principal aspecto a ser ressaltado, conforme lembra Neske (2009), é que na interface da evolução agrária do território do Alto Camaquã entre o período de colonização no século XVII até os dias atuais, a pecuária de corte permanece sendo a principal atividade produtiva, e foi a partir dessa atividade e das formas sociais coletivas, que se constituiu a identidade cultural desse território.

Por outro lado, atualmente, conforme menciona o relatório de viagens da SEPLAG (2005a, p. 32) ocorrem nessa região distintos modelos de uso do espaço, pois:

(...) há grandes propriedades com uso de pecuária extensiva (embora já comecem a se visualizar vários locais com florestamentos de pinus e eucaliptos). Também muitas propriedades pequenas, e criações de animais feitas de forma muito simples e rústica. Um dos fatores que se destaca é a enorme heterogeneidade paisagística, e com formações geológicas de distintas origens. Esta situação permite supor que a região tem grande potencial de exploração sustentável dos recursos naturais, porém destacando-se, que justamente por ser uma região relativamente carente de oportunidades, está sob forte pressão de expansão de usos "incompatíveis" com suas características.

A estrutura fundiária e a configuração das propriedades rurais é diversificada, apresentando grandes propriedades que desenvolvem a pecuária e uma grande

quantidade de pequenas propriedades com criações de gado de corte, ovinos, suínos, aves, gado de leite e também cultivos de milho, inclusive em áreas de assentamento rural. A fruticultura também vem sendo implantada gradativamente pelos municípios. Quanto a atividades de grande escala pode-se citar a cultura de arroz e soja, que se desenvolve em maior escala nos municípios de Dom Pedrito e Bagé. Ocorrem também, conflitos de uso do solo em função do déficit hídrico em determinadas épocas do ano, pelo uso intensivo na agricultura irrigada e pela introdução dos monocultivos florestais (SEPLAG, 2005).

O quadro que se apresenta hoje demonstra que esse território apresenta uma crescente expansão das atividades silvícolas. Essa expansão pode colocar em risco a sobrevivência de muitas espécies de importância científica e induzir à perda de potencialidades de usos dos recursos locais para o desenvolvimento de outras atividades econômicas que estejam de acordo com a preservação e conservação dessa paisagem e melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Conforme salientado no Plano de Desenvolvimento Econômico (PDE) de Bagé (2011, p. 66):

Mais recentemente, a expansão da silvicultura no Estado avançou sobre a região. De certa forma, o desenvolvimento desta atividade, associada à crise porque passa a metade sul do Estado, está alimentando um debate sobre as possibilidades de crescimento da região versus a preservação do Bioma Pampa e da cultura gaúcha. Nesse caminho, propostas como o fomento à pecuária e ao turismo na região têm ganhado espaço como fatores para a promoção do desenvolvimento sustentável.

O Pampa e a produção pecuária extensiva estão estreitamente imbricados com o modo de vida do gaúcho e seu vínculo com a terra. Nesse sentido, a expansão da silvicultura sobre os campos sulinos, pode significar uma ruptura cultural e uma ameaça aos costumes e tradições que caracterizam o modo de vida daqueles que vivem nos campos, tendo como principal atividade a criação de gado de corte (PDE, 2011).

3.3 O Alto Camaquã e o Pampa – características e perspectivas para a conservação da paisagem

Os campos do sul do Brasil, pela nova classificação do IBGE, estão incluídos no Bioma Pampa na Metade Sul e Oeste do Rio Grande do Sul (figura 10) e no Bioma Mata Atlântica nas partes mais altas do planalto onde os campos estão associados a florestas com Araucária (PILLAR, 2006).

O Pampa ocupa uma área total de aproximadamente 700.000 km², englobando terras da Argentina, Brasil e Uruguai. Em território brasileiro se distribui pela Metade Sul do RS, abrangendo 176.000 km², equivalendo a 64% do território gaúcho e a 2,07% do território do país. Destaca-se que entre outros biomas do Brasil, o Bioma Pampa é o único cuja ocorrência é restrita a somente um estado (CHOMENKO, 2007).



Figura 10 – Área de abrangência do Bioma Pampa.
Fonte – PICOLLI, L. R.; SCHNAELBACH, C. V. (2007).

Este bioma é caracterizado por formações ecológicas que se inter-cruzam em uma formação ecopaisagística única, com intenso tráfego de matéria, energia e vida entre os campos, matas ciliares (de galeria), capões de mato e matas de encostas (SUERTEGARAY; SILVA, 2009).

A fisionomia da paisagem no Pampa é assim caracterizada pela presença de campos cobertos com gramíneas, compostas, leguminosas, cactáceas, entre outras.

Em função da diversidade de clima, solos e relevo há a formação de distintos ecossistemas, constituindo grande riqueza específica, que por estar em uma região de transição entre biomas e zonas biogeográficas distintas, apresenta paisagens e ecossistemas diversificados para uma área relativamente pequena (SEPLAG, 2008).

Larocca (2004, apud SEPLAG, 2008) considera que a vegetação da Serra do Sudeste e da Campanha, no oeste, compõe as paisagens típicas do Pampa Sul-riograndense. Sobre este aspecto Boldrini (2009, p. 67) salienta que “(...) a vegetação savanóide (arbóreo-arbustiva) da Serra do Sudeste, sobre solos rasos procedentes de granito, é considerada um enclave no bioma ocupando aproximadamente $\frac{1}{4}$ da área do mesmo”. Neste sentido, o Alto Camaquã, compondo parte da Serra do Sudeste, apresenta uma fisionomia da paisagem típica do Pampa, composta por diversas espécies de gramíneas e compostas. É nesta região também que as leguminosas estão mais bem representadas tanto no campo, quanto em beiras de estrada, junto da vegetação arbustiva (BOLDRINI, 2009).

O Pampa apresenta altos índices de biodiversidade e de endemismo, mas encontra-se em situação crítica de alteração de seus ecossistemas naturais, devido às fortes pressões antrópicas. Estimativas recentes indicam que esta região é composta de pelo menos 3.000 plantas vasculares, com 450 espécies de gramíneas e 150 de leguminosas, além de 385 aves e 90 mamíferos (NABINGER, 2007 apud PICOLLI; SCHNADELBACH, 2007). Além disso, Bencke (2009, p. 102) salienta que “(...) 21 espécies de vertebrados podem ser consideradas endêmicas das formações campestres do sul do Brasil”.

Brack (2007, p.13) destaca que o Bioma Pampa:

(...) Originalmente, abrangia cerca de 15 milhões de hectares, reduzidos hoje, a oito ou nove milhões, considerando que parte desse valor, já estaria, em algumas regiões, descaracterizado. A cada ano, no mínimo, 140 mil hectares estão se perdendo devido o avanço da fronteira agrícola e também da silvicultura.

Historicamente, a evolução econômica do Estado do RS obedeceu a “modelos de desenvolvimento” que valorizaram, principalmente, a pecuária e a agricultura. No caso da agricultura, as monoculturas, em especial o arroz e a soja, avançaram sobre áreas de grande fragilidade ambiental, como banhados e campos

de várzea⁶, principalmente no Sul e no Oeste. Este aspecto, somado ao incremento dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde, intensificaram as degradações ambientais pelo uso intensivo de maquinários e agrotóxicos e controle químico de pragas, colocando em risco a biodiversidade e a própria sobrevivência das populações locais. Nesse contexto, a redução da biodiversidade nativa, a destruição de ecossistemas naturais, o rompimento das culturas tradicionais, o êxodo rural e a expansão das monoculturas de árvores exóticas, se constituem hoje, nas principais ameaças ao Pampa e as comunidades que o habitam.

A urgência em reverter o processo de degradação ambiental, levou o Ministério do Meio Ambiente (MMA) a desenvolver o subprojeto “Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade nos Biomas Mata Atlântica e Campos Sulinos”, no âmbito do Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO). Através deste projeto foram identificadas áreas prioritárias para a conservação da Mata Atlântica e Campos Sulinos.

Assim, as áreas definidas como prioritárias foram classificadas em quatro níveis de importância biológica nos grupos temáticos: Categoria A - área de extrema importância biológica; Categoria B - área de muito alta importância biológica; Categoria C - área de alta importância biológica e Categoria D - área insuficientemente conhecida, mas de provável importância biológica.

Através do mapa de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos (figura 11), elaborado pelo MMA, podemos observar que o território do Alto Camaquã, apresenta “extrema importância biológica” e “muito alta importância biológica” para a conservação da biodiversidade dos Campos Sulinos.

⁶ Uma várzea corresponde a terras planas, próximas ao fundo do vale de um rio, inundadas quando o escoamento do curso d'água excede a capacidade normal do canal. Também chamada de planície de inundação (GUERRA, 1978).

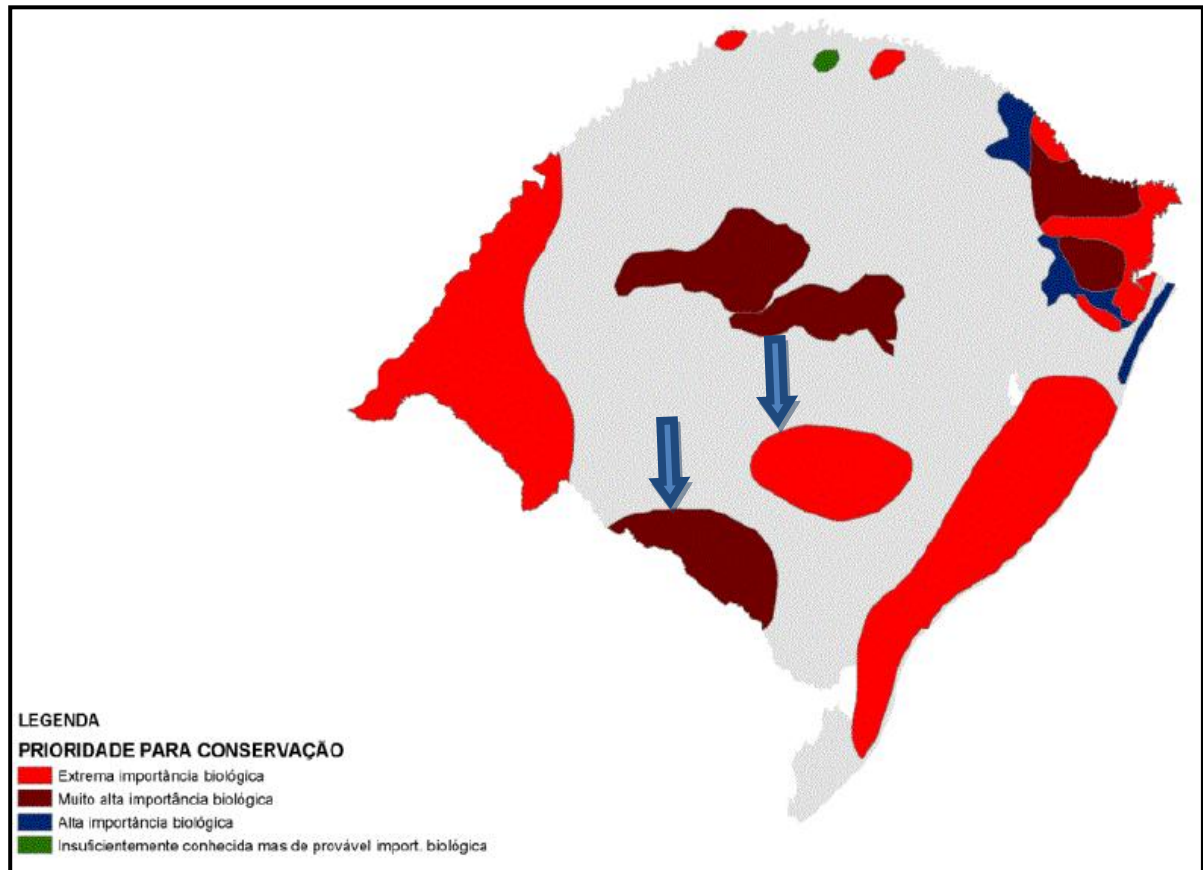


Figura 11– Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos, com destaque para o território do Alto Camaquã.

Fonte – MMA, (2000).

Dentro deste projeto foram identificadas áreas prioritárias e de relevante interesse para a preservação da biodiversidade de mamíferos, aves, peixes, répteis e anfíbios, invertebrados, flora e fatores abióticos, nos dois biomas analisados. A partir destes mapeamentos o território do Alto Camaquã, foi definido conforme o (quadro 1), como uma área de alta importância biológica para a conservação de mamíferos, muito alta importância biológica para a conservação de répteis e anfíbios e extrema importância biológica para a conservação de aves, flora e aspectos abióticos.

A identificação de áreas de conservação para peixes não foi realizada para o território específico do Alto Camaquã. Porém, algumas áreas foram definidas como unidades biogeográficas para o reconhecimento e indicação de áreas prioritárias para conservação de peixes nos Biomas Campos Sulinos e Mata Atlântica, sendo que o território do Alto Camaquã foi englobado pela Bacia Hidrográfica da Laguna dos Patos. Para o grupo de invertebrados o estudo indicou que a grande maioria de espécies não está catalogada nem informatizada devido ao grau insatisfatório de

conhecimento sobre este grupo, sendo indicadas 146 áreas prioritárias para a conservação de invertebrados na Mata Atlântica e Campos Sulinos (MMA, 2000).

Prioridade de Conservação da Biodiversidade no Alto Camaquã	
Mamíferos	Alta importância biológica
Aves	Extrema importância biológica
Peixes	---
Répteis e anfíbios	Muito Alta importância biológica
Invertebrados	---
Flora	Extrema importância
Fatores Abióticos	Extrema importância

Quadro 1 – Prioridade de Conservação da Biodiversidade no Alto Camaquã/RS.

Fonte – MMA, (2000).

Org. – Organizado pela autora.

Em nível estadual destaca-se outro projeto denominado “Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul”, desenvolvido pela Secretaria de Planejamento e Gestão do RS (SEPLAG) em consonância com o MMA. Este projeto tem como objetivo “promover a conservação e recuperação da biodiversidade, mediante o gerenciamento integrado dos ecossistemas e a criação de oportunidades para o uso sustentável dos recursos naturais, com vista ao desenvolvimento regional”, levando em conta áreas consideradas de extrema ou de muito alta importância para conservação da biodiversidade pelo MMA, evidenciando a integração entre as prioridades de âmbito nacional e estadual.

Segundo este projeto parte do território do Alto Camaquã, compreendendo os municípios de Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado e Santana da Boa Vista, constituem um dos sítios escolhidos como Áreas Prioritárias do Projeto de preservação da biodiversidade no RS. Esta área foi denominada “Área 3 – Escudo-Sul-Riograndense”. A Área 3 está inserida na lista da IUCN (*International Union for Conservation of Nature and Natural Resources*) de espécies ameaçadas, existindo cerca de 2 espécies de flora, 8 espécies de fauna (2 espécies de mamíferos e 6 de aves), se constituindo em um complexo mosaico de distintas formações que são redutos para ocorrência de fauna e flora ameaçadas ou raras, de grande importância

para a biodiversidade (SEPLAG, 2008). Neste caso, merece ser destacado que já foi identificada a presença significativa de animais em situação crítica e ameaçados de extinção. Por outro lado, estudos preliminares indicam grande diversidade de répteis e a existência de algumas espécies de serpentes novas para a ciência, endêmicas do Escudo, endemismo este digno de nota, uma vez que é raro entre as espécies de répteis no RS (SEPLAG, 2005a).

Existem muitas espécies de fauna e da flora ameaçadas de extinção ou endêmicas que podem ser avistadas em municípios do Alto Camaquã. A Lista das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção no Rio Grande do Sul, elaborada pela Fundação Zoobotânica do RS, apresenta diversos animais em situação de ameaça, como por exemplo, o Lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), criticamente em perigo e o Papagaio Charão, quase extinto no RS, mas que ainda podem ser avistados nos municípios do Alto Camaquã. Além destas espécies outras como as apresentadas na figura 12, mesmo ameaçadas podem ser observadas em meio aos campos do Alto Camaquã.

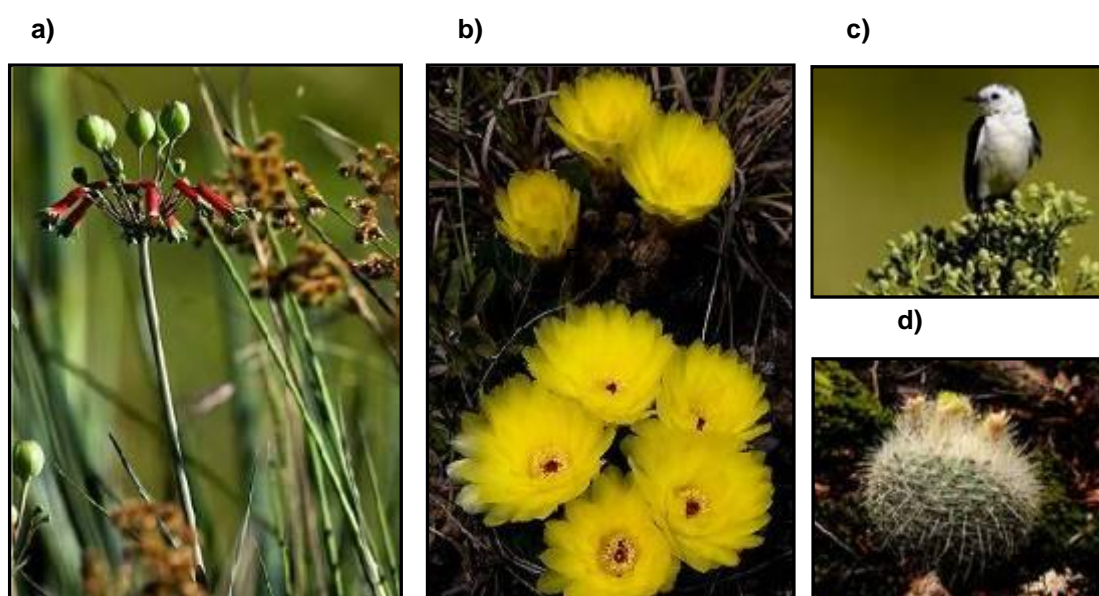


Figura 12– Espécies Ameaçadas no RS: a) *Alstroemeria isabelleana* (ameaçada de extinção no RS); b) Cacto-bola (*Parodia ottonis*), vulnerável no RS; c) Noivinha-de-rabo-preto (*Xolmis dominicanus*), globalmente ameaçada, (IUCN, 2008) e d) Cacto-bola (*Parodia haselbergii*), vulnerável no RS. As figuras “a” e “c” foram fotografadas em Lavras do Sul.

Fonte – Disponível em: <http://www.adriano Becker.com.br/home_PT.html>.

A lista da flora ameaçada do RS indica que existem 607 espécies em extinção, sendo que 250 delas estão na região do Pampa (BRACK, 2007). Apesar

disso, o Pampa é o mais desconhecido de todos os biomas no Brasil (CHOMENKO, 2007; MMA, 2007; SEPLAG, 2008; PICOLLI, L.R.; SCHNADELBACH, 2007).

Em contrapartida ao número expressivo de espécies ameaçadas de extinção ou raras, destaca-se a baixa representatividade do Bioma Pampa dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). A realidade do Alto Camaquã não é diferente. Brack (2007, p. 14) aponta que:

(...) atualmente, existem apenas 0,36% de áreas protegidas por unidades de conservação. Esse valor é muito pequeno, pois cada bioma deveria ter pelo menos 10% dele preservado, segundo recomenda a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos naturais). O Brasil, hoje, tem entre 7 a 8% de áreas protegidas. Assim, o bioma pampa, tendo em vista outros biomas do país, é o menos representado por áreas preservadas.

O RS conta atualmente com um total de 104 Unidades de Conservação (UCs), incluindo áreas criadas por lei e ainda não implementadas. Destas, 12 são federais, 26 estaduais, 42 municipais (incluindo áreas de usos múltiplos e parque urbanos) e 24 RPPNs (Reserva Particular do Patrimônio Natural), abrangendo 3,4% da área total do Estado (SEPLAG, 2010). Deste total, o Bioma Pampa apresenta apenas 17 áreas protegidas, distribuídas por 6.494 hectares e representativas de somente 3,6% da área total deste bioma. Já o Alto Camaquã apresenta quatro áreas protegidas identificadas como Reserva Particular do Patrimônio Natural⁷: a Reserva Particular do Patrimônio Natural Minas do Paredão, criada pelo Decreto 3.059 de 14 de maio de 1999, localizada no município de Piratini, possuindo uma área total de 15 ha; a Reserva dos Mananciais com uma área de 11,11 ha; a Fazenda Branquilha com uma área de 13 ha e a Fazenda Caneleira com 45 ha. Além destas RPPNs ainda existe o Parque Municipal da Pedra do Segredo localizado no município de Caçapava do Sul, criado no ano de 1996, hoje sob gestão da ONG ITA (Interação de Trabalhos Ambientais).

⁷ Uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, definida como "uma área de domínio privado, a ser especialmente protegida por iniciativa de seu proprietário, reconhecida e considerada pelo Poder Público como Unidade de Conservação de relevante importância, com o objetivo de proteção dos recursos ambientais e de conservação da diversidade biológica, gravada com perpetuidade, por intermédio de termo de compromisso averbado à margem da matrícula do Cartório de Registro de Imóveis, sem implicar em desapropriação", pelo Decreto Estadual nº 46.519, de 22/07/2009. As atividades permitidas nas RPPNs são a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (SEMA, 2011).

O relatório da FEPAM (2007) menciona áreas importantes dentro do território do Alto Camaquã para compor o plano do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC), como por exemplo, a região das Guaritas, as Minas do Camaquã, a Pedra do Segredo e o Rincão do Inferno. Entretanto até o momento nenhuma ação efetiva, tem colocado sobre proteção nenhuma destas paisagens.

De acordo com a Lei nº 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de conservação (SNUC), uma Unidade de Conservação pode ser entendida como um espaço territorial determinado e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

Dessa forma, as UCs contribuem para a preservação da biodiversidade, de habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos. Porém, apenas a criação de UCs não é uma garantia da conservação dos recursos naturais. Neste sentido, a criação de Unidades de Conservação ou áreas protegidas e o fortalecimento das políticas públicas para o meio ambiente devem se constituir em ações prioritárias para a conservação e proteção destas paisagens que constituem um patrimônio para a humanidade. Recentemente, as pressões antrópicas sobre o Pampa tem se intensificado com a implantação de um novo “modelo de desenvolvimento” através da introdução da silvicultura e do plantio de árvores exóticas, como o pinus, o eucalipto e a acácia.

3.4 O Novo Modelo de “Desenvolvimento” para a Metade Sul: uma ameaça ao Pampa

A implantação de atividades de silvicultura como um novo “modelo de desenvolvimento” no RS vem se constituindo na mais recente ameaça ao Pampa Sul-rio-grandense. O plantio de extensas lavouras de árvores exóticas, como o pinus, o eucalipto e a acácia, está sendo desenvolvido por três grandes empresas – Estora Enso, Votorantin e Aracruz celulose – com o objetivo de exportar a pasta de celulose. Para Zarth; Gerhrdt (2009, p.282):

(...) a aproximação entre a Aracruz e a Votorantim Celulose e Papel, que originou em 2009 a Fibria e a ligação entre a Fibria e a empresa sueco-

finlandesa Stora Enso, sob o nome de Veracel, revelam a concentração de capital em curso e sua articulação internacional.

Na Argentina e Uruguai, onde esse processo já se desenvolve há mais tempo, estudos indicam que a monocultura destas árvores já tem demonstrado impactos ambientais negativos ao suprimir extensas áreas de vegetação campestre e diminuir a diversidade biológica local. No Pampa Sul-rio-grandense estes impactos não devem ser diferentes, já que, o sistema de plantio não vem obedecendo às restrições ambientais estabelecidas.

Esta problemática tem incitado diversas discussões sobre o “futuro” do Pampa, principalmente porque além de aspectos econômicos e ambientais envolve uma mudança drástica na paisagem pampeana e na própria identidade cultural do povo gaúcho que habita os campos. Apesar de se constituir em uma das alternativas de “desenvolvimento” proposta para a Metade Sul, o plantio de árvores exóticas em larga escala e sem seguir as restrições ambientais propostas, pode gerar conseqüências adversas, sejam elas econômicas, sociais ou ambientais.

Nesse sentido, Chomenko (2007, p. 6) destaca que

Os cultivos de *Eucalyptus* spp e *Pinus* spp em áreas inadequadas poderão conduzir a graves conflitos, que tenderão a ser cada vez mais acentuados, seja pelo uso de recursos escassos, seja pela posse da terra ou ainda pela própria perda da identidade cultural regional.

O plantio de árvores exóticas em grandes áreas torna-se uma ameaça a biodiversidade nativa considerando que a maioria das espécies mais vulneráveis não ocorre em todo o Pampa, ocupando apenas algumas áreas restritas de campo. A redução da disponibilidade de água na região e a salinização do solo também se constituem em possíveis impactos caso as atividades de silvicultura continuem a ser implantadas. A área abrangida pelo Pampa possui um balanço hídrico negativo em algumas épocas do ano, chegando a ocorrer períodos prolongados de estiagem.

Com a silvicultura, os campos com predomínio de espécies gramíneas de raízes rasas podem sofrer com a alteração de sua cobertura vegetal, já que, os monocultivos florestais possuem raízes mais profundas que atingem o lençol freático com mais facilidade. A redução da água disponível poderá também afetar o desenvolvimento de outras culturas como o arroz, a soja ou o milho. Além destes impactos, os solos podem passar a apresentar maior acidez e redução na sua

fertilidade, incremento de erosão, em função da alteração da estrutura do solo e redução de permeabilidade da água (CHOMENKO, 2007).

A presença desses cultivos em ecossistemas campestres além de modificar a flora local acabará diminuindo ainda mais a vegetação nativa existente. Dessa forma, cabe lembrar que, segundo um levantamento recente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do MMA restam apenas cerca de 40% das áreas originalmente cobertas com vegetação natural no Pampa gaúcho (MADEIRA, 2007).

Segundo Madeira (2007) existe uma incoerência do ponto de vista da implantação de espécies exóticas e da conservação ambiental; por isso:

(...) é importante esclarecer que é incorreta a idéia de que a atividade da silvicultura, ao plantar árvores exóticas no pampa, é benéfica em termos de conservação ambiental porque promove o “florestamento” ou “reflorestamento” de áreas sem árvores. Uma floresta, diferentemente de uma lavoura de árvores exóticas, é um ecossistema natural, com diversidade de fauna e floras nativas. Além disso, o pampa típico não tem e nunca teve florestas. Trata-se de um bioma onde predominam ecossistemas de campo, sendo estes, uma de suas maiores riquezas. (MADEIRA, 2007, p. 9).

Até o momento muito tem se falado sobre os impactos ambientais em relação à monocultura de árvores exóticas no Pampa. Contudo, conforme destaca Verдум (2007) a intervenção e ruptura cultural que esta atividade pode gerar é um custo difícil de mensurar. O incremento de atividades econômicas com objetivos de crescimento desenvolvimentista, como é o caso da expansão da silvicultura no RS, ocorrendo em ritmo acelerado de expansão, alterando totalmente a fisionomia da paisagem local e substituindo atividades econômicas tradicionais poderá gerar uma ruptura cultural muito grande ao “expulsar” o homem do campo e modificar a paisagem com a qual este se identifica.

Igualmente, um aspecto pouco discutido, mas amplamente conhecido, e inclusive já sendo observado no RS, refere-se à expansão da invasão de espécies exóticas, que passam a ser consideradas como verdadeiras “pragas” junto a alguns setores de cultivos agrícolas, destacando-se caturritas, lebres e javalis, que encontram nestes novos nichos (os plantios de espécies arbóreas) ampla possibilidade de vida (CHOMENKO, 2007). Estes animais podem trazer problemas aos produtores rurais que possuem suas lavouras próximas a estas plantações, já que, estes animais destroem as plantações em busca de alimento.

A grande questão é porque implementar o monocultivo de árvores exóticas no Pampa, descaracterizando sua paisagem, gerando impactos adversos, se podem ser adotadas outras alternativas de desenvolvimento? Em que medida a silvicultura pode gerar a melhoria da qualidade de vida da população local, se poucos empregos serão gerados e se a concentração de terras e capital só tenderá ao aumento do êxodo rural e exclusão social na região?

Nesse sentido, alternativas de desenvolvimento mais coerentes com as especificidades locais poderiam ser adotadas. Tais alternativas poderiam contar com as riquezas naturais e culturais disponíveis no Pampa, sem com isso adotar “modelos de desenvolvimento” exógenos e que não garantem a conservação dos aspectos ambientais e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

O modelo da matriz produtiva do RS, segundo Chomenko (2007), é bastante diversificado e dependente do campo. Dessa forma, a preservação da paisagem pampeana necessita de alternativas econômicas que garantam a diversificação de culturas e, ao mesmo tempo, mantenham as atividades seculares desenvolvidas na região, como a agricultura familiar e a pecuária extensiva, que apesar de também causarem impactos, não alteram totalmente a configuração natural dos Campos Sulinos.

Picolli; Schnadelbach (2007, p. 25) ao abordarem alternativas produtivas sustentáveis para o Pampa argumentam que:

(...) O desenvolvimento de uma agricultura sustentável, que gere produção, trabalho e renda ao agricultor, mas respeitando o equilíbrio dos ecossistemas e primando pela conservação dos recursos naturais, é a verdadeira possibilidade de melhorar o nível de vida das populações pampeanas, sem colocar em risco a existência do próprio Pampa. Neste sentido, faz-se necessário construir um modelo de desenvolvimento onde, prioritariamente, seja respeitada a conformação tipicamente campestre deste ecossistema.

Além da manutenção das atividades tradicionais algumas alternativas econômicas têm sido desenvolvidas, garantindo e conciliando retornos econômicos à conservação da vida nativa do Pampa. Algumas destas atividades potenciais para o desenvolvimento do RS são a agricultura orgânica, a agroecologia, a apicultura, a própria pecuária extensiva desenvolvida há séculos nos campos, entre outras. Além destas atividades o incentivo ao turismo no espaço rural e às diferentes tipologias de turismo de natureza devem estar entre as alternativas de desenvolvimento e complementação de renda das famílias no Pampa.

O valor histórico-cultural e ambiental da paisagem do Bioma Pampa e do Alto Camaquã é imensurável. Assim, as alternativas de desenvolvimento propostas para esta porção do estado do RS precisam estar de acordo com a manutenção e preservação da geo-bio-sociodiversidade. Nesse sentido, o Ecoturismo, por valorizar estas questões, é defendido aqui como uma dessas alternativas para o (des)envolvimento local e para a conservação da paisagem.

Atenção especial deve ser dada à proteção e conservação das especificidades produtivas e da composição natural da paisagem no Alto Camaquã, que inclui desde espécies da fauna e da flora ameaçadas até os conjuntos de afloramentos rochosos e geoformas que merecem ser protegidos por lei.

4. ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O enfoque metodológico utilizado para a realização da pesquisa é o método Geossistêmico, desenvolvido por Bertrand (1972) para a interpretação da paisagem. A interpretação da paisagem através da abordagem sistêmica possibilita a leitura da interação de sistemas naturais e sociais em conjunto. Dessa forma, o fato da análise integrada da paisagem considerar a dimensão natural e social dos sistemas paisagísticos possibilita avaliar como acontece a interação sociedade-ambiente nos diferentes espaços.

Através da representação e diagnóstico das diferentes unidades de paisagem do território do Alto Camaquã foi possível identificar muitas das particularidades socioeconômicas, produtivas, ambientais e culturais que caracterizam a realidade dos municípios em estudo.

Para a realização desta pesquisa os procedimentos metodológicos foram estruturados em etapas.

Primeiramente, realizou-se o levantamento das cartas temáticas (geologia, geomorfologia e solos) disponibilizadas em 2003 pelo IBGE, na escala de 1:250.000, a partir de um detalhamento realizado sobre as bases de dados do Projeto RADAMBRASIL, para o território do Rio Grande do Sul. Para a análise da vegetação utilizou-se a base de dados (contendo as cartas-imagem com os tipos de vegetação do Bioma Pampa e os usos do solo) utilizada para a elaboração do Mapa de Cobertura Vegetal do Bioma Pampa, produzido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, através do Laboratório de Geoprocessamento (LABGEO) do Centro de Ecologia.

A segunda fase constituiu-se na elaboração de mosaicos das cartas-imagem temáticas obtidas (geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso do solo), com o auxílio do Software *ArcView Gis*, para a geração de arquivos únicos, conforme os temas em análise, possibilitando a interpretação da configuração da paisagem do Alto Camaquã.

Após a montagem dos mosaicos realizou-se a interpretação do mapa de geomorfologia gerado, que juntamente com a pesquisa bibliográfica, tornou possível

a identificação do primeiro nível hierárquico de classificação da paisagem do Alto Camaquã, ou seja, as Sub-regiões Naturais.

O segundo nível hierárquico de unidades de paisagem, os Geossistemas, foi definido a partir das heterogeneidades produzidas pela relação vegetação-solos-uso do solo, dentro das grandes unidades definidas na etapa anterior.

Por fim, o terceiro nível hierárquico, que corresponde às menores unidades de paisagem, as Geofácies, foram identificadas a partir de feições geológico-geomorfológicas mais localizadas e inventariadas a partir dos trabalhos de campo e das indicações dos habitantes locais, representando, efetivamente, os principais pontos naturais de interesse ecoturístico do Alto Camaquã.

A realização desta etapa também seguiu o preenchimento de uma ficha de inventário (Apêndice B) com as características observadas em cada Geofácie. Também foram utilizadas cartas topográficas na escala 1: 250.000 e 1:50.000 e as imagens fornecidas pelo *Google Earth*, que auxiliaram na localização das Geofácies durante os trabalhos de campo.

Após a identificação do último nível hierárquico de unidades de paisagem, foram elaborados o Mapa das Unidades de Paisagem para o Alto Camaquã e o Mapa dos Atrativos Ecoturísticos do Alto Camaquã (Apêndice C).

A fase final da pesquisa compreendeu a elaboração da redação final, complementando as discussões realizadas até o momento. Esta fase envolveu a análise do potencial turístico que é atualmente aproveitado e da infra-estrutura disponível para o desenvolvimento do Ecoturismo, bem como as possibilidades de proteção da paisagem do Alto Camaquã.

5. PATRIMÔNIO NATURAL E SOCIOCULTURAL DO ALTO CAMAQUÃ

5.1 O Patrimônio Histórico-cultural do Alto Camaquã

Além da procura por paisagens de grande beleza cênica e pelo patrimônio natural, o interesse pela cultura e pelo patrimônio histórico-cultural das comunidades locais é outro ponto-chave na busca por roteiros ecoturísticos. Neste sentido, destaca-se que além da procura por atrativos naturais, a maioria dos ecoturistas possui interesse em conhecer a cultura e o modo de vida das comunidades que visita, as edificações históricas, a religiosidade, o artesanato, a culinária típica, entre outras características.

No Brasil a Constituição de 1988 estabelece em seu artigo 216 que o patrimônio cultural brasileiro é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). Dentro do patrimônio cultural brasileiro, se incluem, portanto, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988). Este artigo da Constituição também estabelece que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país.

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), hoje vinculado ao Ministério da Cultura, é o órgão federal que representa as ações governamentais na área da preservação do patrimônio cultural. O IPHAN possui a tarefa de “promover e coordenar o processo de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro para fortalecer identidades, garantir o direito à memória e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país” (IPHAN, 2011). Dentro do IPHAN, no ano de 2009, foram criadas Superintendências Estaduais para a coordenação, planejamento, operacionalização e a execução das ações do IPHAN em âmbito

estadual. Assim, o Instituto de Patrimônio Histórico Artístico Estadual (IPHAE) é o órgão responsável pela proteção e pelo tombamento do Patrimônio Cultural gaúcho.

No RS o Bioma Pampa e a produção pecuária extensiva, o modo de vida do gaúcho e seu vínculo com a terra, refletem uma síntese de relações entre os elementos da paisagem e os fatores históricos, culturais, políticos e demográficos (PDE, 2011), que ajudaram a forjar a cultura Sul-rio-grandense. Assim, as manifestações culturais do Alto Camaquã, inserido no Pampa gaúcho, estão intimamente influenciadas, tanto pela paisagem, quanto pelas atividades econômicas desenvolvidas, como a pecuária e a agricultura, pelo saber local e pela influência advinda de diferentes etnias, a partir do processo de colonização. A partir dessas características, os municípios que compõem o Alto Camaquã possuem uma riqueza cultural manifestada tanto em bens materiais como imateriais que demonstram características sociais e traços da memória coletiva, que fazem parte da identidade cultural do povo gaúcho.

A culinária é um elemento marcante da cultura gaúcha, resultado dos produtos e modos de fazer locais, baseados na identidade e ancestralidade, advindos de diferentes etnias, variando de região para região, mas ao mesmo tempo misturando tradições culinárias em todo o Estado. Da mistura da comida indígena, espanhola e portuguesa, por exemplo, surgiu a denominada culinária/cozinha campeira, marcada pela utilização do charque e da carne de ovelha, consumidas diariamente na Região da Campanha Gaúcha (SENAC, 1991).

As manifestações culturais e festas típicas, ligadas a colonização italiana, alemã, portuguesa, espanhola, entre outras, são realizadas em diversas regiões do Estado. Entretanto, as manifestações culturais ligadas ao tradicionalismo gaúcho, se destacam no cenário nacional. No Alto Camaquã, podemos citar diversos exemplos de manifestações culturais, ligadas ao tradicionalismo gaúcho e a colonização do território, entre elas: a Festa Internacional do Churrasco, a Galponeira, a Semana Crioula Internacional, realizados em Bagé; o Ponche Verde da Canção Nativa realizado em Dom Pedrito desde 1986; a Noite Lavrense de Poesia e Seresta e a Bateada da Canção e Poesia Nativista, realizados em Lavras do Sul; a Sentinela da Canção Nativa, a Festa do Divino Espírito Santo e a Corrida das Cavalhadas realizados em Caçapava do Sul e a Festa do Colono, a Festa da Fruticultura e a Ocktoberfest, realizadas pela comunidade em Hulha Negra.

Estes eventos são conhecidos em todo o Estado e são promovidos com o intuito de divulgar os artistas locais e as tradições do povo gaúcho e das diferentes etnias que aqui chegaram, além de se constituírem em patrimônio imaterial destas comunidades. Além destes eventos os festejos da Semana Farroupilha que acontecem tradicionalmente em todos os municípios do Estado, os rodeios e as exposições agropecuárias, são eventos de destaque na agenda destes municípios.

Os projetos e iniciativas ligados ao artesanato e a gastronomia dos municípios desempenham um forte papel social ao garantir a complementação da renda no campo através do aproveitamento do potencial natural e das matérias-primas disponíveis nas propriedades, valorizando os talentos e as habilidades da população. A grande diversidade de produtos confeccionados artesanalmente e os saberes tradicionais empregados na elaboração de artigos de decoração, peças do vestuário, utensílios domésticos, brinquedos, acessórios como boinas, mantas, luvas, palas, entre outros, se constituem em um importante capital social da população para o desenvolvimento de projetos voltados a valorização da cultura, da identidade territorial e das potencialidades locais destes municípios.

As produções em lã, o artesanato em geral, as peças de decoração, a produção de alimentos caseiros, entre outros, produzidas pelas comunidades locais do Alto Camaquã, têm se destacado em feiras e exposições como a Expointer/2010, a Expo Alto Camaquã, bem como em feiras e exposições de cada um dos municípios. A Exposição dos Produtos do Território do Alto Camaquã (Expo Alto Camaquã) tem como objetivo principal divulgar ao público a diversidade de produtos artesanais destes municípios, agregados em torno da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC), apresentando a marca “Alto Camaquã”, criada para certificação de seus produtos. A primeira edição da feira foi realizada no município de Bagé, em outubro de 2010.

As alternativas econômicas vinculadas aos saberes locais tem possibilitado a inclusão destas formas de produção local na economia regional. O aumento da procura por ambientes naturais e rurais no desenvolvimento do turismo tem levado às comunidades a possibilidade e a necessidade da identificação e do registro dos produtos que apresentam representatividade cultural e que expressam características particulares das comunidades visitadas.

Em relação ao Patrimônio Cultural Material do Alto Camaquã tem destaque o patrimônio arquitetônico/edificado, encontrado principalmente nos centros históricos

municipais. Com base em dados fornecidos na página de internet do IPHAE, podemos observar, através do quadro 2, uma relação dos bens tombados nos municípios que compõem a área em estudo.

Bens Tombados nos Municípios em Estudo		
Bens	Município	Órgão
Palacete Pedro Osório	Bagé	IPHAE
Antiga Estação Ferroviária	Bagé	IPHAE
Hidráulica de Bagé	Bagé	IPHAE
Igreja Matriz de São Sebastião	Bagé	IPHAN
Fundações do Forte Santa Tecla	Bagé	IPHAN
Forte D. Pedro II	Caçapava do Sul	IPHAN
Casa de Antônio Augusto Borges de Medeiros	Caçapava do Sul	IPHAE
Casa de Ulhôa Cintra (Casa dos Ministérios)	Caçapava do Sul	IPHAE
Fórum	Caçapava do Sul	IPHAE
Igreja Matriz Nossa Senhora da Assunção	Caçapava do Sul	IPHAE
Caixa d' Água	Dom Pedrito	IPHAE
Prefeitura Municipal	Dom Pedrito	IPHAE

Quadro 2 – Bens tombados nos municípios em estudo.

Fonte – Informações disponíveis no site do IPHAE.

Alguns municípios como Bagé e Caçapava do Sul possuem projetos de revitalização do patrimônio histórico junto ao Programa de Aceleração das Cidades Históricas (PAC Cidades Históricas), lançado em dezembro de 2009 pelo governo federal. A iniciativa designa recursos anuais para recuperação do patrimônio cultural dos municípios, contando com a participação de governos estaduais, municipais e da iniciativa privada, através de planos de ações pactuados com os municípios. Um dos princípios deste programa é integrar as ações de preservação às demais políticas públicas no campo do turismo, da educação patrimonial e do desenvolvimento socioeconômico (IPHAN, 2011).

Atenta-se para o rico conjunto de referências locais que necessitam ser identificados para o planejamento de ações de salvaguarda e valorização do rico Patrimônio Cultural do Alto Camaquã, podendo contribuir para o desenvolvimento territorial endógeno, baseado no capital social e no aproveitamento sustentável dos saberes tradicionais das comunidades que habitam este território. Os municípios que compõem a área de estudo possuem particularidades socioeconômicas e culturais que garantem ao território um potencial endógeno especial, que pode ser aproveitado para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas.

5.1.1 Lavras do Sul

Lavras do Sul é o único município gaúcho com origem na exploração aurífera. A tradição oral conta que já no fim do século XVIII havia garimpagem na região, quando foi descoberta uma grande pepita de ouro com um formato semelhante à imagem de Santo Antônio, no arroio Camaquã das Lavras, provocando a vinda de bandeirantes de todas as partes (TEIXEIRA, 1992). Consta que a primeira descoberta de ouro ocorreu efetivamente no ano de 1796 (TEIXEIRA, 1992). Por essa razão, a localidade recebeu o nome de Santo Antônio das Lavras, tornando-se este seu padroeiro. Há registros de que o ouro do território onde hoje se localiza o município foi explorado por espanhóis, portugueses e canadenses. Embora o povoamento tenha se estabelecido em 1825, além dos canadenses, ingleses, belgas, índios e bandeirantes paulistas já estavam na região, atraídos pela ocorrência do ouro nesta localidade (TEIXEIRA, 1992).

Entretanto, hoje, as principais atividades econômicas do município se concentram na pecuária através da criação de gado de corte e ovinos. A mineração deixou de ser explorada, muito embora existam pesquisas indicando jazidas de minério, como ouro e cobre, além de calcário, talco e extração de rochas ornamentais como o mármore e o granito localizadas no interior do município, no distrito de Ibaré.

A terra do ouro, como é conhecida Lavras do Sul, além da peculiar história de seu surgimento, possui tradições locais manifestadas e influenciadas por suas atividades econômicas como, por exemplo, a criação ovina. O artesanato local, inspirado principalmente na utilização da lã ovina, possui uma forma de produção artesanal que vai desde a esquilagem da lã até a lavagem, tintura e tecelagem para a confecção de peças de roupa, brinquedos, bem como outros objetos para a decoração de ambientes.

A importância desta produção conta com o apoio de alguns projetos como a Lavanderia de Lã (figura 13 a), projeto experimental da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), desenvolvido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com o apoio da Secretaria de Turismo de Lavras do Sul, para a divulgação do trabalho das lavadeiras de lã e fabricação de doces caseiros. Também se destaca o Grupo de Artesanato em Lã Ovina da Tecelagem Lavrense (figura 13 b), que existe há quinze anos e que conta atualmente com a

participação de trinta e duas mulheres e dois homens, de oito comunidades rurais para a confecção de peças em lã crua, tramadas em tricô ou crochê.

a)



b)



Figura 13 – Artesanato em lã em Lavras do Sul: **a)** Montagem de imagens destacando o processo artesanal de preparo da lã ovina, pelo Projeto Lavanderia de Lã (Disponível em: <<http://turismodelavras.blogspot.com/>>).

b) Exemplos de peças confeccionadas em lã, pelo Grupo de Artesanato em Lã Ovina da Tecelagem Lavrense, expostos na Expolavras 2010.

Fonte – Trabalho de campo, novembro de 2010.

As peças são confeccionadas artesanalmente, através de um processo que inicia com a esquilagem da ovelha, lavagem, cardamento, tingimento com chás e ervas, fiação e tecelagem da lã. A lã, obtida nas propriedades rurais dos próprios artesões é tingida com produtos naturais obtidos no campo como a carqueja, a macella, a erva-mate, entre outras variedades de chás naturais, para depois se transformarem em peças bastante autênticas do vestuário rústico campeiro. As produções em lã têm se destacado em feiras e exposições como as apresentadas em um desfile na Casa RBS e no espaço da EMATER no Parque Assis Brasil, em Esteio durante a Expointer/2010 e também na Expolavras/2010, no Espaço da Integração Rural.

Além da produção de artesanatos, que retratam o cotidiano da comunidade lavrense, os artesãos e artistas plásticos locais têm elaborado souvenirs temáticos para o turismo (figura 14). Um dos trabalhos desenvolvidos integra artes plásticas e artesanato, além de uma pesquisa sobre a história do surgimento de Lavras do Sul. A confecção temática de indumentárias da região em versão minimizada, denominadas de "Mala de Garupa", "Bolsa de Prenda" e "Mini Peçuelos", elaborada pela artista plástica Rosa Helena, trazem junto aos souvenirs, a imagem de Santo Antônio, pequenas representações de pepitas de ouro, um breve histórico da cidade e uma oração à Santo Antônio, padroeiro do município.



Figura 14 – Souvenirs temáticos para o turismo de Lavras do Sul.

Fonte – Artista plástica Rosa Helena. (Disponível em: <<http://turismodelavras.blogspot.com/>>).

A religiosidade e o resgate histórico da identidade cultural, presentes nesta iniciativa contribuem para a valorização da cultura local, que pode ser apreciada pelos turistas que chegam a Lavras do Sul e encontram peças personalizadas para adquirir como lembrança (souvenir) do município.

A religiosidade de Lavras do Sul é expressa principalmente pela fé em Santo e em Nossa Senhora de Lurdes, já que, além da Romaria de Santo Antônio realizada no mês de junho, o município possui a Gruta Nossa Senhora de Lourdes (figura 15 a), construída em um local que possibilita uma vista panorâmica do

traçado urbano da cidade. A Gruta é um local de profunda devoção católica e está assentada sobre uma laje, no topo de um morro que cerca a cidade (TEIXEIRA, 1992). Ao pé da Gruta, encontram-se diversas placas com frases de agradecimento a graças alcançadas. Além da Gruta, existe o Santuário Santo Antônio (figura 15 b) que abriga uma imagem em louvor ao padroeiro da cidade, localizada a cerca de 1 km do centro da cidade, no alto de uma praça com uma escadaria.

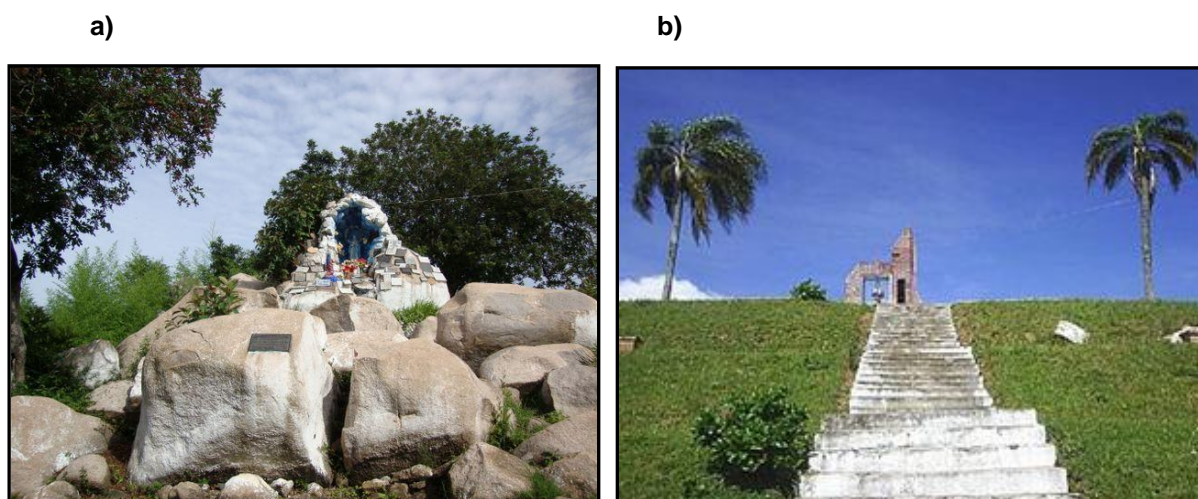


Figura 15 – a) Gruta Nossa Senhora de Lurdes e **b)** Santuário Santo Antônio, Lavras do Sul.
Fonte – Secretaria de Turismo de Lavras do Sul (2010).

Em Lavras do Sul, há um rico patrimônio arquitetônico, construído no início do século XX, resultado da imigração europeia, principalmente de origem portuguesa. Como exemplo podemos citar edificações como o casarão dos irmãos Gómez (figura 16 a) localizado na rua João Bulcão, construído em 1830 e a Igreja Matriz de Santo Antônio (figura 16 b), inaugurada em 1917 (TEIXEIRA, 1992).

A Vila Ibaré, 2º Distrito de Lavras, também conta com belos casarões construídos no início do século XX (figura 16 c e d). Alguns ainda conservam suas fachadas e mantêm certo nível de preservação e outros se encontram em situação de abandono. A vila dispõe de serviços como Agência dos Correios, energia elétrica e iluminação das ruas, posto de medicamentos, abastecimento de água, escola, entre outros serviços, e surgiu a partir da antiga linha férrea Cacequi-Rio Grande ou Cacequi-Bagé-Marítima. Além disso, ainda podemos encontrar ruínas dos engenhos utilizados na exploração de ouro e engenhos construídos por belgas, na Fazenda Itaóca (figura 16 e), localizada a 2 km da cidade.

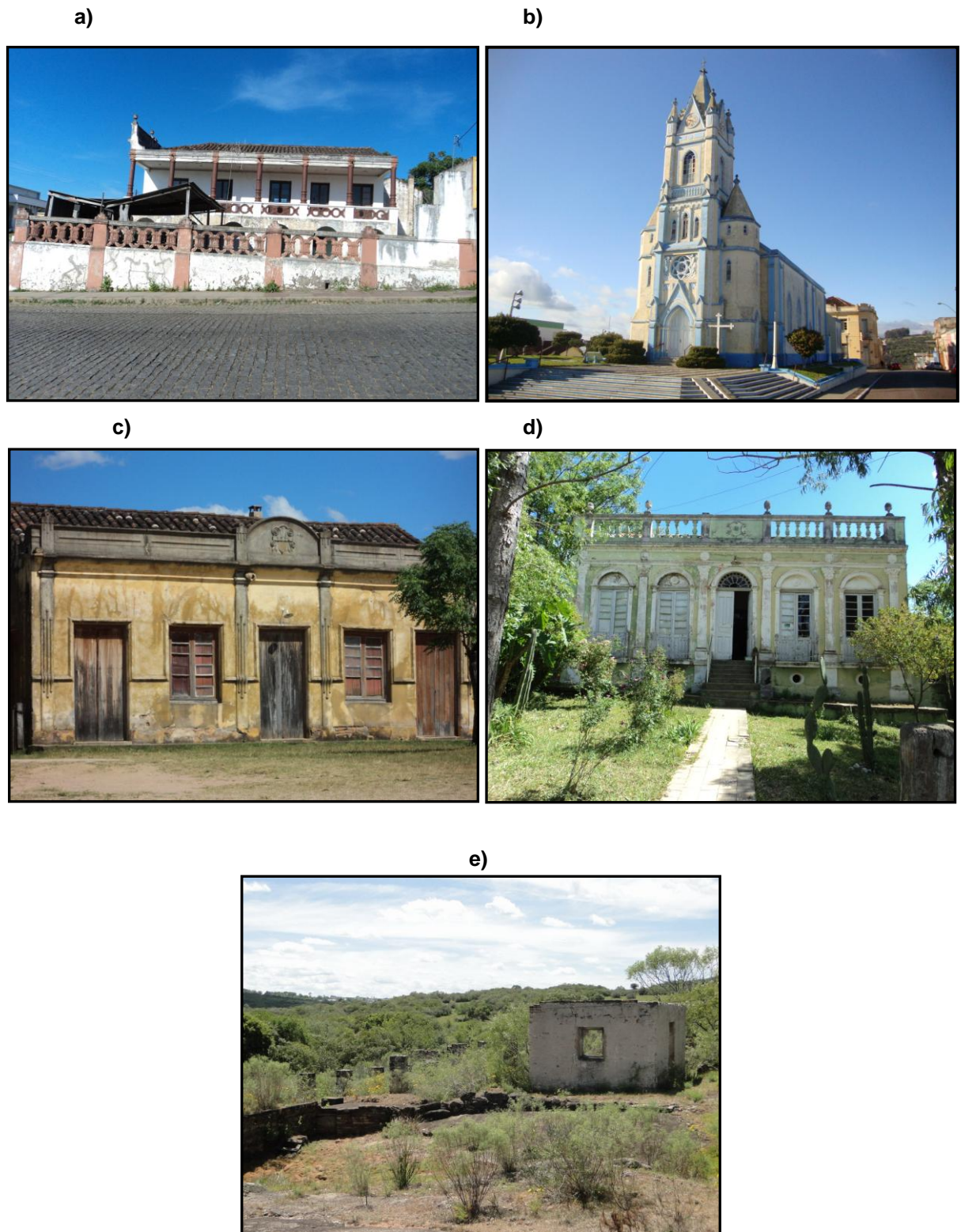


Figura 16 – a) Casarão dos irmãos Gómez; **b)** Igreja Matriz de Santo Antônio; **c)** e **d)** Casarões do início do século XX, na Vila Ibaré; **e)** Ruínas dos engenhos belgas na fazenda Itaóca, Lavras do Sul.
Fonte – Trabalho de Campo, novembro de 2010.

Entre as produções organizadas em pequenos grupos ou em agroindústrias, se destaca o projeto gastronômico Sabor da Terra (figura 17), que prepara o café campeiro, tradicionalmente oferecido em hotéis-fazenda e eventos especiais do

município. Na Praça das Bandeiras, no centro municipal de Lavras, está localizado um quiosque para comercialização de produtos gastronômicos típicos do campo e de produtos orgânicos da agricultura familiar. São vendidos pães, licores, geléias, queijos, doces caseiros, entre outros produtos.



Figura 17– Projeto Gastronômico Sabor da Terra, na Expolavras 2010.
Fonte – Trabalho de campo, novembro de 2010.

O carnaval de rua, principal festividade do município, é o 4º maior do Estado, sendo festejado desde o início do século XX (1910) com a tradicional rivalidade entre os blocos “Os Relaxados” e o “Vai de Qualquer Geito” (VG). O carnavalavras como é conhecido, adquiriu tradição ao longo dos anos e hoje é um evento municipal que movimenta a cidade, que se prepara para a recepção de turistas de todo RS. Além da programação para a semana de carnaval, as ruas são enfeitadas e uma praça de alimentação é montada para a comercialização de produtos gastronômicos produzidos pela população lavrense. Este é um carnaval bastante diferente quando comparado ao restante do Rio Grande do Sul, pois mistura blocos de rua, escolas de samba e a divulgação da cultura popular do município.

5.1.2 Bagé

Bagé é conhecida como a “Rainha da Fronteira” por estar localizada na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, constituindo-se no caminho mais curto entre Porto Alegre e Montevideú. Por sua posição geográfica, desempenhou importante papel na história do Estado, desde o tempo do Império, completando em 2011, duzentos anos de sua fundação. A demarcação das possessões de terras

entre portugueses e espanhóis a partir de 1752 e a resistência por parte indígena através da figura de Sepé Tiaraju em nome do Império Guaranítico, é resumidamente, o marco do surgimento deste município que seria oficialmente fundado em 1811, a partir de um acampamento militar às margens do Arroio Bagé (PDE, 2011). No final do século XIX surgem as primeiras charqueadas, que marcaram fortemente a economia da região. Momentos históricos vividos durante as Revoluções Farroupilha e Federalista, travadas em seu território também fazem parte da história de Bagé. A economia do município é baseada principalmente na agropecuária com a criação de bovinos e ovinos, a indústria frigorífica, a produção de lã, a orizicultura e a fruticultura (PDE, 2011).

Em Bagé o artesanato e as produções da arte de forma geral, também são influenciados pela configuração da paisagem e pela cultura local. A produção dos artesões e artistas plásticos possui um espaço de divulgação, mantido pela Prefeitura Municipal com apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, denominado Casa do Artesanato (figura 18) que conta com 510 artesões que expõem seus trabalhos sem nenhum custo.

Neste espaço podemos encontrar variadas peças de decoração, souvenirs que retratam o cotidiano e os costumes do povo gaúcho bageense, utensílios para a cozinha, bem como peças do vestuário rústico campeiro, confeccionadas em lã pura. Além da Casa do Artesanato, no mesmo espaço de divulgação, há uma sala para exposição e comercialização de peças produzidas pela Cooperativa Bageense de Artesãos (COOBARTE), fundada em 1989.

A COOBARTE, trabalha na confecção de peças em um processo onde a lã é cardada e logo após transformada em fio na roca, para depois ser lavada e tingida em um processo natural com folhas, cascas, ervas e outros corantes, para depois ser finalmente tecida com a utilização de teares ou agulhas de crochê e tricô. Os principais produtos, confeccionados em lã pura pela COOBARTE são ponchos, cobertas, tapetes, casacos, blusões, mantas, boinas e luvas.



Figura 18 – Artesanatos da Casa do Artesanato e da COOBARTE, em Bagé.
Fonte – Trabalho de campo, abril de 2011.

A produção do artesanato em Bagé assemelhasse à de Lavras do Sul, principalmente em relação às peças em lã; entretanto, o artesanato em madeira se destaca pela originalidade e criatividade dos artesões que desenvolvem um trabalho bastante cuidadoso no acabamento de suas peças. As indumentárias e apetrechos utilizados nos trabalhos no campo, também recebem trabalhos especiais em couro trançado para a elaboração de arreios, rédeas e outros objetos.

As produções artísticas produzidas por artistas plásticos e artesãos bajeenses também são freqüentemente expostas na Casa de Cultura Pedro Wayne, que possui uma agenda cultural composta por exposições, palestras, cursos, entre outros eventos, que podem ser conferidos por visitantes que chegam à Bagé. O próprio prédio que abriga a Casa de Cultura, inaugurado em 1929 se constitui em um atrativo turístico, pela imponência e pela beleza de sua arquitetura.

Bagé possui um grande número de palacetes e prédios históricos, construídos em meados do século XIX e início do XX como, por exemplo, os prédios que abrigam hoje o Museu Dom Diogo de Sousa (figura 19 a), o prédio da Administração

Central (antiga Estação Ferroviária de Bagé) (figura 19 b), a Igreja Matriz de São Sebastião (figura 19 c) e a Igreja Nossa Senhora Auxiliadora (figura 19 d).



Figura 19 – Exemplos de prédios históricos em Bagé: **a)** Museu Dom Diego de Souza; **b)** Antiga estação Férrea de Bagé; **c)** Igreja Matriz de São Sebastião e **d)** Igreja Nossa Senhora Auxiliadora.
Fonte – Trabalho de campo, abril de 2011.

Outras edificações importantes, dignas de referência, são o Palacete Pedro Osório (figura 20 a), o Coreto Municipal (figura 20 b), a Hidráulica de Bagé (figura 20 c) e a Prefeitura Municipal (figura 20 d)), entre outros. No Palacete Pedro Osório, hoje funciona a Secretaria Municipal de Cultural. Já o Coreto Municipal, localizado na Praça Silveira Martins, foi restaurado para abrigar as instalações de um futuro Centro de Informações Turísticas de Bagé, que atuará junto à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo.



Figura 20 – Exemplos de prédios históricos em Bagé:
a) Palacete Pedro Osório; **b)** Coreto Municipal; **c)** Hidráulica de Bagé e **d)** Prefeitura Municipal.
Fonte – Trabalho de campo, abril de 2011.

Além destas edificações, existem muitas outras que estão recebendo obras de revitalização, reconhecendo a importância da valorização do patrimônio cultural e arquitetônico de Bagé. Com a chegada do aniversário de duzentos anos de Bagé, vem tomando corpo o movimento pela preservação e revitalização destes prédios históricos do município. Este movimento tem crescido desde 2004, quando as primeiras edificações históricas foram revitalizadas. O resgate e o inventário de recursos culturais imateriais de Bagé está sendo realizado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), em parceria com a Prefeitura Municipal, com recursos do IPHAN. Esta será a primeira das trinta e três ações previstas em Bagé por meio do PAC Cidades Históricas.

Outro importante patrimônio cultural de Bagé é a Vila Santa Thereza (figura 21), situada em torno da antiga Charqueada Santa Thereza, fundada pelo Visconde Antônio Nunes de Ribeiro Magalhães em 1897.



Figura 21 – Vila Santa Thereza em Bagé: **a)** Ruínas do palacete de verão da família do Visconde de Magalhães; **b)** Antigas casas dos operários da vila, localizadas na Av. Visconde de Ribeiro Magalhães e **c)** Capela de Santa Thereza, restaurada.

Fonte – Trabalho de campo, abril de 2011.

A Charqueada Santa Thereza foi uma das mais importantes charqueadas do RS, possuindo infra-estrutura completa com casas para os trabalhadores, hospital, estradas e avenidas bem conservadas, capela, teatro, coreto. Diferenciava-se das demais charqueadas gaúchas, por não utilizar mão-de-obra escrava e sim, mão-de-obra assalariada que vivia em casas construídas na vila operária, que abrigava outras indústrias.

Segundo Fagundes (2005, p. 140):

Além da residência de verão da família, a vila abrigava inicialmente cerca de 840 pessoas que trabalhavam nas charqueadas e nas fábricas. A assistência aos trabalhadores era completa: não só havia a vila operária como tinham assistência médica e farmacêutica. (...) além do hospital, a vila tinha casas de material para cerca de 1.000 pessoas, luz elétrica (usina independente).

As edificações da Charqueada infelizmente não foram devidamente conservadas e hoje existem apenas ruínas do antigo casarão do Visconde de Magalhães. Muitos objetos foram saqueados pela população. Em 2003, o Complexo Santa Thereza recebeu reconhecimento estadual através de um projeto de lei que o reconhece como Patrimônio do Estado, determinando a conservação e a revitalização do patrimônio que ainda resiste (FAGUNDES, 2005). As primeiras obras de revitalização já iniciaram com a recuperação da Capela Santa Thereza e do Teatro Santo Antônio, reconstruído sobre as ruínas do antigo teatro da vila, além

da construção de novos monumentos em homenagem aos trabalhadores da Charqueada. Está previsto também a montagem de um Memorial Histórico da Vila Santa Thereza que será instalado na antiga residência de um dos filhos do Visconde, ao lado do teatro.

5.1.3 Caçapava do Sul

A localização estratégica de Caçapava do Sul, também foi determinante para sua fundação a partir de um aldeamento de índios Charruas (IBGE, 2011) e de um acampamento militar estabelecido em 1777. A vila foi elevada à categoria de cidade no ano de 1885. No período de janeiro de 1839 a maio de 1840, Caçapava do Sul tornou-se a 2ª Capital Farroupilha.

Na Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes, localizada no centro histórico de Caçapava do Sul, encontram-se diversas edificações tombadas pelo IPHAE. A casa onde nasceu Antônio Augusto Borges de Medeiros (figura 22 a) advogado e político brasileiro, que foi governador do Estado do Rio Grande do Sul por 25 anos, durante o período conhecido como República Velha, está localizada neste município, tendo sido tombada pelo IPHAE em 1994. Outro importante prédio histórico de Caçapava, localizado na Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes é o Centro Municipal de Cultura e a Biblioteca Domingos José de Almeida (figura 22 b), tendo um acervo com cerca de quatrocentas peças, desde ossadas pré-históricas e urnas funerárias indígenas, até lanças, armas, objetos antigos, acervos fotográficos, entre outros. Este prédio foi tombado em 1985 pelo IPHAE e abrigava o Fórum de Caçapava do Sul.

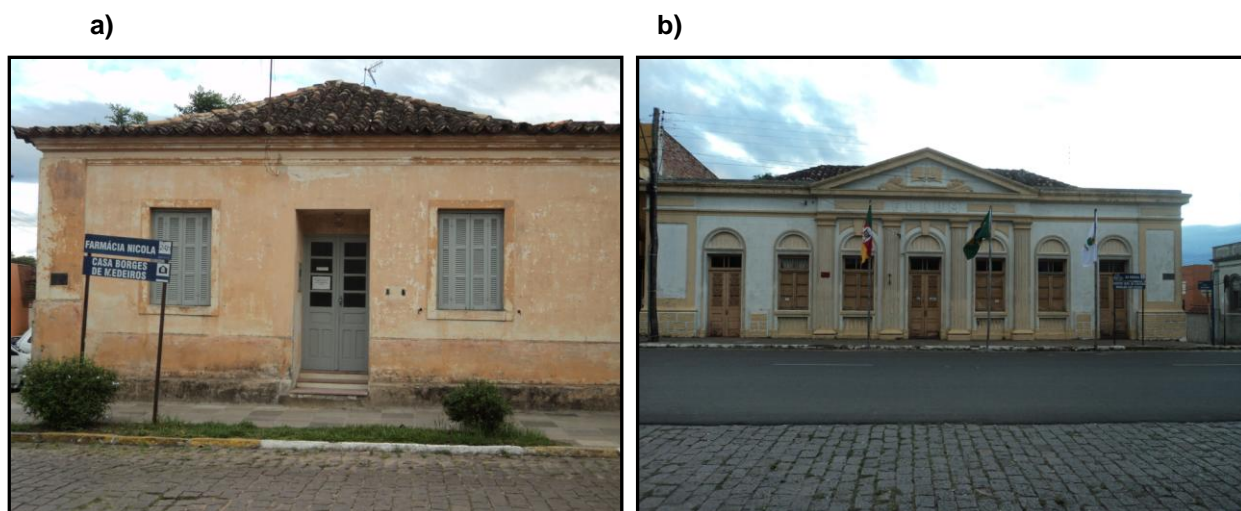


Figura 22 – a) Casa de Antonio Augusto Borges de Medeiros e **b)** Centro Municipal de Cultura e a Biblioteca Domingos José de Almeida, antigo prédio do Fórum, em Caçapava do Sul.

Fonte – Trabalho de campo, outubro de 2010.

Em 1985 também foi tombada pelo IPHAE a Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção (figura 23 a) que começou a ser construída em 1815. A Igreja Matriz apresenta linhas portuguesas, telhas francesas e os zimbórios de suas torres foram confeccionados com cobre das Minas de Cobre de Caçapava do Sul (CBC).

Por mais de quinze anos a Igreja Matriz recebeu obras de restauração, em um projeto financiado pela AESSUL, sendo concluídas as obras apenas em 2011. Localizada na mesma rua da Igreja Matriz, encontra-se a Casa Ulhôa Cintra (figura 23 b), tombada pelo IPHAE em 1994. Esta casa pertenceu a José Pinheiro de Ulhôa Cintra, ministro de diversas pastas da República Rio-grandense em 1839, por ocasião da instalação da segunda Capital Farroupilha. No período da Revolução, no ano de 1839, esta casa abrigou os ministérios do governo rebelde e em um dos seus porões funcionava a oficina onde era impresso o jornal “O Povo”.

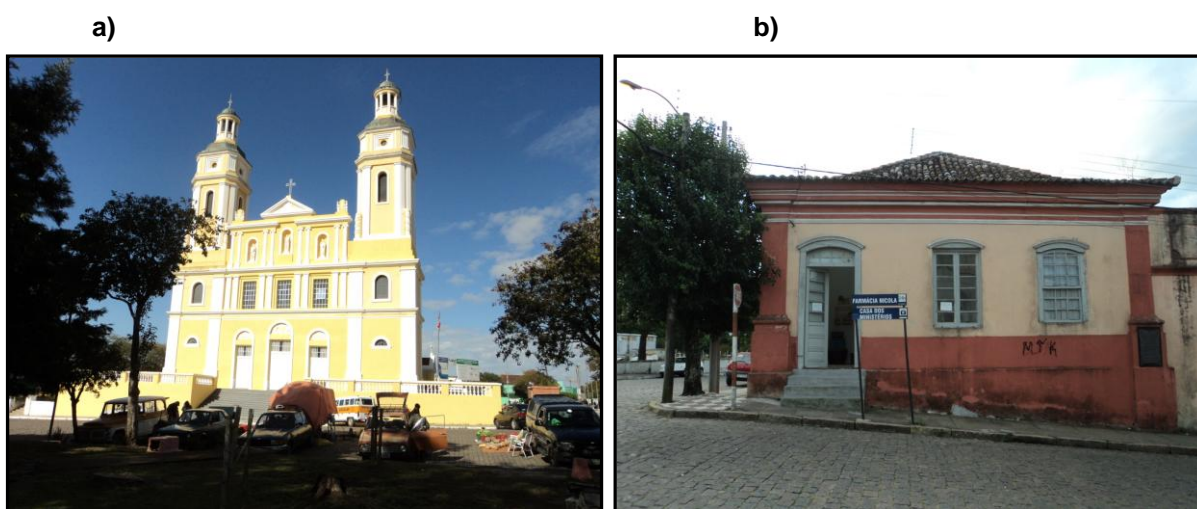


Figura 23 – a) Igreja Matriz Nossa Senhora de Assunção e **b)** Casa Ulhôa Cintra, em Caçapava do Sul.

Fonte – Trabalho de campo, junho de 2011.

Outra importante edificação e conhecido ponto turístico de Caçapava é o Forte D. Pedro II (figura 24 a), localizado no centro da cidade. O Forte D. Pedro II foi construído em função da temida, porém não concretizada, invasão do ditador argentino Rosas ao Brasil, em meados do século XIX. O forte começou a ser construído em 1848, mas as obras foram paralisadas em 1856, por não ter se concretizado a invasão argentina. O Forte apresenta a forma de um polígono hexagonal com uma área de aproximadamente 19.000 m², onde caberiam 20 mil homens.

A construção do Forte contou com o abastecimento de água de uma fonte, localizada na Praça Dr. Rubens da Rosa Guedes, que abastecia a população local. A Fonte do Conselheiro (figura 24 b) como é conhecida, também forneceu água para a construção da Igreja Matriz, e encontra-se preservada.

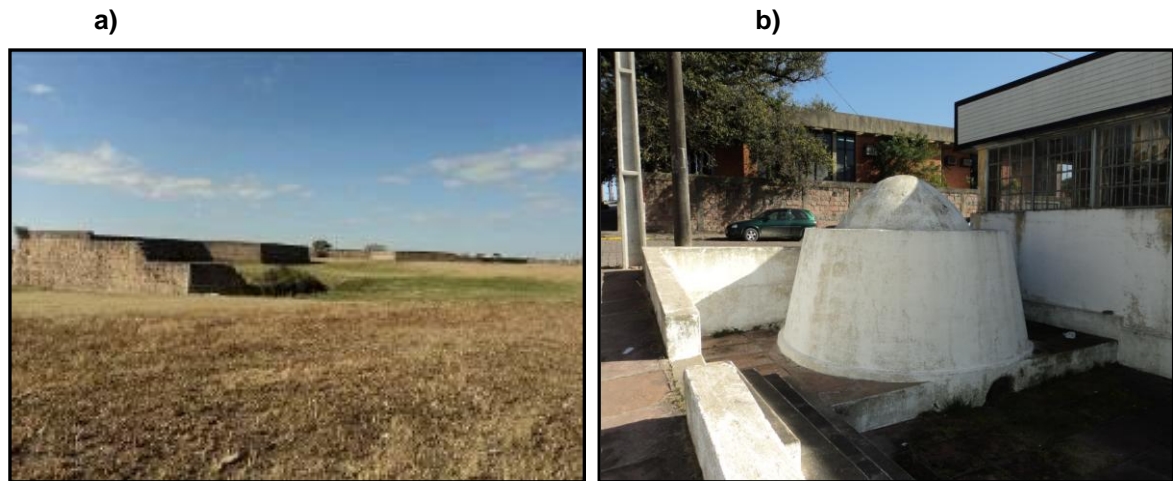


Figura 24 – a) Forte D. Pedro II e **b)** Fonte do Conselheiro, em Caçapava do Sul.
Fonte – Trabalho de campo, junho de 2011.

Outra importante fonte de abastecimento de água, utilizada pela população caçapavana é a Fonte do Mato (figura 25 a e b), localizada em um bairro próximo ao centro, no final da rua 7 de setembro. A história do abastecimento de água Caçapava do Sul é pouco conhecida, mas as fontes preservadas são consideradas pontos turísticos do município.

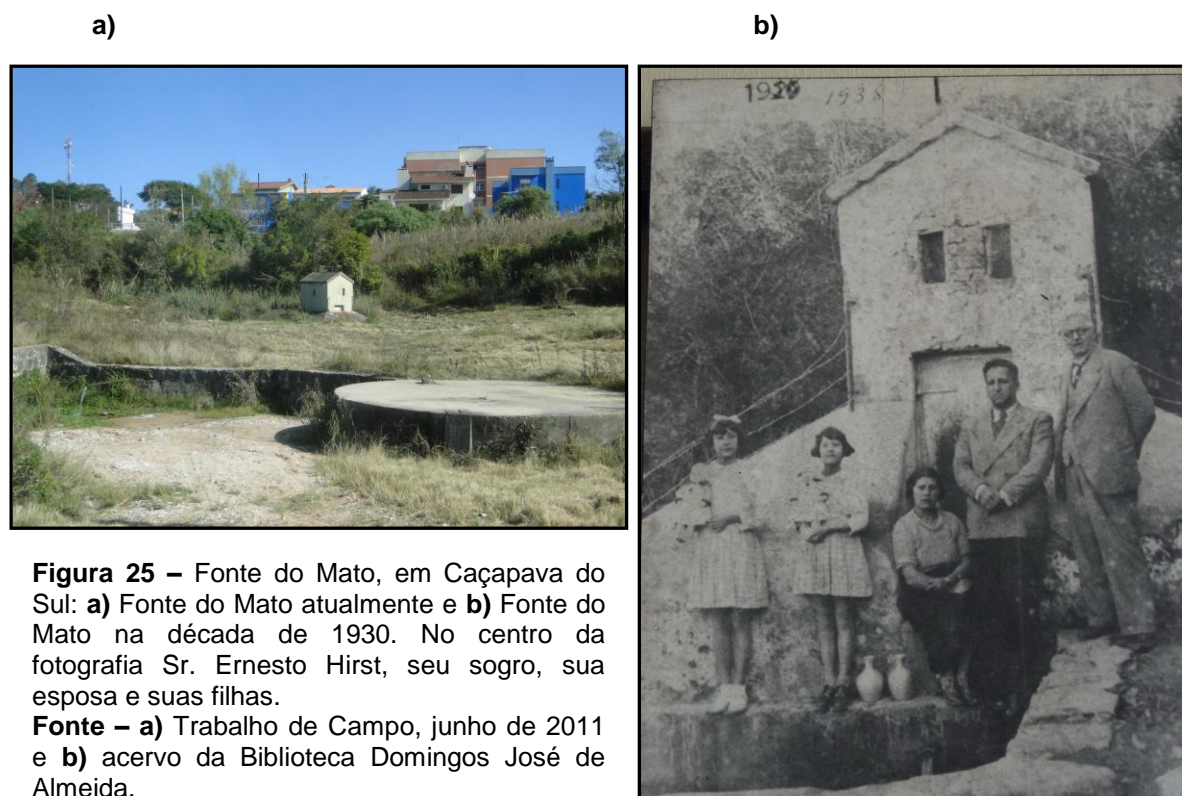


Figura 25 – Fonte do Mato, em Caçapava do Sul: **a)** Fonte do Mato atualmente e **b)** Fonte do Mato na década de 1930. No centro da fotografia Sr. Ernesto Hirst, seu sogro, sua esposa e suas filhas.

Fonte – **a)** Trabalho de Campo, junho de 2011 e **b)** acervo da Biblioteca Domingos José de Almeida.

Além do patrimônio edificado da parte central de Caçapava do Sul o antigo distrito mineiro denominado Minas do Camaquã⁸ (figura 26 a, b e c), oriundo do processo de mineração do cobre iniciado em meados de 1865, é um importante sítio a ser preservado. A vila e suas edificações, os equipamentos, as minas atualmente desativadas “contam” parte da história de um importante ciclo da economia caçapavana, bem como da história da mineração no Brasil. As atividades mineiras se encerraram em 1996, e hoje os vestígios e impactos da mineração do cobre e subprodutos estão por toda parte.



Figura 26 – Vila Minas do Camaquã, em Caçapava do Sul: **a)** Sede da antiga Fazenda João Dias; **b)** Entrada da Mina Santa Maria, atualmente desativada e **c)** Maquinário utilizado para o transporte de minérios explorados nas Minas do Camaquã.

Fonte – Trabalho de campo, outubro (2010).

⁸ A Vila Minas do Camaquã será abordada com maior riqueza de detalhes no item 5.2.2.2.2.

Apesar do potencial natural e da infra-estrutura disponível o poder público local parece ignorar o valor histórico e o potencial turístico deste sítio, deixando que seu patrimônio histórico, praticamente abandonado.

Em Caçapava do Sul, a comunidade conta com um espaço para a divulgação e comercialização de seus produtos, denominado Feira Municipal de Artesanato e Produtos (FEMAPRO), mantido pela Prefeitura Municipal. Alguns produtores comercializam compotas, doces em calda, figada, vinho de laranja, licores e mel, produzidos em suas propriedades e outros comercializam souvenirs com imagens dos pontos turísticos do município e artigos de artesanato em lã ovina (figura 27). Alguns destes produtos, a exemplo do vinho de laranja, são encontrados apenas em Caçapava do Sul.

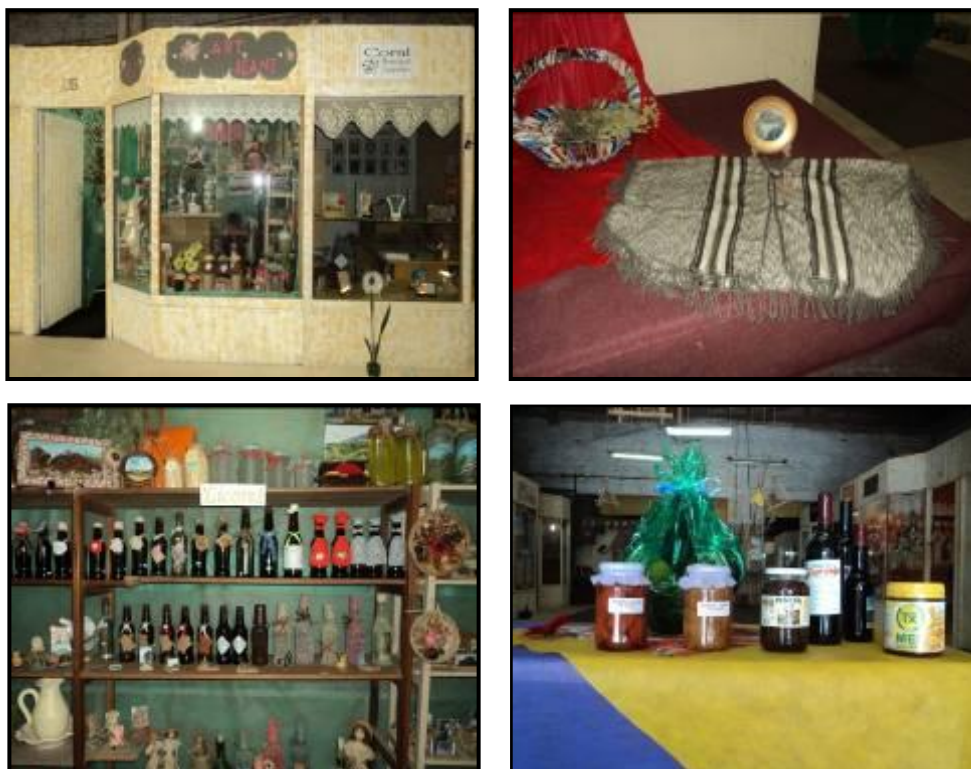


Figura 27 – Produtos e artesanatos expostos na FEMAPRO, em Caçapava do Sul.
Fonte – Trabalho de campo, outubro (2010).

5.1.4 Dom Pedrito

O povoado que deu origem ao município de Dom Pedrito, localizado em zona de fronteira com o Uruguai, foi elevado à vila e desmembrado de Bagé em 1872 (IBGE, 2011). Antes disso, o território era habitado por índios Pampeanos, da Estância de São Miguel. A região de fronteira com o Uruguai era propícia às lutas

armadas entre espanhóis e luso-brasileiros, pela definição das fronteiras no Sul do país.

O município de Dom Pedrito é conhecido como a Capital da Paz, pela narrativa histórica de que na localidade de Ponche Verde, 4º distrito de Dom Pedrito, ocorreram as tratativas dos farroupilhas para a pacificação do Rio Grande do Sul, pondo fim a Revolução Farroupilha. Neste local, encontra-se o monumento conhecido como Obelisco da Paz (figura 28 a), erguido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e Governo do Estado, inaugurado em 1945, por ocasião do centenário da Paz Farroupilha.

Um dos símbolos urbanos de Dom Pedrito é o prédio da Assessoria de Tradição, Folclore, Turismo e Lazer, conhecido como caixa d' água (figura 28 b). Este prédio foi inaugurado em 1935 e desde 1986 se encontra tombado pelo IPHAE, sendo um importante símbolo urbano e atrativo cultural do município, localizado na Praça General Osório.

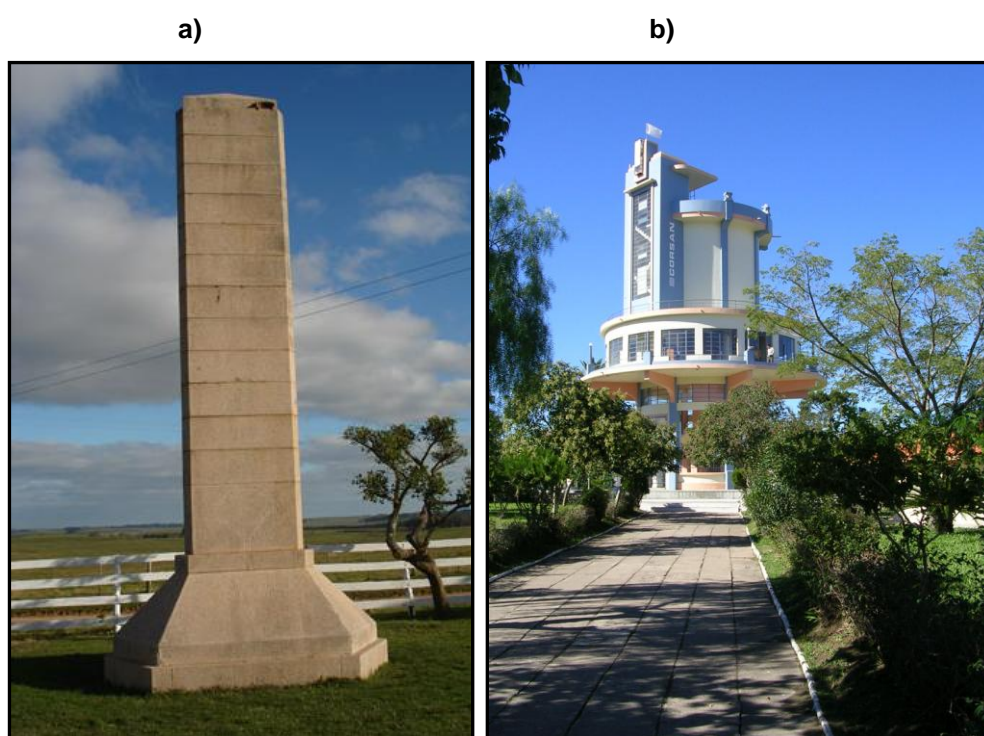


Figura 28 – a) Obelisco da Paz e **b)** Prédio da Assessoria de Tradição, Folclore, Turismo e Lazer, em Dom Pedrito.

Fonte – Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, (2011). Disponível em: <<http://www.dompedrito.rs.gov.br>>.

Além destas edificações, podemos citar ainda, outros símbolos urbanos e pontos turísticos como a Prefeitura Municipal (figura 29 a) conhecida como “Palácio

Ponche Verde”, também tombada pelo IPHAE em 1983 e a Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio (figura 29 b).

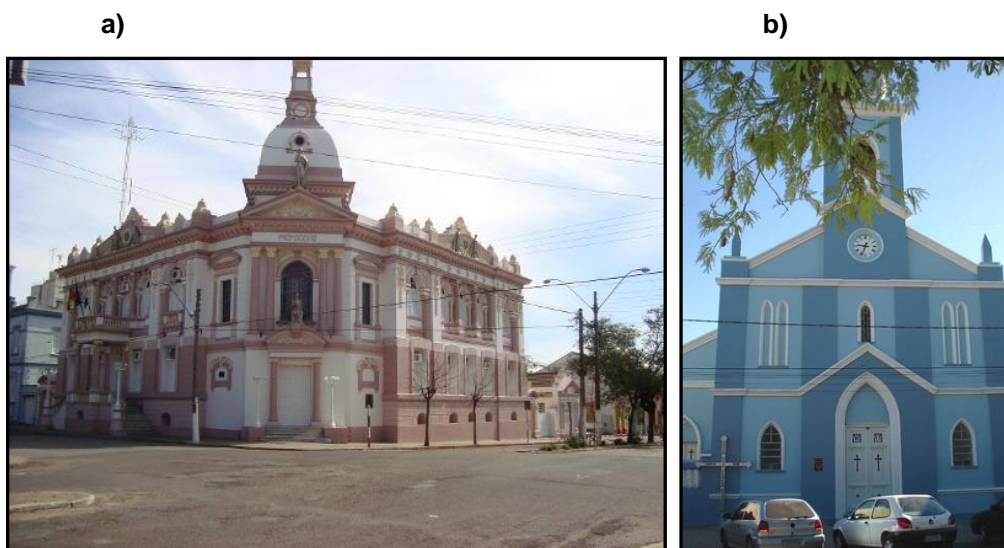


Figura 29 – a) Prefeitura Municipal e **b)** Igreja Matriz Nossa Senhora do Patrocínio, em Dom Pedrito.

Fonte – Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, (2011). Disponível em:

<<http://www.dompedrito.rs.gov.br>>.

A produção de artesanatos e souvenirs em Dom Pedrito, possui um espaço de divulgação na internet denominado “Ponche Verde Bolicho Virtual”, que comercializa artigos de decoração, roupas com símbolos do município, utensílios domésticos, entre outros objetos.

5.1.5 Hulha Negra

O nome do município de Hulha Negra deriva da extração do carvão mineral datada de 1863, que abastecia fábricas e charqueadas do Sul do RS. Embora a denominação do local venha desta atividade, o nascimento do povoado que deu origem a Hulha Negra data de 1880, se deu pelo desenvolvimento de atividades econômicas voltadas para a pecuária, embora grande parte da área fosse própria para a agricultura. A partir de 1884, com a instalação de uma estação ferroviária no local, ao longo da via férrea que cruzava a região, o povoado se transformou em um centro de circulação e de atividades comerciais.

A criação da Colônia Rio Negro, hoje Trigolândia em 1925, deflagra o processo de colonização alemã vinda de Pelotas, seguida pela fundação da Colônia Salvador Jardim em 1964, da Colônia Nova Esperança, em 1978 e de assentamentos dos colonos veiculados ao Movimento dos Trabalhadores Sem

Terra, em 1989, como por exemplo, o Conquista do Jaguarão, em 1997 (IBGE, 2011).

O município de Hulha Negra emancipou-se do município de Bagé no ano de 1992 (PDE, 2011). A base da economia de Hulha Negra assenta-se sobre a agropecuária com a criação de gado de corte e de leite, da orizicultura, indústria de alimentos (Pampeano Alimentos S/A, Inesa Brasil, Kloppenburg e Frigorífico Copcarnes) e da mineração do calcário. O pequeno município de Hulha Negra, com uma população de cerca de 6.000 habitantes (IBGE, 2011), possui mais da metade de sua população vivendo no meio rural. Anualmente realiza-se a Feira do Colono com a exposição de produtos coloniais fabricados pela comunidade e artesanatos em palha de milho e de arroz, em lã, em tecidos, crochê, entre outros trabalhos manuais.

5.2 As Unidades de Paisagem do Alto Camaquã

Nesta pesquisa, a interpretação da paisagem do Alto Camaquã permitiu a identificação de unidades de paisagem segundo a proposta taxonômica apresentada por Bertrand (1972), organizada a partir de três níveis hierárquicos: as Sub-regiões Naturais, os Geossistemas e as Geofácies. Tais unidades foram cartografadas, com o auxílio do *Software ArcView Gis*, em escala regional (1:250.000). Através do organograma de unidades de paisagem (figura 30) e do mapa de unidades de paisagem (apresentado a seguir), podemos observar as unidades de paisagem definidas para o Alto Camaquã⁹. As menores unidades de paisagem, identificadas, ou seja, as geofácies se constituem nos principais pontos naturais de efetivo interesse para o desenvolvimento do Ecoturismo.

O estudo e a delimitação de unidades de paisagem permite o entendimento das conexões estabelecidas entre a natureza e a sociedade no território. Nesse sentido, os fatores econômicos e sociais devem ser vistos não como um sistema externo aos elementos naturais, mas sim, incluídos no funcionamento do próprio geossistema. Com isso, deve-se fazer a determinação dos limites de um sistema territorial partindo-se das relações dos elementos físicos entre si e destes elementos com os elementos socioeconômicos, como por exemplo, as atividades econômicas

⁹ Os sítios urbanos foram classificados como geofácies em função da escala de análise do trabalho e dos mapeamentos.

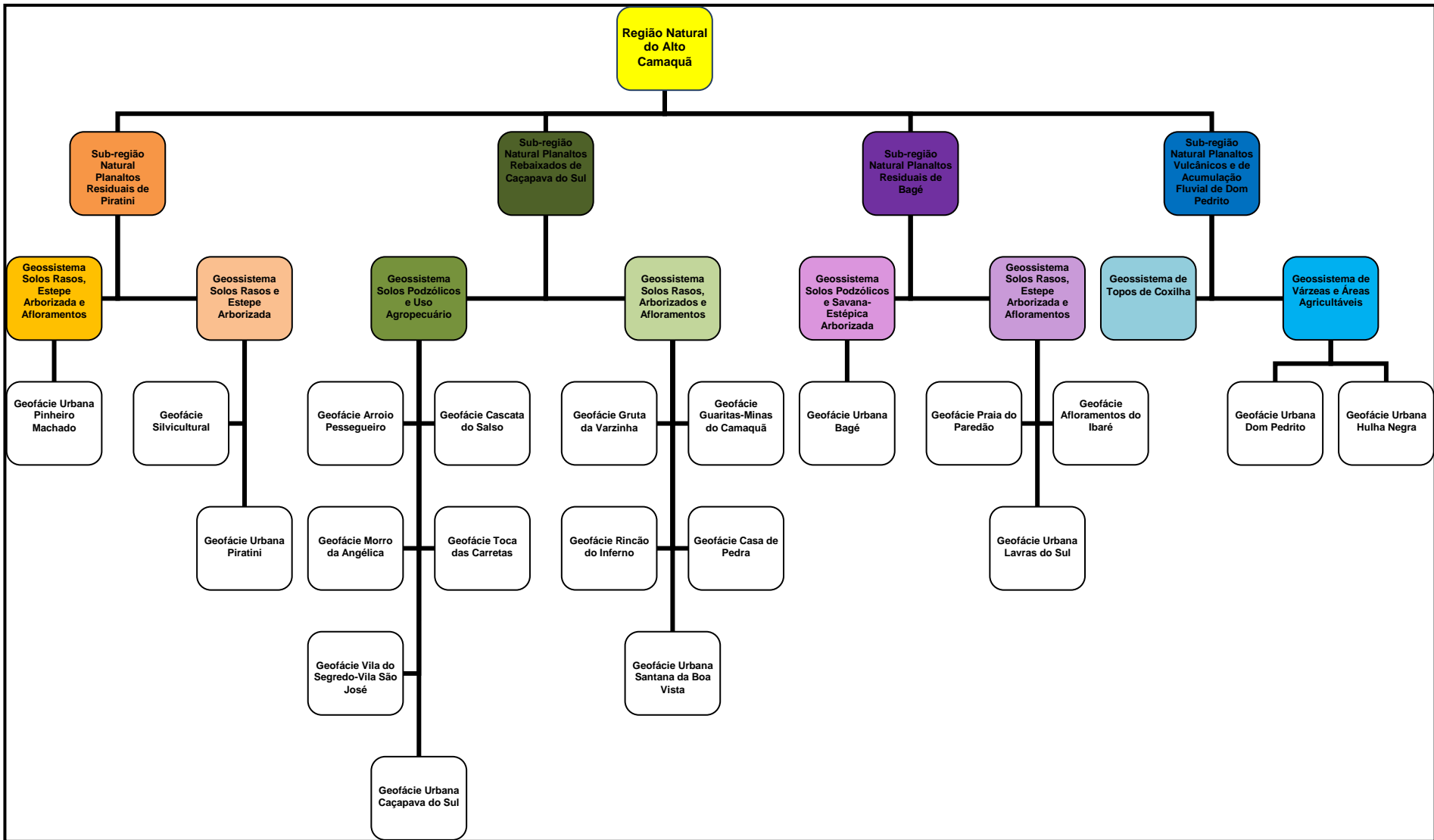
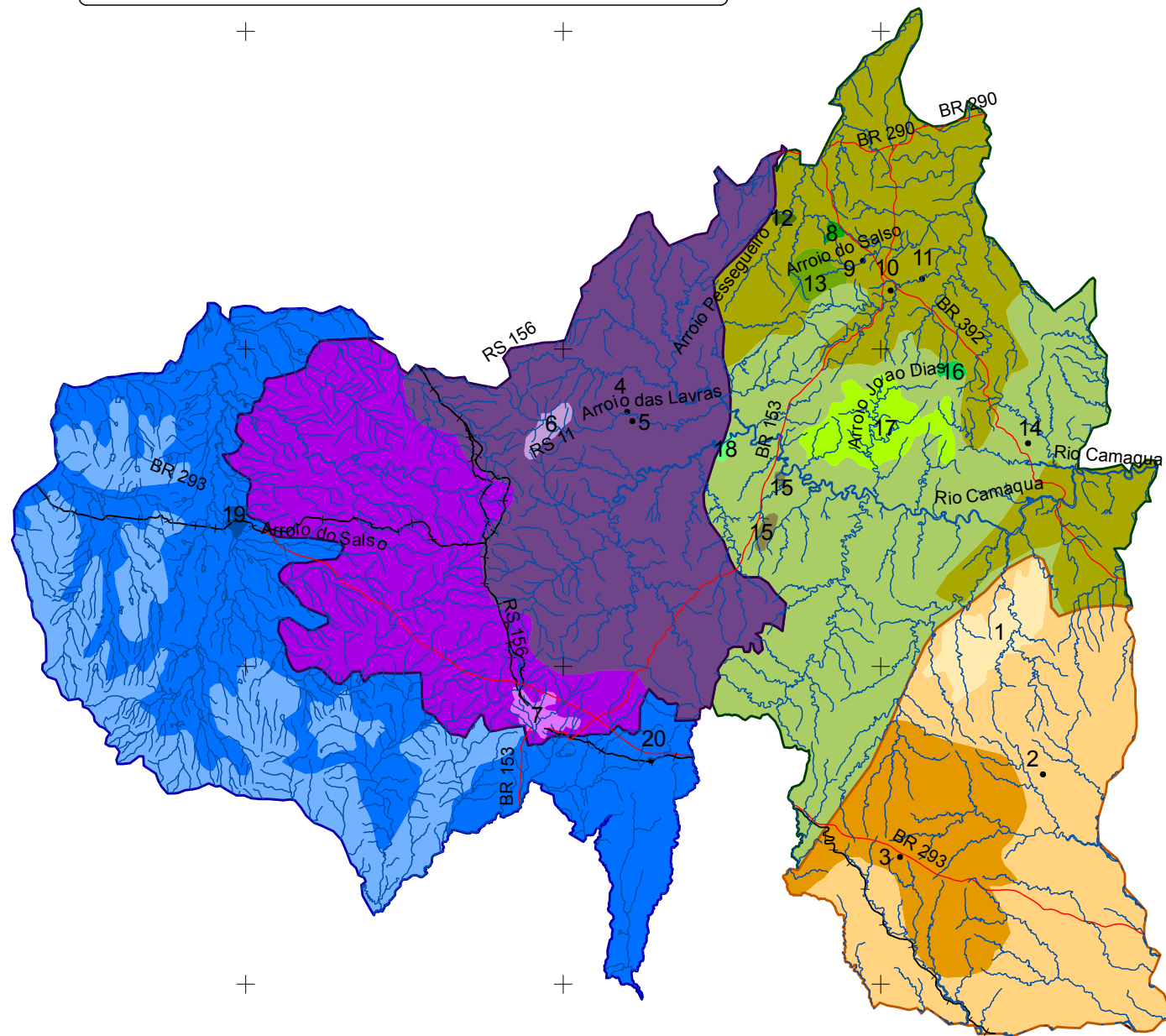
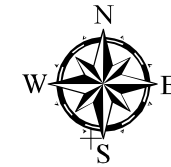


Figura 30 – Organograma de unidades de paisagem do Alto Camaquã/RS.
 Org. – Organizado pela autora.

Unidades de Paisagem do Alto Camapuã/RS



Legenda

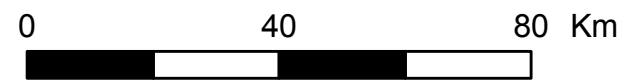
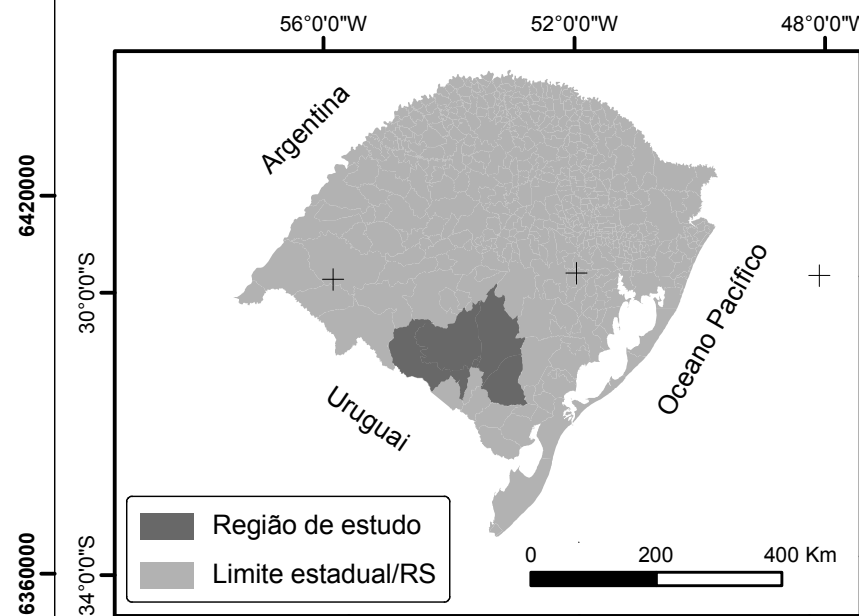
- Sub-Região Natural Planaltos Residuais de Piratini**
 - Geossistema Solos Rasos e Estepe Arborizada
 - 1 Geofácia Silvicultural
 - 2 Geofácia Urbana Piratini
 - Geossistema Solos Rasos, Estepe Arborizada e Afloramentos
 - 3 Geofácia Urbana Pinheiro Machado

- Sub-Região Natural Planaltos Residuais de Bagé**
 - Geossistema Solos Rasos, Estepe Arborizada e Afloramentos
 - 4 Geofácia Urbana Lavras do Sul
 - 5 Geofácia Balneário do Paredão
 - 6 Geofácia Afloramentos do Ibaré
 - Geossistema Solos Podzólicos e Savana Estépica Arborizada
 - 7 Geofácia Urbana Bagé

- Sub-Região Natural Planaltos Rebaixados de Caçapava do Sul**
 - Geossistema Solos Podzólicos e Uso Agropecuário
 - 8 Geofácia Urbana Caçapava do Sul
 - 9 Geofácia Cascata do Salso
 - 10 Geofácia Morro da Angélica
 - 11 Geofácia Toca das Carretas
 - 12 Geofácia Arroio Pessegueiro
 - 13 Geofácia Vila do Segredo - Vila São José
 - Geossistema Solos Rasos Arborizados e Afloramentos
 - 14 Geofácia Urbano Santana da Boa Vista
 - 15 Geofácia Casa de Pedra
 - 16 Geofácia Gruta da Varzinha
 - 17 Geofácia Guaritas - Minas do Camaquã
 - 18 Geofácia Rincão do Inferno

- Sub-Região Natural Planaltos Vulcânicos e de Acumulação Fluvial de Dom Pedrito**
 - Geossistema Topos de Coxilha
 - Geossistema Várzeas e Áreas Agricultáveis
 - 19 Geofácia Urbana Dom Pedrito
 - 20 Geofácia Urbana Hulha Negra

- Hidrografia
- Estrada Federal
- Ferrovía



Sistema de coordenadas: UTM
 Datum Horizontal: SIRGAS2000
 Fuso: 22
 Hemisfério: Sul
 Meridiano Central: -51°

de uso do solo. O estudo da paisagem e de seus componentes permite o reconhecimento de espaços adequados a determinados fins e tipos de uso.

A presença de grande parte das estruturas geológico-geomorfológicas mais significativas dentro da Sub-região Natural Planaltos Rebaixados de Caçapava do Sul, leva ao entendimento de que esta se constitui na principal unidade de paisagem do Alto Camaquã com atributos voltados ao desenvolvimento do Ecoturismo. A maior parte do território em estudo está assentada sobre o Escudo Cristalino Sul-rio-grandense, em área de abrangência da Bacia do Camaquã¹⁰, apresentando diversas formações geológico-geomorfológicas, que despertam interesse turístico e didático-pedagógico dentro das geociências, já que além de serem atrativos cênicos da paisagem, estas formações rochosas que ajudam a compor a macro-estrutura física da paisagem, são importantes registros de uma realidade outrora muito mais abrangente (HOLZ, 2003). Nesse sentido, dar-se-á ênfase a descrição destes afloramentos e geoformas a partir de sua individualização dentro das unidades de paisagem individualizadas como geofácies.

A Bacia do Camaquã registra no RS, os episódios vulcano-sedimentares do estágio de transição da Plataforma Sul-americana e está relacionada aos processos tectono-magmáticos tardios do Cinturão Dom Feliciano (evento Brasileiro no Sul do Brasil), como afirmam Paim; Lopes (2000), estando assentada sobre terrenos ígneos e metamórficos do Escudo Sul-rio-grandense, apresentando um contexto de preenchimento bastante complexo, para uma área relativamente pequena.

Paim; Lopes (2000, p. 117) ao abordarem a geologia da Bacia do Camaquã salientam que:

Genericamente pode-se dizer que a Bacia do Camaquã caracterizou-se pela alternância entre episódios de subsidência e sedimentação e de soerguimento e erosão. Quanto ao tipo de preenchimento, este também foi alternado, pois, ora a atividade vulcânica dominava o contexto geológico, sendo representada por lavas e depósitos piroclásticos e epiclásticos, ora a deposição era predominantemente siliciclástica. Tais eventos ígneos, sedimentares e tectônicos geraram um preenchimento complexo, onde unidades mais deformadas são sobrepostas por unidades cada vez menos deformadas, comumente separadas entre si por discordâncias angulares de maior ou menor magnitude.

¹⁰ O termo bacia, em geologia é utilizado para designar bacia sedimentar (HOLZ, 2003), ou seja, uma depressão topográfica preenchida por materiais de erosões e intemperismo atuantes em áreas elevadas e transportados para o interior da bacia sedimentar. No caso a denominação “Bacia do Camaquã” é o termo consagrado que se refere ao conjunto das unidades estratigráficas sedimentares e vulcanogênicas, desprovidas de feições indicativas de metamorfismo regional, aflorantes na região do Escudo Sul-rio-grandense (BORBA, 2006).

Segundo a classificação proposta por Paim; Chemale; Lopes (2000) a Bacia do Camaquã é subdivida em cinco grandes unidades, os Alogrupos Maricá, Bom jardim, Cerro do Bugio, Santa Bárbara e Guaritas. Estudos realizados a partir da década de 1990 compreendem que a Bacia do Camaquã, não corresponde a apenas uma bacia sedimentar única, mas, na verdade, uma série de bacias sedimentares que se sucederam no tempo, ocupando um mesmo *locus* deposicional (BORBA, 2006).

Borba (2006) destaca que os setores de afloramentos relacionados às unidades sedimentares e vulcanogênicas da Bacia do Camaquã ocorrem descontinuamente em uma extensão de 150 km na direção E-W, entre Encruzilhada do Sul e São Gabriel e 120 km na direção N-S, entre São Sepé e Bagé, estando presente em praticamente todo o Escudo Sul-rio-grandense.

A análise dos mapeamentos de vegetação e cobertura do solo, geologia, geomorfologia, solos, das imagens de satélite, cartas topográficas, juntamente com os trabalhos de campo realizados, permitiu a caracterização das unidades de paisagem definidas para o território do Alto Camaquã. Embora a metodologia de definição de unidades de paisagem tenha sido aplicada para todo o território do Alto Camaquã, a identificação dos pontos de interesse ecoturístico (Geofácies), teve-se aos municípios de Bagé, Lavras do Sul, Hulha Negra, Caçapava do Sul e Dom Pedrito. Os demais municípios (Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado e Piratini), não foram incluídos nos levantamentos dos atrativos ecoturísticos ligados ao patrimônio geológico-geomorfológico, já que foi estabelecido um recorte de estudo devido à grande extensão do território do Alto Camaquã, o que não significa que estes municípios não possuam feições de interesse para o desenvolvimento do Ecoturismo.

Passaremos agora à descrição das unidades de paisagem identificadas.

5. 2.1 Sub-região Natural dos Planaltos Residuais de Piratini

Esta Sub-região natural abrange a metade sul do município de Pinheiro Machado e praticamente a totalidade do município de Piratini, marcada pela ocorrência de campos de encosta, com a presença de terrenos escarpados. A vegetação predominante é a Estepe Arborizada, ocorrendo também matas ciliares e de encosta e pequenas manchas de Floresta Estacional Decidual Submontana em

áreas de campos de altitude. Apresenta solos rasos suscetíveis a erosão e com grandes restrições ao uso agrícola.

O território foi colonizado primeiramente por casais açorianos que chegaram em 1789 e mais tarde por colonos italianos e alemães. A pecuária extensiva se configura como a principal atividade econômica, ocorrendo também significativas áreas de lavouras com florestamentos de exóticas como o Pinus e a Acácia Negra. Ocorrem também assentamentos rurais voltados à agricultura e a pecuária familiar (FEPAM, 2007).

5.2.1.1 Geossistema Solos Rasos, Estepe Arborizada e Afloramentos

A configuração da paisagem deste geossistema é marcada pela presença de áreas de topografia ondulada, predominando coxilhas altas. A própria sede municipal de Pinheiro Machado, encontra-se em uma das maiores altitudes registradas na Serra do Sudeste, 436 m, sendo cercada por diversos morros de contornos arredondados, cobertos por afloramentos rochosos e por vegetação rasteira, que se adensa junto às drenagens.

Este geossistema se caracteriza pela presença de uma formação herbáceo-arbustiva nativa com uso pecuário e floresta nativa, que ocorre sobre solos rasos com afloramentos de rochas, que individualizam este geossistema, marcado também, pela ocorrência de cactáceas e grande quantidade de répteis associados aos afloramentos (FEPAM, 2007). Também ocorrem formações vegetais florestais, associadas à vegetação campestre exemplificadas pela ocorrência natural das espécies coníferas, como a Araucária angustifolia. Assim como no Geossistema de Solos Rasos e Estepe Arborizada parte do território é ocupada por solos litólicos e outra parte por solos podzólicos, sendo arenosos nas áreas mais planas e pedregosos com afloramentos de rochas nas áreas de encostas e topos de morro.

A litologia deste geossistema é composta por rochas metamórficas e migmáticas, como os granitos, ricos em quartzo e feldspato (Complexo Canguçu). O desenvolvimento econômico é baseado principalmente na pecuária de corte extensiva com a criação de bovinos e ovinos, juntamente com alguns cultivos agrícolas. O desenvolvimento da agricultura é de pouca expressão não apenas de produtos considerados de exportação como também de subsistência. Há destaque, nos últimos anos, para a vitivinicultura que, devido à característica do clima das Serras de Sudeste, é favorecida na produção da uva.

A paisagem deste geossistema também vem sofrendo alterações pela introdução da silvicultura, muito embora as áreas de campos nativos e campos secos rupestres deste geossistema tenham sido considerados de importância para a conservação, sendo indicadas pelo Projeto Pastizales (FEPAM, 2007).

5.2.1.2 Geossistema de Solos Rasos e Estepe Arborizada

A configuração da macro-estrutura física desta paisagem é marcada pela presença de uma topografia composta por serras, situadas em torno de 400 metros, compondo parte da denominada Serra do Sudeste. A economia é baseada principalmente na agropecuária.

Esta unidade de paisagem se caracteriza pela ocorrência da vegetação Estepe Arborizada e de pequenas manchas de Floresta Estacional Decidual Submontana. Os solos são descritos como Litólicos e Podzólicos. Este geossistema individualiza-se dentro desta Sub-região Natural por uma maior, porém não muito expressiva utilização do solo pela agricultura quando comparado ao Geossistema de Solos Rasos, Afloramentos e Estepe Arborizada. Grande parte do território é ocupada por solos litólicos que representam grande suscetibilidade à erosão, já que são solos rasos, caracterizados por uma freqüente ocorrência de cascalhos e fragmentos de rocha em seu perfil. A geologia é composta por rochas metamórficas e migmáticas, como os granitos, ricos em quartzo e feldspato. Esta característica natural do território, explica em parte, o baixo desenvolvimento da agricultura, que se concentra em áreas de várzeas localizadas próximo aos rios e arroios desse geossistema.

A produção agrícola é baseada no cultivo de produtos de subsistência como o feijão, o milho, a mandioca, batata doce, batata inglesa, etc., e pela fruticultura com a produção de figo, laranja, a melancia, uva, entre outros. A produção de arroz e de soja é bastante reduzida quando comparada a outras unidades de paisagem do Alto Camaquã, resultado certamente das restrições impostas pela configuração da paisagem formada por serras e morros que dificultam a mecanização agrícola. A pecuária extensiva é a principal atividade econômica, desenvolvida em médias e grandes propriedades, baseada na criação de bovinos e ovinos. Neste geossistema também é possível distinguirmos a introdução da silvicultura, individualizando-se inclusive uma Geofácie Silvicultural.

5.2.1.2.1 Geofácia Silvicultural

A Geofácia Silvicultural é caracterizada por uma considerável área de lavouras com florestamentos de Acácia Negra, concentrada em área próxima a uma intensa rede de drenagens que se constituem em afluentes do Rio Camaquã. A área sobre a qual se assenta esta geofácia é de solos litólicos e o relevo é caracterizado pela ocorrência de morros e serras.

A constituição litológica dessa geofácia é representada por rochas do Supergrupo Porongos (IBGE, 2003) formado por rochas metamórficas, com o predomínio de granitos, micaxistos e quartzitos, do Pre-Cambriano Superior. As características físicas da paisagem como a constituição litológica dos solos, o baixo preço das terras e do custo em mão-de-obra, entre outros fatores, tem se configurado como os principais “atrativos” destes territórios para o incremento da silvicultura, acelerando a conversão dos campos sulinos em lavouras de florestas plantadas, como acontece principalmente nos municípios de Piratini e Pinheiro Machado.

Está área está localizada a Norte da RS-265 nos municípios de Piratini e Pinheiro Machado e a Sul do Rio Camaquã, sendo administrada pela empresa TANAGRO S.A. A TANAGRO fornece matéria-prima para duas sedes da TANAC S.A, empresa privada de capital nacional controlada pela TANAGRO. As fontes de matéria-prima são a madeira descascada para a fábrica de cavacos em Rio Grande e casca para a fábrica de extratos vegetais em Montenegro. A distribuição das áreas plantadas no RS pela TANAGRO é coordenada por regiões, sendo que Piratini compõe uma das sedes regionais abrangendo os municípios de Bagé, Pinheiro Machado, Candiota, Cerrito, Dom Pedrito, Herval e Piratini, com uma área total equivalente a 30.594 ha (TANAGRO, 2011).

Através do Mapa dos Povoamentos Florestais Atuais do RS (figura 31), para a Silvicultura, encontrado no “Zoneamento Ambiental para a atividade de Silvicultura” realizado pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM em 2007, podemos observar a ocorrência das atividades silvícolas no Alto Camaquã, concentrada principalmente nos município de Piratini e Pinheiro Machado.

Os municípios de Bagé e Hulha Negra, conforme pode ser observado no mapa, também apresentam áreas com florestamentos de exóticas, entretanto, não apresentam a mesma intensidade da atividade como nos municípios citados anteriormente.

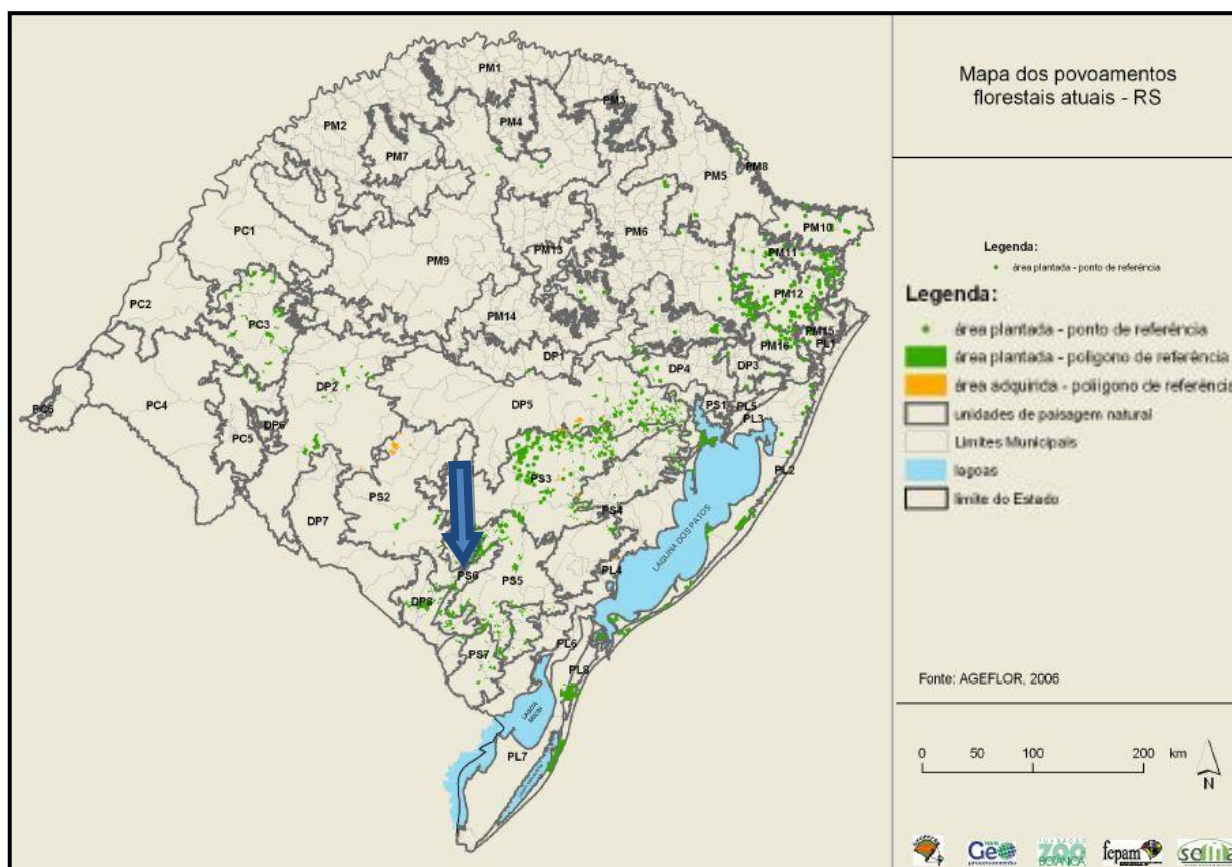


Figura 31 – Povoaamentos Florestais Atuais no RS, salientando áreas de lavouras com florestamentos em Piratini e Pinheiro Machado.
Fonte – FEPAM, (2007).

Esta geofácie representa a política público-privada de “desenvolvimento” que vem sendo implantada recentemente como alternativa de desenvolvimento territorial da Metade Sul do RS. Apesar desta geofácie compreender uma grande mancha de lavouras de Acácia Negra, outras áreas de menores proporções, estão distribuídas ao longo do território do Alto Camaquã, abrangendo também plantações de eucalipto e de pinus. Além da TANAGRO S.A, outras empresas de capital privado internacional também têm comprado terras para o desenvolvimento da silvicultura nesta porção do território gaúcho.

5.2.2 Sub-região Natural dos Planaltos Rebaixados de Caçapava do Sul

A configuração da paisagem da Sub-região Natural dos Planaltos Rebaixados de Caçapava do Sul é marcada por relevo ondulado, presença de solos rasos e campos cobertos por afloramentos rochosos, com grande potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo. Abrange a maior parte do município de Caçapava

do Sul, a porção norte do município de Bagé (próximo a divisa com Caçapava do Sul, no Rio Camaquã) e a totalidade do município de Santana da Boa Vista.

Os afloramentos rochosos (principalmente de arenitos paleozóicos) se apresentam em forma de complexos e também em forma de morros isolados, muitos localizados em áreas de vale, cercados por vegetação herbáceo-arbustiva e cobertos com cactáceas.

Em meio aos afloramentos, típicos desta Sub-região se desenvolve uma vegetação com a presença de gramíneas entremeadas por grupos arbustivos, geralmente localizados em porções mais úmidas dos campos (floresta de galeria), sendo descrita como Estepe Arborizada. Esta Sub-região também se caracteriza pela presença das nascentes dos rios Camaquã e Jacuí, predominando altitudes entre 200 e 400m nas proximidades do rio Camaquã, até elevações que chegam a 600 m (FEPAM, 2007), compondo parte da Serra do Sudeste. As principais atividades econômicas estão ligadas a pecuária e agricultura familiar, com culturas de subsistência.

5.2.2.1 Geossistema Solos Podzólicos e Uso Agropecuário

A configuração da paisagem é marcada pela ocorrência de vegetação de Estepe Arborizada, caracterizada pela ocorrência sobre solos podzólicos. A fisionomia da vegetação apresenta-se dividida em dois estratos. O primeiro é composto por micro e *nanofanerófitos* dispersos onde se destacam a *Scutia buxifolia* (coronilha), *Sebastiania commersoniana* (branquilho), a *Acacia caven* (espinilho) e as vassouras (*Baccharis dracunculifolia* DC. e *B. tridentata* Vahl.). Já o segundo estrato é composto por hemicriptófitos (gramíneas cespitosas), representados por *Erianthus* s.p (macega), *Andropogon lateralis* (capim-caninha), *Aristida pallens* (capim-barba-de-bode), entre outras (IBGE, 1992). Junto aos afloramentos rochosos é comum encontrar cactáceas dos gêneros *Cerus* e *Opuntia* (IBGE, 1992). Além destas plantas, ocorrem diversas espécies de Bromeliáceas.

O Geossistema de Solos Podzólicos e Uso Agropecuário se diferencia pela própria ocorrência deste tipo de solo que permite o desenvolvimento da agricultura, em áreas de vales e várzeas. O maior destaque é dado à pecuária com a criação de bovinos e ovinos. Recentemente tem se desenvolvido a agroindústria com a coleta do leite e derivados e a produção de mel. A agricultura se desenvolve em áreas de várzeas, que oferecem boas condições para a mecanização. Na agricultura se

destaca a produção de arroz, soja e milho. A maioria das propriedades é de origem familiar. Também se destacam as atividades de mineração do calcário, realizadas por sete empresas, concentradas ao longo da BR-392 no distrito de Caieiras, próximo à sede municipal de Caçapava do Sul.

5.2.2.1.1 Geofácie de Afloramentos Arroio Pessegueiro

A Geofácie de Afloramentos Arroio Pessegueiro está localizada no Vale Santa Bárbara, a 17 km de Caçapava do Sul. Neste local, junto ao Arroio Pessegueiro, encontramos afloramentos rochosos que pertencem à Formação Santa Bárbara (localizada à oeste do Granito Caçapava), com a presença de conglomerados, arenitos e lamitos (figura 32 a, b e c). Junto às unidades basais ocorrem derrames de andesitos, de cor castanho-avermelhada (IBGE, 1986).

O local também é conhecido como Balneário da Santa Bárbara e é procurado por banhistas durante o verão, já que as lajes e as “piscinas” naturais formadas no leito do rio proporcionam locais agradáveis para banho. Ao fundo dos dois morros que cercam o Arroio Pessegueiro, podemos avistar parte do conhecido Cerro do Bugio (figura 32 d), que também se constitui em um belíssimo ponto para observação da paisagem local, formada pela Serra de Santa Bárbara.

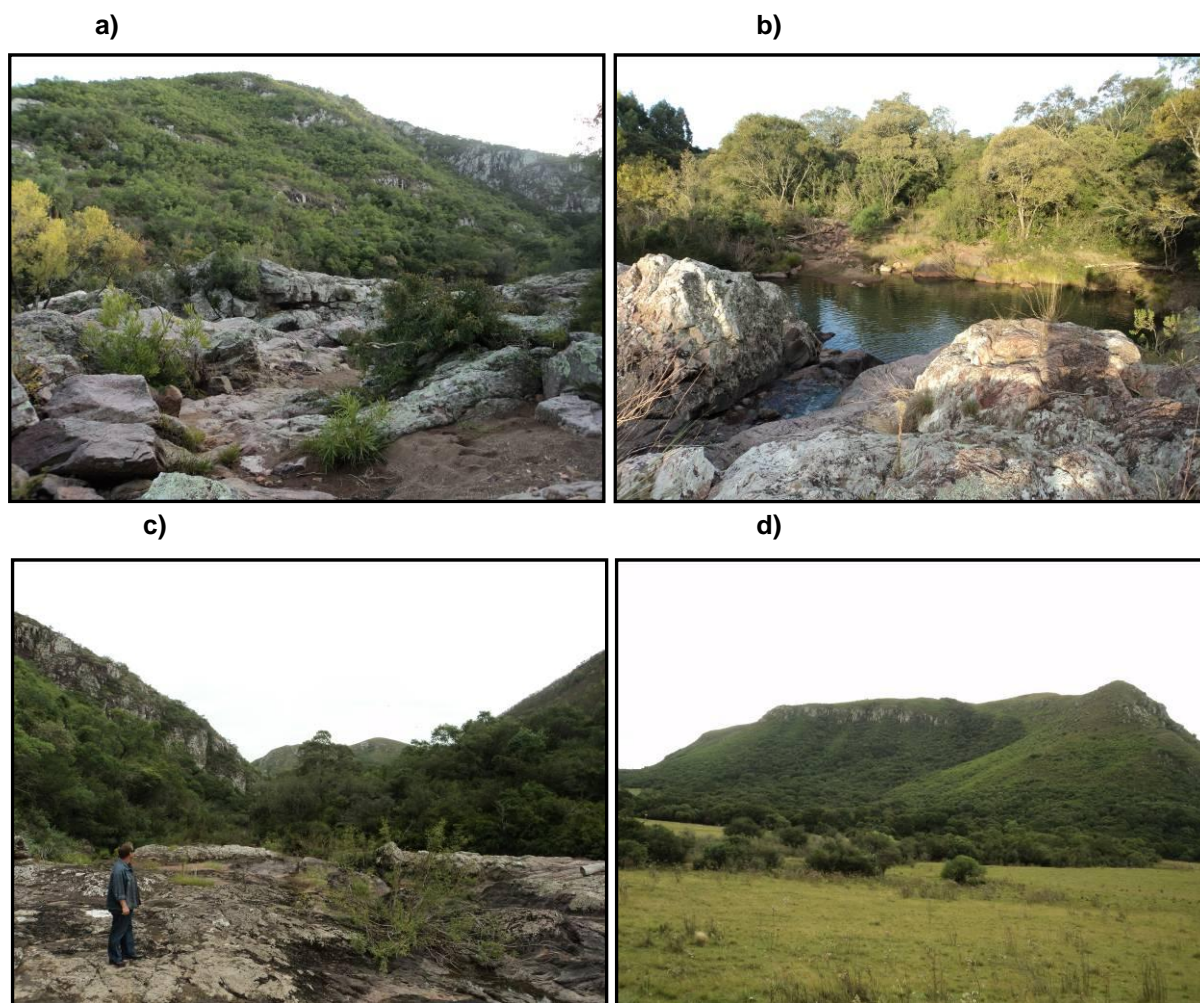


Figura 32 – Aspectos do Arroio Pessegueiro e Afloramentos (a, b e c) e d) Cerro do Bugio.
Fonte – Trabalho de campo, junho de 2011.

Próximo a estes afloramentos está localizado o Passo do Megatério, sítio paleontológico onde foram encontrados fósseis de um *Eremotherium*, nos terrenos que margeiam o Arroio Pessegueiro, também chamado pela população de Arroio Megatério. Os fósseis encontrados são de uma Preguiça Gigante, um dos maiores mamíferos herbívoros do Período Quaternário da América do Sul, que pesava em torno de cinco toneladas e que teria desaparecido há mais de 10.000 anos.

5.2.2.1.2 Geofácie Vila do Segredo – Vila São José

Esta geofácie está inserida dentro da Formação Santa Bárbara (localizada a sudoeste do Granito Caçapava), de origem continental, composta por arenitos, conglomerados e siltitos avermelhados, onde ocorrem associações de fácies de leques aluviais, frente deltaica aluvial, lacustre e de canais fluviais entrelaçados, arenosos e cascalhentos (BORBA, 2001; BORBA, MISUSAKI, 2003). A Formação

Santa Bárbara nessa área é formada por conglomerados basais bastante grosseiros, que com o aplainamento gradativo das áreas-fonte, tornaram-se mais finos (IBGE, 1986). Como resultado de um aumento gradativo das condições de transporte esta seqüência torna-se mais conglomerática, até passar definitivamente a espessos pacotes de conglomerados e arenitos conglomeráticos.

As estruturas exibidas pela Formação Santa Bárbara estão intimamente relacionadas à tectônica rígida sim e pós-deposicional decorrentes dos falhamentos que ocorreram no fim do Pré-Cambriano e início do Paleozóico (BORBA, 2006). Como resultados, as camadas então depositadas, sofreram basculamento de blocos, com conseqüente inclinação dos estratos e formação de aparentes dobras sinclinais (IBGE, 1986).

A Geofácia Vila do Segredo – Vila São José, inserida dentro da formação Santa Bárbara, é formada pelas Vilas São José e Vila do Segredo, localizadas em uma paisagem formada por serras e vales, onde estão localizadas diversas geoformas com possibilidades interpretativas. As serras são denominadas de Serra do Segredo e Serra dos Lanceiros e os vales, que cercam estas serras recebem denominações homônimas.

As formações rochosas da Vila do Segredo são famosas pelas feições curiosas e variadas, que acabaram recebendo denominações dadas por montanhistas que escalam diversas vias nesta localidade.

Compondo parte da Serra da Santa Bárbara, nas proximidades da Falha de Santa Bárbara, podemos observar que as camadas dessa formação encontram-se estruturadas segundo a forma de uma sinclinal alongada, com a presença de um intenso processo de diaclasamento nos conglomerados, que se apresentam em forma de paredões (figura 33), formam um dos exemplos de afloramentos rochosos da Vila do Segredo.



Figura 33 – Paredões rochosos entre a Vila do Segredo e a Vila São José, Caçapava do Sul.

Fonte – Trabalho de campo, junho de 2011.

Localizada na Vila São José, as margens da RS-357 que liga Caçapava do Sul a Lavras do Sul, é possível avistar a Pedra Furada (figura 34 a), localizado na Serra do Segredo, próximo a Coxilha Lobato, que é um dos cartões postais de Caçapava do Sul. No Vale do Segredo, nas proximidades do Arroio dos Lanceiros, podemos encontrar as geoformas Pedra do Segredo (figura 34 b e c), Pico do Segredo (figura 34 d) e a Pedra do Índio. A geoforma mais conhecida é a Pedra do Segredo, localizada no Parque Municipal da Pedra do Segredo. O acesso até a Vila do Segredo se dá através da rodovia estadual RS-153 (Caçapava do Sul – Lavras do Sul) e por estradas secundárias não pavimentadas, por um percurso de cerca de 8 km da sede municipal de Caçapava do Sul até a vila.

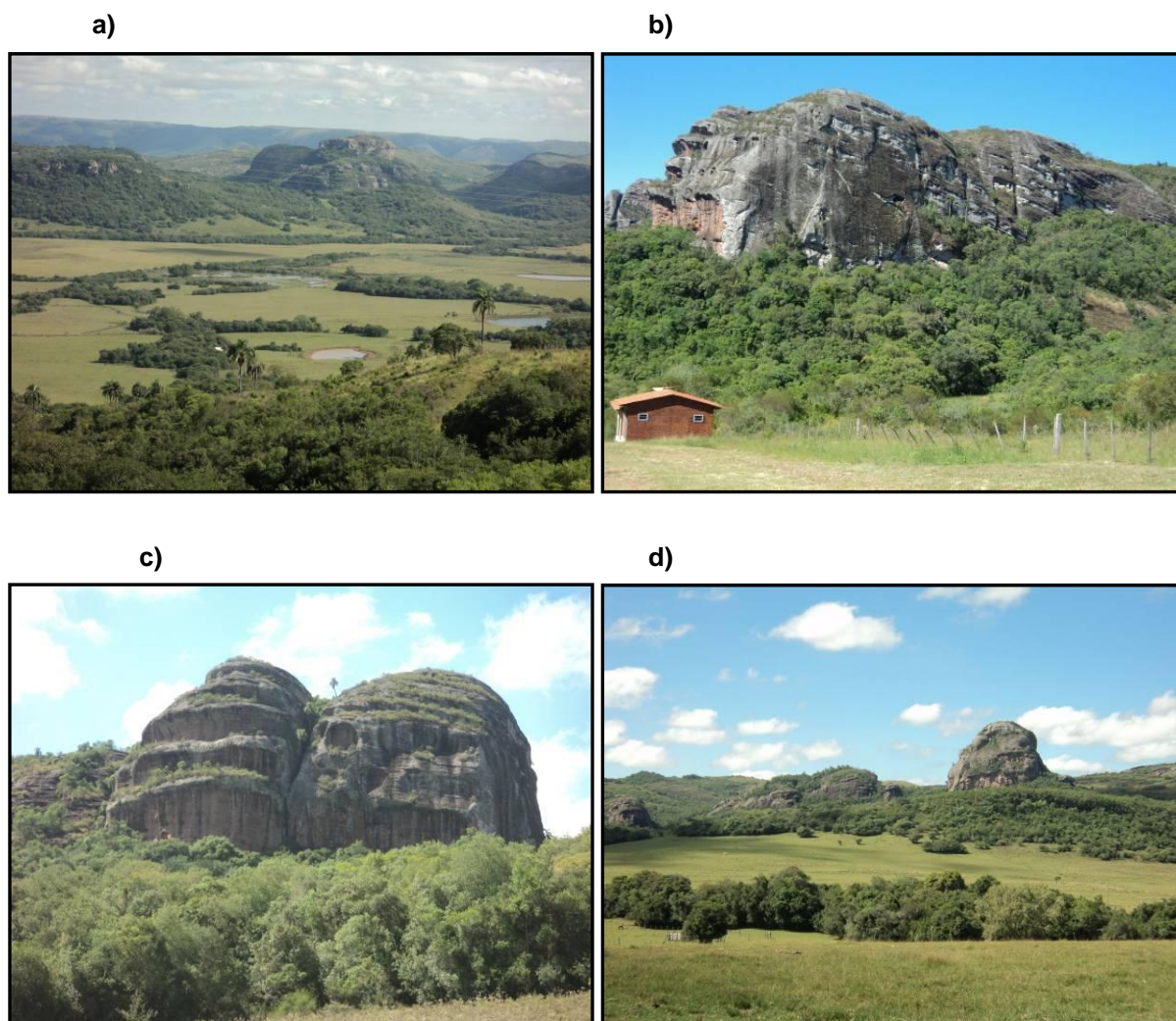


Figura 34 – Exemplos de afloramentos rochosos na Vila do Segredo e Vila São José: **a)** Pedra Furada na Vila São José; **b)** Vista frontal da Pedra do Segredo; **c)** Vista lateral da Pedra do Segredo e **d)** Pico do Segredo, localizado no Vale dos Lanceiros.

Fonte – Trabalho de campo, março de 2011.

A Pedra do Segredo apresenta em sua face Sul três cavernas. A primeira caverna, situada na base da Pedra do Segredo é denominada Toca Escura. Esta caverna, em tálus, possui mais de 100m de galerias (AULER; STÁVALE, 2005) que dão acesso a face voltada para o Norte da geoforma. A cerca de 50m de altura da base, no meio da Pedra, encontra-se a Gruta Salão das Estalactites com 22m. A última caverna teve sua passagem aberta artificialmente, com o objetivo de facilitar a entrada na caverna que é denominada Gruta da Pedra do Segredo e possui 17m. As três cavernas da Pedra do Segredo estão incluídas na classificação de cavernas mapeadas pela Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), compondo o Cadastro Nacional de Cavernas do Brasil (CNC). Segundo o catálogo das maiores cavernas

do RS cadastradas na SBE as cavernas da Pedra do Segredo ocupam, respectivamente a 4ª, 13ª e 19ª posição no ranking.

Além da Pedra do Segredo ocorrem outras geoformas localizadas no interior do Camping Galpão de Pedra, de propriedade particular, também localizado na Vila do Segredo. Conforme a (figura 35 a), podemos observar a distribuição das geoformas na Vila do Segredo e as denominações que recebem, bem como alguns exemplos destas geoformas (figura 35 b e c).

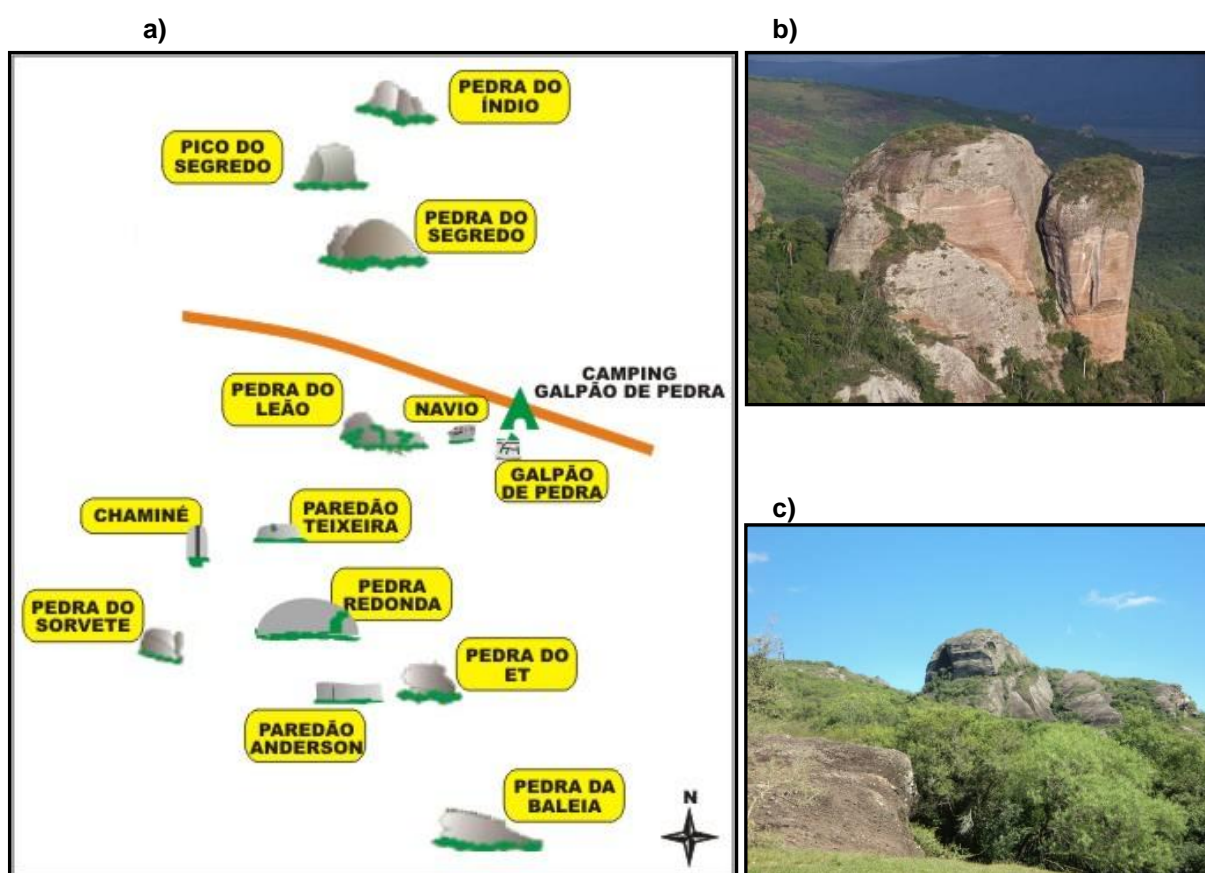


Figura 35 – a) Croqui esquemático do Camping Galpão de Pedra e entorno (Fonte – <http://www.galpaopedra.cacapava.net>); b) e c) Pedra do Sorvete e Pedra do Leão, respectivamente, localizadas no camping Galpão de Pedra.

Fonte – Trabalho de campo, março de 2011.

O Camping Galpão de Pedra abrange uma área favorecida dentro da Vila do Segredo, pois está próximo a várias geoformas deste local. Algumas formações rochosas estão dentro da propriedade do Camping, outras não, porém são muito próximas. Dentro da área do galpão estão: a Pedra do Leão, a Pedra do Sorvete, a Pedra Redonda, a Pedra do Navio, a Chaminé e o Paredão Teixeira. As demais se

encontram em outras propriedades. Cada uma dessas pedras possui uma ou mais rotas (vias) de escalada.

Na Pedra do Segredo, podemos observar, além das cactáceas, a ocorrência de plantas da família *Bromeliaceae* (bromélias) que apresentam folhas duras e espinhosas como, por exemplo, a *Dyckia Alba* e a *Dyckia selloa* (FEPAM, 2007) conhecidas como Gravatá ou Caranguatá, em perigo de extinção no RS e as vassouras (*Baccharis*).

5.2.2.1.3 Geofácia Cascata do Salso

A Geofácia Cascata do Salso localiza-se a 8 km da sede municipal de Caçapava do Sul. O acesso é realizado através das estradas da Aviação e da Estrada do Salso. A denominação dada é em virtude do Arroio do Salso, afluente do Arroio Bom Jardim, que abriga a antiga Barragem do Salso, que fornecia energia elétrica para o município. Geologicamente a geofácia Cascata do Salso está inserida na Suíte Intrusiva Caçapava do Sul (IBGE, 1986) conhecida como Granito Caçapava, com rochas graníticas de coloração cinza-claro a castanho-avermelhada.

A Cascata do Salso (figura 36 a) é formada por uma queda d' água de mais de 20m de altura, situada em uma Área de Preservação Permanente. A Cascata do Salso em Caçapava do Sul, também apresenta edificações abandonadas que serviam como casa de máquinas (figura 36 b) da Barragem do Salso, que poderiam ser aproveitadas. O local onde se encontra a Cascata é de propriedade da Prefeitura Municipal de Caçapava do Sul e encontra-se interditado.

Entretanto, existe um projeto de revitalização para o aproveitamento hidrelétrico e turístico deste local. A proposta é reativar a barragem, gerando energia elétrica para abastecer o município e também a criação de uma área de lazer abrigando um restaurante, aproveitando as antigas instalações.

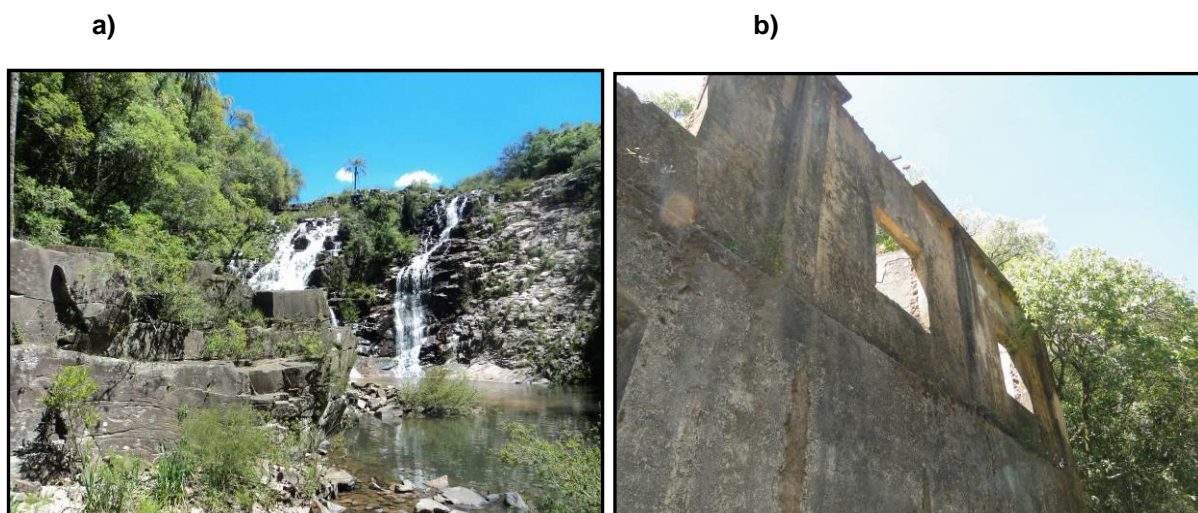


Figura 36– a) Cascata do Salso e **b)** Antigas instalações da Barragem do Salso, Caçapava do Sul.
Fonte – Trabalho de campo, novembro de 2010.

5.2.2.1.4 Geofácie Morro da Angélica

A geofácie Morro da Angélica está localizada a 22 km do município de Caçapava do Sul às margens da BR-153 no sentido Caçapava do Sul – Bagé. A região do Morro da Angélica (figura 37 a) pertence à Formação Santa Barbara, localizada em uma faixa descontínua desta formação com 30 km por 2 km de largura, localizada a leste da porção Sul do Granito Caçapava (IBGE, 1986). Está área de morros de contornos arredondados, situada em região vizinha ao Granito Caçapava, teria se erguido sobremaneira após uma provável reativação da Falha de Santa Bárbara. Como decorrência, depositou-se um fino pacote de conglomerados com seixos e matacões fundamentalmente constituído por rochas graníticas (IBGE, 1986).

Neste local foi fundado o Clube Caçapava do Sul de Vôo Livre, sendo considerado um dos melhores locais do Brasil para a prática do Vôo Livre, pela ocorrência de rampas para decolagem em todos os quadrantes do morro, que possui uma altitude de cerca de 340 m.

Do alto é possível se ter uma visão magnífica de Caçapava do Sul e da composição da vegetação mosaico campo-floresta (figura 37 b). A configuração da paisagem às margens da BR-153, próximo à sede municipal de Caçapava do Sul é marcada pela ocorrência de diversos morros cobertos por uma vegetação herbáceo-arbustiva como o Morro da Angélica. Na estrada que dá acesso ao topo do Morro da Angélica existem diversos mirantes que proporcionam vista panorâmica para as

propriedades rurais situadas ao sopé do morro, além de proporcionar uma visão privilegiada da BR-153 e da BR-392.

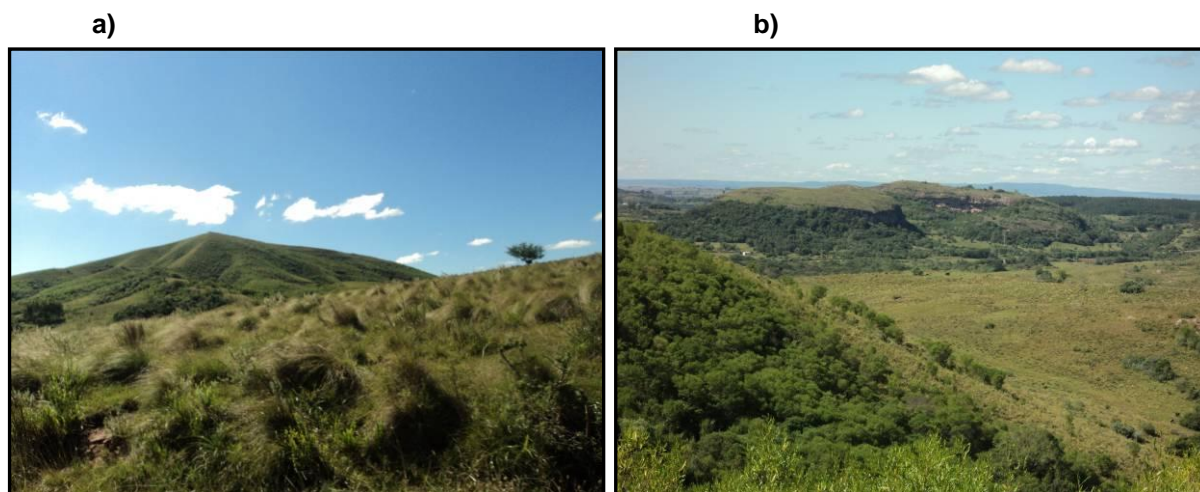


Figura 37 – a) Morro da Angélica e **b)** Vista do Morro da Angélica para a BR-392, destacando o mosaico campo-floresta.

Fonte – Trabalho de campo, março de 2011.

A estrada que dá acesso ao topo do morro é bastante íngreme, limitando o trânsito a utilização de carros com tração. A composição geológica das rochas é marcada pela presença de granitos, conglomerados e arenitos.

5.2.2.1.5 Geofácie Toca das Carretas

A geofácie Toca das Carretas está assentada sobre a Formação Guaritas, caracterizada pela presença de conglomerados, arenitos quartzosos, arenitos conglomeráticos, com seixos dispostos ao longo das lâminas dos estratos, com coloração vermelha a rósea (IBGE, 1986).

A Toca das Carretas (figura 38 a), localizada em uma propriedade particular, serviu como abrigo natural aos índios Charruas que viviam pelas redondezas de Caçapava do Sul e também como esconderijo e abrigo aos farrapos durante a Revolução Farroupilha. Esta geoforma é na verdade uma caverna “esculpida” em rochas conglomeráticas e areníticas, que apresenta diversas aberturas em forma de “tocas” na porção exterior da cavidade principal (figura 38 b), dando nome a todo o local.

A Toca das Carretas também está incluída na classificação de cavernas mapeadas pela SBE compondo o Cadastro Nacional de Cavernas do Brasil (CNC). No RS esta caverna ocupa a 9ª posição no ranking, com 60m. A importância

histórica da caverna e as impressionantes tocas esculpidas em sua face exterior constituem uma das mais interessantes geoformas de Caçapava do Sul, com especial potencial de atratividade visto a relativa facilidade de acesso, já que localiza-se as margens da BR-392 que liga Caçapava do Sul a Santana da Boa Vista.

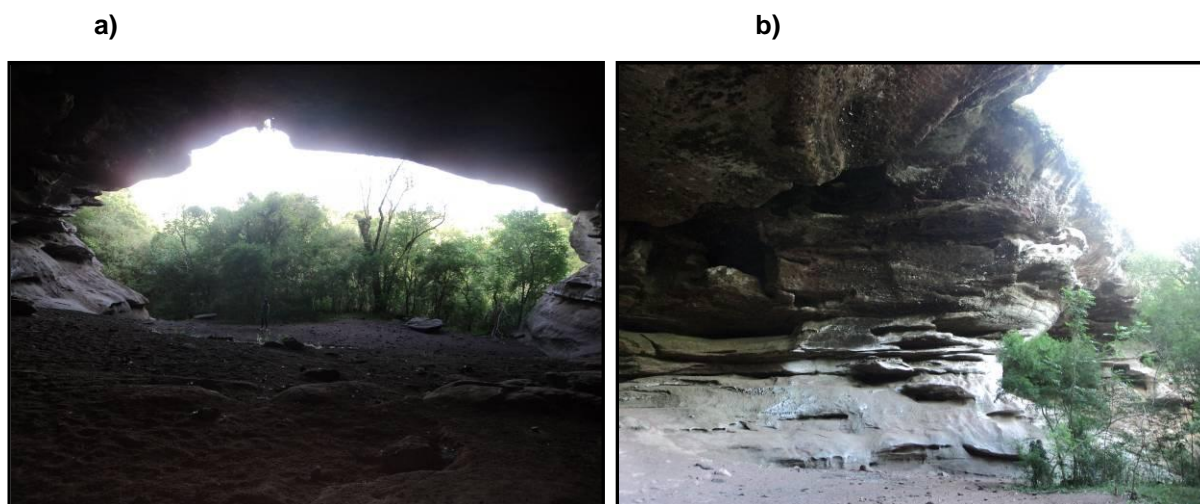


Figura 38 – a) Vista interior da Toca das Carretas e **b)** Vista da parte exterior da Toca das Carretas, destacando as “tocas” esculpidas nas rochas.

Fonte – Trabalho de campo, março de 2011.

De Caçapava do Sul até o local são percorridos cerca de 20 km, sendo que apenas 2 km são de estrada não pavimentada. A caverna situa-se no sopé de um morro, intensamente cercado por vegetação arbustiva, dificultando a passagem na trilha que dá acesso ao local. Na parte de fora da caverna é onde estão situadas as “tocas”, já a parte interna é formada por um grande salão. O interior da caverna foi utilizado como palco de filmagem para uma das cenas do Filme Anay de Las Misiones, do diretor Sérgio Silva.

5.2.2.2 Geossistema Solos Rasos, Arborizados e Afloramentos

O Geossistema Solos Rasos, Arborizados e Afloramentos caracteriza-se pela presença de solos Litólicos, pedregosos e de pouca profundidade, apresentando afloramentos de rocha em áreas de relevo ondulado a fortemente ondulado, sendo vulneráveis à erosão e conferindo grandes restrições ao uso agrícola.

Este geossistema engloba grande parte do território dos municípios de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista e uma pequena parcela territorial dos municípios de Lavras do Sul e Bagé. As formações vegetais são caracterizadas pela

presença de mosaicos de campo-floresta com grande quantidade de cactáceas dos gêneros *Cerus* e *Opuntia* (IBGE, 1992), associadas aos afloramentos rochosos típicos desse geossistema. Assim como no “Geossistema Solos Podzólicos e Uso Agropecuário” a cobertura vegetal campestre é representada pela formação Estepe Arborizada (apresentando as mesmas formações vegetais). Junto a áreas de maior umidade e nas margens das drenagens a vegetação se adensa, formando um estrato constituído por uma vegetação arbustiva.

Em relação à estrutura fundiária predominam pequenas propriedades familiares de produção voltadas à pecuária, com a criação de bovinos e ovinos. A densidade de ocupação pode ser considerada baixa, visto que os afloramentos rochosos não permitem um grande povoamento do campo devido aos processos de compactação dos solos. Ocorre também a criação de caprinos em uma menor escala, já que este tipo de animal se adapta naturalmente a topografias acidentadas como as que ocorrem neste geossistema. A criação destes animais, voltada para a subsistência, é uma característica marcante desta paisagem, visto que não é encontrada em outros geossistemas. Nota-se uma considerável carência de recursos e de investimentos para o desenvolvimento econômico, dada a resistência natural imposta pelas características físicas da paisagem. Por outro lado, as diferentes geoformas encontradas neste geossistema, se constituem em inusitados atrativos cênicos da paisagem, bastante procurados por turistas.

5.2.2.2.1 Geofácia Gruta da Varzinha

A geofácia Gruta da Varzinha está inserida na Formação Guaritas (Aloformação Varzinha), igualmente caracterizada por arenitos, conglomerados e siltitos, representando a seqüência de origem fluvial desta formação. A Gruta da varzinha (figura 39) encontra-se em uma área isolada e de difícil acesso localizada em uma pequena propriedade particular, distando 46 km da sede municipal de Caçapava do Sul. O acesso é realizado através da BR-392, no sentido Caçapava do Sul – Santana da Boa Vista, percorrendo a maior parte do trajeto pela rodovia pavimentada e apenas 15 km em vias secundárias não pavimentadas.

Esta geoforma é formada por um extenso abrigo natural, com cerca de 300 metros de comprimento, que apresenta três cavidades principais. O acesso até o local é realizado através de uma trilha a beira das formações rochosas, e em meio à mata fechada e bastante preservada que circunda a Gruta.

As estalactites e estalagmites que dão a denominação de “gruta” a esta geoforma foram formadas a partir da hipercolação de água bicarbonatada em fraturas das rochas sedimentares. Apesar de ocorrer em uma área de rochas sedimentares, a Gruta da Varzinha possui uma abundante formação de espeleotemas, resultado da sedimentação e cristalização de minerais dissolvidos na água, possivelmente de calcita, incluindo formas raras como helictites.



Figura 39 – Gruta da Varzinha, Caçapava do Sul.
Fonte – Trabalho de campo, março de 2011.

Conforme destacam Auler; Stávale (2005), provavelmente o arenito nesta região apresenta alta concentração de carbonatos. Em alguns pontos da gruta observa-se a formação de espeleotemas de cor verde indicando a ocorrência de malaquita. Mas em geral, os espeleotemas são tipicamente brancos, derivando da calcita ou da dolomita.

A Gruta da Varzinha, esta incluída na classificação de cavernas mapeadas pela Associação Brasileira de Espeleologia, compondo o Cadastro Nacional de Cavernas do Brasil (CNC). Como é composta por três principais cavidades, foram

atribuídos a estas cavidades os nomes de Gruta da Varzinha I, Gruta da Varzinha II e Gruta da Varzinha III. A maior cavidade é a Gruta da Varzinha III com 137 metros, constituindo a terceira maior caverna mapeada do Rio Grande do Sul. A Gruta da Varzinha I com 79 metros e a Gruta da Varzinha II com 17 metros ocupam, respectivamente, a sexta e a vigésima posição no ranking das maiores cavernas do Rio Grande do Sul.

5.2.2.2.2 Geofácia Guaritas – Minas do Camaquã

A geofácia Guaritas – Minas do Camaquã está assentada sobre a Formação Guaritas e sobre a Formação Mangueirão. Dentro desta geofácia se destacam formações geológicas muito interessantes dentro do contexto evolutivo da Bacia do Camaquã (PAIM; LOPES, 2000), bem como do ponto de vista ecoturístico. As principais formações a serem destacadas nesta geofácia são as Guaritas (várias geoformas) e as geoformas localizadas no sítio urbano da Vila Minas do Camaquã. Estas formações rochosas constituem-se em excelentes pontos para a observação da paisagem local.

O acesso até as Guaritas e ao distrito das Minas do Camaquã é realizado, partindo-se de Caçapava do Sul, através da BR-153 em direção Sul até o entroncamento com a RS-625, seguindo cerca de 50 km até a Vila Minas do Camaquã, na divisa com o município de Santana da Boa Vista. A RS-625 não é pavimentada, mas apresenta boas condições de tráfego, permitindo acesso fácil até as Guaritas e a Vila Minas do Camaquã.

O cenário geológico dominante na região das Minas do Camaquã era formado por sistemas fluviais e deltaicos, caracterizados por canais entrelaçados, transportando carga sedimentar para NE e preenchendo as bacias sedimentares. Por outro lado, durante a evolução das Guaritas, tem-se o registro de uma importante atividade vulcânica básica, associada a um contexto desértico dominado por depósitos arenosos. Sobre essa sucessão vulcano-sedimentar, sobrepõem-se, na área das Minas do Camaquã, depósitos de leques aluviais gerados a partir da borda leste da bacia (PAIM; LOPES, 2000).

As Guaritas, conforme destacado por Paim; Fallgatter e Silveira (2010, p. 2)

(...) compreendem belas feições geomorfológicas na forma de morros escarpados que, em conjunto, definem uma aparência ruiforme. Essa paisagem deriva da erosão diferencial ao longo de sistemas de fraturas, aproximadamente ortogonais entre si, que recortam arenitos e

conglomerados horizontalizados e avermelhados. A alteração química e biológica, intensificada ao longo das zonas mais permeáveis definidas pelas fraturas, facilitou e orientou a erosão predominantemente pluvial e, assim, o desenvolvimento do aspecto ruiforme. A sucessão sedimentar que aflora no sítio compreende as aloformações Pedra Pintada e Varzinha (Alogrupo Guaritas), depositadas durante o Cambriano no interior do Rifte Guaritas, o qual representa o último estágio de evolução da Bacia do Camaquã.

As Guaritas estão localizadas a Norte do Rio Camaquã, sobre a Formação Guaritas (IBGE, 1986) que faz parte do Grupo Camaquã, que se estende desde Santana da Boa Vista, no Leste, até Caçapava do Sul, no Oeste. Este sítio engloba quatro regiões contíguas. Em duas destas áreas (Pedra Pintada e Pedra da Arara), os morros compreendem arenitos de origem predominantemente eólica (Aloformação Pedra Pintada) recobertos, em discordância erosiva, por arenitos e conglomerados aluviais (Aloformação Varzinha). Nas demais regiões (Pedra das Guaritas e Capão do Cedro) afloram arenitos e, secundariamente, conglomerados fluviais da Aloformação Varzinha (PAIM; FALLGATTER; SILVEIRA, 2010).

O Alogrupo Guaritas, ao qual pertencem as rochas sedimentares aflorantes no Sítio Guaritas do Camaquã, representa o preenchimento de uma estrutura tectônica extensional originada durante o último estágio evolutivo da Bacia do Camaquã (Rifte Guaritas).

Estas formações rochosas se evidenciam pelo relevo ruiforme e pela presença de curiosos conjuntos de torres (figura 40), expondo afloramentos de rochas sedimentares ordovicianas de origem eólica e fluvial, que fazem parte da denominada Serra do Sudeste. As formas do relevo, caracterizadas pela presença de vários morros isolados, gerados a partir de processos erosivos, formando grutas e abrigos, serviram como lugar de guarda e emboscada durante a Revolução Farroupilha, daí advindo o nome “Pedras das Guaritas” (PAIM; FALLGATTER; SILVEIRA, 2010).

As guaritas estão descritas como um dos principais destinos ecoturísticos do RS e representam uma beleza paisagística única, considerada pela Secretaria de Turismo do Estado do RS (SETUR/RS) a 7ª maravilha natural do RS. A atividade econômica mais significativa desenvolvida na área das Guaritas é a criação de gado de corte, a ovinocultura e em menor escala a criação de caprinos. Entretanto, a exuberante paisagem tem atraído um incremento das atividades turísticas, já que além das Guaritas, as Minas do Camaquã também apresentam diversos recursos naturais que despertam o interesse turístico.

No local está presente também uma casa utilizada nas filmagens do filme *Valsa para Bruno Stein*, do diretor Paulo Nascimento, que foi cedida à comunidade em 2007. Porém, a construção realizada exclusivamente para o filme, não é utilizada.



Figura 40 – Guaritas, na região da Pedra das Guaritas e Capão do Cedro (na sede da Associação dos Moradores das Guaritas), Distrito de Minas do Camaquã/Caçapava do Sul.

Fonte – Trabalho de campo, outubro de 2010 e junho de 2011.

Dentro desta mesma geofácia temos as Minas do Camaquã (figura 41) com a presença de outras geoformas constituídas por uma matriz litológica mais antiga, porém de características semelhantes, que fazem parte da Formação Mangueirão (IBGE, 1986) que faz parte do Grupo Maricá. As Minas do Camaquã são um importante sítio geológico-metalogenético que representa um marco da história da mineração de cobre (Cu) no Brasil (PAIN, 2009). Além do Cu ocorrem mineralizações disseminadas e filoneadas de Pb, Zn, Au e Ag. A descoberta do minério de cobre ocorreu em 1865 por mineiros ingleses que garimpavam ouro em Lavras do Sul. A partir da descoberta, estabeleceram-se vários ciclos de exploração

do minério de cobre e subprodutos, até que em maio de 1996 ocorreu o esgotamento total das reservas economicamente viáveis conhecidas.

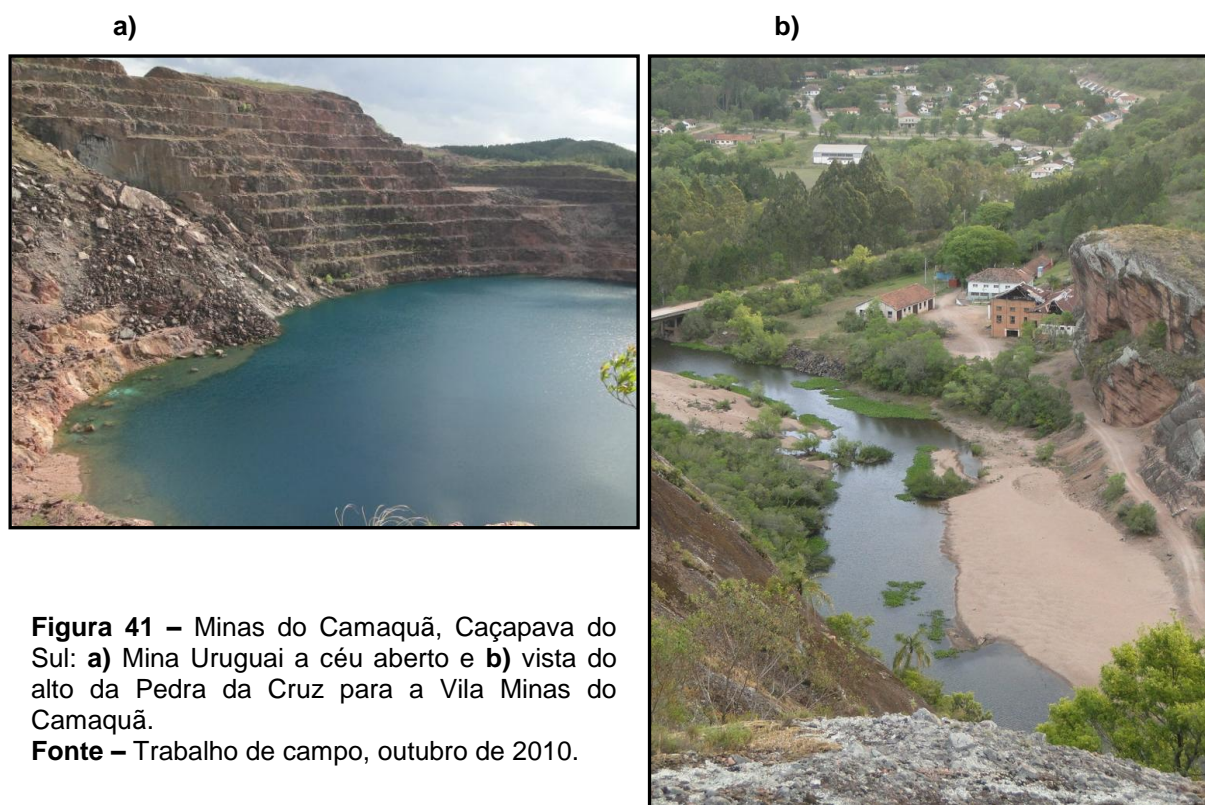


Figura 41 – Minas do Camaquã, Caçapava do Sul: **a)** Mina Uruguaí a céu aberto e **b)** vista do alto da Pedra da Cruz para a Vila Minas do Camaquã.

Fonte – Trabalho de campo, outubro de 2010.

Na Vila Minas do Camaquã se destacam duas importantes geoformas que oferecem boas condições de acessibilidade para a realização de trilhas e de observação da paisagem local como um todo, além de se constituírem em exemplos didáticos da evolução paleogeográfica das sucessões sedimentares expostas, formadas principalmente por arenitos conglomeráticos e conglomerados alternando-se em camadas pouco espessas de arenitos finos a médios.

Estas geoformas são a Pedra do Engenho e a Pedra da Cruz. A Pedra da Cruz (figura 42 a e b) possui camadas inclinadas e representa um exemplo da discordância angular que delinea o contato entre as formações rochosas que se encontram intercaladas. Esta geoforma, situada na divisa entre os municípios de Caçapava do Sul e Santana da Boa Vista, às margens do Arroio João Dias, apresenta rochas sedimentares intercaladas como arenitos, conglomerados e arenitos conglomeráticos, formados a partir de depósitos fluviais, deltaicos e marinho raso desenvolvidos na área (PAIM; LOPES, 2000).

A Pedra da Cruz faz parte da “Janela Bom Jardim” (figura 42 c) que representa um sistema de basculamento, que fez com que a coluna estratigráfica se

inclinasse nesta área, expondo quatro pontas de um sistema de dobras que foi erodido. Conforme a descrição de Ronchi, et al (2000) o Morro da Cruz constitui o primeiro, de uma curiosa seqüência de quatro elevações em forma de capuz, quando vistos em perfil. Ao sopé da Pedra da Cruz, encontra-se a “prainha” da antiga Barragem do Arroio João Dias (Figura 42 d), visitada por banhistas durante o verão.

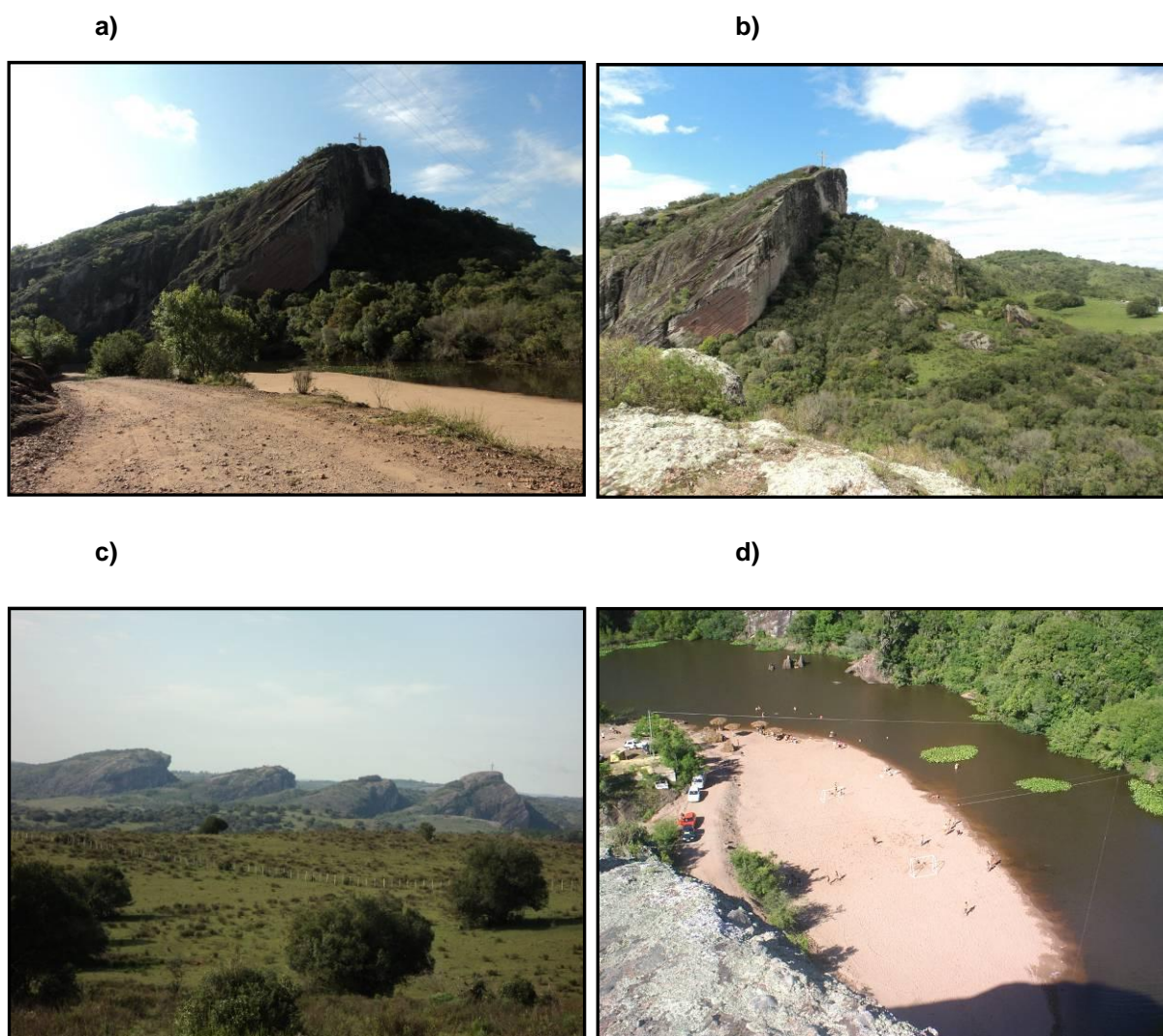


Figura 42 – Pedra da Cruz, Minas do Camaquã, em Caçapava do Sul: **a)** Pedra da Cruz vista da base no Arroio João Dias; **b)** Pedra da Cruz vista do alto da Pedra do Engenho; **c)** Vista do sistema de basculamento (Janela Bom Jardim) e **d)** Prainha ao sopé da Pedra da Cruz, às margens do Arroio João Dias (fonte: <<http://www.panoramio.com/photo/6804306>>).

Fonte – a, b e c, Trabalho de campo, outubro de 2010.

A Pedra do Engenho (figura 43 a e b), localizada ao lado dos resquícios de uma das antigas construções utilizadas para o beneficiamento do cobre, possui as mesmas características sedimentares da Pedra da Cruz. A composição da vegetação é caracterizada pelo mosaico campo-floresta, sendo que os morros

testemunhos não apresentam cobertura vegetal devido à composição litológica das rochas e aos escarpamentos íngremes. Porém, esta é uma área com grande diversidade de cactáceas que se encontram sobre os afloramentos rochosos.

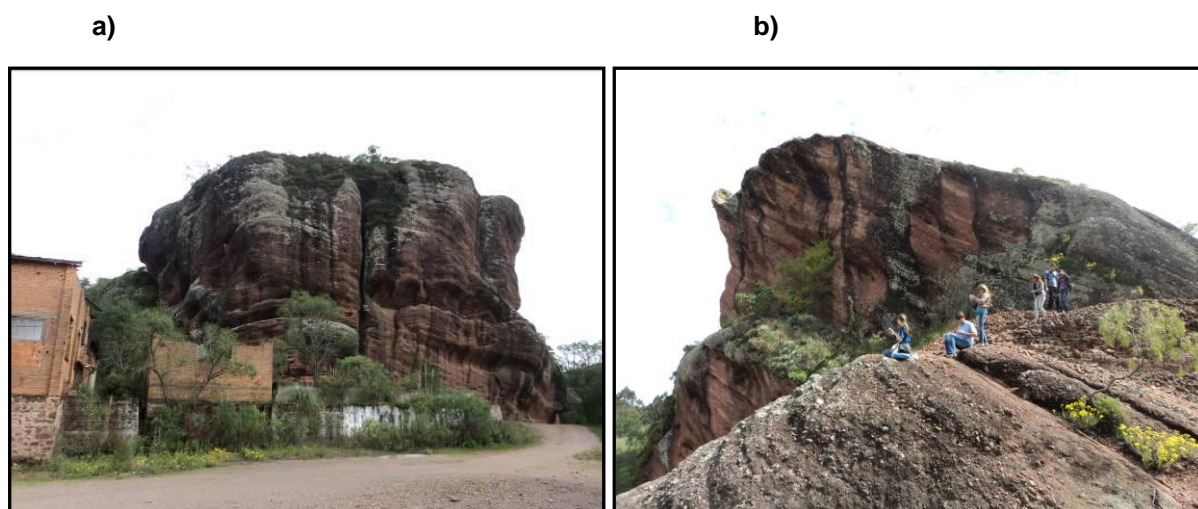


Figura 43 – Pedra do Engenho, Minas do Camaquã, Caçapava do sul: **a)** Vista frontal da Pedra do Engenho e **b)** Vista lateral da Pedra do Engenho.

Fonte – Trabalho de campo, outubro de 2010.

A Vila Minas do Camaquã como citado anteriormente, conta com infraestrutura completa. As Minas do Camaquã compreendem duas áreas lavradas e atualmente exauridas – os setores Uruguai (lavra a céu aberto e subterrânea) e São Luiz (lavra subterrânea) – que se situam 3 km a nordeste de outra importante área mineralizada, a Jazida Santa Maria. Além da infra-estrutura física que pode ser utilizada para o turismo, as minas desativadas e os equipamentos utilizados para a extração e transporte dos minérios, a antiga barragem João Dias, a “prainha” as margens do Arroio João Dias localizada no sopé da Pedra da Cruz, o conjunto arquitetônico da vila, os afloramentos rochosos e mirantes naturais, constituem-se em atrativos turísticos da localidade.

Ströher (2000, p. 56) descreve a divisão espacial em setores da Vila Minas do Camaquã:

O setor mineiro que é composto por minas a céu aberto e subterrâneas e possui também uma super estrutura de edifícios/galpões para armazenagem de maquinaria, instrumentos e veículos necessários à extração dos minerais, além de edifícios administrativos. O segundo setor a ser considerado é o de alojamentos e residências, organizado em vários níveis e dimensões, constituindo testemunhos de sua história. O último setor é representado pelos prédios e espaços públicos, constituído pelo hospital, cinema, praça, hotel, igreja, escola, clube, ginásio, CTG, supermercado e outros. Toda essa grande estrutura está praticamente

abandonada desde o fechamento da mina. Uma vila que chegou a ter 5 mil moradores, na década de 80, hoje sobrevive com cerca de 500 pessoas.

Após o esgotamento das reservas minerais economicamente viáveis em 1996, a vila e seus moradores permaneceram à espera de uma solução para a utilização das infra-estruturas montadas, nutrindo ainda a esperança de que novas reservas viáveis fossem descobertas. Ainda permanecem na vila pesquisadores que desenvolvem estudos sobre o potencial de mineração nas minas desativadas, porém, até o momento, nenhuma nova jazida com alta viabilidade comercial foi descoberta.

Conforme salientam Ronchi; Lobato (2000, p. 16) “(...) atualmente o impacto negativo mais importante não é proveniente da atividade mineradora, mas, ao contrário, é social e decorrente do encerramento da atividade”. As atividades de mineração são, de fato, extremamente impactantes do ponto de vista ambiental. Porém, dentro de um contexto voltado ao desenvolvimento sustentável, uma boa alternativa seria a recuperação ambiental e/ou redestinação das áreas degradadas pela mineração e o aproveitamento do potencial natural para o desenvolvimento do Ecoturismo e de atividades educacionais e de pesquisa.

Atualmente há uma tendência mundial em aproveitar os sítios mineiros abandonados para o desenvolvimento do Geoturismo. Este é o caso da Mina da Passagem, localizada no Município de Mariana (MG), que vem sendo aproveitada como um geossítio, no desenvolvimento de atividades turísticas e projetos educacionais. Nesta área vem sendo proposta a criação do Geoparque Quadrilátero Ferrífero (BOGGIANI, 2010), que utilizará os túneis e equipamentos utilizados para o transporte dos minérios, como atração turística, disponibilizando passeios na estrutura interna das minas.

Esta poderia ser uma alternativa de aproveitamento das estruturas abandonadas, já que o impacto ambiental criado pela exploração do cobre é relativamente pontual, resumindo-se a cava a céu aberto (Mina Uruguai) e a uma barragem de rejeitos construída no desvio do Arroio João Dias (RONCHI; LOBATO, 2000). A contaminação por metais pesados tem sido objeto de preocupação constante, mas, estudos da água e dos sedimentos do Arroio João Dias demonstram que a contaminação por cobre está controlada (RONCHI; LOBATO, 2000).

O conjunto ímpar de características geológicas somadas à história da produção mineral pode tornar-se um importante circuito de Ecoturismo e Geoturismo, além de contribuir para resguardar a memória acerca das Minas do Camaquã. Neste sentido, Paim (2009) destaca que a beleza natural da região que contorna as Minas do Camaquã, incluindo as Guaritas, onde a erosão diferencial de arenitos e conglomerados acabou por gerar feições geomorfológicas exóticas de grande beleza cênica, somada a existência de uma boa infra-estrutura na vila mineira, pode propiciar usos alternativos para a área em questão.

As edificações públicas e privadas estão à espera de novos moradores ou de atividades que modifiquem seu destino. Alguns prédios se encontram abandonados e em fase de degradação, devido à falta de manutenção. Como exemplo, podemos citar o Cine Rodeio (prédio de eventos comunitários) (figura 44 a), um grande galpão construído em madeira e telhado de duas águas, com portas vaivém, lembrando os antigos *saloons*, trabalhado com desenhos característicos do *Far West* americano (STRÖHER, 2000).

Este prédio, localizado em uma praça central, é um símbolo da Vila, mas se encontra totalmente abandonado, necessitando de investimentos em obras de revitalização. Este espaço poderia ser mais bem aproveitado podendo abrigar um centro de eventos, um museu contando a história da mineração com material de consulta sobre a história das Minas do Camaquã, sala de palestras e exposições audiovisuais sobre a vila para os turistas e/ou um centro de informações turísticas.

Além do Cine Rodeio, muitos outros prédios importantes e que contam a história das Minas do Camaquã e dos trabalhadores que ali viveram, se encontram fechados para a visitação. Este é o caso da casa de Francisco Matarazzo Pignatari, conhecido “Baby Pignatari” (figura 44 b) construída em 1968 e também da sede da antiga Fazenda João Dias, datada de 1880 e transformada em clube até a finalização das atividades mineiras. Tais prédios, de propriedade da CBC (Companhia Brasileira do Cobre), poderiam ser abertos à visitação.

Alguns prédios utilizados durante o período em que as Minas estavam em atividade foram adaptados e hoje servem como hotel e restaurante, porém, existem muitos outros espaços físicos subaproveitados que necessitam de revitalização e reparos, que poderiam ser utilizadas para as mais diversas atividades, ligadas ao desenvolvimento do turismo.

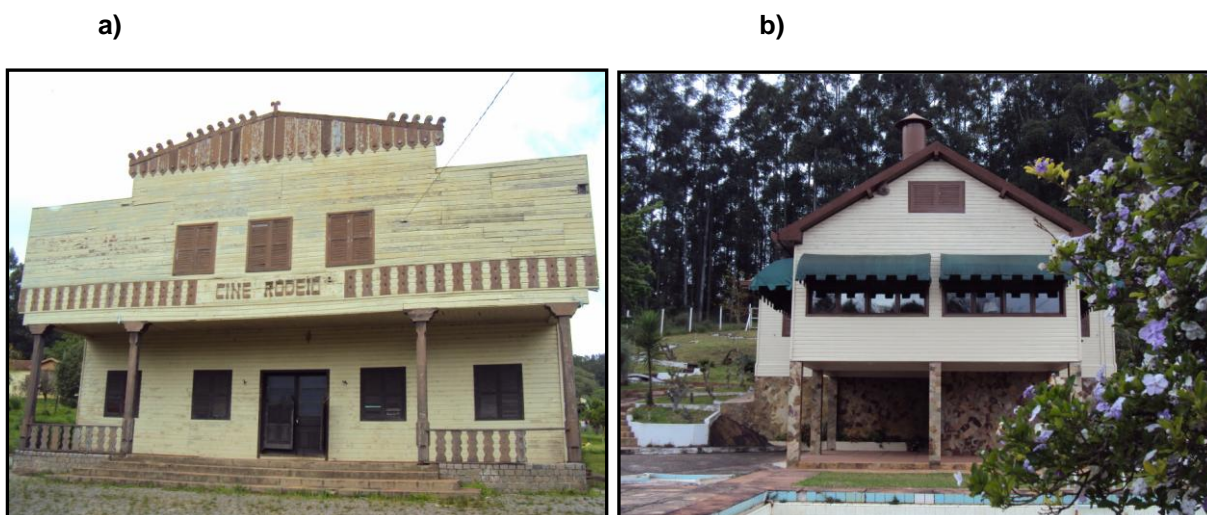


Figura 44 – a) Cine Rodeio e b) Antiga casa de Baby Pignatari, Vila Minas do Camaquã, Caçapava do Sul.

Fonte – Trabalho de campo, outubro de 2010.

Ao abordar o Ecoturismo como uma alternativa de reinserção das Minas do Camaquã no sistema produtivo, Ronchi et al (2000) destaca que:

(...) a adaptação da infra-estrutura existente e a criação de animação local, a partir de uma conjugação de esforços a ser empreendida pelo poder público, em colaboração com a iniciativa particular, será possível implantar esta nova atividade econômica na região. (Ronchi et al 2000, p. 308).

Ronchi et al (2000) salienta ainda a necessidade de se valorizar o patrimônio natural, histórico e cultural das Minas do Camaquã, em vista de seu aproveitamento turístico, incentivando ainda a produção de artesanatos e a abertura de pousadas e hotéis-rurais, além de restaurantes com comidas típicas e festas populares.

5.2.2.2.3 Geofácia Casa de Pedra

A Geofácia Casa de Pedra insere-se na Formação Mangueirão (IBGE, 1986), pertencente ao Grupo Maricá, assim como a área das Minas do Camaquã, citada anteriormente. A Geofácia Casa de Pedra é constituída por formações sedimentares antigas (Neo-proterozóicas) apresentando conglomerados com fragmentos sub-arredondados de formações vulcânicas, metamórficas e graníticas, imersos em matriz arenítica, subarcoseana e lítica, com forte contribuição vulcânica (IBGE, 1986). Os conglomerados gradam de arenitos cinza-escuro a castanho-avermelhados, com matriz argilosa e cimento carbonático (IBGE, 1986). As porções superiores apresentam arenitos conglomeráticos e conglomerados alternando-se

com camadas pouco espessas de arenitos finos a médios (IBGE, 1986) em alguns pontos. Estes conglomerados e arenitos conglomeráticos possuem distribuição extensa e afloram com frequência ao longo da BR-153.

A Casa de Pedra é formada por dois complexos de afloramento denominados “Complexo do Pico do Morcego” (figura 45 a, b e c) e “Complexo do Pico do Elefante” (figura 46 a, b e c), localizados na localidade de Palmas, no município de Bagé, entre os arroios Lexiguana e Catarina, afluentes do Rio Camaquã.

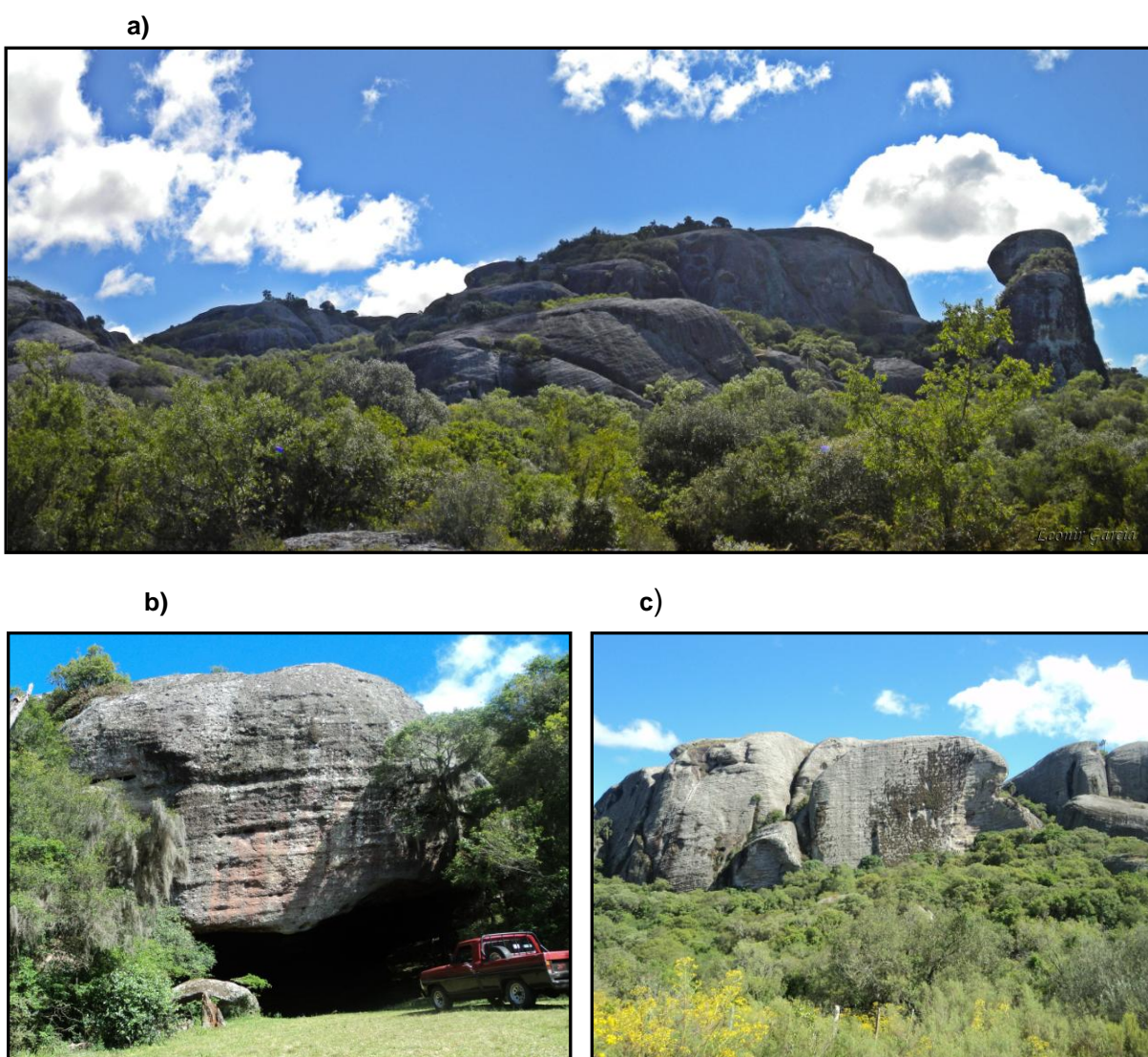


Figura 45 – Casa de Pedra, Complexo do Pico do Morcego em Bagé: **a)** Vista panorâmica da lateral da Pedra do Pico do Morcego; **b)** Abrigo natural da Casa de Pedra, formado pelo desabamento de lajes que deu nome aos conjuntos rochosos e **d)** Vista do entorno do Pico do Morcego.

Fonte – Trabalho de campo, novembro de 2010.

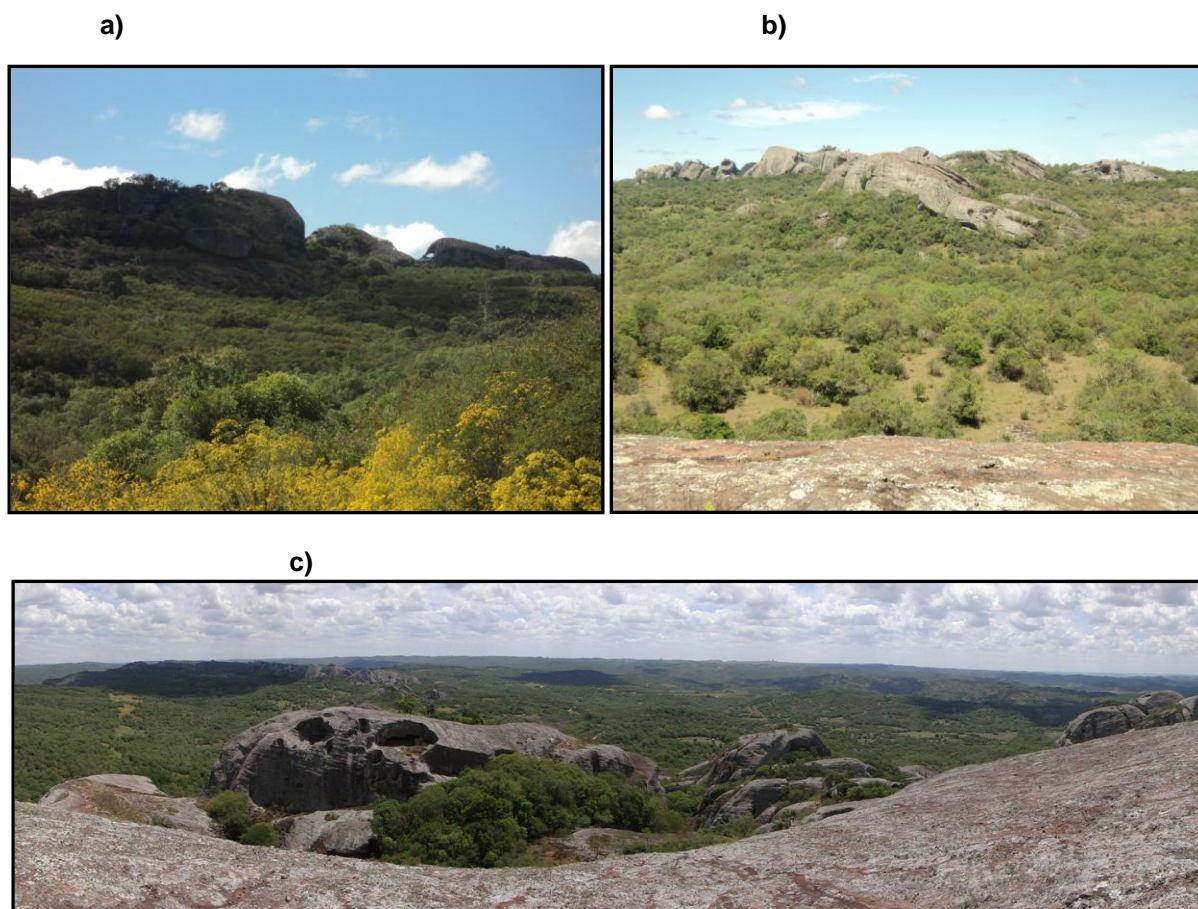


Figura 46 – Casa de Pedra, Complexo do Pico do Elefante em Bagé: **a)** Complexo do Pico do Elefante visto da estrada de acesso a Casa de Pedra; **b)** Vista do Pico do Elefante do alto da Casa de Pedra e **c)** Vista Panorâmica dos afloramentos rochosos que circundam a Casa de Pedra em Bagé.

Fonte – Trabalho de Campo, novembro de 2010.

O acesso até a Casa de Pedra pode ser realizado pela BR-153 no sentido Caçapava do Sul – Bagé. O percurso é de cerca de 70 Km, partindo-se da sede municipal de Bagé, sendo que a maior parte do trajeto é realizada por estrada pavimentada. Deste total, apenas 13 km são realizados por vias secundárias não pavimentadas.

Ritter; Baptista (2005, p. 1) comentam que a denominação Casa de Pedra “parece se referir ao abrigo natural formado por uma gigantesca pedra que se desprende do conjunto, mas é usada, por extensão, a todo o conjunto de elevações erodidas que formam esta singular paisagem”.

É marcante na paisagem a presença de plantas da família Asteraceae (RITTER; BATISTA, 2005), principalmente da *Senecio spp*, conhecida no RS como Maria Mole, e o Miomio (*B. coridifolia* DC.), que durante a primavera, cobrem os campos dessa região com um intenso “tapete” de flores de cor amarela. Destaca-se ainda na fisionomia da paisagem dos campos associados à vegetação arbustiva, as

vassouras (*Baccharis dracunculifolia* DC. e *B. tridentata* Vahl.) (RITTER; BATISTA, 2005) e também a presença da *Aristida pallens* (capim-barba-de-bode), entre outras plantas (IBGE, 1992).

5.2.2.2.4 Geofácia Rincão do Inferno

A geofácia Rincão do Inferno assenta-se sobre a Formação Hilário (IBGE, 1986) pertencente ao Grupo Maricá, de composição litológica do Período Pré-Cambriano. A Formação Hilário é constituída por conglomerados e arenitos ricos em detritos vulcânicos, subordinados e que ocorrem intercalados na seqüência, possuindo uma tonalidade castanho-escura e aspecto heterogêneo em função do contraste entre os fragmentos claros e a matriz escura (IBGE, 1986). Em algumas partes as rochas podem apresentar tufos vulcanoclásticos, com fragmentos arredondados e angulosos de andesito, arenito, rochas granitóides, gnaisses e grãos de quartzo, plagioclásio e granada (IBGE, 1996).

O Rincão do Inferno localiza-se em área de fronteira entre os municípios de Lavras do Sul e Bagé, às margens do Rio Camaquã. Do centro municipal de Bagé são percorridos cerca de 70 km até o Rincão do Inferno, sendo que deste total apenas 11 km são realizados por vias não pavimentadas. A denominação hostil que o local recebeu, em função das adversidades para se viver, nada tem há ver com a beleza paisagística e a diversidade natural que o local apresenta. O Rincão do Inferno (figura 47) é formado por uma extensa área de afloramentos de rochas e paredões abruptos que se estendem em torno do Rio Camaquã, cercado de uma vegetação composta por um mosaico campo-floresta, onde nitidamente percebe-se a ocorrência de uma vegetação mais densa em áreas de maior umidade.

Teixeira (1992, p. 102) descreve a exuberante paisagem do local:

Situado a oeste da serra do Tabuleiro, geologicamente, é um formidável conglomerado de rochas sedimentares por onde o rio irrompe a mais ou menos 250 metros de profundidade, entre rochedos maciços e monumentais, cercados pela mata virgem, frondosa depois dos chapadões campestres, alcatifados de flores raras, azuis, amarelas, roxas, irisadas...Um mundo fantástico esculpido em pedra, com mais de dois quilômetros de sucessivas surpresas. Chama a atenção o deslocamento de enormes blocos de pedra sujeitos a um processo de desagregação de milhões de anos e que construíram fendas, furnas, abrigos das mais estranhas formas. Por outro lado, a ação pluvial eólica foi descarnando o rochedo compacto, esculpindo figuras fantásticas, torres inclinadas, gigantes elementares.

Os paredões rochosos que chegam a cerca de 200m se estendem até o leito do Rio Camaquã, formando um Canyon ou zona de falha geológica onde o rio encontra-se encaixado. Junto aos afloramentos rochosos existem muitas cactáceas dos gêneros *Cerus* e *Opuntia* (IBGE, 1992), bem como a presença de plantas espinhosas como a Unha-de-gato (*Dolichandra unguis-cati*) e *Bromeliaceas* a *Dyckia Alba* e a *Dyckia selloa* (FEPAN, 2007) conhecidas como Gravatá ou Caranguatá, também encontradas na Pedra do Segredo em Caçapava do Sul.

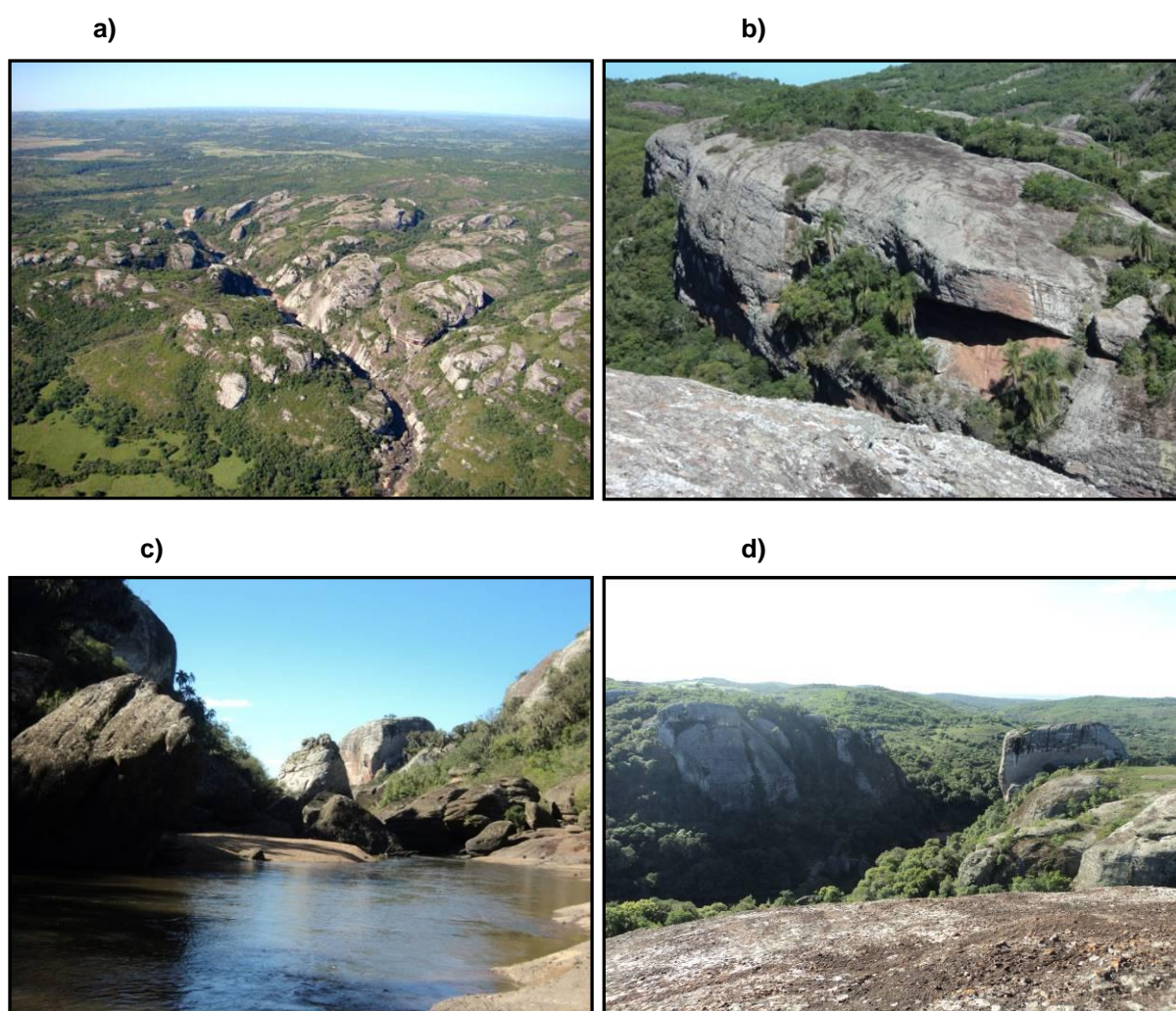


Figura 47 – Rincão do Inferno, Distrito de Palmas, Bagé: **a)** Vista aérea do Rincão do Inferno (Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/conexao-pela-biodiversidade>>); **b)** Rincão do Inferno, vista para um dos abrigos naturais esculpido nas rochas; **c)** Rincão do Inferno, leito do Rio Camaquã **d)** Rincão do Inferno, vista para a Pedra Amarela.

Fonte – b, c e d, Trabalho de campo, abril de 2011.

Algumas das geofomas esculpidas nas rochas receberam denominações locais conforme características marcantes que assumem. Transcrevemos as denominações apontadas por Teixeira (1992):

- *Pedra do Pulo*: situada na extremidade norte, onde o Rio Camaquã se inicia, a Pedra do Pulo se biparte a uma altura de 100 metros, formando duas colunas, que inclinadas quase se tocam em seu cume. Denomina-se Pedra do Pulo por assim permitir que uma pessoa cruze sobre seu alto desvão do Município de Lavras para o Município de Bagé. Também é conhecida como “Pesqueiro do Salso”.
- *Lagoa do Peixe*: situada abaixo da Pedra do Pulo, é assim chamada por existir em seu interior, uma pedra de regular tamanho, com a semelhança de uma cabeça de peixe. Conhecida também como “Pesqueiro da Pedra Mora”.
- *Praia do Salso*: localiza-se no fundo do Canyon, em meio aos paredões abruptos e às areias do Rio Camaquã.
- *Pedra Amarela*: recebe este nome pela sua coloração. Ressurge de dentro do leito do Rio Camaquã, com 300 metros.
- *Pedra do Bicho*: também chamada de “Cabeça de Macaco”, com uma altura de mais de 100 metros. A pedra assemelha-se a um gigantesco dinossauro que vindo beber água ali no Camaquã, ficou petrificado em sua margem.
- *O Apertado*: situado ao longo da plataforma do Rincão, este local é assim chamado por estar em meio a uma estrada que vai à casa de um morador vizinho. Sua particularidade reside no fato de que, no referido cruzamento, não transita um cavalo encilhado, isto é o cavaleiro ali tem de apear, desencilhá-lo e, só assim, passá-lo, a cabresto para o outro lado.
- *Lombada da Pedra Grande*: também chamada a “mãezeira” das pedras do Rincão do Inferno. Conhecida também como “Potreiro da Pedra Grande”.
- *Toca do Sapateiro*: situada no lado fronteiro ao município de Bagé, hoje por sua formação cavernosa, é habitada por morcegos. Existem lendas sobre o local que contam que um escravo fugido tenha residido ali tranquilamente com sua família por muitos anos.

Na porção do território que pertence ao município de Bagé, no distrito de Palmas, reside uma comunidade de remanescentes de quilombolas, que desenvolve a criação de caprinos, bovinos e da agricultura através de quintais orgânicos, como forma de subsistência. Recentemente este lugar vem sendo palco de conflitos territoriais em função do reconhecimento desta comunidade e da demarcação de suas terras pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O conflito delineou-se a partir dos proprietários rurais que possuem terras localizadas próximas à área quilombola e que não reconhecem a legitimidade das

demarcações da área realizada pelo INCRA. Dos 800 ha demarcados, cerca de 400 ha terão que ser desapropriados e devolvidos aos quilombolas que habitam este local há mais de trezentos anos.

A beleza paisagística dessa localidade, talvez seja uma das mais impressionantes em todo o RS, sendo preservada até os dias de hoje apenas pela configuração inóspita aos olhos do homem. Em 2010, o Rincão do Inferno teve sua paisagem registrada no curta metragem “O Sabia” da Série Histórias Curtas da RBS-TV, sobre direção do produtor Zeca Brito. Além deste curta, ocorreram neste local as filmagens de “Não Aperta Aparício”, filmado em 1965 (TEIXEIRA, 1992).

Além da utilização dos atrativos ecoturísticos ligados ao patrimônio geológico-geomorfológico do Rincão do Inferno, destaca-se a importância que o Rio Camaquã representa para as comunidades que habitam seu entorno e para os municípios banhados por suas águas. O Rio Camaquã, forma uma das principais Bacias Hidrográficas da Metade Sul do RS. Em reposta a importância que o Rio Camaquã representa para os municípios que o cercam, há dezesseis anos é realizada a Descida do Rio Camaquã (figura 48), organizada pela Prefeitura Municipal de Bagé.



Figura 48 – Imagens da 13ª Descida do Camaquã, realizada em janeiro de 2008.
Fonte – DVD fornecido pela Prefeitura Municipal de Bagé.

O foco da Descida do Camaquã, além do caráter esportivo, reunindo remadores, também está ligado à conservação das riquezas naturais que entornam o rio e o incentivo ao turismo de forma sustentável. Esta iniciativa, ligada à conservação e a prática da canoagem ao longo do rio, reúne cada vez mais participantes e poderia ser incluída como um dos roteiros ligados ao desenvolvimento do Ecoturismo no Alto Camaquã. A preocupação quanto à

conservação das características ambientais do Rio Camaquã tem se tornado ainda mais eminente, devido à recente proposta da instalação de treze Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) ao longo do rio, protocolada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para ser iniciada em 2013. Esta alternativa de geração de energia tem sido criticada pelo poder público de alguns municípios como Caçapava do Sul e Bagé, com o apoio da população local, que consideram esta mais uma forma de descaracterização da paisagem e que certamente trará impactos ambientais a Bacia Hidrográfica do Rio Camaquã.

O Rincão do Inferno já recebeu visitas técnicas e foi demarcado como um dos possíveis pontos de instalação para uma das centrais.

5.2.3 Sub-região Natural dos Planaltos Residuais de Bagé

Esta Sub-região Natural abrange as nascentes das bacias hidrográficas dos rios Camaquã, Santa Maria e Negro, caracterizada pela topografia levemente ondulada de coxilhas cobertas por campos nativos com e sem florestas de galeria, abrangendo principalmente o município de Lavras do Sul, norte do município de Bagé e oeste do município de Dom Pedrito.

A Sub-região Natural Planaltos Residuais de Bagé apresenta uma morfologia suave com a presença de coxilhas baixas. O uso do solo é marcado pelo predomínio de atividades pastoris como a pecuária de corte desenvolvida sobre campo nativo. O pouco uso agrícola do solo e o predomínio da pecuária tem proporcionado a preservação da vegetação natural, presente nos campos que compõem esta sub-região, que apresenta excelentes áreas de pastagens. A vegetação é mais densa na porção leste e típica da Campanha na porção Oeste desta Sub-região. Destaca-se também a criação de cavalos crioulos e da raça puro sangue inglês em diversos haras e cabanhas distribuídos pelos municípios de Lavras do Sul e Bagé. O território foi colonizado principalmente por portugueses, espanhóis e mais tarde, colonizado com imigrantes alemães e italianos. Predominam médias e grandes propriedades rurais.

5.2.3.1 Geossistema Solos Rasos, Estepe Arborizada e Afloramentos

A configuração da paisagem deste geossistema é marcada pela ocorrência de vegetação de Estepe Arborizada caracterizada pela ocorrência de nanofanerófitos,

hemicriptófitos (gramíneas sespitosas) e geófitos (gramíneas rizomatozas). Junto aos afloramentos rochosos, típicos deste geossistema é comum encontrar cactáceas dos gêneros *Cerus* e *Opuntia* (IBGE, 1992), que ocorrem em diversos pontos do território do Alto Camaquã. Além das cactáceas é marcante na paisagem a presença de plantas leguminosas do gênero *Mimosa* (Leguminosae Mim) (IBGE, 1992).

Os solos Litólicos predominam, ocorrendo em quase toda a extensão territorial. Os afloramentos rochosos, também são uma característica marcante dos campos deste geossistema. Nas proximidades da sede municipal de Lavras do Sul afloram rochas graníticas. As rochas que compõem a configuração física da paisagem também podem ser exemplificadas pelos mármores, quartzos, basaltos, arenitos, entre outras. A respeito das formações rochosas encontradas, não só em Lavras do Sul, como também no entorno do município, podemos citar os exemplos do Granito Jaguari – Lavras do Sul, sendo recortado pelo Arroio Camaquã das Lavras e alojado em seu centro a cidade de Lavras do Sul.

A principal atividade econômica é a pecuária de corte, desenvolvida em grandes e médias propriedades em áreas de campo com pastagens naturais. Esta unidade de paisagem apresenta os campos mais conservados do Escudo Sul-riograndense, mantendo seus aspectos fisionômicos conservados justamente pelo desenvolvimento da pecuária extensiva sobre campo nativo.

Ocorre também o aproveitamento e utilização da lã ovina para confecção de peças do vestuário rústico campeiro. A agricultura é exercida em pequena escala, basicamente como atividade de subsistência em propriedades familiares, uma vez que, em função da colonização que teve maior influência de espanhóis e portugueses do que dos imigrantes alemães e italianos, a agricultura tem um papel bastante reduzido em relação à pecuária. Apesar disso, cabe destaque a presença da fruticultura, introduzida recentemente, tanto em Bagé quanto em Lavras do Sul.

Conforme destaca Teixeira (1992, p. 145): “Lavras do Sul, sabidamente, é um município que possui excelentes terras para o cultivo e exploração da fruticultura. Historicamente está comprovada a fertilidade do nosso solo, adequado que é para a cultura de pomares e de árvores frutíferas”. As atenções econômicas da região sempre estiveram muito voltadas para a exploração do ouro especificamente em Lavras do Sul e para a pecuária, deixando a agricultura em segundo plano.

5.2.3.1.1 Geofácie Balneário do Paredão

A geofácie Balneário do Paredão assenta-se sobre o Granito Lavras do Sul ou Complexo Granítico Jaguari – Lavras do Sul (IBGE, 1986), inserido na Suite Intrusiva Caçapava do Sul. O Granito Lavras, com idade entorno de 670 MA é formado por um corpo granítico de rochas granodioríticas e monzograníticas.

O Balneário do Paredão (figura 49) constitui-se em um dos principais pontos de interesse ecoturístico do Município de Lavras do Sul.



Figura 49 – Balneário do Paredão (Camping Zeferino Teixeira), Lavras do Sul.
Fonte – Trabalho de campo, novembro de (2010).

O Balneário do Paredão abriga o Camping Municipal Zeferino Teixeira e está localizado às margens do Arroio das Lavras que passa dentro do perímetro urbano de Lavras do Sul, abrangendo uma área de 3 ha de extensão. A denominação “Paredão” refere-se na verdade ao muro que forma a Barragem da CORSAN (Companhia Rio-grandense de Saneamento), construída em 1956, que retira do Arroio das Lavras a água que será potabilizada e distribuída à população local. O Camping Zeferino Teixeira possui infra-estrutura completa, com bares, churrasqueiras, cabanas para aluguel, quadras esportivas de areia, área para

camping, banheiros, estacionamento e palco para shows. O local é um dos mais importantes atrativos de Lavras do Sul e durante o verão recebe banhistas de cidades vizinhas que chegam à Lavras para aproveitar as férias e o Carnaval de Lavras do Sul.

5.2.3.1.2 Geofácia Afloramentos do Ibaré

A geofácia Afloramentos Ibaré assenta-se sobre o Complexo Cambaí (IBGE, 1986) e sobre a Suíte Intrusiva Ramada (IBGE, 1986). O complexo Cambaí é formado por uma associação diversificada de rochas com ampla ocorrência de ganisses, mármore, migmatitos, xistos e granitos associados. A Suíte Intrusiva Ramada, formada por granitos e alcalino-feldspato, granitos de coloração cinza-claro e róseo, com idades em torno de 535 MA.

Esta geofácia individualiza-se pela ocorrência de uma significativa área de afloramentos de rochas graníticas, localizadas às margens da estrada de acesso a Vila do Ibaré (figura 50), localizada no município de Lavras do Sul, na divisa com o município de São Gabriel.



Figura 50 – Afloramentos rochosos, próximos a Vila Ibaré, em Lavras do Sul.

Fonte – Trabalho de campo, novembro de 2010.

No interior de algumas propriedades privadas, localizadas neste distrito, também ocorrem outros afloramentos com as mesmas características. As coxilhas e pequenos morros cobertos por afloramentos rochosos e por uma vegetação herbáceo-arbustiva tornam-se ainda mais interessantes na primavera devido à grande quantidade de plantas leguminosas do gênero *Mimosa* (*Leguminosae mim*) (IBGE, 1992). O aspecto rústico destes campos, cobertos por afloramentos, recebe

um tom delicado dado pelo colorido desta planta que ocorre em abundância nestes campos.

A Vila Ibaré possui um grande prédio (figura 51 a) construído para abrigar um engenho de armazenamento de grãos, que teve sua construção paralisada. O prédio teria capacidade suficiente, caso fosse acabado e adaptado, para abrigar um hotel ou pousada, bem como restaurantes e salas para a comercialização do artesanato produzido pela população local. Além disso, a Vila Ibaré possui uma praça que poderia ser utilizada para a montagem de feiras e exposições em dias comemorativos, como os rodeios realizados anualmente e outras antigas moradias (figura 51 b) que se encontram abandonadas e que também podem ser adaptadas.

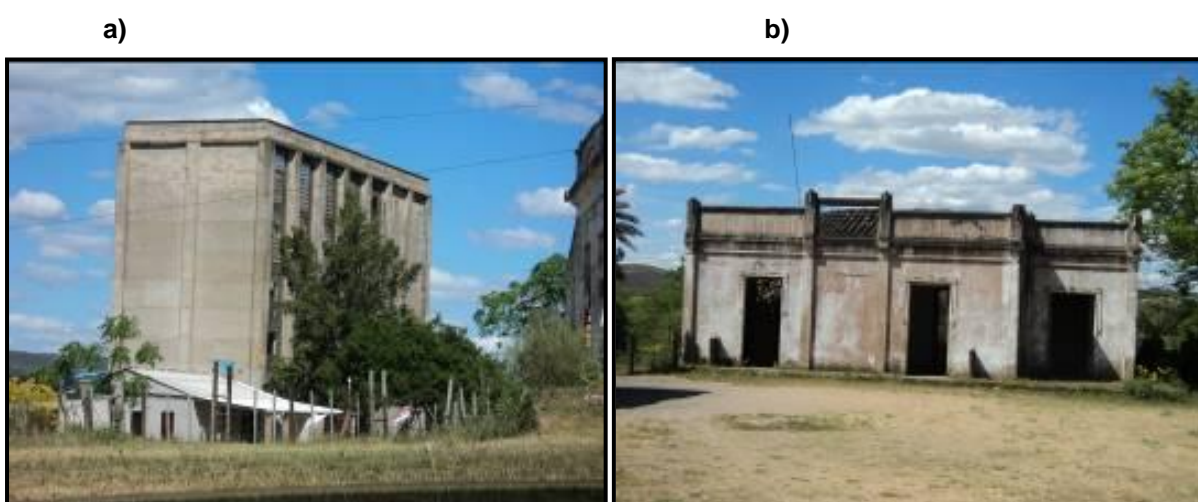


Figura 51 – Vila Ibaré, 2º Distrito de Lavras do Sul: **a)** Prédio para armazenamento de grãos abandonado e **b)** Casa abandonada por antigos moradores.

Fonte – Trabalho de campo, novembro de 2010.

5.2.3.2 Geossistema de Solos Podzólicos e Savana-Estépica Arborizada

A vegetação é descrita como Savana-Estépica Arborizada, composta por grupos arbóreos de porte baixo dispersos, predominando também plantas nanofanerófitas e leguminosas (IBGE, 1992). A fisionomia dada pela vegetação a esta paisagem é considerada típica da Região da Campanha. Na zona situada às margens do Taquarembó, já quase na confluência com o Rio Santa Maria, ocorrem campos cobertos com gramíneas e baixadas extensas com uma variedade de espinilhos (*Acacia Caven*).

Os solos que predominam são Podzólicos. Este geossistema é marcado pelas atividades pastoris com a criação de bovinos e ovinos de corte como a principal

atividade econômica. A agricultura é representada pela produção de arroz, soja, milho, trigo e sorgo.

5.2.4 Sub-região Natural Planaltos Vulcânicos e de Acumulação Fluvial de Dom Pedrito

Esta sub-região corresponde às planícies e coxilhas que compõem as bacias hidrográficas do rio Negro e do rio Santa Maria, compondo uma paisagem típica dos campos da Campanha, com uma configuração da paisagem bem menos acidentada, marcada pela suavidade dos campos de coxilha. As rochas sedimentares compõem o substrato predominante. Abrange os municípios Dom Pedrito e Hulha Negra, oeste de Lavras do Sul e sudoeste do município de Bagé. A vegetação natural é composta pela Savana-Estéptica Gramíneo-Lenhosa, também denominada de campo espinhoso (IBGE, 1992). Esta vegetação apresenta características florísticas e fisionômicas bem típicas, tais como, um extenso tapete graminoso entremeado por plantas lenhosas-espinhosas, como a *Acacia caven* (conhecida como espinilho).

O uso do solo é predominantemente agropecuário com a produção de arroz e soja, principalmente em áreas de várzeas e a criação de ovinos e bovinos predominando em áreas de coxilha. Estas atividades econômicas representam uma herança cultural advinda das diferentes etnias que colonizaram este território, primeiramente por portugueses, espanhóis e colonos italianos e alemães. Os açorianos introduziram a pecuária e os imigrantes alemães e italianos trouxeram os costumes ligados ao plantio das lavouras. Inicialmente a lavoura era uma atividade secundária nas estâncias, sendo realizada pela atuação de arrendatários (imigrantes vindos de região de colonização alemã e italiana do Rio Grande do Sul). Ocorre o predomínio de grandes propriedades, com extensas áreas de campo nativo com rotação de pastagens e áreas de várzeas ocupadas com lavouras.

5.2.4.1 Geossistema de Topos de Coxilha

O Geossistema de Topos de Coxilha caracteriza-se por áreas mais elevadas que cercam áreas deprimidas em torno dos afluentes dos rios Santa Maria e Rio Negro. A configuração da macro-estrutura natural da paisagem é formada pela Depressão do Rio Ibicuí-Rio Negro formando uma bacia de coberturas sedimentares de acumulação fluvial. Esta bacia sedimentar, formada a partir de derrames

vulcânicos sobrepostos diretamente aos sedimentos marinhos, proporciona o aparecimento de Planossolos. Geologicamente predominam os arenitos, os lamitos cinza escuro a negros e argilitos.

Os contornos suaves e arredondados das coxilhas permitem o desenvolvimento da pecuária como principal atividade econômica com a criação de bovinos e ovinos, em campos cobertos com gramíneas, compostas e leguminosas de diferentes espécies, que oferecem boas condições de pastejo.

5.2.4.2 Geossistema de Várzeas e Áreas Agricultáveis

O Geossistema de Várzeas e Áreas Agricultáveis, formado a partir de planícies de inundação e terraços cobertos por depósitos aluvionares, oferece um condicionamento natural favorável ao desenvolvimento da agricultura e da mecanização agrícola, proporcionado também pela ocorrência de Planossolos e Solos Brunizém. Geologicamente estas áreas são formadas por areias, cascalheiras, e sedimentos siltico-argilosos. Os principais cultivos destas áreas de várzeas são o arroz e a soja realizados em médias e grandes propriedades. Outra característica deste geossistema, ligado ao uso do solo é a grande quantidade de represamentos artificiais (barragens ou açudes), utilizados para a irrigação das lavouras e para a criação de gado, já que em algumas propriedades estas atividades são desenvolvidas conjuntamente.

A vegetação natural é também composta pela Savana-Estépica Gramíneo Lenhosa e pela ocorrência de formações vegetais pioneiras (vegetação com influencia fluvial e/ou lacustre) junto aos cursos d' água. Ocorre neste geossistema uma intensa utilização dos recursos naturais a partir da utilização do solo para o desenvolvimento da agricultura, resultando em uma degradação das condições de vida para a fauna e flora local, principalmente em áreas de Preservação Permanente (APPs). A necessidade de proteção da diversidade natural, principalmente da biodiversidade destes campos é notória, necessitando de uma regulação de níveis mínimos de utilização do solo nas áreas de APPs.

5.3 A Necessidade de Conservação de uma Paisagem Negligenciada: os Geoparques

Embora a diversidade de feições geológico-geomorfológicas seja uma constante na configuração da paisagem natural do Alto Camaquã, preocupa a falta de formas de proteção dos afloramentos rochosos e geofomas, que merecem atenção especial por parte do poder público e da comunidade científica, por apresentarem características naturais importantes a serem conservadas. Entre as possíveis alternativas para a conservação, valorização e divulgação do patrimônio geológico-geomorfológico, aliada à diretriz de se promover o turismo sobre bases sustentáveis, destaca-se a criação de geoparques.

A criação de um geoparque está vinculada a uma marca, um selo atribuído pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) a um território onde se individualizam sítios geológicos, geomorfológicos, mineralógicos, espeleológicos, paleontológicos e/ou arqueológicos, que possuam características singulares, estando em sintonia com a conservação dos elementos da geodiversidade.

Schobbenhaus Filho (2010 p. 4) salienta que:

A filosofia subjacente ao conceito de Geoparques foi introduzida pela primeira vez na Convenção de Digne, França, com a "Declaração dos Direitos à Memória da Terra", assinada por especialistas de mais de 30 nações em 13 de junho de 1991, apontando que é chegada a hora de proteger o nosso patrimônio natural registrado nas rochas e paisagens, ou seja, o nosso patrimônio geológico. O conceito de Geoparques representaria uma resposta direta como um meio de proteger e promover o patrimônio geológico e o desenvolvimento sustentável local, por meio de uma rede global de territórios possuindo uma geologia de valor destacado.

A iniciativa de proteção deste tipo de patrimônio natural nasce a partir do grande número de pedidos que a UNESCO recebeu do mundo inteiro, durante anos recentes, de instituições geológicas, geocientistas e organizações não-governamentais, refletindo a necessidade de uma iniciativa global para promover áreas do patrimônio geológico (CPRM, 2011).

Em 1997, representando uma resposta direta à Convenção de Digne, a Divisão de Ciências Ecológicas e da Terra da UNESCO introduziu o conceito de um Programa de Geoparques para apoiar os esforços nacionais e internacionais de conservação do patrimônio geológico-geomorfológico (SCHOBHENHAUS FILHO, 2010). Entretanto a divulgação dos geoparques alcançou grande notoriedade apenas com a criação da Rede Européia de Geoparques, em 2000 e, em seguida, com a criação da Rede Mundial de Geoparques da UNESCO em 2004.

Atualmente, a Rede Mundial de Geoparques congrega 77 geoparques reconhecidos no mundo, distribuídos em 25 países (CPRM, 2011). O Brasil é o único país das Américas que possui um geoparque integrado à rede internacional de geoparques, denominado Geoparque do Araripe, localizado no estado do Ceará, com uma área aproximada de 5.000 km².

Com base na descrição do Projeto Geoparques do Serviço Geológico do Brasil – CPRM (2011), um geoparque sob a assistência da UNESCO deve:

(i) preservar o patrimônio geológico para futuras gerações utilizando métodos de excelência em conservação. Medidas de proteção adequadas devem ser asseguradas pela autoridade de gestão do geoparque, em colaboração com os serviços geológicos, as universidades e outras instituições importantes;

(ii) educar e ensinar ao grande público sobre temas geológicos e conceitos ambientais e prover meios e apoiar a investigação científica para as geociências em cooperação com as universidades; organizar atividades para o público e dar apoio logístico na comunicação do conhecimento geocientífico e dos conceitos ambientais, através de centros de informação, museus, visitas guiadas, materiais de divulgação, mapas, painéis, entre outros (educação ambiental);

(iii) assegurar o desenvolvimento sustentável através do turismo, reforçando a identificação da população com sua região, promovendo o respeito ao meio ambiente e estimulando a atividade sócio-econômica com a criação de empreendimentos locais, pequenos negócios, indústrias de hospedagem e novos empregos. Gerar novas fontes de renda para a população local e a atrair capital privado.

Para a UNESCO, um geoparque é uma área delimitada que tenha significativas exposições geológicas, paleontológicas ou geomorfológicas e que seja grande o suficiente para o desenvolvimento sustentável e que haja uma população no seu interior a qual, necessariamente, deverá ser beneficiada com a sua criação.

A iniciativa de proteção da geodiversidade através da criação de um geoparque deve vir atrelada a iniciativas de educação e desenvolvimento territorial sustentável, principalmente através do turismo. Os projetos educacionais se constituem em uma iniciativa necessária para a criação de um geoparque, por isso,

em praticamente todos geoparques existe um museu, vários locais de visitação (geossítios), ampla produção de folhetos, publicações, materiais didáticos, documentários, painéis interpretativos e programas educacionais relacionados às geociências (BOGGIANI, 2010).

Em princípio, um geoparque representa um território que é suficientemente grande para gerar atividade econômica - notadamente através do turismo - promovendo a Educação Ambiental, o treinamento e desenvolvimento de pesquisa científica nas várias disciplinas das Ciências da Terra, incentivando políticas de desenvolvimento sustentável (CPRM, 2011). Schobbenhaus Filho (op cit, p. 5) enfatiza ainda que:

Um geoparque não é uma unidade de conservação, nem é uma nova categoria de área protegida, mas oferece a possibilidade de associar a proteção da paisagem e dos monumentos naturais com o turismo e o desenvolvimento regional. A ausência de um enquadramento legal de um geoparque é razão do sucesso dessa iniciativa em nível mundial.

Embora um geoparque não se constitua em uma Unidade de Conservação, como as propostas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado pela Lei nº. 9.985 no ano 2000, nada impede que o território compreendido por um geoparque passe a englobar UCs previstas pelo SNUC, como por exemplo, as categorias de Monumentos Naturais, Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) ou áreas tombadas pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ou ainda, áreas protegidas e criadas pela UNESCO, como Patrimônios da Humanidade e Reservas da Biosfera.

A elaboração do projeto de criação de um geoparque segue uma série de etapas e deve ser proposto por autoridades públicas, comunidades locais e interesses privados, agindo em conjunto. Após um estudo aprofundado, o projeto poderá candidatar-se à Rede Global de Geoparques, através do encaminhamento de um dossiê (*application dossier*) ou documento de candidatura à Divisão de Ciências Ecológicas e da Terra (*Division of Ecological and Earth Sciences*) da UNESCO. A proposta é submetida a uma avaliação que inclui uma visita *in loco* de auditores indicados pela UNESCO (SCHOBHENHAUS FILHO, 2010).

É válido ressaltar também que o reconhecimento de um determinado território como geoparque não é permanente, sendo periodicamente revisto. Se a área não vem cumprindo as funções previstas para um geoparque, pode perder o título da

UNESCO (BOGGIANI, 2010). Além disso, cada Geoparque deve ser gerido por uma estrutura clara e bem definida, organizada de acordo com a legislação nacional do país onde se insere (PEREIRA, 2010), devendo fazer parte da rede global (*International Network of Geoparks*) para poder compartilhar experiências em relação à geoconservação e aos projetos educacionais e ao desenvolvimento sustentável através do turismo.

Os geoparques fazem parte de uma estratégia global para estimular o conhecimento da geodiversidade, a geoconservação e o desenvolvimento de novas alternativas de desenvolvimento, principalmente através do ordenamento territorial e das atividades relacionadas ao turismo de natureza. O inventário da geodiversidade e a seleção de sítios representativos da história geológica de um determinado local (geossítios) constituem o primeiro passo para a determinação do patrimônio geológico-geomorfológico, que por sua vez, formará as bases para a geoconservação e para o desenvolvimento de atividades turísticas.

No Brasil, o Projeto Geoparques é coordenado pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM), que objetiva identificar, classificar, descrever, catalogar, georreferenciar e divulgar locais de interesse e com potencial para a criação de geoparques no país, bem como definir diretrizes para seu desenvolvimento. Estas atividades devem ser desenvolvidas em conjunto com as universidades, órgãos ou entidades federais e estaduais, que tenham interesses comuns, e em consonância com os interesses das comunidades locais. Desde 2006 a CPRM vem estudando o patrimônio geológico brasileiro com potencial para a criação de geoparques e atualmente conta com vários projetos em áreas potenciais, que encontram-se em diferentes fases de execução. Através do mapa “Projeto Geoparques 2009-2010” (figura 52), podemos observar algumas propostas que estão sendo avaliadas pela CPRM.

Dentro dos princípios da geoconservação, o Brasil conta também com a SIGEP¹¹ (Comissão Brasileira dos Sítios Geológicos e Paleobiológicos), criada em 1997, a partir da necessidade de uma participação brasileira mais efetiva dentro do

¹¹ A SIGEP é representada pelas seguintes instituições: Academia Brasileira de Ciências-ABC, Associação Brasileira para Estudos do Quaternário-ABEQUA, Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN, Petróleo Brasileiro SA - Petrobras, Serviço Geológico do Brasil-CPRM, Sociedade Brasileira de Espeleologia-SBE, Sociedade Brasileira de Geologia-SBG e Sociedade Brasileira de Paleontologia-SBP.

“Grupo de Trabalho de Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Patrimônio Mundial” para compor a Lista de Dados Global de Sítios Geológicos (Geosites).

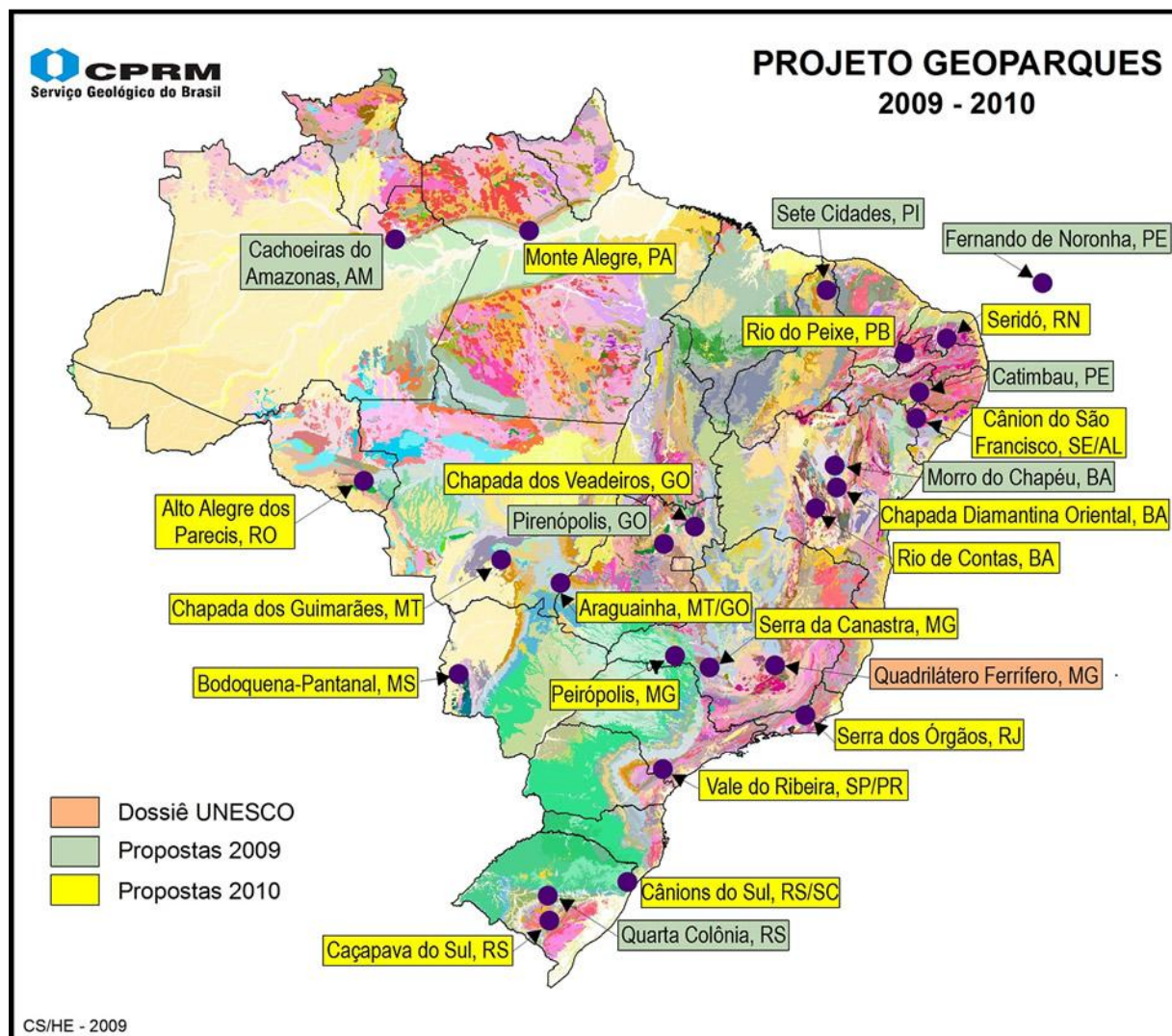


Figura 52 – Localização das propostas do Projeto Geoparques/CPRM 2009-2010.

Fonte – Geoparque Quarta Colônia/RS (proposta). Disponível em:

<<http://www.cprm.gov.br/geocoturismo/geoparques/quartacolonia/introducaocolonia.html>>.

A SIGEP possui a atribuição de gerenciar um banco de dados nacional de geossítios, disponibilizando em seu *site* da Internet, sob a forma de artigos científicos bilíngues (português e inglês), elaborados por especialistas que trabalharam nas áreas dos sítios cadastrados, como forma de divulgação e como forma de conservação/preservação de sítios que estejam em risco ou processo de depreciação. Para isso, deve incentivar pesquisadores e instituições à proposição de sítios e avaliar as propostas. A inclusão na lista da SIGEP, não significa uma indicação ao Projeto Geoparques da UNESCO; entretanto, atua em sintonia com os

princípios da geoconservação, tendo como foco principal o levantamento dos mais importantes sítios geológicos e paleontológicos do Brasil.

No RS foram levantados alguns geossítios, com especial capacidade de se transformarem em geoparques, segundo determinadas categorias. Dentre eles, destacam-se as Minas do Camaquã (história da mineração), Ametista (mineralógico, ígneo, geomorfológico), Floresta Petrificada (Paleontológico) e Aparados da Serra (geomorfológico, ígneo, beleza cênica). Entretanto, outros geossítios do RS estão incluídos nas publicações da SIGEP.

Alguns dos sítios descritos ou em fase de descrição apresentam características de geoparques, porém nem todos os sítios estudados chegaram ou possuem a intenção de compor uma proposta formal de geoparque. O trabalho do Projeto Geoparques do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) deverá ser sintonizado com as atividades de levantamento e descrição de geossítios da SIGEP, da mesma forma que outras iniciativas similares.

Em estudos recentes, alguns pesquisadores com o apoio da SIGEP vêm propondo o reconhecimento de geossítios no Alto Camaquã, a exemplo do sítio das Guaritas, de caráter sedimentar e especial relevância geomorfológica, além do já citado geossítio das Minas do Camaquã. Embora estas áreas em estudo apresentem um grande potencial em relação à história da mineração ou em relação a suas características sedimentares, salienta-se que na verdade, toda a área das Minas de Camaquã e circunvizinhanças que compõem o território do Alto Camaquã apresentam potencial para reivindicar um projeto em conjunto de conservação da paisagem por meio de um geoparque.

A possibilidade de criação de um geoparque abrangendo e protegendo o patrimônio geológico-geomorfológico presente nesta paisagem, além de garantir a preservação de parte da história evolutiva da Terra, pode contribuir significativamente para a complementação da renda das comunidades receptoras através do desenvolvimento de um turismo de baixo impacto, como o Ecoturismo.

A beleza cênica e a importância científica do conjunto de formações geológico-geomorfológicas encontradas no Alto Camaquã acarretou, recentemente, na sua incorporação à Associação Internacional de Montanhas Famosas (*World Famous Mountains Association* – WFMA), criada em 2009, com o objetivo de compartilhar experiências de desenvolvimento econômico, promoção do turismo e

proteção ambiental. A candidatura¹² do “Camaquã Highlands”, como ficou conhecida, foi aceita pelos organizadores do II Congresso das Montanhas Famosas, realizado em Jiujiang, na China, em outubro de 2010. No evento, o Alto Camaquã recebeu um diploma de certificação (figura 53), com validade até o próximo congresso, que deverá ser realizado em Portland (EUA) em 2011.



Figura 53 – Título concedido pela Associação Internacional de Montanhas Famosas ao Alto Camaquã (5º, da direita para esquerda, pesquisador Marcos Borba, representante do Alto Camaquã no evento).

Fonte – (<<http://www.embrapa.gov.br/imprensa/noticias>>).

Entre os possíveis geossítios abrangidos dentro de um futuro projeto de geoparque no Alto Camaquã, as Guaritas e as Minas do Camaquã, possuem um maior potencial, devido às características geológico-geomorfológicas apresentadas. Entretanto, outros geossítios ainda não descritos pela SIGEP como os afloramentos rochosos e geoformas da Vila do Segredo, da Casa de Pedra e do Rincão do Inferno também precisam ser descritos a fim de compor a lista da SIGEP. Analisando o mapa de unidades de paisagem do Alto Camaquã, podemos observar uma grande

¹² A indicação do Alto Camaquã para compor a Associação Internacional de Montanhas Famosas se deu em função da rede de cooperação criada pelo “Projeto Alto Camaquã”, desenvolvido pela EMBRAPA Pecuária Sul, através da Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã (ADAC).

concentração de afloramentos rochosos de excepcional beleza cênica e importância geológico-geomorfológica na Sub-região Natural Planaltos Rebaixados de Caçapava do Sul, sendo está a porção do território que mais se identificaria com as potencialidades para a reivindicação de um Projeto de geoparque.

O Ecoturismo, por excelência, tem como princípio fundamental o aproveitamento sustentável do patrimônio natural, promovendo a conscientização em relação à necessidade de protegermos nossas riquezas naturais, históricas e culturais, principalmente através da interpretação e da Educação Ambiental. Este tipo de turismo tem crescido rapidamente nos últimos anos, já que os turistas de natureza procuram destinos certificados, como por exemplo, os Geoparques sob os auspícios da UNESCO. Neste sentido, a idéia de criar um Geoparque no Alto Camaquã encaixa-se nos princípios da política de ordenamento ligada ao desenvolvimento e revitalização dos territórios, promovendo a conservação da paisagem e a valorização dos recursos endógenos através do turismo, desenvolvido sobre bases sustentáveis.

A criação de um Geoparque no Alto Camaquã pode oferecer ao território uma chance para as comunidades locais interpretarem a riqueza natural, histórica e cultural da qual dispõem, aproveitando este potencial para a realização de atividades ligadas ao Ecoturismo. Assim, acreditamos que as particularidades existentes na relação estabelecida entre homem-natureza no Alto Camaquã, citadas anteriormente, devem continuar sendo preservadas, e ainda resgatadas, para impedir que processos de desenvolvimento exógenos sejam adotados e implantados sem a devida preocupação com as especificidades sociais e naturais.

5.4 O Potencial Ecoturístico Atualmente Aproveitado

O Projeto de Regionalização Turística, elaborado pela Secretaria Estadual de Turismo do RS (SETUR/RS), inclui o Alto Camaquã dentro da Região Turística do Pampa e da Microrregião Turística da Campanha Gaúcha¹³. Dentro desta regionalização turística a SETUR/RS trabalha com a divulgação da Rota do Pampa, com destaque para o roteiro “Caminho Farroupilha”, que abrange os municípios da

¹³ A Microrregião Turística da Campanha Gaúcha engloba os municípios de Aceguá, Bagé, Candiota, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Lavras do Sul e Hulha Negra.

área em estudo. São ressaltadas as características da cultura gaúcha ligadas ao Bioma Pampa e a figura do gaúcho que habita a região da Campanha.

Além dessa peculiaridade é enaltecido o resgate da história da formação das estâncias, das charqueadas, das lidas nos campos e da produção pecuária, da Revolução Farroupilha e Federalista, das características ambientais do Pampa, da hospitalidade do povo gaúcho e sua cultura.

Ao se referir à riqueza de atrativos turísticos do Escudo Sul-Rio-Grandense, sobre o qual se assenta parte do território do Alto Camaquã, a SEPLAG (2008, p. 80) considera que:

A região apresenta aspectos históricos muito relevantes tais como: pequenos sítios de quilombolas e áreas de batalhas ligadas à Revolução Farroupilha, que deveriam ser mais ressaltadas a fim de contribuir para os roteiros turísticos. O turismo é um grande potencial, destacando-se os imensos enclaves de formações geológicas de incomparável beleza cênica, aliados ao rico patrimônio histórico da maior parte dos municípios da Área. Na região ocorreram fatos relevantes da história do continente sul americano.

Embora a SETUR/RS divulgue a microrregião da Campanha e a imagem do Pampa gaúcho como um importante destino turístico dentro do Rio Grande do Sul, a infra-estrutura para recepção aos turistas, ainda é considerada deficiente em diversos aspectos. A riqueza de atrativos naturais e histórico-culturais dessa porção do território gaúcho é divulgada pelos meios de comunicação, porém apresenta um potencial ainda pouco conhecido e estudado.

O desenvolvimento do Ecoturismo no Brasil seguiu o caminho natural da visitação a Áreas Naturais Protegidas por lei como, por exemplo, Parques Nacionais e Estaduais, Reservas particulares do Patrimônio Natural, entre outras. Entretanto, no Alto Camaquã essa particularidade não é observada já que praticamente a totalidade dos pontos naturais de interesse para o Ecoturismo está localizada em propriedades privadas, que realizam a agropecuária como principal atividade econômica. A única exceção é o Parque Municipal da Pedra do Segredo, que conforme o exposto anteriormente, se constitui em uma das únicas áreas de proteção, estabelecidas por lei, para o território do Alto Camaquã.

A realização de trilhas de caminhada (*trekking*) é a principal atividade desenvolvida, seguida das atividades de escalada e rapel praticadas por montanhistas de todo o Estado que procuram os paredões de rocha conglomerática, para a prática da atividade, e como forma de contato com meio natural. Entretanto, à

exceção novamente do Parque Municipal da Pedra do Segredo, localizada na Vila do Segredo, não há registros de trabalhos de Educação Ambiental e de orientação por parte de guias especializados para o desenvolvimento do Ecoturismo nestes locais.

Na Pedra do Segredo as visitas podem ser agendadas com guias da ONGITA (Organização Não-governamental Interação de Trabalhos Ambientais), formada por pesquisadores, professores e alunos, da Universidade Regional da Campanha (URCAMP) de Caçapava do Sul, que além de atuarem como guias e como gestores do Parque Municipal da Pedra do Segredo, desenvolvem trabalhos de Educação Ambiental em trilhas junto a alunos da Rede Pública de Ensino. Para entrar no Parque é cobrada uma taxa de dois reais por visitante. Há uma casa que serve de abrigo ao guarda que faz a vigia do local e a comercialização de água para os visitantes.

No Camping Galpão de Pedra, também localizado na Vila do Segredo, há infra-estrutura completa para acampar, com banheiros, churrasqueira, luz elétrica e fornecimento de refeições como café da manhã, almoço e jantar, preparados pelos donos do Camping. No Camping é adotado o sistema de estadia a uma taxa de quinze reais por pessoa. A temporada de visitação é aberta permanentemente.

As Guaritas e a Vila Minas do Camaquã também apresentam estruturas para a recepção dos turistas. Nas guaritas, a comunidade local se organizou em torno da “Associação dos Moradores das Guaritas”. A sede da associação, localizada as margens da RS-625 que liga Caçapava do Sul às Minas do Camaquã, possui infra-estrutura para eventos, “o Galpão Crioulo das Guaritas”, banheiros e um espaço para a comercialização de produtos agropecuários e do artesanato local. Caso se pretenda realizar refeições na sede da Associação, é necessário agendamento prévio. É possível a realização de trilhas percorrendo os arredores do local com a presença de algum componente da Associação, sendo cobrada a taxa de um real por pessoa.

Já a Vila Minas do Camaquã, como apresentado anteriormente, apresenta uma infra-estrutura completa, com restaurantes, hotel, pousada, hospital, salão de eventos da comunidade (Cine Rodeio), praça, igreja, escola, clube, ginásio, CTG, supermercado, posto de combustível, entre outras estruturas. Muitas das antigas casas dos trabalhadores foram vendidas e hoje se constituem em segunda residência de famílias de Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista ou de Bagé, que

passam férias e finais de semana no local. Na vila pode ser realizada uma visita às antigas minas de exploração do cobre, guiada por um antigo trabalhador que hoje investe no setor de hospedagem e de alimentação, após adquirir inúmeros prédios na vila. Quanto aos atrativos naturais, não há guias nem roteiros pré-estabelecidos para visitação, ficando a cargo do próprio turista o roteiro de passeio a ser seguido. Durante o verão, a antiga Barragem do Arroio João Dias e a “prainha” situada às margens do rio e ao sopé da Pedra da Cruz, são utilizadas como área de camping, banho e pesca, pelos turistas.

Nos demais pontos levantados durante a pesquisa, não são oferecidas estruturas de apoio aos turistas, nem qualquer taxa de visitação é cobrada. No Rincão do Inferno, localizado em Bagé e na Gruta da Varzinha em Caçapava do Sul, os próprios proprietários se dispõem a servir como guias na realização das trilhas, sem qualquer cobrança pela gentileza e hospitalidade prestadas.

Além do Ecoturismo, o Turismo em Espaço Rural (TER) é uma das principais tipologias de turismo, desenvolvidas nos municípios que compõem a Microrregião Turística da Campanha. A visitação é realizada em propriedades rurais que realizam a agropecuária como principal atividade econômica e que possuem como forma complementar de renda o TER. Na área em estudo, se destacam algumas pousadas rurais nos municípios de Bagé, Lavras do Sul e Caçapava do Sul.

Em Bagé, a Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento elaborou dentro da Rota do Pampa, quatro roteiros turísticos: o Caminho Farroupilha, que passa por locais e estâncias que fizeram parte da Revolução Farroupilha; o Histórico-Arquitetônico, que destaca os sobrados, palacetes, museus, a Vila Santa Thereza, entre outros atrativos da área urbana; o Ecológico, que destaca as belezas naturais da região das Palmas, como a Casa de Pedra e o Rincão do Inferno; e o Roteiro Rural, que abarca as antigas fazendas do município e as atividades agropecuárias que desenvolvem.

Em Lavras do Sul, também a Secretaria Municipal de Turismo vem trabalhando na elaboração de roteiros rurais em propriedades do distrito de Ibaré, incluindo desde a realização de trilhas ecológicas em meio aos afloramentos rochosos até visitas aos grupos que trabalham com tecelagem de lã em suas propriedades.

5.5 Número de Atrativos Naturais e Potencial de Atração Ecoturística

A análise do mapa de unidades de paisagem do Alto Camaquã permite-nos afirmar que a grande maioria dos atrativos naturais de efetivo interesse para o Ecoturismo, se encontra distribuída dentro da Sub-região Natural Planaltos Rebaixados de Caçapava do Sul. Dentro desta Sub-região, encontram-se dois geossistemas: o Geossistema de Solos Podzólicos e Uso Agropecuário, que apresenta cinco geofácies e o Geossistema Solos Rasos, Arborizados e Afloramentos que apresenta quatro geofácies.

Observando a delimitação das geofácies e o limite territorial dos municípios, podemos constatar que o município de Caçapava do Sul é o que apresenta o maior número de atrativos naturais com um total de sete geofácies identificadas (sendo que as Guaritas e as Minas do Camaquã e os afloramentos da Vila do Segredo e da Vila São José foram incluídos dentro da mesma geofácia). No município de Bagé e em Lavras do Sul, foram identificadas duas geofácies. Já nos municípios de Dom Pedrito e Hulha Negra, não foram identificadas geofácies. Destaca-se que o levantamento realizado por esta pesquisa englobou atrativos naturais especialmente ligados a aspectos do patrimônio geológico-geomorfológico do Alto Camaquã.

Ao compararmos o levantamento de geofácies e os mapas temáticos sobre os atrativos turísticos naturais, apresentados no relatório da silvicultura da FEPAM (2007), podemos observar uma grande semelhança entre os dados obtidos entre os dois mapeamentos.

O “Mapa de Caracterização do Potencial Turístico dos Municípios do RS – número de atrações”, apresentado no relatório da silvicultura realizado pela FEPAM (2007) (figura 54), trás o número de atrativos turísticos por município do RS, através do estabelecimento de classes com a quantidade mínima e máxima de atrativos naturais identificados. Analisando o mapa, podemos observar que Hulha Negra, figura como um dos municípios do RS que não apresentam atrativos turísticos. O município de Dom Pedrito é o que apresenta o menor número de atrativos, situados em uma escala que vai de 1 a 3 atrativos. Já os municípios de Bagé e Lavras do Sul apresentam uma escala que vai de 3 a no máximo 6 atrativos turísticos. O município de Caçapava do Sul é o que apresenta o maior número de atrativos, situados na escala de 7 a 14 atrativos.

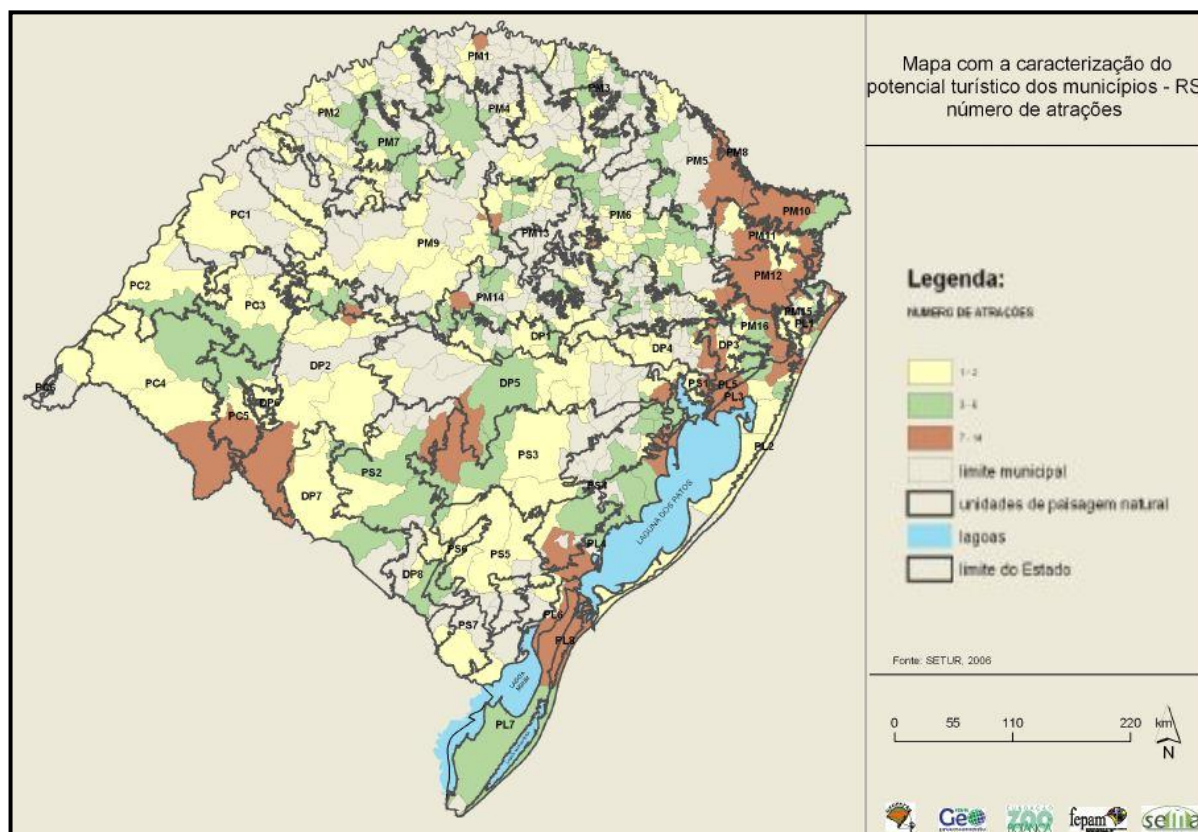


Figura 54 – Mapa com a caracterização do potencial turístico dos municípios do RS – número de atrações.

Fonte – FEPAM, (2007).

Já o “Mapa de Caracterização do Potencial Turístico dos Municípios do RS – valoração das atrações”, também apresentado no relatório da silvicultura realizado pela FEPAM (2007) (figura 55), trás uma valoração das atrações turísticas por município do RS, permitindo a análise da valoração dos atrativos dos municípios que compõem o Alto Camaquã. Através do mapa, podemos observar que o município Hulha Negra não chega a receber pontuação, já que, como constatado no mapa de números de atrações, foi classificado na escala que não apresenta pontos turísticos. O município de Dom Pedrito recebe a menor pontuação, que vai de 1 a 11 pontos. Já os municípios de Lavras do Sul e de Bagé recebem uma pontuação de 12 a 27. O município de Caçapava do Sul é o que apresenta a maior pontuação, que vai de 28 a 83 pontos.

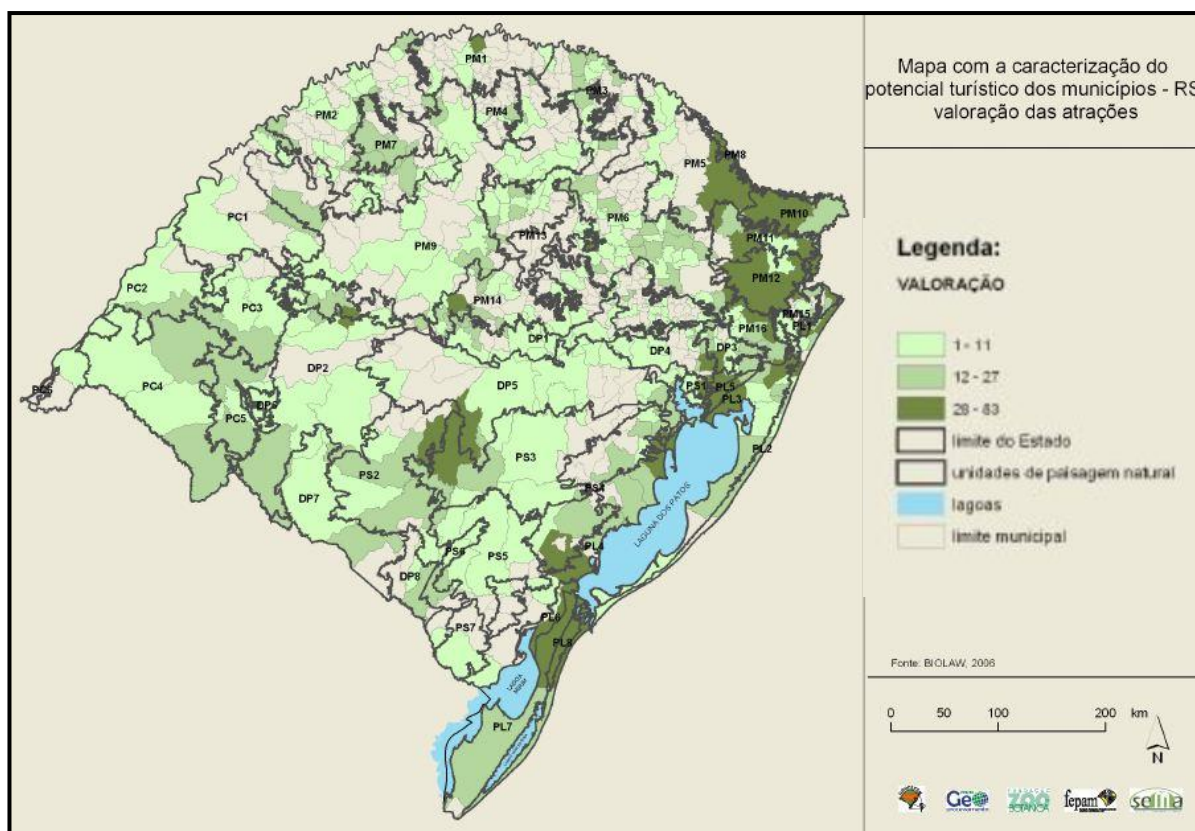


Figura 55 – Mapa com a caracterização do potencial turístico dos municípios do RS – valoração das atrações.

Fonte – FEPAM, (2007).

Através da análise destes dois mapas do relatório da silvicultura da FEPAM (2007) e através da análise dos levantamentos realizados neste trabalho podemos afirmar que Caçapava do Sul é o município que apresenta o maior número de atrativos e também o que possui a maior pontuação quanto à valoração de seus atrativos, visto que a grande maioria dos afloramentos rochosos e geofórmulas de grande valor cênico da paisagem do Alto Camaquã se encontram em seu território, sendo também os mais procurados.

Dentro do município de Caçapava identificamos as seguintes geofácies: Guaritas-Minas do Camaquã, Toca das Carretas, Gruta da Varzinha, Cascata do Salso, Morro da Angélica, Vila do Segredo-Vila São José e Arroio Pessegueiro.

O município de Bagé, em particular, apresenta dois importantes pontos naturais de interesse para o Ecoturismo, que são a Geofácia Casa de Pedra e a Geofácia Rincão do Inferno, possuindo a segunda maior pontuação para a valoração de seus atrativos e também a segunda posição quanto ao número de atrativos. Embora não seja um número expressivo de atrativos, o potencial de atração que

estes dois locais possuem é muito significativo, já que tanto a Casa de Pedra quanto o Rincão do Inferno, representam pontos naturais de grande beleza cênica e de grande importância para a conservação, tanto dos aspectos abióticos quanto do ponto de vista da biodiversidade.

Em Lavras do Sul, foi identificada a ocorrência de duas geofácies, a Geofácia Balneário do Paredão e a Geofácia Afloramentos do Ibaré. Este município recebeu a mesma valoração dos atrativos naturais de Bagé, porém os afloramentos rochosos de Bagé possuem uma maior importância e potencial de atração se comparados aos atrativos de Lavras do Sul, principalmente pela magnitude e beleza cênica das formações rochosas.

Já os municípios de Hulha Negra e Dom Pedrito, não apresentam pontos significativos para o desenvolvimento do turismo ligado a aspectos naturais do território, principalmente de fatores ligados a presença de geofórmulas, já que estes municípios apresentam uma topografia mais plana e sem a presença de acidentes geográficos significativos do ponto de vista ecoturístico. Entretanto, possuem aspectos culturais e históricos que fazem parte da história da RS, que podem ser incluídos em roteiros culturais.

5.6 A Infra-estrutura de Apoio ao Turismo

Entre os municípios estudados, o município de Bagé, se destaca como um “município-pólo de atração” pela infra-estrutura urbana oferecida. Este município concentra grande parte dos serviços de educação, saúde e comércio, do qual os municípios vizinhos se utilizam. Bagé é um município que vem cada vez mais atraindo populações de cidades vizinhas em busca de melhores serviços e de atividades comerciais mais qualificadas (PDE, 2011). Esta afirmação pode ser corroborada pela análise da redução significativa dos setores em crise, como da agropecuária e da indústria, que foram, respectivamente de 47,55% e de 28,33%, amortecidos pelo crescimento de 36,66% do setor de serviços (PDE, 2011), que vem crescendo muito nos últimos anos neste município que concentra uma população de 116.794 habitantes (IBGE, 2010), a maior população dos municípios estudados.

Por estar localizada na divisa com o Uruguai, Bagé também atua como uma das “portas de entrada” de turistas que vem da região do prata e que se dirigem a região Metropolitana de Porto Alegre e para o litoral.

Entretanto, conforme destacado no PDE de Bagé (2011, p. 97):

(...) o recorrente desejo de afirmação do turismo como alternativa encontra bases potenciais especialmente no ambiente natural e histórico, mas há poucas opções quanto à estrutura de recepção (hotelaria, restaurantes) e de iniciativas empreendedoras inovadoras.

Dentro do setor turístico, Bagé possui uma atuação de destaque, possuindo a função de promover a articulação entre os municípios da região e aglutinar as lideranças municipais nos Fóruns Estaduais e Regionais de Turismo.

O setor de serviços oferecidos aos turistas como hotéis, restaurantes, lancherias, entre outros estabelecimentos comerciais, pode ser observado através do quadro 3, que apresenta dados disponibilizados pela SETUR/RS (2005).

Com base nos dados fornecidos pela SETUR/RS (2005), podemos observar que Bagé é o município que apresenta a melhor situação em números totais de estabelecimentos que oferecem serviços aos turistas, seguida pelo município de Caçapava do Sul, apresentando um total de 300 e 129 estabelecimentos, respectivamente. Dom Pedrito, ocupa a terceira posição, seguido pelo município de Lavras do Sul, apresentando respectivamente um total de 64 e 21, estabelecimentos. O município de Hulha Negra é o que apresenta o setor de serviços mais deficiente com apenas 4 estabelecimentos, fato que se justifica pela pequena população urbana, bem como pela sua recente emancipação de Bagé. O município de Hulha Negra, com uma população total de 6.043 habitantes (IBGE, 2010), se encontra em fase de estruturação das infra-estruturas básicas de atendimento a população.

A quantidade de hotéis que os municípios dispõem é pouco expressiva, sendo que Hulha Negra e Lavras do Sul apresentam os piores números totais em todas as categorias de serviços ligados à hospedagem, apresentando, respectivamente 1 e 10 estabelecimentos com serviço de hospedagem. Já os municípios de Bagé, Caçapava e Dom Pedrito, possuem um número um pouco maior de estabelecimentos voltados a hospedagem, apresentando, respectivamente, 27, 13 e 11 estabelecimentos com serviços de hospedagem.

Municípios	Estabelecimentos Hoteleiros	Outros Tipos de Alojamento	Restaurantes e Estabelecimentos de Bebidas	Lanchonetes e Similares	Cantinas (Serviços de alimentação Privativos)	Fornecimento de Comida Preparada	Outros Serviços de Alimentação	Atividades de Agências de Viagens e Organizadores de Viagens	Serviços Sociais com Alojamento	Total
Bagé	21	3	88	143	2	5	21	14	3	300
Caçapava do Sul	9	2	49	52	0	0	9	6	2	129
Dom Pedrito	10	0	18	29	1	2	3	0	1	64
Hulha Negra	0	0	0	1	0	1	2	0	0	4
Lavras do Sul	2	0	7	10	0	0	1	0	1	21
Total	42	5	162	235	3	8	36	20	7	521

Quadro 3 – Estabelecimentos comerciais ligados ao turismo.

Fonte – SETUR/RS (2005), disponível em:

<<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php?q=secretaria&p=dow>>.

Pode-se perceber uma disparidade entre os números de estabelecimentos, principalmente entre Bagé e os demais municípios, principalmente em relação à Hulha Negra. Em Caçapava do Sul, a defasagem no setor de hospedagem, pode ser sentida durante todo o ano, já que a diversidade de atrativos naturais que o município apresenta, tem atraído um número crescente de turistas que vem em busca do grande número de belezas naturais do município.

O número de agências de viagens apresenta um total de 20 agências ou organizadores de viagens, sendo observado apenas em Bagé e em Caçapava do Sul. O restante dos municípios não apresenta agências de viagens. Entretanto, a existência de empresas de viagens parece não possuir um papel de destaque,

dentro da filosofia do Ecoturismo, já que o ecoturista está interessado em roteiros livres, diversificados e alternativos e não em uma rotina programada e parecida com a rotina de trabalho que segue diariamente.

A maioria dos pacotes de viagem oferecidos pelas empresas de turismo que trabalham com passeios na natureza possui roteiros programados, com hora marcada para chegada e saída de cada local. Com o crescimento do interesse por passeios realizados em meio à natureza, as empresas de viagem que trabalham com o Ecoturismo ou com o Turismo de Aventura, também tem se multiplicado, porém, atuam voltadas à demanda e cobram altos custos pela realização das viagens.

Os serviços ligados à alimentação apresentam o maior número total de estabelecimentos, tanto por município quanto em relação aos demais serviços. O município de Bagé apresenta um total de 259 estabelecimentos comerciais ligados a serviços de alimentação, sendo seguido pelo município de Caçapava do Sul que apresenta um total de 110 estabelecimentos. Os municípios de Dom Pedrito com 53 estabelecimentos, de Lavras do Sul com 18 estabelecimentos e Hulha Negra com 3 estabelecimentos, são os municípios com os menores números de estabelecimentos ligados a serviços de alimentação.

O quadro 4, apresenta dados atuais da SETUR/RS sobre a capacidade hoteleira em número de unidades habitacionais por município. Cada unidade possui em geral, dois leitos.

Capacidade Hoteleira em Números de Unidades Habitacionais (UH) por Município	
Município	Número de UHs
Caçapava do Sul	151
Bagé	320
Lavras do Sul	45
Dom Pedrito	33
Hulha Negra	---

Quadro 4 – Capacidade Hoteleira em Números de Unidades Habitacionais (UH) por município.
Fonte – SETUR/RS (2011). Dados fornecidos por email.

A análise do quadro 4 permite-nos constatar novamente a disparidade entre os municípios quanto ao setor de hospedagem, já que Bagé novamente se apresenta como o município que possui a maior capacidade hoteleira (320 UHs), seguido pelos municípios de Caçapava do Sul (151 UHs) e Lavras do Sul (45 UHs). O município de Dom Pedrito apresenta apenas 33 unidades habitacionais, enquanto que o município de Hulha Negra não registra nenhuma unidade habitacional, relacionada ao setor de hospedagem. Em relação ao município de Hulha Negra, pode se perceber, através da comparação dos dados da SETUR/RS (2005) e dos dados da SETUR/RS de 2011, que o município continua não oferecendo serviços de hospedagem.

As condições de hospedagem são um fator preponderante para o desenvolvimento do turismo. Nesse sentido, há a necessidade de se pensar nesta questão, principalmente nos municípios onde os atrativos ecoturísticos estão concentrados, como no caso de Caçapava do Sul. No meio urbano, segundo as observações feitas por todas as Secretarias Municipais de Turismo, a infra-estrutura de apoio ao incremento do turismo, principalmente a do setor de hospedagem, é a mais deficiente. A quantidade de hotéis é considerada incipiente, comportando apenas as demandas registradas atualmente. Neste sentido, a idéia de maiores investimentos em publicidade no setor turístico sem a devida atenção com a capacidade hoteleira e do restante da infra-estrutura necessárias para comportar o incremento das atividades turísticas, poderia se tornar um problema para as administrações públicas locais.

Por outro lado, as condições de acesso aos atrativos ecoturísticos, que também se constitui em um aspecto importante na oferta turística pode ser considerada satisfatória, porém, a falta de sinalização turística e de trânsito é recorrente em todos os municípios visitados. As rodovias Federais e Estaduais que dão acesso aos municípios possuem boas condições de tráfego e de conservação. É também através destas rodovias que se faz a maior parte dos trajetos até os atrativos ecoturísticos, sendo que grande parte dos percursos é realizada por vias asfaltadas.

Pequenas distâncias são percorridas por vias não pavimentadas no interior dos municípios. As principais vias de acesso aos locais propostos são: a BR-392 que liga Caçapava do Sul a Santana da Boa Vista, a BRS-153 que liga Caçapava do Sul a Bagé, a RS-625 que liga Caçapava do Sul as Minas do Camaquã, a RS-357

que liga Caçapava do Sul a Lavras do Sul, a BR-293 que liga Bagé a Hulha Negra e Bagé a Dom Pedrito e a BRS-473 que liga Lavras do Sul a Bagé. Destas apenas a RS-625 que liga Caçapava ao 3º distrito denominado Minas do Camaquã e a BRS-473 que liga Lavras do Sul a Bagé não são asfaltadas. Entretanto, são vias que se encontram em boas condições de uso.

Os municípios de Bagé e Caçapava do Sul possuem aeroportos que não operam vôos comerciais regulares. Em Bagé, localizado no Bairro Comandante Kraemer, fica o Aeroporto Internacional Comandante Gustavo Kraemer, habilitado desde 2001 para receber vôos internacionais, principalmente da Argentina e do Uruguai. Os usuários deste aeroporto são, em sua maioria, empresários do centro do país que possuem negócios na região nos setores de criação de cavalos, da produção pecuária e recentemente da produção de uvas e da instalação de vinícolas. Na Vila Minas do Camaquã, há uma pista de pousos para aviões de pequeno porte, construída no início das explorações mineiras.

Embora a infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento do turismo seja deficiente, a realidade destes municípios parece estar despertando para os benefícios que os investimentos em infra-estrutura podem proporcionar não apenas para a população local como também para o incremento do turismo. A necessidade de investir em melhorias para a qualidade de vida das comunidades e de atender melhor aos turistas, tem sido discutida em diversos Fóruns Regionais sobre turismo no Rio Grande do Sul.

Recentemente o Governo do Rio Grande do Sul, através da SETUR/RS, aprovou a liberação de verba para a confecção de placas de sinalização turística do Pampa Gaúcho. Os recursos destinados ao Projeto são do Ministério do Turismo, conquistados através de emenda parlamentar. Para receber a verba era necessário que os municípios apresentassem seus projetos com o levantamento dos pontos turísticos e também que participassem dos Fóruns Regionais do Pampa Gaúcho. Através dessa iniciativa, os municípios de Bagé e Lavras do Sul, receberão as verbas para a confecção e instalação das placas de sinalização viária e turística, conforme os modelos de sinalização disponibilizados pelo Ministério do Turismo¹⁴.

¹⁴ A sinalização turística é orientada através do "Guia Brasileiro de Sinalização Turística", disponibilizado pelo Ministério do Turismo. Os elementos de sinalização devem ser executados de acordo com as normas e/ou regulamentos do Código Brasileiro de Trânsito, do DENIT, do DAER/RS, da EMBRATUR e da ABNT.

O Projeto de Sinalização Viária e Turística elaborado por uma empresa privada abrangerá todo o município de Bagé, Lavras do Sul e região, num raio de 300 km, em seus principais acessos e será coordenado pela Prefeitura Municipal de Bagé através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo. A implantação deste projeto de sinalização visa melhorar a orientação dos visitantes e também divulgar os pontos turísticos destes municípios através da implantação de placas de solo, placas com a indicação dos pontos turísticos, placas semi-pórticos e placas interpretativas, somando um total de investimentos que chega a mais de duzentos mil reais. Nas placas de sinalização para pedestres serão utilizadas para ressaltar patrimônio cultural e o conjunto de manifestações imateriais, bens históricos, artísticos, naturais e arqueológicos, localizadas no perímetro urbano dos municípios.

Em Lavras do Sul estão sendo realizadas obras de adequação da infraestrutura urbana através de projetos apoiados pelo Ministério do Turismo (MTUR). As obras concentram-se no Camping Municipal Zeferino Teixeira e no Bairro Poty Medeiros, que se localiza na entrada da cidade. As melhorias referem-se à construção de espaços de lazer e passeio no Bairro Poty e de remodelagem no Camping Zeferino Teixeira.

Outro aspecto importante a ser observado na análise do potencial ecoturístico é a viabilização de programas de capacitação e preparo da população que trabalha no setor de serviços de recepção aos turistas. Nesse aspecto, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Ministério do Turismo (MTUR) desempenham papel importante junto as Secretarias de Indústria, Comércio e Turismo municipais, ao proporcionarem cursos de capacitação, profissionalização e palestras voltados à população. Em Lavras do Sul, teve destaque a realização do curso para recepção de turistas, baseado no Guia da Hospitalidade criado pelo MTUR realizado em 2010, oferecido gratuitamente e aberto a todos os empresários e profissionais ligados a recepção turística, desde donos de hotéis, pousadas, bares e restaurantes a taxistas e recepcionistas de terminais rodoviários.

Além do preparo dos profissionais ligados a recepção turística é fundamental também, trabalhar com a capacitação dos profissionais de turismo que irão trabalhar diretamente com o Ecoturismo. A maioria dos cursos de capacitação em turismo, estão voltados a recepção turística, deixando de lado aspectos fundamentais para o desenvolvimento do Ecoturismo como a interpretação ambiental e paisagística, a

Educação Ambiental, os princípios de respeito ao patrimônio natural e a própria valoração do patrimônio natural e cultural das próprias comunidades locais. As próprias comunidades locais são preparadas para receber os turistas, mas pouco conhecem e valorizam o patrimônio natural e cultural das localidades onde residem.

Embora a necessidade de melhorias em relação à infra-estrutura seja importante para o desenvolvimento do Ecoturismo e do turismo através de suas diversas tipologias, destaca-se que a melhoria das condições de vida são primordiais para as comunidades locais e não apenas para o desenvolvimento do turismo. A necessidade de investimentos em saneamento básico, em saúde, em deslocamento viário, entre outros serviços dos quais a população depende, são demandas sociais que devem ser atendidas pelo poder público, como forma de melhorar a qualidade de vida das comunidades e não apenas quando o turismo se apresenta como possibilidade de aumentar as arrecadações municipais.

Conforme salienta Mitraud (2001, p. 14):

Como qualquer outra atividade econômica no mercado competitivo, ao se mostrar viável em uma determinada região, o ecoturismo tende a atrair investidores de porte, muitas vezes de fora da região. A tendência é a comunidade local ser atropelada por um processo de desenvolvimento de infra-estrutura e serviços onde ela figura na melhor das hipóteses como empregada. Mas comumente é marginalizada do mercado por incapacidade de manter o mesmo nível de investimentos.

A tendência da comunidade local de ser “atropelada” (Mitraud, 2001), pelo crescimento da demanda ecoturística é também comumente seguida de um aumento considerável dos preços dos mais diversos produtos e serviços. Quando isso ocorre, a população passa da condição de principal beneficiada a condição de principal prejudicada, já que além de não ser beneficiada pelos lucros de seus pequenos negócios, passa a ser absorvida como mão-de-obra barata de empresas vindas de fora da região onde vive.

A comunidade passa a viver um dilema, pois não possui qualificação profissional para trabalhar nos melhores empregos oferecidos e nem capital para iniciar investimentos competitivos a estas empresas. O alto custo de vida e as más oportunidades de emprego atuam de forma negativa nas vidas dessas pessoas, levando muitas vezes, a mudança do local onde nasceram e viveram durante anos, para outros municípios onde as condições de vida sejam mais equânimes.

Por outro lado, os incentivos fiscais e os investimentos públicos para a melhoria da infra-estrutura dos destinos turísticos, atuam conforme o crescimento da demanda. Caso não exista essa demanda, dificilmente serão empreendidos investimentos. Prover os municípios de infra-estrutura adequada pode depender também das parcerias público-privadas, através de incentivos fiscais e outros benefícios oferecidos pelas administrações públicas. Como exemplo, podemos citar o município de Caçapava do Sul, que possui deficiência no setor de hospedagem e pretende doar um terreno localizado as margens da RS-357, para que uma rede de hotéis se instale no município. Embora este seja um fator relevante, o município ainda não encontrou nenhuma rede hoteleira interessada em se instalar no município, além dos estabelecimentos que já existem.

Se por um lado a necessidade de melhorias em infra-estrutura para a recepção turística é uma realidade dos municípios do Alto Camaquã, por outro, questiona-se se a forma como essas melhorias serão implantadas e se atuarão de forma positiva na melhoria da qualidade de vida da população. A intenção não é tornar estes municípios uma vitrine para o turismo tendo como pano de fundo o Pampa gaúcho, mas sim refletir sobre uma das possíveis alternativas de desenvolvimento endógeno, que ajude a conservar as paisagens, o modo de vida, as tradições e a cultura como um todo.

5.7 Sugestões de Aproveitamento da Infra-estrutura Disponível e do Potencial Produtivo para o Ecoturismo

Uma das particularidades observadas durante as pesquisas de campo foram a presença de criações de cabra (figura 56 a), em áreas de afloramentos rochosos e da produção de mel (figura 56 b), desenvolvida em diversas propriedades rurais. A curiosa presença de rebanhos caprinos em áreas como as Guaritas, as Minas do Camaquã e o Rincão do Inferno, áreas de presença dos mais significativos afloramentos rochosos, permitem concluir que este animal adapta-se perfeitamente as condições inóspitas, a que outras criações não se adaptariam.

Neste sentido, sugere-se o desenvolvimento de estudos sobre a viabilidade de se desenvolver produtos específicos baseados na criação destes animais e aplicados a culinária da região, como forma de viabilizar uma outra cadeia produtiva, voltada a criação de caprinos.

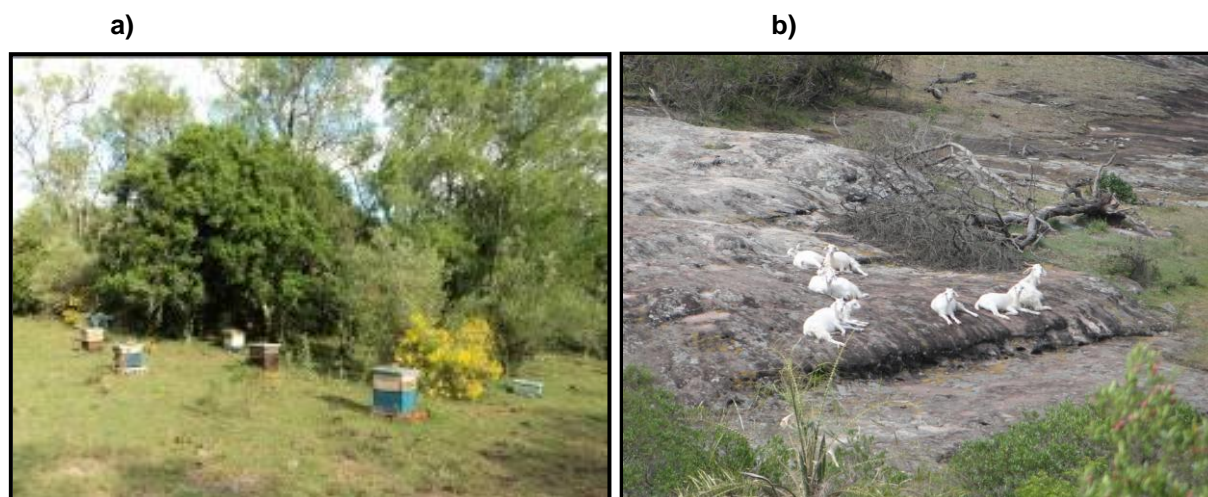


Figura 56 – a) apicultura em Lavras do Sul e **b)** criação de cabras no Rincão do Inferno em Bagé.
Fonte – Trabalhos de campo, novembro de 2010 e abril de 2011, respectivamente.

O mel é encontrado com facilidade nos municípios do Alto Camaquã, sendo um produto consolidado dentro da cadeia produtiva dos municípios. Este produto é tido como um dos mais excelentes da região, garantindo-lhe a comercialização em feiras, exposições em todo o Estado e inclusive em outras regiões do país como, por exemplo, a Feira do Gaúcho de Brasília (Expochê), com a participação do município de Lavras do Sul.

Alguns estudos sobre a diferença entre cada tipo de mel, produzidos pelos municípios, estão sendo realizados pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) em parceria com a EMBRAPA Pecuária Sul de Bagé e os apicultores. A idéia é trabalhar o mel como um produto territorial, produzido pelos municípios, sobre uma marca de identificação/procedência comum.

Outra possível alternativa, capaz de minimizar os impactos do incremento do turismo e evitar o desperdício com investimentos vultosos, pode ser adoção de perspectivas de aproveitamento da infra-estrutura local que se encontra subaproveitada ou não utilizada. No interior dos municípios são necessárias novas perspectivas para a reconversão das velhas edificações que se encontram abandonadas e que se constituem em boas alternativas para áreas de hospedagem, alimentação, recreação e lazer, assim como para a criação de centros de visitação e interpretação ambiental. A utilização da infra-estrutura já existente, através da adaptação e revitalização das edificações antigas, pode representar menores investimentos e menos tempo gasto com o preparo das estruturas, permitindo retorno financeiro a população local. A Vila do Ibaré em Lavras do Sul e as Minas do

Camaquã em Caçapava do Sul são exemplos muito particulares de locais que possuem infra-estrutura disponível para abrigar investimentos de remodelagem e adaptações das velhas estruturas para atender aos ecoturistas. Além disso, possuem características singulares que podem despertar o interesse privado em desenvolver projetos de revitalização e valorização do patrimônio histórico-cultural.

Outra alternativa para aumentar as opções de serviços de hospedagem e recepção aos turistas seria o aproveitamento das próprias casas das propriedades rurais, oferecendo um tipo de hospedagem diferenciado, baseado no sistema de hospedagem familiar. Além de oferecer serviços de hospedagem, as propriedades rurais poderiam comercializar produtos agropecuários (hortifrutigranjeiros, artesanato, doces, pães e outros produtos caseiros) e realizar trilhas, como forma de complementação da renda familiar.

A produção de artesanatos, principalmente em lã, madeira e couro, inspirada na paisagem local e nos recursos disponíveis, é encontrada em determinados pontos de comercialização nos centros municipais; entretanto, as comunidades que vivem próximo aos afloramentos rochosos levantados durante a pesquisa, também desenvolvem trabalhos manuais (artesanatos) que poderiam ser comercializados como forma de complementação da renda familiar. Além disso, podem ser realizados estudos específicos sobre as particularidades da cultura e da história do surgimento de cada município, para a produção de souvenirs, a exemplo do que foi sugerido pela artista plástica Rosa Helena, para Lavras do Sul.

O quadro 5, apresenta uma síntese de atividades que podem ser realizadas em sintonia com a natureza e com os princípios do Ecoturismo, nos principais pontos ecoturísticos levantados durante a pesquisa.

A realização de trilhas, cavalgadas, observação da paisagem, observações de aves, canoagem, entre outras atividades, são exemplos de iniciativas que podem ser desenvolvidas dentro dos princípios do Ecoturismo, incluindo a conscientização e a sensibilização em relação à conservação da natureza, por meio da Educação Ambiental.

Além das sugestões apresentadas anteriormente, a discussão sobre a possibilidade de criação de um Geoparque, também se encaixa nos princípios de desenvolvimento territorial endógeno, por meio da valorização das particularidades naturais, culturais e produtivas do Alto Camaquã.

Sugestões de Uso por Atrativo Ecoturístico do Alto Camaquã		
Atrativos Ecoturísticos	Município	Sugestões ligadas ao Ecoturismo
Casa de Pedra	Bagé	Observação da paisagem, observação de aves, escalada, trilhas, cavalgada.
Rincão do Inferno	Bagé	Observação da paisagem, observação de aves, trilhas, banho no Rio Camaquã, canoagem no Rio Camaquã.
Guaritas	Caçapava do Sul	Observação da paisagem, observação de aves, escalada, trilhas, cavalgada.
Minas do Camaquã	Caçapava do Sul	Observação da paisagem, observação de aves, escalada, trilhas, cavalgada, pesca, esportes náuticos, banho no Arroio João Dias, acampamento no camping, visita às minas de cobre desativadas.
Camping Galpão de Pedra	Caçapava do Sul	Observação da paisagem, observação de aves, trilhas, cavalgada, acampamento no camping.
Afloramentos do Arroio Pessegueiro	Caçapava do Sul	Trilhas, cavalgadas, banho no Arroio Pessegueiro, acampamento às margens do Arroio Pessegueiro.
Morro da Angélica	Caçapava do Sul	Observação da paisagem, observação de aves, trilhas, vôo de paraplanagem, cavalgada.
Toca das Carretas	Caçapava do Sul	Trilhas, cavalgadas.
Gruta da Varzinha	Caçapava do Sul	Trilhas.
Cascata do Salso	Caçapava do Sul	Observação da paisagem, trilhas, banho no Arroio do Salso, acampamento.
Pedra do Segredo	Caçapava do Sul	Observação da paisagem, observação de aves, trilhas, cavalgadas.
Balneário do Paredão	Lavras do Sul	Banho no Rio Camaquã das Lavras, acampamento no camping.
Afloramentos do Ibaré	Lavras do Sul	Observação da paisagem, trilhas, cavalgadas.

Quadro 5 – Sugestões de uso por atrativo ecoturístico do Alto Camaquã.

Org. – Organizado pela autora.

Neste sentido, o aproveitamento do potencial existente em relação aos modos de produção familiar das comunidades e das estruturas que se encontram abandonadas, tanto no meio rural quanto no meio urbano dos municípios, também ganha força, se desenvolvida com o apoio do território sobre o título de geoparque. Todo geoparque necessita de um local para a montagem de um centro de visitação

turística, que abriga informações sobre seus geossítios. Além disso, muitos possuem uma marca de identificação/procedência para a comercialização dos produtos agropecuários e do artesanato local, iniciativa que atribui maior visibilidade aos produtos dentro do cenário nacional e/ou internacional. Neste caso, a própria marca “Alto Camaqua”, criada como um registro de identificação, poderia ser utilizada para identificação da diversidade de produtos que eventualmente poderiam ser comercializados.

Conforme destaca Borba (2002) o Alto Camaquã deve ser entendido como um território, um espaço diferenciado, que possui características socioculturais, ecológicas, históricas e econômicas muito particulares, formadas na coevolução entre humanos e natureza na busca por estratégias regionais de reprodução social e econômica. Para que seja possível enxergarmos as potencialidades é necessário a integração de forças dos mais diferentes setores da sociedade, em prol desenvolvimento sustentável, como forma de alavancar outras alternativas produtivas para os municípios. Para isso, é essencial a articulação entre atores sociais, universidades, investidores do setor privado e políticas públicas, tanto de proteção da paisagem quanto para o desenvolvimento de novas alternativas de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rápido desenvolvimento da atividade turística e a sua massificação em nível mundial, a partir da década de 1970, têm acarretado problemas de ordem social, econômica e ambiental. Como conseqüência, neste mesmo período os movimentos ambientalistas ao mesmo tempo em que condenavam a atividade turística, buscaram refletir sobre alternativas que proporcionassem a redução dos impactos gerados. Assim, iniciaram-se novos padrões nas formas de se visitar a natureza através do surgimento de diversas modalidades de turismo alternativo, que atuaram como um contraponto às práticas predatórias de turismo de massa. É nesse contexto que as atividades de Ecoturismo se configuraram como uma das principais formas de contato com a natureza e valorização do meio ambiente.

Este movimento de revalorização da natureza, decorrente da difusão do pensamento ambientalista, aliado à degradação das condições de vida nas grandes cidades, vem estimulando o crescimento do Ecoturismo em nível mundial. Essa modalidade de turismo pode ser geralmente descrita como um turismo interpretativo, de mínimo impacto, discreto, em que se busca a conservação, o entendimento e a apreciação do meio ambiente e das culturas visitadas (NEIL; WEARING, 2001).

Na realização de atividades de Ecoturismo são observados alguns princípios e critérios básicos que permitem sua identificação diferenciada perante o turismo convencional. Estes princípios, ligados ao desenvolvimento sustentável do turismo, se relacionam ao aproveitamento do patrimônio natural de forma responsável, buscando sua proteção por meio da sensibilização, da interpretação ambiental e da Educação Ambiental.

Dessa forma, o Ecoturismo caracteriza-se por ser uma atividade que valoriza os aspectos ambientais e os benefícios gerados às comunidades receptoras, visando à satisfação das necessidades educacionais e de consciência ambiental de turistas que buscam um turismo diferenciado e alternativo às condições de vida urbana. Além disso, o Ecoturismo sinaliza positivamente no processo de mudança de atitudes e dos valores humanos de posse e consumo, através da tomada de consciência dos visitantes, ao estabelecerem um contato mais direto com a natureza

e com as populações tradicionais, através da percepção e interpretação das paisagens visitadas.

A possibilidade de transformar o potencial ecoturístico em um instrumento de desenvolvimento econômico e social sustentável parece mais próxima à medida que o Ecoturismo propõe a necessidade de compatibilizar conscientização para a preservação ambiental, crescimento econômico, manutenção da cultura e o aproveitamento das potencialidades e especificidades locais, além de um processo de valorização e resgate da cultura e da auto-estima das comunidades locais. Esta atividade pode ainda, introduzir a necessidade de sustentabilidade como objetivo indispensável aos modelos atuais de desenvolvimento, visando à garantia de melhores condições de vida e combate à exclusão social.

Diante do exposto, salienta-se que o território do Alto Camaquã apresenta particularidades ambientais, históricas e culturais que podem se constituir em importantes elementos para o desenvolvimento local, através de atividades turísticas. Nesse sentido, o Ecoturismo pode atuar como uma importante ferramenta no processo de desenvolvimento endógeno desse território, contribuindo para a manutenção da identidade local e de toda a geo-bio-sociodiversidade que se faz presente nesta porção do Bioma Pampa. Por conta disso é preciso dar ênfase à compreensão e valorização das dinâmicas locais, buscando interpretar a diversidade existente em cada contexto a partir das suas relações socioeconômicas, culturais e ambientais específicas.

Entretanto, apenas o reconhecimento destas particularidades e do potencial para o desenvolvimento do Ecoturismo não são suficientes para a preservação e proteção desta paisagem. Neste sentido, acredita-se que o Alto Camaquã, bem como todo o Bioma Pampa, necessitam de formas concretas de proteção. A complexidade da macro-estrutura natural do Alto Camaquã, revelada na paisagem através de diferentes afloramentos rochosos e geoformas, demanda uma discussão sobre a necessidade de desencadear um processo de geoconservação, capaz de garantir a preservação do patrimônio natural e alicerçar o desenvolvimento de atividades ecoturísticas. Assim, um dos objetivos claramente colocados neste trabalho é o de fornecer subsídios técnicos que sejam capazes de gerar sinergias para a construção de uma proposta de reconhecimento desta paisagem como um patrimônio natural e histórico-cultural reconhecido pela UNESCO, através da criação de um geoparque.

Entre as unidades de paisagem, estabelecidas durante a pesquisa, destaca-se a grande diversidade de afloramentos rochosos e geofomas, encontradas principalmente na Sub-região Natural Planaltos Rebaixados de Caçapava, que precisam ser protegidas por lei, a exemplo das Guaritas, as Minas do Camaquã, a Pedra do Segredo, o Rincão do Inferno, a Casa de Pedra, entre outros locais. Além destas formações existem outras que se somam ao patrimônio geológico-geomorfológico e que possuem um potencial especial para o desenvolvimento de futuros projetos de roteirização ligados ao Ecoturismo e a diversidade cultural do Alto Camaquã.

Assim, o inventário dos atrativos do quadro natural ligado ao patrimônio geológico-geomorfológico dos municípios em estudo, visou estabelecer indicadores que possam servir para a tomada de decisões e planejamento dos setores público, privado e da sociedade em conjunto, para o desenvolvimento de alternativas que considerem o Ecoturismo e os marcos endógenos que este território apresenta, como uma das alternativas de desenvolvimento territorial para o Alto Camaquã.

Estas particularidades presentes na produção do espaço rural e na paisagem do Alto Camaquã vêm sendo estudadas mais aprofundadamente por pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias de Bagé (EMBRAPA). Estes estudos estão focados no levantamento de alternativas endógenas para o desenvolvimento territorial do Alto Camaquã, contando com a participação de pesquisadores, universidades, governantes locais e população civil, envolvidos na melhoria das condições de vida da população local, através do desenvolvimento de vários projetos inseridos no “Programa de Desenvolvimento Territorial do Alto Camaquã”. Estes projetos visam realçar as características do Alto Camaquã, destacando os sistemas de produção tradicionais e renováveis, a diversidade biológica, a paisagem, o turismo sustentável e a conservação do ambiente e a cultura regional.

Para tanto, é necessário mostrar a diversidade paisagística do território, alertando para a necessidade de proteção dos recursos naturais e culturais, através de uma proposta que possa conciliar os interesses das comunidades e dos setores público e privado, como no caso da proposta dos geoparques da UNESCO.

As potencialidades do Alto Camaquã para o desenvolvimento do Ecoturismo são variadas, entretanto, a deficiência em infra-estrutura de apoio ao turismo aliada

a falta de políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento endógeno, se constituem nos principais obstáculos ao desenvolvimento do Ecoturismo.

Cabe ressaltar ainda, que a singularidade da paisagem do Alto Camaquã, ao associar um alto valor histórico, cultural e natural, faz com que a tradicional visão segmentada da atividade turística não contemple todo o potencial desta paisagem. Assim, ao abordarmos a riqueza e complexidade desta paisagem, não podemos apenas nos referir ao Ecoturismo desvinculado do Turismo no Espaço Rural. Por mais que nossa atenção esteja focada nas estruturas físicas que produzem potenciais atrativos turísticos, não podemos deixar de considerar que a cultura gaúcha, a fauna, a flora e a beleza cênica das paisagens do Pampa gaúcho, são outros “ingredientes” indissociáveis para o desenvolvimento de atividades turísticas no Alto Camaquã, e que merecem ser protegidos.

Além disso, é notória a necessidade da continuidade deste trabalho, para a realização de um levantamento do potencial ecoturístico nos municípios de Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado e Piratini, que não foram incluídos no detalhamento das potencialidades ecoturísticas do Alto Camaquã, realizados nesta pesquisa. Sem dúvida o desenvolvimento do Ecoturismo no Alto Camaquã constitui uma aposta compensadora, tanto pelas paisagens, gastronomia, artesanato, história, natureza, como pela hospitalidade.

REFERÊNCIAS

AULER, A.; STÁVALLE, Y. Novas cavernas cadastradas no Rio Grande do Sul. **Conexão Subterrânea**. Boletim Rede Speleobrasil, nº 22, jun., 2005. Disponível em: <http://www.redespeleo.org/asmin/arquivos/86111719_conexao22.pdf>.

BARRETO, M. **Planejamento e organização em turismo**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1998.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de Base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/publicacoes/>.

BECKER, I. I. B. O que sobrou dos índios pré-históricos do Rio Grande do Sul. In: KERN, A. (Org.). **Arqueologia pré-histórica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1991.

BENCKE, G. A. Diversidade e conservação da fauna dos campos do sul do Brasil. In: PILLAR, V. D.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z.; JAQUES, A.V.A (Org.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, (p. 101-121), 2009.

BERTOTTI, L. G. **Unidades de paisagem: problemas ambientais nos municípios de São José dos Pinhais, Mandirituba e Tijucas do Sul/PR**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

BERTRAND, G. **Paisagem e geografia global: esboço metodológico**. São Paulo, Caderno de Ciências da Terra. Revista do DG-FFLCH/USP, n.13, (p.1-27), 1972.

BOGGIANI, P. C. A aplicação do conceito de Geoparque da UNESCO no Brasil e relação com o SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Revista Patrimônio Geológico e Cultura**. V. 1, n.1, (p. 1- 4), 2010. Disponível em: <<http://www.geoturismobrasil.com/001%20-%20REVISTA.html>>.

BOLDRINI, I. L. A flora dos Campos do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. D.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z.; JAQUES, A.V.A (Org.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, (p. 63-77), 2009.

BOLÓS, M. de. **Manual de ciência del Paisage** Teoria, métodos y aplicaciones. Barcelona: Ed. Masson, S.A. 1992.

BORBA, M. F. S; GOMES, J. C. C; TRUJILLO, R. G. **Desenvolvimento endógeno como estratégia para a sustentabilidade de áreas marginais**. Disponível em:

<http://www.google.com.br/search?hl=ptBR&rlz=1R2SKPB_ptBR&q=Desenvolvimento+end%C3%B3geno+&meta=lr%3Dlang_pt&aq=f&oq=>>.

BORBA, M. **La Marginalid como potencial para la construcción de otro "Desarrollo": El caso de Santana da Boa Vista, Rio Grande do Sul, Brasil.** Doutorado em Sociologia, Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável, na Universidad de Córdoba, em 2002.

BORBA, A. W. **Evolução geológica da “Bacia do Camaquã” (Neoproterozóico e Paleozóico Inferior do Escudo sul-rio-grandense, RS, Brasil):** uma visão com base na integração de ferramentas de estratigrafia, petrografia e geologia isotópica. 2006. 121f. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do sul – Departamento de Geociências. Porto Alegre, 2006.

BRACK, P. O Pampa gaúcho é alvo de biopirataria, denuncia ambientalista. Entrevista. **Revista do Instituto Humanistas Unisinos (IHU – on-line).** O Pampa e o monocultivo do eucalipto. Nº 247, dezembro de 2007, São Leopoldo. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu>.

BRASIL. **Constituição do Brasil** - promulgada em 05.10.1988. Disponível em: <<http://www.uel.br/aai/pages/arquivos/Constituicao%20Federal%201988br.pdf>>

CAPRA, F. **A teia da vida** – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Editora Cultrix Ltda, 1996.

CASTELLANO, E. G.; FIGUEIREDO, R. A. de; CARVALHO, C. L. de. (Org.). **(Eco) Turismo e Educação Ambiental:** diálogo e prática interdisciplinar. São Paulo: RiMa, 2007.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. **Tourism, ecotourism and protected áreas.** Working Session of the Commission of National Parks and Protected Areas. Perth: Australia, 1990.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um Fenômeno Mundial. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999. In: LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia de planejamento e gestão.** Tradução de Leila Cristina M. Darin. 2 ed. São Paulo: Editora SENAC, (p. 23- 29), 1999.

CÉSAR, P. de A. B. et al. **Ecoturismo** – caminhos do futuro. Ministério do Meio Ambiente – AVT/IAP – NT/USP. São Paulo: IPSIS, 2007.

CHINAGLIA, C. R. Desenvolvimento Sustentável, Participação e Ecoturismo. São Paulo: RiMa, 2007. In: CASTELLANO, E. G.; FIGUEIREDO, R. A. de; CARVALHO, C. L. de. **(Eco) Turismo e Educação Ambiental:** diálogo e prática interdisciplinar. São Paulo: RiMa, (p. 51- 65), 2007.

CHOMENKO, L. Pampa: um bioma em risco de extinção. **Revista do Instituto Humanistas Unisinos (IHU – on-line).** O Pampa e o monocultivo do eucalipto. Dezembro de 2007, nº 247. São Leopoldo. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu>.

CLARINO, E. S. dos; UEDA, V. Ecoturismo: práticas em Canela/RS. In: **Anais... Ordenação, segmentação e regionalização do turismo em áreas rurais/ V Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável**, Santa Maria, RS – Brasil, 10 a 13 de maio de 2006. – Santa Maria: FACOS/UFSM, (p. 236-245), 2006.

CORDEIRO, J. L. P.; HASENACK, H. Cobertura vegetal atual do Rio Grande do Sul. In: PILLAR, V. D.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z.; JAQUES, A.V.A (Org.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, (p. 285-299), 2009.

CPRM. Serviço Geológico do Brasil. **Projeto Geoparques**. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/>>.

CRAWSHAW, D. et al. Caracterização dos Campos Sul-Rio-Grandenses: uma perspectiva da Ecologia da Paisagem. **Boletim Gaúcho de Geografia**. n.º 33. Porto Alegre: BGG, (p.233-252), 2007.

CROSBY, A. W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa: 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

DEGRANDI, S. M.; FIGUEIRÓ, A. S. Ecoturismo e Conservação do Patrimônio Natural: um caminho para o (des)envolvimento?. **Revista Geografia, Ensino & Pesquisa**. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistageografia/index.php/revistageografia>>.

DOWLING, R.; NEWSOME, D. **Geotourism: Sustainability, impacts and management**. Elsevier, 2006.

EMBRATUR. Instituto Brasileiro de Turismo. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de trabalho interministerial. Brasília, DF: MICT/MMA, 1994. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>.

_____. Instituto Brasileiro de Turismo. (2011). Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br>>.

FACO, R. A.; NEIMAM, Z. A natureza do Ecoturismo: conceitos e segmentação. São Paulo: Manole, 2010. In: NEIMAM, Z. ; RABINOVICI, A. (Org.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole, (p. 43-62), 2010.

FACCINI, U. F. et al. Metodologia e processo de integração de dados em um estudo multidisciplinar. In: RONCHI, L. H.; LOBATO, A. O. C. (Org.) **Minas do Camaquã, um estudo multidisciplinar**. São Leopoldo: UNISSINOS, (p. 263-272), 2000.

FAGUNDES, E. M. de. Inventário Cultural de Bagé: um passeio pela história. Porto Alegre: Evangraf, 2005.

FEPAM. Fundação Estadual de Proteção Estadual. **Zoneamento Ambiental para a atividade da Silvicultura**. V. I e II. Porto Alegre, 2007.

FERREIRA, V. O. de. A abordagem da paisagem no âmbito dos estudos ambientais integrados. **GeoTextos**. v. 6, nº. 2, dez. 2010. (p.187-208). Disponível em: <www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/download/4836/3585>

FIGUEIRÓ, A. S. **A Paisagem como ferramenta de análise geográfica**. 2010. (no prélo).

GEOPARQUE QUARTA COLÔNIA. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/geoecoturismo/geoparques/quartacolonia/introducaocolonia.html>>.

GOMES, E. **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

GONZÁLES BERNÁLDEZ, F. **Ecología y Paisaje**. Madrid: Blume, 1981.

GUIMARÃES, S. T. de L. Trilhas interpretativas e vivências na Natureza: aspectos relacionados à percepção e interpretação da paisagem. Caderno de Geografia, v. 20, nº. 33, (p. 8-19), 2010. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/viewFile/1940/2117>>.

HOLZ, M. **Do mar ao deserto: a evolução do Rio Grande do Sul no tempo geológico**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

HOSE, T. A. European **Geotourism**: geological – interpretation and geoconservation promotion for tourists. In: Barrettino, D.; Winbledon, W. A. P. Galego, E. (Eds.). Geological Heritage: Its Conservation Management. Madrid: Sociedad Geologica de Espana/Instituto Tecnológico GeoMinero de Espana/ProGeo, (p. 127-146), 2000.

IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. (Manuais técnicos em Geociências, n. 1).

_____. **Folha SH. 22 Porto Alegre e parte das folhas SH. 21 e SI. 22 Lagoa Mirim**: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação, uso potencial da terra. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. (Levantamento de recursos naturais, v.33).

IPHAN. Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2011. Brasília: Departamento do Patrimônio Imaterial. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=582>>.

JESUS, G. M. de. A leviana territorialidade dos esportes de aventura: um desafio à gestão do ecoturismo. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). **Turismo, Lazer e Natureza**. São Paulo: Manole, 2003.

LAROCCA, J. Aspectos bióticos In: **Planejamento e gestão ambiental na Bacia do Camaquã. Área de Especial Interesse Ambiental – Guaritas – Minas do Camaquã**. Relatório Técnico. São Leopoldo, (p.65-92), 2004.

LEFF, H. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Tradução de Jorge Esteves da Silva. Blumenau: Editora da FURB, 2000.

LIMA, S. T. **Trilhas Interpretativas**: a aventura de conhecer a paisagem. Cadernos Paisagem. Paisagens, nº. 3. Rio Claro: UNESP, 1998. (p. 39-44). Disponível em: <<http://www.repams.org.br/downloads/Lima,%20Solange.pdf>>.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. **Ecoturismo: um guia de planejamento e gestão**. Tradução de Leila Cristina M. Darin. 2ª ed. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

MACHADO, A. **Ecoturismo: um produto viável** – A experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

MACHADO, A. M. Da proximidade do ordenamento do território e do desenvolvimento rural. In: In: **REDE PORTUGUESA LEADER +**. Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural. Lisboa: LEADER +, sd.

MADEIRA, M. Zoneamento Ambiental da Silvicultura. Um documento morto? **Revista do Instituto Humanistas Unisinos (IHU – on-line)**. O Pampa e o monocultivo do eucalipto. Dezembro de 2007, nº 247. São Leopoldo. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu>.

MANOSO, F. C. et all. Geoformas no Município de Faxinal, Paraná, Brasil: origem e potencial turístico. **Anais..VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física - Universidade de Coimbra**, Maio de 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/ind5>>.

MARCHIORI, J. N. C. Considerações terminológicas sobre os campos sulinos. In: **Fitogeografia do Sul da América**. Ciência & Ambiente. Universidade Federal de Santa Maria. V.1, n. 24, jan/jun. Santa Maria: Pallotti, (p. 139-150), 2004.

MATHIESON, A.; WALL, G. **Tourism: Economic, physical and social impacts**. Nova Iorque: Longman, 1982.

MEDEIROS, W. D. A. de. Ecogeoturismo e geoconservação no Semi-Árido do Rio Grande do Norte: o caso da Região do Seridó. **Global Tourism**. V. 3, Nº 2, Novembro de 2007. Disponível em: <www.periodicosdeturismo.com.br>.

MEDEIROS, W. D. A. de; NASCIMENTO. M. A. L. do. Marmitas do Rio Carnaúba: patrimônio geomorfológico do Acari-RN (Nordeste do Brasil). **Anais..VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física, II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física - Universidade de Coimbra**, Maio de 2010. Disponível em: <<http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/ind5>>.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos**/por: Conservation International do Brasil, Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Biodiversitas, Instituto de Pesquisas Ecológicas, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, SEMAD/Instituto Estadual de Florestas-MG. Brasília: MMA/SBF, 2000. Disponível em: <http://www.rbma.org.br/anuario/mata_04_areas__prioritarias.asp>.

MITRAUD, S. (Org.). **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária**: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MONTEIRO, C. A. F. **Geossistemas**: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2001.

MORLÁNS, M. C. **Introducción a la Ecología del Paisaje**. Universidad Nacional de Catamarca. Catamarca, 2005.

MUSSOI, T. D.; SANTOS, A. F. L. dos. Conceituação e questionamentos sobre o desenvolvimento e iniciativas de ecoturismo. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. In: **Anais..** Ordenação, segmentação e regionalização do turismo em áreas rurais/ V Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável, Santa Maria, RS – Brasil, 10 a 13 de maio de 2006. – Santa Maria: FACOS/UFSM, (p. 222-228), 2006.

NABINGER, C. **Potencialidades do Bioma Pampa**. Apresentação feita no Seminário Internacional “Pampa & Sostenibilidad: em busca de opciones productivas”, em Pelotas/RS, maio de 2007.

NASCIMENTO, M. A. L. et al. **Geoturismo**: um novo segmento do turismo no Brasil. Revista Global Tourism. V. 3, Nº 2, Novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/principal/index.php>>.

NEIMAN, Z.; MENDONÇA, R. (Orgs.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Manole, 2005.

NEIMAM, Z.; RABINOVICI, A. (Orgs.). **Turismo e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Manole, 2010.

NESKE, M. Z. **Estilos de agricultura e dinâmicas locais de desenvolvimento Rural: o caso da pecuária familiar no território Alto Camaquã no Rio Grande do Sul**. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS: Porto alegre, 2009.

NUCCI, J. C. **Resgate de textos geográficos**. RA'EGA. Curitiba, n.8, (p. 137-139), 2004.

OVERBECK, G. E. et al. Os campos sulinos: um bioma negligenciado. In: PILLAR, V. D.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z.; JAQUES, A.V.A (Org.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, (p. 26-41), 2009.

PAGANI, F. et al. As Trilhas Interpretativas da Natureza e o Ecoturismo. In: Vasconcelos, F. P. (org.) **Turismo e meio ambiente**. Fortaleza: FUNECE, 1998.

PAIM, P. S. G.; CHEMALE Jr. F.; LOPES, R. C. A Bacia do Camaquã. In: HOLZ, M. De ROZ, L. F. **Geologia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CIGO-UFRGS, (p. 231-274), 2000.

PAIM, P. S. G; LOPES, R. C. Geologia da Região das Minas do Camaquã. In: RONCHI, L. H.; LOBATO, A. O. C. (Org.) **Minas do Camaquã, um estudo multidisciplinar**. São Leopoldo: UNISSINOS, (p. 111- 132), 2000.

PAIM, P. S. G. **Minas do Camaquã, RS – marco da história da mineração de cobre no Brasil**. Sítios Publicados, v. I, SIGEP, 2009. Disponível em: <<http://www.ig.unb.br/sigep/sitio064/sitio064.pdf>>. Acesso em: março de 2009.

PAIM, P. S. G; FALLGATTER, C; SILVEIRA, A. S. da. **Guaritas do Camaquã, RS – Exuberante cenário com formações geológicas de grande interesse didático e turístico**. SIGEP- Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos/sítios Publicados, 2010. Disponível em: <<http://sigep.cprm.gov.br/sitios.htm#Vol1>>.

PAIVA, M. das. G. M. V. **Sociologia do Turismo**. Campinas: Papyrus, 1995.

PASSOS, V. T. R. Unidades de paisagens biofísicas. In: **Zoneamento Ecológico-Econômico: recursos naturais e meio ambiente, (Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre – Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Acre)**. Documento Final. V.1, (p. 97-116), 2000.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 7. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

PEREIRA, R. G. F. A. de. **Geoconservação e Desenvolvimento Sustentável na Chapada Diamantina (Bahia - Brasil)** – Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal), 2010. Disponível em: <<http://www.geoturismobrasil.com/artigos/TESE-Ricardo%20Fraga.pdf>>.

PICOLLI, L.R., SCHNADELBACH, C. V. (Orgs.). **O Pampa em Disputa: A biodiversidade ameaçada pela expansão das monoculturas de árvores – Amigos da Terra Brasil**. Porto Alegre, 2007.

PILLAR, V. D. et al. Workshop: **Estado atual e desafios para a conservação dos campos**. Porto Alegre, UFRGS, 2006. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br>>.

PILLAR, V. D.; MÜLLER, S. C.; CASTILHOS, Z.; JAQUES, A. V. A (Org.). **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009.

PIRES, P. S. dos. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: SENAC, 2002.

PISSINATI, M. C.; ARCHELA, R. S. Geossistema, Território e Paisagem – método de estudo da paisagem. **Geografia** - v. 18, n. 1, 2009 – Universidade Estadual de Londrina, Departamento de Geociências. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia>>.

QUADROS, F. L. F. de; PILLAR, V. P. Transições floresta-campo no Rio Grande do Sul: hipóteses sobre clima e interação fogo-vegetação. **Ciência & Ambiente**, Santa Maria, RS, v. 24, (p. 109-118), 2002.

QUEIROZ, O. T. M. M. **Impactos das atividades turísticas em áreas de reservatório: uma avaliação sócio-ambiental do uso e ocupação na área da Represa do Lobo, município de Itirapina**. São Paulo, 2000. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos.

RAMBO, B. **A fisionomia do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1956.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. Território, patrimônio e turismo com base local – uma relação inequívoca. In: SEABRA, G. (Org.). **Turismo de Base Local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. João Pessoa: Editora Universitária, (p. 15-29), 2007.

ROMERO, A. G.; JIMÉNEZ, J. M. **El paisaje en el ámbito de la Geografía**. México: Instituto de Geografía – Universidad Nacional Autónoma de México, 2002.

RONCHI, L. H.; LOBATO, A. O. C. (Org.) **Minas do Camaquã, um estudo multidisciplinar**. São Leopoldo: UNISSINOS, 2000.

SANTOS, P. M. dos. Terras de Sicó. In: CAVACO, C. A imagem de um território. **Pessoas e Lugares**. Jornal de animação da Rede Portuguesa Leader+. II série, nº. 58, (p. 7-10), 2008. Disponível em: <www.leaderpt>.

SATO, M. **Debatendo os desafios da Educação Ambiental**. Iº Congresso de Educação Ambiental Pró Mar de Dentro. Anais. Rio Grande: FURG, 2001.

SEMA. Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/cobflor.htm>>. Acesso em: fevereiro de 2010.

SENAC. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Cozinha Gaúcha: uma mistura muito bem feita. Porto Alegre: Ed. Senac, 1991.

SEPLAG. Secretária de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul. **Projeto Conservação da Biodiversidade como fator de contribuição ao desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul**. 2008. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br>>. Acesso em: fevereiro de 2010.

_____. Secretária de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br/atlas>>. (Unidades de Conservação do RS). Acesso em: fevereiro de 2010.

_____. Secretária de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul. **Projeto Conservação da Biodiversidade como Fator de Contribuição ao Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul – Diagnóstico das Áreas**

Prioritárias. Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Planejamento e Gestão, 2005b. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br>> Acesso em: fevereiro de 2010.

_____.Secretária de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul. **Relatório de Viagens.** Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria de Planejamento e Gestão, 2005a. Disponível em: <<http://www.seplag.rs.gov.br>> Acesso em: fevereiro de 2010.

SETUR/RS. Secretaria de turismo do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.turismo.rs.gov.br/portal/index.php>>.

SIGEP. Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleobiológicos do Brasil. Disponível em: <<http://www.unb.br/ig/sigep>>. Acesso em: junho de 2009.

SCHOBENHAUS FILHO. C. **Relatório de Viagem a Portugal – Geoparque Arouca e Naturtejo.** Ministério de Minas e Energia, Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Serviço Geológico do Brasil – CPRM, 2010. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/media/geoparque_arouca_naturtejo_portugal.pdf>
SILVA, C. R. da. **Geodiversidade do Brasil:** conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

STRETCH, P. et al. **Solos do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

STRÖHER, E. R. Vila Minas do Camaquã: uma visão da arquitetura. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000. In: RONCHI, L. H.; LOBATO, A. O. C. (Org.). **Minas do Camaquã – um estudo multidisciplinar.** São Leopoldo, ed. Unisinos, (p.55-68), 2000.

SUERTEGARAY, D. M.; SILVA, L. A. P. da. Tchê Pampa: histórias da natureza gaúcha. In: PILLAR, V. P. de [et al]. **Campos Sulinos – conservação e uso sustentável da biodiversidade.** Brasília: MMA. (p. 42-59), 2009.

TANAGRO. **Resumo público do monitoramento.** (2011). Disponível em: <<http://www.tanac.com.br/PT/upload/resumo/Resumopublico.pdf>>.

VACA, R. Planejamento territorial à escala regional/local na sub-região do Alentejo Litoral. In: **REDE PORTUGUESA LEADER +.** Ordenamento do Território e Desenvolvimento Rural. Lisboa: LEADER +, sd.

VASCONCELLOS, J. **Trilhas Interpretativas:** Aliando Educação e Recreação. In: Carlos, A. F. A. et al. (org.) Turismo, Espaço e Cultura. São Paulo: HUCITEC, (p. 465 – 477), 1996.

VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO L. N. M. T. **Impactos Sócio-Ambientais no Litoral:** Um Foco no Turismo e na Gestão Integrada da Zona Costeira no Estado do Ceará/Brasil. Revista da Gestão Costeira Integrada. Univale, 2008. Disponível em: <www.gci.inf.br>.

VERDUM, R. O Pampa. Ainda desconhecido. In: **Revista do Instituto Humanistas Unisinos (IHU – on-line)**. Pampa Silencioso e Desconhecido. Agosto de 2006, nº 190. São Leopoldo. Disponível em: <www.unisinos.br/ihu>.

VIEIRA, E. F. **Rio Grande do Sul**: geografia física e vegetação. Porto Alegre: Sagra, 1984.

WEARING, S.; NEIL, J. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. São Paulo: Editora Manole, 2001.

WELLEN, A. L. R. Turismo e Desenvolvimento Local a partir do enfoque de Capital Social. **Revista Eletrônica Qualit@s**. V.8, n. 2, (2009). Disponível em: <<http://revista.uepb.edu.br/index.php/qualitas/article/viewFile/425/332>>.

WIEBER, M.J.C. **Le paysage**. Questions pour un bilan. Bull. Assoc. Géogr. Franç. Paris, 1987. Tradução de Messias M. dos Passos. (mimeog.).

ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. **Turismo de Base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, (p. 55-72), 2009.

ZARTH, P. A.; GERHARDT, M. Uma história ambiental do pampa do Rio Grande do Sul. In: TEIXEIRA FILHO, A. (Org.) **Lavouras de Destruição**: a (im)posição do consenso. Pelotas: snt, (p. 250-295), 2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Diferentes denominações e classificações adotadas para o Escudo Sul-riograndense, adaptado de IBGE (1986).

Área de Estudo	Autor	Compartimentação	
Estado do RS	Araújo (1930) apud Chebataroff (1951/2)	Regiões climáticas	
		- Campanha - Serra do Sudeste - Litoral - Depressão Central - Missões - Vale do Rio Uruguai - Planalto - Serra do Nordeste	
Estado do RS	Nogueira (1948)	Regiões Fisiográficas	
		- Litoral - Escudo Rio-Grandense - Sedimentos Gonduânicos - Planalto	
Estado do RS	Chebataroff (1951/2)	Regiões Naturais	Sub-regiões
		- Planalto Meridional do Brasil (Setor Rio-Grandense)	- Serra de Nordeste - De Missões
		- Planície Sedimentar Gonduânica (Setores Rio-Grandense e Uruguaio)	- Depressão Central do Rio Grande do Sul
		- Planície Cristalina Platino-Atlântica	- Serras do Sudeste (RS)
		- Planície Costeira (Setores Rio-Grandense e Uruguaio)	
		- <i>Cuesta</i> Basáltica de Haedo (Setores Rio-grandense e Uruguaio)	
		- Vale do Rio Uruguai (vários setores imprecisos do lado argentino)	- Vale do Alto Uruguai - Vale do Médio Uruguai
Estado do RS	Rambo (1956)	Regiões Fisionômicas Naturais	
		- O Litoral Rio-Grandense - A Serra do Sudeste - A Campanha do Sudoeste - A Depressão Central - O Planalto	
Estado do RS	CNG & IGRA (1966)	-	Províncias Morfológicas
		- Relevo Estrutural e Formas Combinadas	- Derrame Basáltico (<i>Trapp</i>) - Escudo Cristalino
		- Relevo Sedimentar e Formas combinadas	- Peneplanície da Borda da Bacia do Paraná - Planície Costeira e Fluvial
Região Sul	Monteiro (1968)	As Grandes Províncias Estruturais	Quadros Morfológicos
		- Escudo Cristalino Atlântico (mais anexos terciário-quaternários)	- Serras Cristalinas Litorâneas de Santa Catarina - “Serras de Sudeste” do RS - Baixadas ou Planícies Litorâneas Associadas

Região Sul	Monteiro (1968)	- Zona de Circundesnudação Periférica (Sedimentos Paleozóicos)	- Fragmentos do Planalto Paleozóico em Santa Catarina - Depressão Central do Rio Grande do Sul	
		- Planalto Ocidental Basalto-Arenito (capeamento mesozóico)	- Planalto das Araucárias - Zona das Missões - <i>Cuesta</i> de Haedo	
Região Sul	Bernardes (1969)	Províncias Morfoestruturais		
		- Planalto Basáltico - Planalto Sedimentar - Região Rio-Grandense de Encosta Dissecada - Serra de Sudeste - Serras Baixas do Sudoeste Rio-Grandense (Campanha Gaúcha) - Depressão Central Rio-Grandense (do Baixo Jacuí) - Baixada de Laguna - Litoral Laguna Rio-Grandense		
Estado do RS	Müller Filho (1970)	Regiões Morfológicas ou Unidades Geomorfológicas		
		- Escudo - Depressão Periférica - Planalto Basáltico - <i>Cuesta</i> de Haedo - Planície Costeira		
Estado do RS	Carraro et all (1974)	Províncias Geomorfológicas		
		- Planalto - Depressão Periférica - Escudo Sul-Rio-Grandense - Planície Costeira		
Estado do RS	Projeto RADAMBRASIL (1986)	Domínios Morfoestruturais	Regiões Geomorfológicas	Unidades Geomorfológicas
		- Depósitos Sedimentares	- Planície Costeira Externa	- Planície Marinha
			- Planície Costeira Interna	- Planície Lagunar - Planície Alúvio-Coluvionar
		- Bacias e Coberturas Sedimentares	- Planalto das Araucárias	- Planalto dos Campos Gerais - Planalto Dissecado Rio Iguçu-Rio Uruguai - Serra Geral - Patamares da Serra Geral
			- Planalto das Missões	- Planalto de Santo Ângelo
			- Planalto da Campanha	- Planalto de Uruguiana
		- Planalto Centro-Oriental de Santa	- Planalto de Lages	

Estado do RS	Projeto RADAMBRASIL (1986)	- Bacias e Coberturas Sedimentares	Catarina	
			- Depressão Central Gaúcha	- Depressão Rio Jacuí - Depressão Rio Ibicuí-Rio Negro
			- Depressão do Sudeste Catarinense	- Depressão da Zona Carbonífera Catarinense
		- Embasamentos em Estilos Complexos	- Planalto Sul-Rio-Grandense	- Planaltos Residuais Canguçu-Caçapava do Sul - Planalto Rebaixado Marginal
			- Serras do Leste Catarinense	- Serras do Tabuleiro - Itajaí

APÊNCIDE B – Ficha de Inventário dos atrativos relacionados ao patrimônio natural geológico-geomorfológico do Alto Camaquã, para o desenvolvimento do Ecoturismo.

Adaptado de ProGEO (2002).

DATA: ____/____/____

1 – IDENTIFICAÇÃO DO LOCAL PROPOSTO

1.1 Denominação do local:

1.2 Localização Geográfica:

1.2.1 Coordenadas Geográficas

1.2.2 Cidade mais próxima (qual e distância):

1.2.3 Povoação mais próxima (qual e distância):

1.3 Acessibilidade:

1.3.1 Vias de acesso (especificar):

1.3.2 Acessibilidade:

Fácil

Moderada

Difícil

1.3.3 Distância do local proposto ao ponto mais próximo de acesso:

1.3.4 Permite a utilização de que meios de transporte até o local proposto (especificar):

2 – ENQUADRAMENTO GEOLÓGICO GERAL:

2.1- Ambiente dominante:

Plutônico Vulcânico Metamórfico Sedimentar

3 – ENQUADRAMENTO GEOMORFOLÓGICO:

Serra Montanha Morro
Gruta Cachoeira Mirante

Outro: _____

Observações:

4 – AVALIAÇÃO PRELIMINAR:

4.1 Condições de observação:

Boas Satisfatórias Ruins

5 – ESTATUTO DO LOCAL

5.1 Localizado em:

Área Privada Área Pública

5.2 Submetido à proteção direta:

Sim Qual

Não

5.3 Se não submetido à proteção direta:

Necessita Proteção Não Necessita Proteção

Justificativa da Necessidade de Proteção:

6 – TIPO DE INTERESSE DO LOCAL PROPOSTO

6.1 Pela possível utilização: (B- baixo; M- médio; A-alto)

Turística Didática

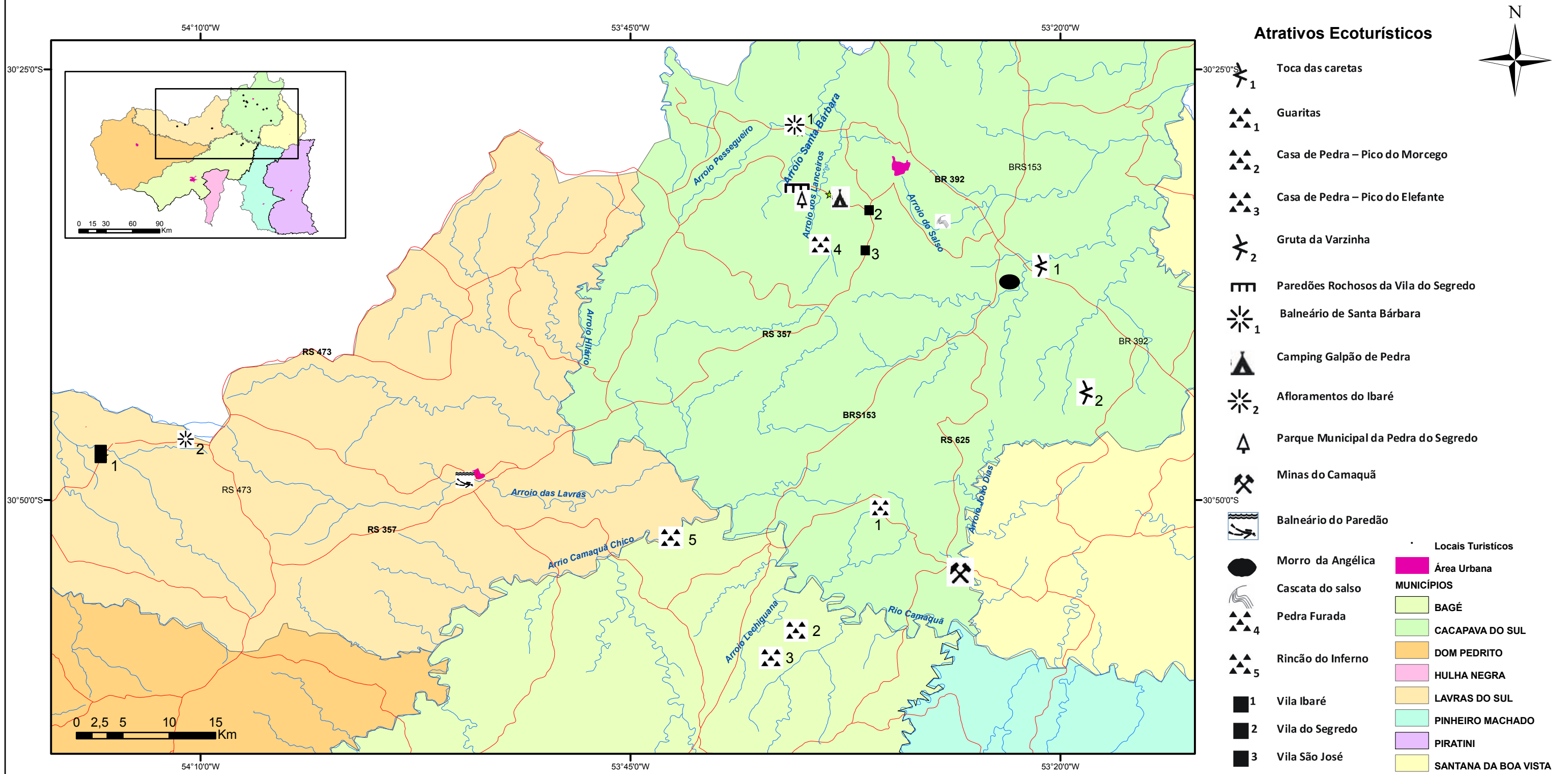
Científica Econômica

6.2 Pela sua influencia a nível: (B- baixo; M- médio; A-alto)

Local Regional

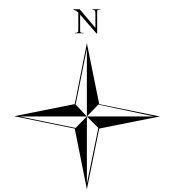
Nacional Internacional

Mapa dos Atrativos Ecoturísticos do Alto Camaquã.



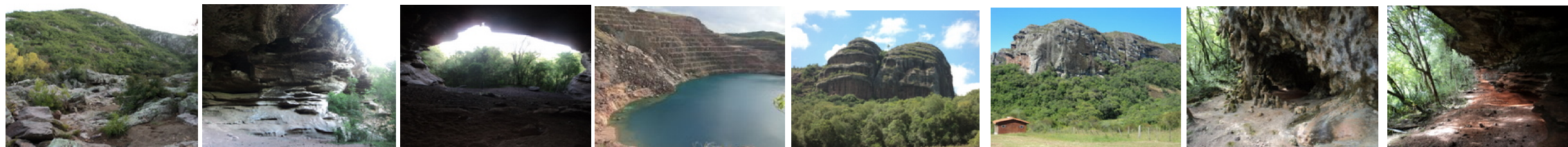
Atrativos Ecoturísticos

-  1 Toca das caretas
 -  1 Guaritas
 -  2 Casa de Pedra – Pico do Morcego
 -  3 Casa de Pedra – Pico do Elefante
 -  2 Gruta da Varzinha
 -  Paredões Rochosos da Vila do Segredo
 -  1 Balneário de Santa Bárbara
 -  Camping Galpão de Pedra
 -  2 Afloramentos do Ibaré
 -  Parque Municipal da Pedra do Segredo
 -  Minas do Camaquã
 -  Balneário do Paredão
 -  1 Morro da Angélica
 -  Cascata do salso
 -  4 Pedra Furada
 -  5 Rincão do Inferno
 -  1 Vila Ibaré
 -  2 Vila do Segredo
 -  3 Vila São José
-
- Locais Turísticos
 -  Área Urbana
 - MUNICÍPIOS**
 -  BAGÉ
 -  CACAPAVA DO SUL
 -  DOM PEDRITO
 -  HULHA NEGRA
 -  LAVRAS DO SUL
 -  PINHEIRO MACHADO
 -  PIRATINI
 -  SANTANA DA BOA VISTA



Escala 1:414.644

Sistema de Coordenadas: Geodésica
Datum Horizontal: SIRGAS 2000



Mapa em A3 atrativos ecoturísticos!!!